



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

DANILO ARAÚJO FERNANDES

**A QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO DISCURSO
DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA**

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Fernandes, Danilo Araújo

A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia / Danilo Araújo Fernandes; Orientador, Francisco de Assis Costa. – 2011.

313 f. : il. ; 20 cm.

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Planejamento regional - Amazônia. 2. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 3. Ideologia – Amazônia. 4. Foucault, Michel. 5. Furtado, Celso. I. Costa, Francisco de Assis, orientador. II. Título.

CDD 22. ed.338.9811

DANILO ARAÚJO FERNANDES

**A QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO DISCURSO
DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa

Belém
2011

DANILO ARAÚJO FERNANDES

**A QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO DISCURSO
DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Francisco de Assis Costa

Orientador- NAEA/UFPA

Dr. Fábio Carlos da Silva –

Examinador interno - NAEA/UFPA

Dr. Josep Pont Vidal – NAEA/UFPA

Examinador interno - NAEA/UFPA

Dr. Fábio Fonseca de Castro

Examinado externo - ILC/UFPA

Dr. Ramón Garcia Fernandez

Examinado externo - FGV/EESP

AGRADECIMENTOS

Valiosos e enriquecedores foram os momentos de aprendizado e convívio pessoal e profissional por que passei nestes últimos cinco anos. Gostaria de agradecer a todos os colegas e professores do NAEA e da Faculdade de Economia da UFPA pelos momentos de discussão e ensinamentos que me foram da maior importância, e que muito me auxiliaram para que pudesse concluir com êxito mais essa jornada em minha trajetória acadêmica e profissional. Em especial, ficam aqui os agradecimentos aos professores membros da banca de avaliação, professores Fábio Castro, Josep Vidal, Fábio Carlos e Ramon Garcia Fernandez, além do meu orientador, professor Francisco de Assis Costa, pela confiança depositada e pela amizade e exemplo de profissionalismo e dedicação ao estudo sobre a causa amazônica. Gostaria de agradecer também o apoio dos técnicos e funcionários da biblioteca e da secretaria do PDTU do NAEA, assim como aos meus familiares pela firme e sólida presença que sempre tiveram em minha vida. E a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica ao longo destes anos. Um agradecimento mais do que especial a minha esposa, Izabella Fernandes, pela paciência e apoio que recebi ao longo de todo esse tempo de caminhada. Aos meus pais e irmãos, Carlos Alberto Ribeiro Fernandes, Maria Conceição Araújo Fernandes, Fábio Araújo Fernandes e Bruno Araújo Fernandes, por todos os momentos de alegria e paz que me propiciam. A vocês, dedico esta tese.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

MICHEL FOUCAULT

A concepção que nos guiará aqui não corresponde à noção do senso comum segundo a qual *idéias* são entidades *externas às práticas sociais*. Segundo essa concepção, seria constitutiva da nossa atitude natural perante o mundo, a noção de que as idéias existem independentemente das coisas lá fora, como se estas se referissem meramente ao mundo material fora de nós sem, no entanto, influenciá-lo ou participar ativamente para o fato do mundo material externo, especialmente o social construído e compartilhado pelos homens, ser precisamente este que existe e não qualquer outro que poderia ter existido em seu lugar. Ao contrário, partiremos do suposto de que existe uma íntima imbricação entre idéias e práticas e instituições sociais, de tal modo que estas não podem ser concebidas sem a ação daquelas.

JESSÉ SOUZA

RESUMO

Este trabalho de tese trata de um estudo sobre a formação histórica discursiva sobre a questão regional amazônica e sua relação com o período nacional-desenvolvimentista no Brasil. Em sua primeira parte, o estudo apresenta os objetivos e a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, baseada no método arqueogenealógico de Michel Foucault e na teoria de ideologia de Paul Ricoeur. Em seguida o estudo apresenta as bases históricas e conceituais da formação do ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil, assim como os fundamentos teóricos e discursivos da questão regional brasileira. Nesta parte, o que fica evidente é a importância da correlação e interdependência entre o tema da questão regional e a formação do discurso nacional-desenvolvimentista no Brasil; e nesse sentido, a obra de Celso Furtado se destaca como importante elemento de elaboração discursiva que irá representar uma interpretação da questão regional como compondo um projeto mais amplo de desenvolvimento nacional. Na parte final do trabalho, destaca-se a conexão entre o ambiente institucional nacional-desenvolvimentista brasileiro e a formação de uma tradição de pensamento regionalista amazônico que terá grande influência nas décadas de 40 e 50, e que será responsável pela elaboração de um discurso desenvolvimentista-regionalista a partir da influência de autores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Autores como Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Djalma Batista, entre outros, serão considerados alguns dos principais responsáveis pela elaboração de um discurso intelectual que, segundo uma das conclusões principais do estudo, tem suas condições de possibilidade criadas e impulsionadas a partir da realidade político-institucional que se constitui no contexto de formação das instituições desenvolvimentistas na Amazônia nas décadas de 40 e 50. Conformando uma formação discursiva a qual atribuiremos o nome de desenvolvimentismo-regionalista.

Palavras-chave: Formação discursiva. Nacional-desenvolvimentismo. Ideologia regionalista. Desenvolvimento regional amazônico.

ABSTRACT

This thesis is a study of the historical formation of regional discourse on the issue Amazon and its relation to the national-developmental period in Brazil. In its first part, the study presents the goals and theoretical-methodological work, based on the method of Michel Foucault archeogenealogical and the theory of ideology of Paul Ricoeur. Then the study presents the historical basis of conceptual and ideological training of the cycle of developmentalism in Brazil, as well as the theoretical discourse and the regional question in Brazil. In this part, what is evident is the importance of the correlation and interdependence between the regional issue and the formation of national discourse of development in Brazil and in that sense, the work of Celso Furtado stands out as an important element of development discourse that will represent interpretation of a regional issue as constituting a larger project of national development. At the end of the paper, we highlight the connection between the institutional environment of national-development and the formation of a Brazilian tradition of regionalist thinking that Amazon will have great influence in the 40 and 50, and will be responsible for preparing a development discourse regionalist from the influence of authors such as Euclides da Cunha and Gilberto Freyre. Authors such as Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins and Djalma Batista, among others, are considered some of the most responsible for drafting an intellectual discourse that, according to one of the main conclusions of the study, has its conditions of possibility created and driven from the reality political-institutional context that is the formation of developmental institutions in the Amazon in the 40 and 50. Forming a discursive formation which will assign the name of developmentalism-regionalist.

Key words: Discursive formation; National development; Regionalist ideology; Regional development in the Amazon

LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BASA	Banco da Amazônia S/A
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BCB	Banco de Crédito da Borracha
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEDB	Comissão Executiva de Defesa da Borracha
CODECO	Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CPATU	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
CPC	Centros Popular de Cultura
CVSF	Comissão do Vale do Rio São Francisco
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAN	Instituto Agrônomo do Norte
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NEI	Nova Economia Institucional
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SPVERFSP	Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TVA	Tennessee Valley Authority

UDN
ZFM

União Democrática Nacional
Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS E METODOLOGIA	27
2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	30
2.2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE REFERÊNCIA	34
2.2.1 O enfoque da história da cultura e das mentalidades: em busca de uma arqueogenealogia das formações discursivas	36
2.2.2 Um novo papel para o estudo das ideologias: a perspectiva hermenêutica de Paul Ricoeur.....	42
2.3 A DIMENSÃO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO E O ESTUDO DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	47
3 FORMAÇÃO, AUGE E DECLÍNIO DA IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL	56
3.1 A TRANSIÇÃO RUMO À FORMAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO DE PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL.....	59
3.2 A TRADIÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BRASILEIRO E OS ALICERCES DA IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA.....	61
3.3 O PAPEL DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO E A INTERPRETAÇÃO DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO E MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES	66
3.4 A IDEOLOGIA DA CULTURA BRASILEIRA E O NACIONALISMO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)	72
3.5 A CRISE DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E OS IMPASSES DA INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA: A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DA DÉCADA DE 60	77
3.5.1 A crise de hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista: o surgimento da nova teoria da dependência e a dinâmica do desenvolvimentismo autoritário no Brasil	79
3.5.2 A interpretação funcional-capitalista e o modelo endógeno de acumulação	84
4 O DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL E OS FUNDAMENTOS DO DISCURSO IDEOLÓGICO REGIONALISTA BRASILEIRO	87
4.1 A QUESTÃO RACIAL E A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA.....	90
4.2 A MISTIÇAGEM E O PAPEL DA CULTURA PATRIARCAL ENQUANTO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM GILBERTO FREYRE	101

4.2.1 O sentido político da obra de Gilberto Freyre na formação de um pacto conservador durante a revolução de 30.....	105
4.2.2 A luso-tropicologia e a noção de identidade regional na construção da obra de Gilberto Freyre.....	108
4.3 A CONTROVÉRSIA SOBRE O PAPEL DA CULTURA POPULAR E A AUTENTICIDADE DA NOÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL OU REGIONAL NO BRASIL.....	112
5 A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: ENCONTROS E DESENCONTROS.....	117
5.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: AS DÉCADAS DE 40 E 50.....	118
5.1.1 A formação de um novo ambiente institucional para as políticas desenvolvimentistas de caráter regional.....	124
5.2 O AMBIENTE INTELECTUAL NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA.....	128
5.3 ALGUMAS DAS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL NO PERÍODO PÓS 1964.....	137
6 OS DEBATES SOBRE AS ORIGENS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROBLEMA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL.....	141
6.1 A MUDANÇA DO EIXO DINÂMICO E OS MOTIVOS DO APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS BRASILEIRAS: A INTERPRETAÇÃO DE CELSO FURTADO.....	144
6.2 AS CONTROVÉRSIAS SOBRE A ORIGEM DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	147
6.3 OS DEBATES SOBRE OS LIMITES E DEFICIÊNCIAS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA.....	151
6.4 A PERSPECTIVA CRÍTICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CONTROVÉRSIA SOBRE OS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DA ESTRATÉGIA DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL.....	157
7 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA.....	166
7.1 ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX.....	167
7.1.1 A INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DA AMAZÔNIA E OS ASPECTOS GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO (REGIONAL) BRASILEIRO.....	172
7.1.2 ASPECTOS POLÍTICOS-INSTITUCIONAIS E A FORMAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE INSTITUCIONAL AMAZÔNICO DURANTE A REPÚBLICA VELHA.....	183

7.2 AS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA	190
7.2.1 As relações Estado-Sociedade no Brasil: as visões tradicionais	191
7.2.1.1 As repercussões do modo de ser neoportuguês em nossa estrutura patriarcal: a passagem da ordem rural para a ordem urbana durante o século XIX	194
7.2.1.2 A interpretação da formação do patrimonialismo brasileiro	198
7.2.2 A revolução de 30, as mudanças na configuração das relações Estado-Sociedade no Brasil e a emergência da questão regional na Amazônia.....	199
8 O QUADRO ANALÍTICO SUBJACENTE AO DEBATE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL AMAZÔNICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	209
8.1 A FORMAÇÃO DE UMA NOVA TRADIÇÃO INTELLECTUAL DOS ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA: A FASE PRÉ-DESENVOLVIMENTISTA.....	214
8.1.1 Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido.....	216
8.1.2 As primeiras influências e a formação de uma nova tradição intelectual regionalista durante a década de 30.....	224
8.2 A FORMAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DE UMA NOVA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA-REGIONALISTA NA AMAZÔNIA	228
8.2.1 Djalma Batista, a defesa da cultura e a importância da questão regional amazônica	229
8.2.2 O pensamento de Arthur Cezar Ferreira Reis e a formação de uma historiografia de matriz desenvolvimentista na Amazônia	237
8.2.3 Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e a busca pela conciliação ecológica como estratégia de desenvolvimento regional para a Amazônia	245
9 O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA-REGIONALISTA AMAZÔNICO EM SUA TENTATIVA DE CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL NAS DÉCADAS DE 40 E 50	251
9.1 O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O PERÍODO INICIAL DE FORMAÇÃO DE UM NOVO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA AMAZÔNIA (1946-1953).....	254
9.1.1 O contexto político e institucional brasileiro no período pós-guerra.....	258
9.1.2 A natureza conciliatória e os aspectos político-institucionais da elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.....	265
9.2.1 A FORMAÇÃO DE UMA BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ORGANIZAÇÕES DE FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 50	276
9.2.2 A EMERGÊNCIA DE NOVOS INTERESSES EMPRESARIAIS E A FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PATRONAL INDUSTRIAL NA AMAZÔNIA	280

9.2.3 O Contexto institucional de atuação da SPVEA e as características discursivas da estratégia de valorização econômica da Amazônia	283
10 CONCLUSÃO.....	291
REFERÊNCIAS	301

1 INTRODUÇÃO

Como bem nos lembra Renato Ortiz (2006, p. 17), a análise e caracterização da burguesia nacional brasileira feita por Florestan Fernandes – em seu clássico *A Revolução Burguesa no Brasil (1975)* –, nos remete a um diagnóstico e um retrato interpretativo da situação histórica da chamada revolução burguesa no Brasil, que terá grande repercussão no pensamento sociológico brasileiro da década de 70 e início da década de 80. Uma interpretação que se transformou em elemento de extrema importância no debate intelectual e político brasileiro exatamente no período de sua redemocratização. Uma obra que expressa uma linha de interpretação historiográfica e sociológica que nos remete a um debate de grande envergadura em nossa tradição intelectual, e que trata das características e formação das elites brasileiras em seu projeto, truncado, de modernização do país. Elites que teriam como característica principal, segundo Florestan, uma espécie de espírito modernizador de perfil apenas moderado. Diagnóstico que, segundo Renato Ortiz, poderia ser comprovado à medida que poderíamos observar que no Brasil se implantou historicamente “uma democracia restrita que não estende o direito de cidadania a toda a população” (ORTIZ, 2006, p. 17). Uma realidade que seria impulsionada por uma dinâmica de desenvolvimento de um capitalismo periférico que tem, na burguesia local, o interesse maior de “transformação capitalista para reforçar seus interesses estamentais. Dito de outra forma, a burguesia não possui na periferia o papel civilizador que desempenhou na Europa” (ORTIZ, 2006, p. 17). Interpretação que se inspira, portanto, em uma longa tradição do pensamento político e social brasileiro que se alimenta do debate sobre as origens e especificidades de nossa formação histórica e cultural como país com fortes heranças coloniais.

E é neste sentido que podemos dizer que o debate mais amplo sobre o papel das elites brasileiras na construção de um projeto de desenvolvimento nacional é uma das marcas de nossa tradição intelectual que se constitui enquanto problema de pesquisa em boa parte já na primeira metade do século XX. Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Raimundo Faoro, Celso Furtado, entre outros, darão vazão – entre as décadas de 30 e 50 – a um amplo rol de perspectivas e interpretações sobre a formação econômica, política e social brasileira, que se afirmarão em nossa tradição intelectual, posteriormente, ao longo de todo o restante do século XX. Uma perspectiva que, durante a

década de 50, passará a incorporar de modo mais enfático em suas análises um forte viés de compreensão das estruturais econômicas de base colonial e exportadora, entendidas à época como fator determinante das relações entre o papel político das elites nacionais e o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo. Variáveis que passam a ser compreendidas, neste momento, como condicionando e limitando, pelo ponto de vista político-institucional, as possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo para o país.

Por essa perspectiva historiográfica de viés estruturalista, o papel de vanguarda que deveriam assumir as elites econômicas e intelectuais brasileiras em um processo de construção nacional, passaria a ser visto, durante toda a década de 50, como um elemento considerado de fundamental importância; como componente estrutural de dimensão política capaz de explicar em boa parte os limites institucionais e os vícios do capitalismo brasileiro em sua condição de periferia do sistema capitalista mundial. Uma realidade que nos imporia uma condição, em última instância, de dependência, a qual constituiria o cerne de nossa condição histórica de país periférico ou subdesenvolvido. Elemento condicionante, portanto, para a formação de uma elite econômica e intelectual com características consideradas “alienantes” e “colonizadas”, no sentido da busca das reais condições de autonomia e desenvolvimento da nação brasileira. Uma elite que, ao ser vista como impossibilitada de conduzir de forma adequada o projeto de desenvolvimento nacional – tendo em vista seus laços e interesses atrelados a um modelo primário-exportador –, precisava ser superada historicamente pela formação de uma nova elite industrial, a qual deveria se tornar responsável pela construção de um projeto alternativo de modernização para o país. Projeto que deveria ser conduzido, por sua vez, por novos atores econômicos e políticos capazes de assumir o papel de condução de um “autêntico” projeto de desenvolvimento nacional. E que para isso, se fazia necessário a formação de novas idéias, que em suporte aos ideais de industrialização, fossem capazes de sustentar um projeto de desenvolvimento nacional em completa sintonia com as necessidades estruturais de superação de nossa condição de país subdesenvolvido.

E é tendo em vista esta leitura mais ampla e geral no que diz respeito à realidade brasileira e sua relação com seus aspectos estruturais mais fortemente ligados à possibilidade de emergência de uma elite intelectual e política capaz de conduzir um processo de

desenvolvimento nacional, que buscaremos inicialmente refletir aqui neste trabalho sobre as condições específicas em que – neste contexto de reflexão teórica e historiográfica mais ampla –, também se poderia atribuir a relevância e a importância de se investigar a existência de tentativas efetivas de se constituir, em nível regional, um discurso em sintonia ao estilo desenvolvimentista que se fazia hegemônico no Brasil durante as décadas de 40, 50 e início da década de 60. Um discurso que, à moda nacionalista e desenvolvimentista brasileira, pudesse tentar arregimentar segmentos empresariais e intelectuais em regiões periféricas, em um contexto de pleno desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro. Um discurso que, por hipótese, pudesse ser visto como sendo capitaneado por segmentos das elites intelectuais e econômicas dessas regiões, e que pudessem representar, por essa via, uma natureza peculiar e específica de formação discursiva e sociológica de nossa matriz de pensamento desenvolvimentista em escala regional.

Uma hipótese e um problema de pesquisa que, por outro lado, passa a nos colocar uma questão metodológica imediata no que diz respeito às condições de possibilidade de replicação do padrão de pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro em regiões periféricas. E neste sentido, um estudo sobre a Amazônia pode representar um estudo de caso com o objetivo específico de melhor avaliar essa possibilidade. Assim como também nos serve com o intuito de representar uma oportunidade de melhor compreender a formação institucional das elites regionais amazônicas em seu contexto de formação e influência mais diretamente ligada à tradição política e intelectual desenvolvimentista brasileira no século XX. E neste sentido, poderíamos inclusive nos questionar de modo mais específico ainda sobre que tipo de projeto desenvolvimentista para a Amazônia estas elites poderiam representar em seu contexto histórico? Ou seja, quais as condições de possibilidade para a sua emergência enquanto uma espécie de regularidade discursiva (tal como esse conceito é utilizado por Michel Foucault)? Como funcionaria a sua forma de pensamento ou ideologia mais fundamental? E qual a noção de progresso que se infiltraria historicamente em seu sistema de pensamento de matriz e inspiração extrativista e de base mercantil do início do século XX?

Estas são algumas das questões de fundo que representam um leque de preocupações que consideramos das mais relevantes, na medida em que hoje se discute os rumos da questão ambiental do planeta, e a ele se associa a questão amazônica como um componente de

fundamental importância. Uma reflexão que se soma a um forte debate já tradicional na literatura econômica e sobre desenvolvimento sobre o papel da dinâmica regional amazônica no contexto do desenvolvimento nacional brasileiro; assim como ao papel dos atores regionais em um novo contexto de globalização, no qual os mesmos se articulam com uma nova gama de interesses, redes e ideologias em escala global. Por outro lado, já nos é tido como inegável também, do ponto de vista teórico, a percepção de que não exista possibilidade atual de construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para uma região como a Amazônia, sem que tenhamos a participação e conhecimento suficiente sobre o modo de funcionamento da sociedade e de suas instituições locais. E neste sentido achamos que sem um conhecimento apurado sobre a forma como as elites locais se movimentam nesse jogo de disputas e interesses em escala global, não sejam possíveis a construção de um arcabouço teórico capaz de dar conta da compreensão dos atuais dilemas institucionais do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

É dentro desta mesma linha de raciocínio, que autores como Bertha Becker e Francisco de Assis Costa, entre outros (BECKER, 2004; CGEE, 2009) nos tem alertado mais recentemente sobre o fato de que a Amazônia, enquanto unidade de análise, não deve mais ser considerada como um espaço territorial homogêneo. Uma unidade geográfica ameaçada por uma fronteira econômica nacional que supostamente seria a responsável por agredir (de maneira exógena) o equilíbrio interno de seu sistema biótico e abiótico uniforme. Como se a dinâmica social e econômica regional fosse passiva, ou respondessem de forma homogênea, aos desafios impostos pelo processo de mudanças conduzidas durante a sua integração nacional na segunda metade do século XX, assim como a sua integração mais recente ao processo de globalização comercial e financeira.

A Amazônia brasileira ao contrário, segundo Becker, deve ser considerada – e isso já é algo largamente difundido na literatura especializada –, como uma macro-região que possui os seus próprios protagonistas “modernizadores” locais. E que, por isso, deveria ter sua dinâmica econômica e territorial compreendida e explicada não apenas pela análise da influência de seus aspectos modernizadores de origem e influência externa à região. Mas também por uma diversidade de formas e processos sociais e econômicos internos – capitaneados e apoiados muitas das vezes por segmentos e representantes das elites regionais, assim como por sua população tradicional de índios, ribeirinhos, caboclos ou camponeses –

que se apresenta de forma multifacetada e compondo, hoje, um cenário que constitui o espaço regional amazônico em sua plenitude; em termos de complexidade, diversidade, e ambiente de disputa econômica e política. Um espaço territorial de grande complexidade em que alguns ainda hoje insistem em definir como compondo uma espécie de “homogeneidade” regional. Mas que, na verdade, representa uma diversidade de processos e trajetórias internas que comporiam, de modo complexo, e evolucionário, a dinâmica econômica regional (COSTA, 2008, 2009).

Uma dinâmica alimentada por um ambiente territorial multifacetado que agrega, por sua vez, uma teia de contradições as quais se expressam a partir de conflitos latentes, como por exemplo: a disputa pela posse e uso da terra; pelo direito a apropriação dos recursos naturais; pelo controle sobre o sistema de crédito produtivo; pela disputa territorial entre diferentes padrões tecnológicos de base agrária, entre outros. Conflitos que em sua maior parte parecem, à primeira vista, se concretizar enquanto fenômenos restritos e independentes entre si. Mas que na verdade se constituem enquanto partes ou componentes mais imediatos e visíveis de um sistema operando com uma lógica de funcionamento que se institucionaliza a partir de vínculos materiais e simbólicos diretamente associados a interesses (locais, nacionais e internacionais) que se harmonizam parcialmente ou se conflitam, materializando-se enquanto ambiente institucional que se constitui enquanto síntese de uma diversidade territorial amazônica como hoje a conhecemos.

Neste contexto, uma das preocupações centrais – no que diz respeito à compreensão da atual dinâmica de desenvolvimento sócio-ambiental e econômico da Amazônia –, passa, portanto, pela compreensão da formação histórica do pensamento das elites regionais e das trajetórias institucionais que alimentaram historicamente o perfil de formação específica do desenvolvimento nacional e regional amazônico no século XX. Configurações que se constituem também por elementos discursivos que conformam um leque de alternativas e um campo simbólico de disputas políticas e econômicas de grande relevância para a compreensão do ambiente institucional que se forma historicamente, e que compõem ainda hoje um território amazônico multifacetado também em seus aspectos discursivos. Não é de hoje, portanto, que as disputas nos campos intelectuais e político se desenrolam na Amazônia tendo em vista os dilemas e contradições que se desenvolvem entre uma ânsia por modernização e progresso, de um lado; e um desejo de preservação de uma tradição cultural considerada como

fonte de uma estabilidade sócio-ambiental e ecológica da floresta amazônica, por outro. Contradição que, a nosso ver, se manifestará também com grande intensidade no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o período de auge do nacional-desenvolvimentismo no final da década de 50 e início da década de 60 no Brasil. Neste contexto, as disputas econômicas e sociais passam a ser alimentadas por discursos de desenvolvimento que se impõem enquanto alternativa para um tradicional dilema amazônico, qual seja: o dilema histórico entre *extrativismo* e *modernidade* (COSTA, 1992, 1995).

E nessa ótica, não podemos negligenciar o papel aqui relevante que assume o contexto geopolítico nacional e internacional que alimentava, à época, o sentido das disputas que se davam também explicitamente no campo da política e dos interesses econômicos mais explícitos. O que faz a necessidade de compreendermos a plataforma complexa e o pano de fundo sobre a qual estas disputas se realizavam enquanto cenário institucional de interesses dos mais variados tipos. Espaços que representam uma espécie de *locus* aonde, em termos concretos, ocorrem as verdadeiras disputas pelo domínio das organizações e dos instrumentos de controle ideológico do estado e da sociedade civil, em sua relação com o funcionamento das instituições que organizam o funcionamento da sociedade na região. Sem analisar os aspectos propriamente de natureza institucionais e das trajetórias históricas que sustentam a realidade das regras do jogo econômico, social e político que estão postas em cada caso concreto, acreditamos que não se possa fazer qualquer juízo mais adequado para a compreensão da realidade amazônica, inclusive quando extrapolados seus efeitos sobre a realidade econômica atual.

É neste sentido que podemos afirmar que as abordagens tradicionais de estudos de historiografia sobre a Amazônia pecam, em sua maior parte, por não conseguirem compreender, ou dar valor suficiente, à compreensão mais profunda das características institucionais que, a nosso ver, condicionam a formação histórica e econômica da Amazônia ao longo de séculos. E nesse sentido, para cada fase de expansão e decadência da região – que se manifestam muitas vezes na forma de ciclos econômicos estanques –, estas abordagens não conseguem apreender de maneira adequada as dinâmicas econômicas e sociais que, após e durante cada ciclo, se mantêm orientando em boa parte a sua atividade econômica e conformando o ambiente institucional amazônico em toda a sua complexidade (COSTA, 2009, 2010). Ao contrário do que destaca a maioria das abordagens que tratam do assunto,

portanto, acreditamos que são estas implicações históricas que formam, ao contrário, o que de mais sólido componente poderíamos ter enquanto elemento responsável pela dinâmica que interfere nas *regras do jogo* institucional amazônico até os dias de hoje. E que, a partir delas, se mantém orientando as atividades econômicas e políticas regionais em seus aspectos mais essenciais e relevantes na atualidade.

Estudar a constituição histórica da Amazônia sem levar em consideração estes componentes de estabilidade institucionais que mantêm uma estrutura de funcionamento básico da realidade regional, ao estilo *path dependency*, implica a nosso ver, portanto, em desconhecimento das reais condições que se pode inferir a partir de qualquer espécie de intervenção sobre a realidade local. Uma realidade que, à moda neo-institucionalista, deveria ser compreendida inclusive para além da simples reprodução de um padrão de códigos, leis e regras que alimentariam, do ponto de vista formal, o funcionamento das “leis de mercado” em um ambiente organizacional específico (NORTH, 1990). Ao contrário do que pensam a maioria das abordagens que cuidam das intervenções oficiais do Estado sobre a Amazônia ainda nos dias de hoje, o que queremos sustentar, é a posição já largamente reconhecida na literatura (POLANY, 1944) – e reforçada mais recentemente pelo ponto de vista teórico da chamada *Nova Economia Institucional* (NEI) –, de que as regras de funcionamento do mercado, assim como de qualquer outro tipo de forma de interação social, devam ser compreendidas como o resultado da formação histórica de um ambiente institucional mais específico. Que mescla aspectos formais e informais num complexo jogo de interação que se constitui como fundamento para o estabelecimento de regras de funcionamento da sociedade em um determinado contexto histórico. E que, por isso, se tornam responsáveis pela orientação dos padrões de comportamento dos indivíduos em situações ambientais muito específicas. Situações que se expressam, por sua vez, a partir de uma realidade econômica e social historicamente determinada, e constituída a partir de uma rica experiência histórica. Fato que as torna necessária enquanto instrumento social efetivo com capacidade de forjar as condições de estabilidade institucionais responsáveis pelo bom funcionamento do sistema de contratos em uma sociedade de mercado (WILLIAMSON, 1996; NORTH, 1990).

De acordo com o que entende Douglass North (1990), por exemplo, instituições representam conceitualmente uma conjunção de aspectos formais e informais que sustentam as *regras do jogo* de funcionamento de uma sociedade, e que, por isso, permitem a existência

de relações econômicas com alguma estabilidade e eficiência ao longo do tempo. Estabilidade capaz de garantir a existência e funcionamento, mesmo que imperfeito, de um sistema de mercado e seus correlatos. No entanto, segundo North (1990), não se pode garantir que estas instituições, apesar de seu elemento de estabilidade, possam representar ou cumprir o papel de servir como verdadeiras fontes garantidoras da eficiência econômica do sistema. É possível a existência, neste contexto, de instituições que não permitam o bom desenvolvimento e eficiência de um sistema de contratos e de uma economia de mercado, capazes de garantir o direito de propriedade e a diminuição dos custos de transação em uma economia (NORTH, 1990). Daí a imbricada e complexa correlação entre o bom e adequado desenvolvimento institucional e as condições e resultados efetivos em termos de produtividade e desenvolvimento econômico de um país. Para North, boa parte das razões para o desempenho inadequado – em termos de desenvolvimento econômico – de alguns países ou regiões, está exatamente na deficiência de suas instituições. E nesse sentido, a necessidade de estudos cada vez mais sofisticados sobre a formação da dinâmica institucional de um determinado país ou região, a nosso ver, torna-se um aspecto de fundamental importância para a elaboração de bons diagnósticos sobre as razões e condições efetivas de seu nível de desenvolvimento atual.

É tendo em vista, por fim, esta preocupação com a compreensão da natureza da formação histórica e social da Amazônia em seus aspectos mais amplos, portanto, que procuraremos aqui neste trabalho desenvolver, em um plano mais específico, uma síntese dos principais elementos que poderiam nos ajudar a reconstituir, do ponto de vista histórico, o mosaico de conflitos, interesses e características que alimentaram – por uma perspectiva discursiva – as regras de funcionamento do ambiente institucional amazônico durante o chamado período do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Características que passaram a se constituir enquanto moldura de um campo institucional mais complexo que ao mesmo tempo se conserva e se modifica ao longo do tempo, à medida que seus fatores de estabilidade são pressionados e estrangidos por elementos externos. Conformando, ao longo da história, uma determinada trajetória de evolução institucional de característica muito específica e de dimensões e formato de natureza tipicamente “amazônica”.

É nesse contexto de estudo de evolução histórica e institucional, portanto, que teremos como hipótese o argumento de que tenha se formado na Amazônia, em meados do século XX, uma elite intelectual com a pretensão de impulsionar um modelo de desenvolvimento regional

que pudesse manter-se, de alguma forma, em sintonia com a matriz de pensamento hegemônico nacional-desenvolvimentista brasileiro da época. Uma perspectiva de viés regionalista-desenvolvimentista que se forma como síntese, portanto, a partir de uma missão de tentar representar uma leitura intelectual capaz de decifrar os códigos e as regras do jogo institucional brasileiro como um todo. E daí alimentar, como solução, um conjunto de propostas e criação de regras de funcionamento de organizações e do ambiente institucionais amazônico mais direcionado para a construção de um projeto desenvolvimentista em nível regional. E nesse contexto, o nosso argumento principal é o de que a formação do discurso desenvolvimentista brasileiro assume na Amazônia, por isso, uma conotação muito específica e de natureza tipicamente *culturalista*. Discurso fundamentalmente moldado de forma a se adaptar e impulsionar uma mudança na formação do ambiente institucional local, assim como com a pretensão de resolver os dilemas econômicos e geopolíticos que recorrentemente alimentavam os interesses e as preocupações dos atores regionais e nacionais em relação à região.

Acreditamos, portanto, que não seja possível compreender os impasses de criação e operacionalização de organizações como a SPVEA na década de 50, por exemplo, sem uma leitura detalhada a respeito das disputas que se faziam presente no ambiente institucional que fundamentava a sua condição de existência, em nível mais amplo, e a partir de uma diversidade de posições ideológicas em questão. E que, por isso, eram orientadas por interesses dos mais variados tipos. Situação que alimentava, em última instância, a constituição das regras do jogo institucional local, mediada por uma relação de complementariedade e conflito com o desenvolvimento do processo de substituição de importações em pleno curso no Brasil (MANTEGA, 1995; BIELSCHOWSKY, 1996). Entender os dilemas destas organizações desenvolvimentista na Amazônia significa dar vazão a uma análise do contexto histórico em que a mesma se constitui enquanto expressão de significado concreto de uma realidade que se molda em entorno de um determinado ambiente institucional brasileiro, de perfil hegemônico nitidamente nacional-desenvolvimentista.

E é neste sentido que podemos afirmar que, na Amazônia, a preocupação com a industrialização se torna, ao contrário do que ocorre no restante do país, um componente bem menos determinante para seu processo de desenvolvimento institucional (apesar de ser de qualquer forma afetado por este processo em última instância). Aspectos como a

diversificação da base produtiva, estímulo a heveicultura e à produção agrícola – além de investimentos na formação de instituições de pesquisa – representaram elementos, talvez, mais relevantes para a compreensão do discurso desenvolvimentista na Amazônia do que a própria estratégia de industrialização em si. O que se mostraria um caso bem diferente em relação ao Nordeste, com seu modelo “furtadiano” típico de substituição regional de importações. Por outro lado, de um ponto de vista de análise estritamente intelectual, um discurso de natureza *culturalista* assume na Amazônia um papel muito mais importante e bem diverso também do que o ocorreu no Nordeste.

Na Amazônia, o discurso *culturalista* – por um ponto de vista mais político – assume um papel importante também enquanto instrumento ideológico e econômico a favor da defesa de interesses de grupos regionais. Uma perspectiva que se apresenta como alternativa de mediação política com o objetivo de promover um processo de mudanças no ambiente institucional local, mas sem perder a perspectiva de manutenção dos interesses das elites regionais. O que acaba por constituir, em nível local, um ambiente ao mesmo tempo favorável e promotor de uma estratégia desenvolvimentista com características muito específicas. Uma realidade e um projeto que viria supostamente com o intuito de se transformar em uma estratégia de modernização melhor adaptada em relação ao ambiente ecológico dos trópicos úmidos.

Diferente disso, no Nordeste este mesmo discurso regionalista era visto como imediatamente contrário e antagônico em relação ao ideal de modernização do projeto de industrialização da região. Os ideais regionalistas no Nordeste representavam em verdade, desse modo, uma tentativa de brechar o avanço da modernização e do processo de industrialização e urbanização em curso. Configurando uma abordagem ideológica de natureza estritamente conservadora. Já no caso da Amazônia isso parece não ocorrer de forma tão nítida. Estando o discurso regionalista amazônico muito mais moldado e voltado para uma estratégia em favor da defesa conciliatória dos interesses de preservação da autonomia das elites regionais em um projeto de modernização econômica e integração física-espacial da região em relação ao país.

Nesse sentido, o discurso nacional-autoritário que se tornaria cada vez mais importante a partir do regime militar, em 1964, parece encontrar no discurso regionalista amazônico (durante o período pós Segunda Guerra Mundial) um importante componente mediador e um

pano de fundo institucional, que acabaria, por fim, por facilitar seu processo de aceitação social do projeto de modernização nacional em escala regional. No período de amadurecimento e auge do nacional-desenvolvimentismo no Brasil (de 1946 a 1964), portanto, o que se verificou na Amazônia foi uma situação de conflito de interesses federalistas mediado de modo implícito por um discurso regionalista e desenvolvimentista moderado que se mantinha em defesa da preservação dos valores culturais amazônicos. Uma tentativa de defesa de um projeto de modernização mediada, portanto, por uma estratégia de desenvolvimento em bases culturalmente mais flexíveis, e voltadas para a preservação dos interesses de amplos segmentos das elites regionais. Uma estratégia que, por fim, sucumbirá a partir da década de 70, demonstrando toda sua fragilidade e alto nível de idealização, sucumbindo em favor de uma estratégia econômica homogeneizadora que imporá um sentido geopolítico muito mais austero e explícito em relação ao processo de modernização autoritária da nação brasileira em relação à Amazônia.

Projeto este último que terá sérias implicações para a constituição do perfil de conflitos de relações federativas entre as elites dos estados amazônicos e o governo federal, durante o período posterior à crise do nacional-desenvolvimentismo nas décadas de 60. Estendendo-se, inclusive, até os dias de hoje, quando ainda se mantém uma série de impasses federativos relacionados tanto aos impactos dos grandes projetos de mineração, como ao processo de ocupação da terra, desmatamento e ao modelo de estrutura fiscal no qual se assenta as relações federalistas entre os interesses dos estados regionais amazônicos e o estado nacional brasileiro como um todo. Uma relação de natureza geopolítica e econômica que acabará por se constituir como alicerce fundamental do ambiente institucional amazônico ainda nos dias de hoje, e que limitará a mobilidade das ações estratégicas locais no sentido da montagem de uma grande operação de desenvolvimento regional (tal como imaginadas pelos ideólogos desenvolvimentista-regionalistas amazônicos da década de 40 e 50).

Uma lógica que, à época, à medida que tenta conciliar o interesse da indústria nacional de artefatos de borracha à questão geopolítica de ocupação do território amazônico pelo Estado brasileiro – e, mais ainda, aos interesses das oligarquias regionais da borracha em decadência – constitui-se como um discurso *desenvolvimentista* de feições inovadoras, as quais irão representar e moldar as regras do jogo institucional que alimentarão toda ação

econômica das organizações privadas e de Estado (em disputa no território amazônico) durante toda a segunda metade do século XX.

Para a compreensão clara desse processo histórico de natureza multifacetada e complexa, se fez necessário neste trabalho primeiramente uma análise das condições de possibilidades epistêmicas mais amplas que alimentaram os conceitos e as mentes dos atores e organizações que faziam parte do ambiente institucional nacional e regional brasileiro durante o período nacional-desenvolvimentista. Daí a necessidade de uma revisão também dos componentes discursivos, em nível nacional e regional, os quais iriam compor um leque de influências e perspectivas no sentido de se compreender o “espírito de uma época”. Momento em que se discutia as condições objetivas e os interesses mais amplos que estariam atrelados fundamentalmente ao debate sobre desenvolvimento nacional brasileiro nas décadas de 40, 50 e início da década de 60. Tarefa que após uma apresentação da metodologia e objetivos gerais a que o estudo se propõe (Capítulo 2), toma forma mais específica entre os capítulos 3 a 6. Em seguida, buscamos desenvolver uma tentativa de se descer ao nível local e regional na costura de uma interface entre as esferas de discurso nacional (analisados nas partes anteriores) e sua relação com o tema do desenvolvimento da Amazônia. Uma iniciativa que busca criar condições para uma leitura mais apropriada do ambiente institucional amazônico com o intuito de dar conta de uma interpretação mais sistêmica e completa da realidade discursiva que alimentou o sentido histórico do desenvolvimentismo amazônico durante boa parte do século XX. Momento em que ficará claro, a nosso ver, a influência do debate regionalista e culturalista brasileiro também sobre a formação dos intelectuais responsáveis pela elaboração do discurso desenvolvimentista-regionalista amazônico. Uma condição que se desenvolve a partir da junção de trajetórias históricas e intelectuais muito precisas, e que terão neste período seu momento de inflexão mais profundo, no sentido da emergência de uma série de novas condições institucionais e discursivas que favorecerão a conformação e sedimentação de um discursivo desenvolvimentista de natureza específica na Amazônia.

Como um todo, o que queremos ressaltar do ponto de vista metodológico neste estudo, portanto, é a importância de se avaliar o processo de formação histórico e institucional dos elementos discursivos responsáveis pela constituição do modelo de interpretação que as sociedades e as elites regionais brasileiras compreendem como resultado, e como objetivo em si, de seu processo histórico de desenvolvimento. Ou seja, utilizando como estudo de caso

a formação discursiva das elites regionais amazônicas, o que queremos tentar demonstrar são as características genealógicas da formação de todo um modelo de interpretação dos gargalos estruturais que as elites regionais compreendem como sendo os limites do desenvolvimento regional amazônico. Elementos discursivos que condicionam muitas vezes a formação das instituições e das organizações de estado responsáveis pela elaboração, planejamento e execução das políticas de desenvolvimento regional na Amazônia ainda nos dias de hoje. A natureza *path dependency* de nossas organizações de estado representam aqui um fator determinante para a compreensão dos limites institucionais e empecilhos para o desenvolvimento de políticas mais adequadas de desenvolvimento regional. Acreditamos que não conseguiremos compreender estes desafios sem conhecer as entranhas das organizações e do ambiente institucional desenvolvimentista que fizeram parte de sua formação histórica. Condicionando, inclusive do ponto de vista discursivo, a formação de nosso ambiente de elaboração de políticas de desenvolvimento regional na atualidade.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O debate sobre a formação histórica do pensamento econômico e social brasileiro e sua relação com a idéia de planejamento do desenvolvimento nacional, tem nos anos 80 um momento de grande efervescência. Um período em que o ambiente de redemocratização do país – carregado de rejeição a tudo o que pudesse parecer como resquício do autoritarismo do regime militar –, acabou por alimentar um “espírito” de aversão a toda e qualquer noção de planejamento econômico e intervenção estatal no Brasil. Uma rejeição que ia se consolidando politicamente à medida que ganhava força uma perspectiva liberal que irá se tornar hegemônica a partir do início da década de 90. Período em que um processo de abertura comercial e financeira da economia brasileira – conduzida pelo então presidente Fernando Collor de Melo –, irá se desenvolver através de um amplo processo de desmonte de boa parte da estrutura de intervenção do Estado brasileiro que havia sido implantado desde a “Era Vargas”¹.

Neste contexto, a crise da economia brasileira e seus aspectos de forte conteúdo conjuntural (inflação, problemas na balança de pagamentos, dívida externa, etc.), irão contribuir de forma decisiva para reforçar a sensação de descrédito para com as estratégias de planejamento e intervenção estatal voltadas para uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo no Brasil – jogando o foco de atenção teórica e política para as alternativas e solução de problemas mais imediatos. Um movimento político amplo que acabou por se constituir enquanto discurso fortemente influenciado pela onda neoliberalizante que tomava conta do mundo ocidental, e nos impulsionava rumo a uma encruzilhada teórica e política de grandes repercussões para o futuro do país. Num momento em que o foco de atenção de uma parcela significativa da intelectualidade brasileira se volta – por força dos fatos –, para uma avaliação crítica e reflexiva sobre as origens, perspectivas e limites das políticas de desenvolvimento econômico implantadas desde a década de 30. Assim como da natureza e formação do Estado desenvolvimentista brasileiro, então em crise.

É nesse momento que uma parcela significativa da intelectualidade brasileira, formada na tradição de pensamento econômico estruturalista e cepalino, se volta para uma tentativa de

¹Como afirma o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos: “a declaração propositiva do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que iria terminar com a Era Vargas veio a ser o pico de glória do até então murmúrio das catacumbas. Reduzido à ditadura e ao populismo, o legado varguista estaria destinado à página de débitos da nação, antes que à reserva de vários e benéficos exemplos, inspiradores de possíveis futuros” (SANTOS, 2006, p.17).

reflexão mais profunda a respeito de suas origens. Autores como Ricardo Bielschowsky (1988), Guido Mantega (1984), Luiz Carlos Bresser Pereira (1982) entre outros, irão buscar aprofundar, em plena crise da economia brasileira na década de 80, os debates sobre a natureza e formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Debate que havia se iniciado na década de 60 – num período posterior à implantação do regime militar em 1964 – sobre a influência, entre outros, da *teoria da dependência* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970). Uma estratégia de avaliação crítica que se reforça num período de redemocratização, na medida em que tem como uma de suas principais bandeiras, uma reavaliação profunda dos ideais desenvolvimentistas brasileiros, assim como de seus fundamentos teóricos intervencionistas mais fundamentais. Estimulando a busca por um balanço crítico em relação à experiência intelectual e política brasileira que havia sido gerada a partir de uma estratégia desenvolvimentista ao longo do século XX.

Não ficaram imunes às críticas, as abordagens cepalinas e isebianas, consideradas como fundamentos da tradição intelectual desenvolvimentista agora em crise. Contra elas, emergiam novas tradições intelectuais à esquerda e à direita que alimentavam a expectativa de uma reforma na concepção geral do Estado brasileiro, e de seu papel na condução da política de desenvolvimento do país. Um projeto que tinha, em seu todo, também, o intuito de fazer um exercício histórico de sistematização da produção teórica brasileira voltada para o tema do papel do Estado em sua relação com a questão da industrialização e do planejamento do desenvolvimento nacional. Alimentando, por esse caminho, uma melhor reflexão sobre a necessidade de se rever alguns de seus pressupostos teóricos mais fundamentais; tendo em vista a idéia força que irá animar alguns de seus principais participantes no sentido de tentar reconstruir, em novas bases, um projeto nacional de desenvolvimento para o país².

É no contexto desta busca por um balanço crítico da tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro, que, por exemplo, Ricardo Bielschowsky (1996) se volta para um estudo sistemático a respeito da dinâmica dos períodos de formação, desenvolvimento, auge e declínio do chamado ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil (que se estenderia, segundo o autor, entre os anos de 1930 e 1964). Momento em que a estratégia de intervenção estatal e o planejamento do processo de industrialização brasileira passam a

² Foi a partir dessas reflexões críticas da década de 80, por exemplo, que surgem iniciativas como a reforma gerencial do Estado brasileiro. Levado a cabo por Luis Carlos Bresser Pereira enquanto esteve à frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

serem considerados como a força motriz do projeto histórico de construção de um modelo de desenvolvimento nacional; qual seja: o chamado nacional-desenvolvimentismo. Um projeto de grande envergadura intelectual e política, e fonte orientadora na formação de toda uma geração de economistas e cientistas sociais formados durante as décadas de 40, 50 e 60 no Brasil.

Não é de hoje, portanto, que uma avaliação mais ampla da história do pensamento econômico e da tradição desenvolvimentista brasileira – dentro de uma perspectiva historiográfica mais crítica –, se torna objeto de um estudo mais sistemático com intuito de construir uma compreensão mais clara dos fundamentos intelectuais, políticos e sociais que orientaram a produção de estratégias desenvolvimentistas durante o seu ciclo básico de formação, desenvolvimento e crise, no período pós-guerra³. Uma perspectiva que muito contribuiu para uma melhor compreensão das características institucionais de evolução de nossa tradição intelectual, e de sua relação com a formação de uma estratégia mais ampla de elaboração de uma política de desenvolvimento econômico voltado para o tema da construção do Estado brasileiro em seu papel de fortalecimento histórico de uma trajetória de superação do subdesenvolvimento.

No entanto, apesar dos enormes avanços que estas tradicionais interpretações sobre a formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro representam – enquanto perspectivas que nos trazem uma melhor compreensão das raízes e fundamentos da tradição intelectual brasileira – cremos que muito ainda se tem por aprofundar a respeito de alguns de seus aspectos metodológicos mais específicos, assim como de possíveis e novos enfoques que se poderiam inferir a partir do debate desenvolvimentista em suas mais variadas dimensões e níveis de especificidade regionais. Características que, a nosso ver, constituem variações em termos de uma estratégia nacionalista mais ampla de fortalecimento dos instrumentos de intervenção estatal com o fim de implantar uma estratégia e modelo de desenvolvimento em todo o vasto território brasileiro. O que, por fim, exige um tratamento para a questão de sua formação discursiva que vai de uma compreensão mais ampla de seus componentes heurísticos mais gerais, até a concretude de sua realização mais específica em um ambiente

³ Outros exemplos de estudos semelhantes, no campo da historiografia das idéias políticas e da formação cultural da tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro vistos por uma outra perspectiva, são os estudos clássicos de Dante Moreira Leite (2007), Carlos Guilherme Motta (2008) e Caio Navarro de Toledo (1997). Todos estes estudos de grande profundidade, e voltados para a análise histórica da formação do que ficaria conhecido como *ideologia da cultura nacional brasileira*.

institucional em escala regional. cremos que a partir desse ponto, podemos finalmente conseguir estruturar uma visão mais sistêmica e abrangente sobre o processo de formação discursiva do pensamento desenvolvimentista brasileiro em toda a sua complexidade e manifestação em diferentes escalas e níveis de dimensões regionais.

2.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Tendo em vista este problema de ordem mais geral e concreta, acreditamos que se fazem necessários estudos mais detalhados sobre a interação entre a dimensão nacional do discurso desenvolvimentista brasileiro, e seus rebatimentos em contextos regionais específicos. Um estudo que passe a focar uma nova perspectiva que, na prática, ao abarcar dimensões e interesses que vão do nacional ao regional, representem, do ponto de vista sistêmico, um processo de leitura mais adequada da interação entre diferentes práticas ou dimensões discursivas que se colocam em constante estado de tensão mediada por soluções de compromisso federativo. Assim como por diferentes interesses políticos e econômicos de dimensões e escalas nacionais e regionais. Uma realidade que se manifesta, por sua vez, em seus mais diferentes contextos territoriais; e que, por isso mesmo, deve muitas vezes se fazer representar ideologicamente por discursos de identidade das mais variadas esferas e espaços de representação social. Uma tradição intelectual que, em sua natureza sistêmica, irá servir enquanto suporte para um projeto de feição nacional-desenvolvimentista, mas que também poderá representar uma expressão genealógica de grande interesse em relação à compreensão dos anseios modernizadores de uma parcela das elites regionais amazônicas, que expressam de alguma forma uma representação dos anseios mais gerais de modernização na periferia do sistema capitalista brasileiro.

Sendo assim, é por esse ponto de vista que podemos afirmar que, por mais valiosos que sejam os avanços interpretativos que autores como Mantega (1984), Bielschowsky (1988), Bresser Pereira (1982), entre outros, representaram para nossa compreensão a respeito dos rumos e heranças do pensamento econômico e social brasileiro durante o período desenvolvimentista. Estes ainda não parecem se mostrar suficientes, do ponto de vista da compreensão de suas mais variadas dimensões e alcances em relação ao seu nível regional de influência e formação institucional do vasto território nacional. Uma limitação que se mostra

explícita, tendo em vista que a maioria destas interpretações teóricas negligencia a importância do papel de significação das esferas regionais de formação de determinados enunciados, enquanto componentes de uma regularidade discursiva que, de certa forma, alimenta o modelo de interação entre as esferas nacionais e regionais de formação do discurso desenvolvimentista brasileiro em alguns de seus componentes mais relevantes.

Serão exatamente estes componentes de caráter mais regionalizados (negligenciados pelas interpretações tradicionais), aqueles que, a nosso ver, deverão ser os elementos de maior importância enquanto insumos para uma avaliação da influência da tradição desenvolvimentista sobre os níveis locais de formação institucional e política dos nossos diferentes espaços regionais. As escalas locais e regionais de formação do projeto de desenvolvimento nacional no Brasil representam, a nosso ver, portanto, um componente de grande relevância, que não pode ser desprezado quando da tentativa de compreensão das trajetórias e das “razões” pelas quais determinadas estratégias de desenvolvimento nacional acabam assumindo contornos tão disparees em diferentes regiões do país. Situação que, em certa medida, se torna responsável, ainda hoje, pela manutenção de uma diversidade de realidades institucionais e dimensões de influências política e intelectual que permanecem, de certa forma, enquanto heranças ainda da tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro da década de 50.

Sabemos, por outro lado, no que diz respeito ao tradicional debate sobre a *questão regional* no Brasil (CANO, 1985, 2000), que o mesmo tem se apresentado em nossa literatura acadêmica a partir de uma linha de análise muitas vezes compreendida em paralelo ou em leve intersecção em relação ao debate mais amplo sobre desenvolvimento nacional. Uma abordagem que poderia contribuir de forma muito mais efetiva, no entanto, se fosse analisada enquanto instrumento e elo estrutural de fundamental importância para a melhor compreensão das inter-relações entre os enfoques desenvolvimentistas (em sua dimensão em escala nacional), e os interesses de modernização orientada pelas elites regionais (com todos os seus complexos componentes territoriais e suas dimensões culturais e políticas locais específicas). É nesse sentido que o resultado histórico de uma análise das políticas desenvolvimentistas das décadas de 40, 50 e 60 – com suas diferentes estratégias de desenvolvimento em relação às regiões Norte e Nordeste do Brasil – seria, a nosso ver, um componente de fundamental importância para a melhor compreensão da construção institucional e simbólica destes

diferentes espaços regionais – constituídos historicamente a partir de características territoriais muito específicas. O que poucas vezes é levada em consideração pelas análises economicistas que não observam a formação do território enquanto espaço de extensão qualitativa e de construção de trajetórias institucionais com características próprias.

Os debates sobre os modelos de crescimento endógeno em sua matriz tradicional neoclássica apresentam, neste sentido, a limitação de não levar em consideração plenamente os aspectos qualitativos e territoriais – e, portanto, institucionais – os quais determinam uma dimensão específica que poderia ser bem melhor explorada no debate sobre desenvolvimento regional contemporâneo (BARQUERO, 2001). A nosso ver, portanto, é com a incorporação das análises sobre territórios e ambientes institucionais locais (como redes de interações sociais, formação de trajetórias tecnológicas, organizações e regras do jogo locais, etc), que a teoria do desenvolvimento endógeno – em sua vertente institucionalista e neo-schumpeteriana – ganha corpo à medida que se torna teoricamente capaz de se impor, em relação ao debate sobre desenvolvimento regional, enquanto um novo paradigma de análise voltado para a percepção do tema do desenvolvimento em novas bases conceituais e teóricas, com grande influência e sensibilidade para o trato da questão territorial.

Uma perspectiva que prioriza a importância da liderança do processo de desenvolvimento regional por meio do controle e domínio metodológico das trajetórias históricas que constituem o espaço regional em sua dimensão territorial mais concreta. Uma dimensão de desenvolvimento que supera, em muito, a simples importação de estratégias de crescimento econômico oriundas de outras regiões do país. E que, por isso, não se limita apenas a considerar o crescimento econômico a partir de uma visão restrita de espaço físico, ou como extensão territorial apenas (COSTA, 2006). Mas sim como uma perspectiva que compreende o espaço por um ponto de vista mais substantivo; como um território com identidade própria, aonde se observa, além do espaço homogêneo (enquanto extensão física), o entorno institucional em seus aspectos qualitativos e específicos (BARQUERO, 2001, p. 70). Aqui, inclusive – e esse é um dos principais objetivos desse trabalho – levando em consideração as formações discursivas que o configuram regionalmente, constituindo a sua especificidade enquanto componente qualitativo de sua trajetória de desenvolvimento institucional em âmbito local. Uma realidade que passa a ser melhor absorvida teoricamente pelos atuais modelos de desenvolvimento de matriz institucionalista; à medida em que estes

passam a levar em consideração toda a complexidade do ambiente local para além da simples consideração do valor do capital natural e das vantagens comparativas de natureza física apenas.

É seguindo esta mesma linha de raciocínio, que procuraremos ao longo deste trabalho desenvolver argumentos no sentido de mostrar que é quando buscamos superar uma análise espacial estrita sobre desenvolvimento – por meio de sua superação a partir de uma análise que valoriza a especificidade do ambiente local –, que conseguimos finalmente constituir um arcabouço teórico a nosso ver mais apropriado para abarcar uma noção de desenvolvimento com características mais próximas ao ideal do desenvolvimento sustentável (COSTA, 2006). É tendo em vista, portanto, o objetivo de tentar contribuir de um ponto de vista mais amplo com uma melhor problematização histórica da questão regional brasileira em sua interação com a dimensão territorial amazônica, que procuraremos justificar a necessidade de se avançar no estudo histórico da formação discursiva do ideário desenvolvimentista brasileiro em sua interação com o tema do desenvolvimento regional da Amazônia. Para isso teremos que avaliar de que forma a concepção discursiva do ideário desenvolvimentista brasileiro pôde ser integrada, e absorvida em escala regional, a partir de sua interação com a realidade econômica, política e cultural nacionalmente voltada para a construção de um Plano de Valorização Econômica para a Amazônia, durante as décadas de 40 e 50. Período considerado pela historiografia tradicional do pensamento econômico, como um período de auge do ciclo desenvolvimentista brasileiro (BIELSCHOWSKY, 1996).

Neste sentido, o que podemos afirmar é que tradicionalmente os estudos sobre a formação econômica e social da Amazônia têm se caracterizado pela ênfase na busca pela compreensão da dinâmica econômica regional como resultado de ciclos econômicos impulsionados por dinâmicas externas. Dos ciclos das drogas do sertão (no século XVII), passando pelo período de intervenção pombalino (na segunda metade do século XVIII), e pelo período da borracha (na virada dos séculos XIX ao XX), a história econômica da Amazônia é compreendida tradicionalmente como impulsionada por uma dinâmica de determinação econômica de padrão exterior, e que pouco de significativo apresentaria em termos de formação de uma economia regional de natureza mais estável e com uma dinâmica econômica própria, que não fosse uma pura extensão imediata em relação ao funcionamento da dinâmica de abastecimento de mercados externos. Perspectiva teórica que nos levou durante muito

tempo a conceber uma espécie de vázio econômico regional, e uma falta de interesse intelectual e acadêmico pela compreensão das trajetórias econômicas e institucionais que, por ventura, poderiam existir ou terem sido moldadas a partir de dinâmicas endógenas de funcionamento da economia regional amazônica (COSTA, 2006).

Por seus elementos endógenos, a Amazônia era vista, por essa perspectiva historiográfica tradicional, como um vázio econômico ou um espaço com características bióticas e culturais específicas, mas de pouco interesse no que diz respeito ao despertar de estudos mais aprofundados sobre a sua natureza econômica. Cabendo muito mais o interesse pelos estudos antropológicos e de conhecimento do funcionamento do bioma e das características culturais das “populações tradicionais” como espécies de excentricidade do ponto de vista econômico. Sem nenhum interesse mais específico em relação à compreensão de sua dinâmica interna (considerada muitas vezes como uma dimensão completamente inexistente para os padrões de desenvolvimento esperados em um projeto de modernização). É sobre o impulso deste diagnóstico sobre o “estado da arte” na produção de um conhecimento das dinâmicas endógenas na Amazônia, portanto, que queremos aqui reforçar uma nova perspectiva historiográfica que busque valorizar estudos mais específicos de formação do discurso desenvolvimentista, assim como da história econômica da Amazônia, pelo ponto de vista de sua dimensão regional e interna à sua realidade institucional. Uma abordagem que tenha como fim desvendar em maiores detalhes a existência de uma dinâmica econômica, social e política regional com características institucionais bem específicas.

2.2 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE REFERÊNCIA

A busca pela compreensão da formação do discurso desenvolvimentista brasileiro em sua relação com o tema do desenvolvimento regional da Amazônia – tal como apresentado no tópico anterior – representa um desafio teórico-metodológico de grandes proporções para qualquer pesquisador que esteja plenamente consciente das dificuldades inerentes a uma empreitada desta natureza. Não é de hoje, portanto, que os historiadores das idéias e da formação dos grandes sistemas de pensamento se preocupam em tentar construir ou reconstruir arcabouços teóricos e metodológicos com o objetivo de melhor representar um modelo a ser considerado como o mais adequado para análises historiográficas deste tipo. Em

vários momentos distintos da história, escolas e grupos de historiadores propuseram diferentes modos de perceber os eventos históricos em sua relação com a formação das idéias a partir de diferentes contextos econômicos, sociais e políticos. Com isso, foi se configurando, enquanto disciplina, uma teia de possibilidades metodológicas que nos permitem, hoje em dia, uma riqueza muito grande de abordagens, e alternativas teóricas e metodológicas.

De acordo com José D'assunção Barros (2008), podemos organizar e classificar as várias possibilidades historiográficas neste campo, a partir de três ordens de critérios principais, quais sejam: sua *dimensão*, sua *abordagem* e seu *domínio*; ou, de outra forma, seu “enfoque”, seu “método” e seu “tema” (BARROS, 2008, p. 20). Por esse ponto de vista, uma *dimensão* implicaria em um tipo de enfoque ou em um “modo de ver” (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); já uma *abordagem* implicaria em um ‘modo de fazer a história’ a partir dos materiais com os quais deveria trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação); um *domínio*, por sua vez, corresponderia a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais seria dirigida a atenção do historiador (campos temáticos como o da ‘história das mulheres’ ou a da ‘história do Direito’, por exemplo) (BARROS, 2008, p. 20).

Neste sentido, se quisermos avaliar em que perspectivas este trabalho se enquadra, cremos que poderíamos considerar que do ponto de vista do “tema”, este trabalho poderia ser enquadrado como em estudo da *formação dos discursos sobre o desenvolvimento regional brasileiro e da Amazônia pelo ponto de vista de suas elites regionais*; nosso método de análise poderia ser classificado como sendo o da *arqueogenealogia do discurso*; e o nosso enfoque como sendo o da *história da cultura* ou das *mentalidades*. Ou seja, como um todo, o que pretendemos fazer é um estudo sobre a formação discursiva da relação entre a “questão regional” – como um fenômeno de dimensão nacional – e a construção simbólica do ideário do desenvolvimento amazônico, como caso particular a ele associado. Uma abordagem que busca fazer uma reflexão sobre os aspectos arqueogenealógicos da formação discursiva do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro em sua conexão com a emergência da questão regional amazônica, tal como a mesma se apresenta no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial.

2.2.1 O enfoque da história da cultura e das mentalidades: em busca de uma arqueogenealogia das formações discursivas

O debate sobre a relevância do estudo da formação das idéias e sua relação com o tema da formação econômica e social de uma determinada sociedade, é um aspecto do estudo da interação entre história e ciências sociais que tem acompanhado os debates historiográficos desde o início do século XX. Foi com a *Escola dos Annales*, mais especificamente, que a historiografia parece marcar definitivamente sua íntima aproximação com o enfoque de análise que privilegia o estudo das estruturas econômicas e sociais enquanto elemento condicionante (*longa duração*) dos eventos históricos e da formação das idéias. As noções de *longa duração*, *história-problema* e *história total* (REIS, 2000), nesse sentido, ganham uma importância fundamental no contexto das explicações do sentido dos fatos históricos. Sentidos os quais passam a ser entendidos, a partir desse momento, não mais como eventos isolados e dados quase que casuisticamente (como na historiografia tradicional positivista do século XIX). Mas sim, como o resultado de um lento processo de mudança estrutural (*longa duração*) nos quais os condicionantes sócio-econômicos passariam a assumir um papel predominante em relação aos acontecimentos, datas e personagens; anteriormente considerados como únicos fatores relevantes para a explicação do desenvolvimento do curso da história.

É nesse sentido que para o novo “espírito” dos *Annales*, os eventos históricos passam a ser compreendidos a partir, basicamente, da observação de sua inter-relação com o contexto sócio-econômico que, por sua vez, justificariam e dariam um sentido histórico-estrutural – e um caráter de evento social –, a um fato histórico específico. Fatos anteriormente compreendidos de forma “acontecimental” e politicamente compreendida com uma certa visão mecânica e linear da evolução dos fatos históricos. É com o advento da *Escola dos Annales*, portanto, que mais concretamente os fatos históricos passam a ser vistos como o resultado não de uma constatação pura e simples – como se os fatos pudessem representar algo em si –, mas sim, como o resultado de uma construção teórica que lhe imputava um caráter socialmente constituído, e no qual a ação de interpretação do historiador passa a ser entendida como o resultado de uma prévia *problematização*. Que, por sua vez, exige do

mesmo uma seleção criteriosa dos fatos e fontes a serem analisadas, de forma a permitir a constituição histórica e sociológica de seu objeto de estudo⁴.

No entanto, a experiência da *Escola dos Annales* ou da *Nouvelle Historie* (como ficará conhecida posteriormente), ao longo do século XX, irá nos mostrar a complexidade e diversidade de perspectivas que são possíveis de serem construídas dentro desta mesma linha de interpretação historiográfica. As mudanças internas e as novas perspectivas metodológicas que vão surgindo ao longo do século permitirão à *Escola dos Annales* uma diversidade de visões historiográficas que acompanharão o contexto histórico vivido pela sociedade europeia e mundial (principalmente a partir da segunda metade do século XX). Para Reis (2000) existem, na verdade, quatro grandes fases as quais poderia ser classificada e subdividida a história dos *Annales*; seriam elas: 1) o período 1929/1946, fase inicial e que marca sua inauguração a partir da influência da sociologia através das obras de Bloch e Febvre; 2) o período 1946/1968, fase áurea a qual tem como figuras proeminentes Fernand Braudel e Labrousse – período este o qual os *Annales* cumprem o papel de aproximar os estudos historiográficos com uma abordagem dominada pelas análises quantitativistas e estruturalistas⁵; 3) o período 1968/1988, fase de crise e profunda reestruturação da *Escola dos Annales* – período sob a influência inicial do movimento de maio de 1968 na França –, e que obrigou a revista a fazer algumas revisões e uma reorganização institucional⁶; 4) por fim a fase pós 1988, a qual é descrita por Reis (2000) como sendo o período no qual os *Annales* irão sofrer uma reviravolta profunda no sentido crescente da valorização e da volta das análises narrativas (REIS, 2000).

Entre os teóricos que exerceram de forma contundente um grande poder de influência sobre as duas últimas fases dos *Annales*, está Michel Foucault. Autor de obras memoráveis como *A história da loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As palavras e as Coisas*, *Arqueologia do Saber*, entre outras, Foucault influenciou o pensamento historiográfico dos últimos vinte

⁴ No início do processo de afirmação da *nouvelle histoire* e da *Escola dos Annales*, a influência da sociologia de Durkheim e Max Weber foi de fundamental importância para a construção intelectual da nova proposta historiográfica dos primeiros representantes, e principais fundadores, da proposta inicial da revista: *Annales d'Historie Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre (REIS, 2000). Em seguida, a preponderância dos aspectos econômicos, através da obra de Fernand Braudel, entre outros, irão confirmar o caráter de proximidade da “nova escola” em relação à metodologia das ciências sociais.

⁵ Este período foi também o período de maior expansão e de divulgação da *nouvelle histoire* por quase todo o mundo acadêmico de então (REIS, 2000).

⁶ É nesta fase também que os *Annales* passam a transitar desde uma visão excessivamente estrutural e quantitativa, até uma visão mais pluralista, que busca valorizar a importância dos fatores culturais e seu papel transformador em relação à evolução histórica da sociedade.

anos na medida em que propõe uma reviravolta crítica em relação às tradicionais abordagens estruturalistas que compreendiam o estudo da história como uma busca pela reconstituição de uma realidade a partir de um método epistemológico que se pressupunha capaz de nos permitir representar, da forma mais fidedigna possível, as estruturas sociais que comporiam um objeto de estudo definido. Uma das principais contribuições de Foucault para a historiografia contemporânea, neste sentido, está em seu “método arqueológico”. Uma concepção que se torna mais bem compreendida, como afirma Machado (2006), se analisada como uma trajetória que apresenta múltiplas possibilidades de definições, e que tem como meta uma construção metodológica que se constitui não como coisa acabada, mas sim como um modelo de adaptação que se modifica à medida em que o objeto lhe exige novos caminhos⁷. Como afirma Machado:

[...] uma característica básica da arqueologia é justamente a multiplicidade de suas definições, a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados. Os sucessivos deslocamentos da arqueologia não atestam, portanto, uma insuficiência, nem uma falta de rigor: assinalam um caráter provisório assumido e refletido pela análise. Com Michel Foucault é a própria idéia de um método histórico imutável, sistemático, universalmente aplicável que é desprestigiada (MACHADO, 2006, p. 12)

A grande novidade da arqueologia de Foucault em seu aspecto metodológico, portanto, é exatamente se colocar como alternativa “não epistemológica” às formas estruturalistas da historiografia científica tradicional⁸. Foucault não pretende, assim, fazer uma história do pensamento científico por um ponto de vista evolutivo e com base numa perspectiva da história das idéias, com cânones e métodos rígidos. Mas sim, como ele chamará: através de uma arqueologia das formas discursivas sobre as quais estariam assentadas, de alguma forma, todas as formas de produção de saber. Um exercício metodológico que, ao invés de pressupor

⁷ Segundo Machado (2006), qualquer livro de Foucault é, do ponto de vista metodológico, sempre diferente do anterior, “o que nos leva a falar da existência de uma trajetória da arqueologia” (MACHADO, 2006, p. 11), e não de um método epistemológico “no sentido de um número determinado de procedimentos invariáveis a serem utilizados na produção de um conhecimento” (MACHADO, 2006, p.11).

⁸ Como afirma Machado: “a epistemologia é uma reflexão sobre a produção de conhecimentos científicos que tem por objetivo avaliar a ciência do ponto de vista de sua cientificidade. Mas para que essa reflexão possa dar conta das condições de possibilidade dos conhecimentos científicos, a epistemologia elege a história como instrumento privilegiado de análise” (MACHADO, 2006, p. 7). Esta é a função primordial da história do pensamento científico quando avaliado e operacionalizado a partir de uma visão epistemológica como a de Bachelard e Canguilhem. Contra esta última, portanto, Foucault quer contrapor a sua empreitada *arqueológica*; seja ela no sentido de uma arqueologia da *percepção*, do *olhar* ou do *saber* (MACHADO, 2006).

um fundamento epistemológico para a produção dos diversos saberes – entre eles o saber científico –, procura, ao contrário, demonstrar porque um determinado discurso emerge, de uma maneira quase ocasional, em determinado contexto. Um método que procura deixar falar (e, portanto, emergir) ao máximo a multiplicidade dos discursos que se apresentam enquanto prática social em um determinado contexto histórico.

Com a nova noção de *discurso* da arqueologia, Foucault não pretende, portanto, remeter-se para outra ordem de coisas para além dos enunciados em si. Ele visa tão somente colocar em destaque a *prática discursiva* enquanto própria instância fundadora de uma regularidade histórica capaz de sustentar uma regra de produção de enunciados em torno de uma formação discursiva ampla. Uma regularidade que se torna historicamente possível à medida que se realizam a partir de *condições de possibilidade epistêmicas* que são entrelaçadas, por sua vez, por instâncias de poder (saber/poder). Concepção historiográfica esta que permite a Foucault contornar a noção de *signo* e referência da lingüística estruturalista tradicional (DOSSE, 2007, p. 300), abarcando uma noção que ficará conhecida como *arqueogenealogia* (ARAÚJO, 1998).

Seu método, como afirma Dosse (2007), evitará todo sistema interpretativo linear, e visará deixar funcionar as práticas discursivas em seu dito e seu não-dito, ou seja, em sua positividade mais regular e visível possível. Neste sentido, afirmaria Foucault: “É exato que jamais apresentarei a arqueologia como uma ciência, nem mesmo como os primeiros fundamentos de uma ciência futura” (FOUCAULT apud DOSSE, 2007, p. 296). O arqueólogo que Foucault quer incitar procede, portanto, à maneira do geólogo: contentando-se em fazer aflorar ao nível do saber os diferentes estratos acumulados, justapostos pelo tempo, e localizando as descontinuidades e rupturas que afetaram sua sedimentação (DOSSE, 2007, p. 296). Para a arqueologia de Foucault, não se faz necessário tentar ir além das práticas discursivas. Para ele os enunciados de um discurso devem ser compreendidos da forma mais ampla possível. Como enunciados abertos, e não como signos ou proposições lógicas a que se deva representar ou buscar a origem mais profunda ou a correspondência de seu significado. A análise de um discurso em sua própria superfície – que agrega diversos enunciados, nos diz Foucault –, é o sentido mais profundo, filosoficamente falando, a que se deve chegar em uma arqueologia dos saberes. Uma proposta que busca superar as amarras estruturalistas da epistemologia científica tradicional, a qual pressupunha poder desvendar a natureza originária

enquanto fonte de sentido e significado último da produção de um discurso científico. É contra essa perspectiva estritamente epistemológica e estruturalista, que Foucault lança na década de 60 uma nova perspectiva: *a arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969). Uma nova vertente do estruturalismo – pós-estruturalismo ou “estruturalismo aberto”, como diriam alguns – que terá grande influência sobre a historiografia das décadas de 60 e 70.

Foucault irá influenciar a produção historiográfica na medida em que chama atenção de uma maneira mais enfática para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada pelo historiador, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas (BARROS, 2004, p. 141). Ou seja, “quando um historiador estuda Roma Antiga, na verdade, está estudando o que nos dizem as fontes a respeito da Roma Antiga. Dito de outra forma, está estudando neste caso discursos sobre a Roma Antiga” (BARROS, 2004, p. 141). Indo além, Foucault ainda anuncia que por discurso o mesmo se refere a toda e qualquer forma de produção de saber; aqui inclusive o saber produzido pelas ciências humanas e sociais. Neste sentido, toda produção de saber, para Foucault, é precedida por uma seleção de métodos e procedimentos que não devem ser avaliados pela epistemologia científica, e sim por condições de possibilidade históricas que as tornaram possíveis em determinado período. O que se pretende, portanto, é uma análise que vislumbre não a visão do documento histórico como uma matéria inerte a ser apreendida pelo historiador, mas sim como um monumento que permita ao historiador reconstituir séries. Como afirma Pedro Luis Navarro-Barbosa:

Da oposição história tradicional/ história nova, decorre a discussão sobre o par documento/monumento. Segundo o que analisa Foucault, a história tradicional empenhava-se no trabalho de memorização dos monumentos dos passados para transformá-los em documentos, procurando, com isso, encontrar relações de causalidade, de determinação circular, de antagonismo ou de expressão entre fatos ou acontecimentos datados. Porém, a essa prática histórica que considera o documento como uma matéria inerte, por meio do qual o discurso se empenha em reconstituir aquilo que os homens fizeram ou decidiram, ou em determinar o que é passado e o que apenas deixa rastros, Foucault opõe outra, que faz do documento histórico um monumento, por meio do qual o historiador pode constituir séries, definindo-lhes seus elementos e limites, descobrindo o tipo de relação que lhes são específicas e a lei que as rege. Além desse trabalho, a análise do documento possibilita descrever as relações entre diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries ou “quadro” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p.102-103).

É nesse sentido que a nova tradição historiográfica inaugurada por Foucault representa uma guinada na tradição dos *Annales*. Em sua aula inaugural no *College de France*, em 1970

– um ano depois de publicar sua obra mais expressiva sobre o método arqueológico; qual seja: *A Arqueologia do Saber* (1969) –, Foucault apresenta novos componentes que irão se somar às suas análises historiográficas anteriores. A dimensão do poder agora passa a ser a grande novidade acrescida em suas análises historiográficas. Com essa nova perspectiva – que ficará conhecida como *genealogia do poder* –, Foucault pretende compor uma espécie de continuidade e aprofundamento em relação à proposta da *Arqueologia do Saber* anteriormente tratada. Uma forma de interpretação das práticas discursivas que impliquem, em conjunto, quatro exigências gerais de método; quais sejam: o princípio da *inversão*; o princípio da *descontinuidade*; o princípio da *especificidade* e o princípio da *exterioridade* (FOUCAULT, 1970). De forma sintética, podemos dizer que seu objetivo é propor que antigas noções como as de: *criação*, *unidade*, *originalidade* e *significação* (presentes na visão tradicional da epistemologia da história do pensamento); fossem substituídas, respectivamente, pelas noções de: *acontecimento* (ao invés de criação), *série* (ao invés de unidade), *regularidade* (ao invés de originalidade) e *condição de possibilidade* (ao invés de significação).

É dessa teia de elementos que, segundo Foucault, se pode apresentar e compreender as práticas discursivas como um acontecimento em série, com regularidades, e que permitam a compreensão de suas condições de possibilidade enquanto práticas de saber/poder historicamente determinadas. Pois, para ele, todo saber implica em relações de poder que, por sua vez, só se realizam enquanto prática social e política à medida que utiliza alguma forma de saber que o torna legítimo. Como afirma Roberto Machado: “a genealogia é uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos” (MACHADO, 2006, p. 167). Já a arqueologia, é o estudo das condições epistêmicas que tornam possível historicamente que um discurso se realize enquanto prática social (produção de saber); posteriormente apropriada e transformada em discurso de poder.

O que se pretende aqui neste trabalho, portanto, é muito mais fazer um estudo da *arqueogenealogia do sabe/poder* sobre a questão regional no Brasil e na Amazônia (ao estilo de Foucault), do que propriamente um estudo da evolução das idéias sobre desenvolvimento regional à maneira da epistemologia tradicional. Não queremos produzir uma epistemologia linear da história do pensamento sobre desenvolvimento regional como quem busca os erros e acertos de uma tradição intelectual. Queremos sim, identificar os pontos de descontinuidades e os processos que o levaram a se transformar em domínios de saber reconhecidamente

válidos em determinados meios intelectuais, políticos e sociais. Nosso intuito, neste sentido, é desenvolver um estudo que atravessasse o campo da historiografia do pensamento sobre desenvolvimento regional, mas sem nos ater a tentar refazer – à maneira epistemológica tradicional –, a trajetória de erros e acertos das idéias tendo em vista o seu estágio de evolução atual. Nosso intuito ao contrário, é tentar desvendar a multiplicidade de enunciados que configuraram uma determinada formação discursiva (e não outra) em meio a condições de possibilidade de produção de saberes e poderes sobre a questão regional no Brasil e na Amazônia em meados do século XX. Sendo assim, daremos ênfase, em vários momentos deste estudo, a avaliação das diferenças e proximidades entre a produção de saberes regionais que surgem a partir de comunidades epistêmicas que se constituem internamente na Amazônia (discurso das elites locais) e aqueles que se configuram a partir do centro-sul do país, enquanto elementos discursivos que se combinam ao mesmo tempo como ruptura e continuidade. Uma estratégia que busca apresentar as soluções de continuidade e descontinuidade discursiva que se apresentam perante a história; vista por um ponto de vista arqueológico, e a partir de uma interação metodológica que busca concatenar as relações pouco esclarecidas entre a dimensão discursiva e seu ambiente não-discursivo em nível político e econômico (o que Foucault chamaria de sua dimensão genealógica).

2.2.2 Um novo papel para o estudo das ideologias: a perspectiva hermenêutica de Paul Ricoeur

Um dos mais importantes temas de discussão das ciências sociais desde o final do século XIX está diretamente relacionado ao papel que o conceito de ideologia tem assumido enquanto possível elemento constitutivo ou responsável último por uma espécie de deformação de toda ou qualquer forma de produção de saber e conhecimento. O conceito de ideologia, desde Marx, representa, portanto, esta expressão de saber que é concebido como elemento de desfiguração da realidade em nome de um interesse de classe. Um saber que se apresentaria em nome da dominação e do obscurecimento da realidade social⁹. Desde o

⁹O termo ideologia foi empregado pela primeira vez por Destutt de Tracy, em 1801 (em um livro chamado *Eléments d'Ideologie*). Com ele, Tracy queria significar o estudo científico das idéias. Mas tarde, no entanto, em 1812, Destutt de Tracy e seu grupo (discípulos todos do enciclopedismo francês) entraram em conflito com Napoleão, que passou a ridicularizar os adeptos de Tracy, chamando-os de ideólogos, no sentido de que viviam na abstração das idéias e esqueciam a realidade. Foi Marx, por fim, quem deu ao termo o seu formato mais conhecido como caráter de ilusão, de deformação, de inversão do real (ARAÚJO, 1998, p. 173; LÖWY, 2003, p. 11).

aparecimento do conceito marxista de ideologia, até os dias de hoje, no entanto, uma série de outras conotações e usos passa a compor a literatura básica de referência que tem estudado as relações entre ciência e ideologia. No campo da sociologia, Mannheim atribuiu à ideologia um papel mais geral de representação de todo ou qualquer grupo ou classe social, legitimando, estabilizando ou reproduzindo o todo social (ARAÚJO, 1998, p.173). Para ele, o próprio cientista social deveria estar consciente de que fala sempre a partir de um lugar ideológico (não há lugar privilegiado fora da ideologia para as ciências, segundo Mannheim). Sendo assim, Mannheim propõe, em termos epistemológicos, um campo específico para o estudo da ideologia; qual seja: a chamada *sociologia do conhecimento* (ARAÚJO, 1998, p.185). Numa linha de raciocínio que se inicia em Mannheim, mas que vai muito além dele, o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, defende que o papel fundamental de toda ou qualquer análise crítica da ideologia é o de desvendar os interesses por detrás de toda forma de saber – aqui, inclusive, o próprio saber científico. Neste sentido, a *crítica da ideologia* assume, para Habermas, um papel transcendental enquanto instrumento voltado para a busca da emancipação humana. Uma função que só pode ser corretamente compreendida num contexto onde a mesma possa realmente representar uma atitude auto-reflexiva e não instrumental. Atitude que se daria em função de uma necessidade de desobstrução das barreiras ideológicas que perpassam a esfera da compreensão hermenêutica (a qual teria o objetivo, por sua vez, de compreender o sentido das normas que institucionalizam os papéis sociais em nome da ampliação da razão comunicativa¹⁰), e que invadem o campo da razão reflexiva voltada para a busca de objetivos de caráter emancipatórios (função típica das *ciências sociais críticas*) (HABERMAS, 2009).

A grande diferença, portanto, entre a dimensão do pensar reflexivo de Habermas e o pensamento crítico de Marx, por exemplo, é a pretensão marxista de falar da ideologia a partir de fora – pressupondo a possibilidade de um saber que pudesse ser, ao mesmo tempo, científico e emancipatório –; enquanto que Habermas (neste ponto mais próximo de Mannheim), desde o início, já pressupõe a impossibilidade de tal empreitada. Para Habermas – seguindo aqui seus mestres da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer –, a crítica é

¹⁰ Para Habermas, segundo Ricoeur, a esfera da ação comunicativa representa a esfera do interesse prático (no sentido kantiano), voltado para a “interpretação das mensagens trocadas na linguagem ordinária, mediante a interpretação dos textos transmitidos pela tradição” (RICOEUR, 1990, p. 122).

tida como apenas “uma” das dimensões da razão humana (a qual teria a função reflexiva ou filosófica específica da busca pelo interesse emancipatório); enquanto que às *ciências empírico-analíticas*, caberia um pensar ou saber instrumental voltado para o domínio de seus objetos de estudo; tendo ainda às ciências histórico-hermenêuticas a função de interpretar e ampliar o domínio da ação comunicativa.

Outro ponto de divergência entre Habermas e Marx, neste ponto, é a pressuposição marxista em considerar a ideologia enquanto fenômeno estritamente voltado para sua determinação em termos de classes sociais; o que a vincularia diretamente à sua condição restrita de fenômeno relacionado às condições de trabalho e reprodução material da sociedade. Para Habermas, no entanto, a ideologia representa uma forma de obstrução da comunicação e do interesse emancipatório que pode estar atrelada a várias outras formas de representação social. Representações que não se restringiriam estritamente à sua representação de classe, mas que também se estendem ao domínio, inclusive, das *ciências empírico-analíticas*, as quais contém uma espécie de saber que representa uma forma de poder (instrumental) que acaba, muitas vezes, por se sobrepor politicamente sobre quaisquer outras formas de manifestação cultural¹¹.

Seguindo esta linha de discussão, podemos afirmar que é dentro desta complexidade de significados dados em torno do conceito de ideologia – que perpassa os pensamentos de Marx, Mannheim, Habermas entre outros – que um dos mais importantes filósofos contemporâneos de língua francesa, Paul Ricoeur, procura em meados da década de 70 nos apresentar uma alternativa filosófica que se pressupõe capaz de solucionar alguns destes impasses criados em termos da relação entre as noções de *ciência e ideologia*. Num texto sugestivo que leva, não por um acaso, o nome de “Ciência e Ideologia”, Paul Ricoeur procura propor que o problema da ideologia não deva ser visto como algo completamente independente de todo ou qualquer tipo de produção de saberes científicos. Para ele, o problema da dicotomia criada entre estes dois conceitos se esconde, em última instância, na própria forma dicotômica e rival de se identificar inicialmente estes conceitos. Para Ricoeur, é dentro desta própria dicotomia epistemológica que estaria a fonte de todos os equívocos existentes sobre a compreensão do problema da ideologia. Na verdade, o problema, segundo

¹¹ Aqui a ciência e a técnica, em si, são vistas como uma forma de ideologia.

Ricoeur, parece estar na falta de percepção do verdadeiro papel da ideologia para a construção do saber científico. Neste sentido, a ideologia não deveria representar um empecilho para o conhecimento objetivo. Muito pelo contrário, seria através da ideologia que todo conhecimento se tornaria realmente possível. A ideologia, portanto, é a fonte de construção simbólica de qualquer forma de saber. Pois é através dela que se pode constituir, de forma inequívoca, a identidade social do qual partem todas as formas de conhecimento.

Seguindo esta linha de raciocínio, Ricoeur busca desenvolver um modelo de interpretação da relação entre ciência e ideologia que busca demonstrar as vantagens de se apresentar esta questão tendo em vista o que ele chamará de suas diferentes funções; quais sejam: a *função geral*; a *função de deformação* e a *função de dominação* da ideologia. Funções construídas dentro de um quadro mais amplo de interpretação que busca definir, em última instância, a ideologia como um elemento constitutivo do próprio saber humano. Neste sentido, Ricoeur propõe que “o código interpretativo de uma ideologia é mais algo em que os homens habitam e pensam do que uma concepção que possam expressar” (RICOEUR, 1990, p. 70), ou seja, uma fórmula hermenêutica ou um paradigma pela qual todo saber se tornaria compreensivo e capaz de existir socialmente como fundamento ou *habitat* natural do conhecer.

No início de seu texto – escrito originalmente em 1972 –, Ricoeur chega inclusive a falar sobre supostas “múltiplas armadilhas a que o tema da ideologia pode nos lançar” (RICOEUR, 1990, p. 64). Ou seja, ele busca nos alertar sobre as dificuldades pelas quais o tema da ideologia se encontra ao assumirmos, ao mesmo tempo, ou uma definição do *fenômeno ideológico* ou o *estatuto epistemológico* das próprias teorias da ideologia. No primeiro caso, Ricoeur destaca o problema de se definir o fenômeno ideológico como um fenômeno em termos de classes sociais (aos moldes da tradição marxista). Neste sentido, ele pretende propor um conceito mais amplo de ideologia que parta de uma análise sobre sua “função geral” – entendida como elemento de unificação e construção de uma identidade social (papel “mediador” da ideologia) – chegando, por fim, a identificar suas funções mais específicas voltadas, estas sim, para seu papel de *dominação* e de *deformação* (as quais seriam a chave para qualquer interpretação tipicamente marxista sobre o problema da ideologia).

Para Ricoeur, portanto, as funções de *dominação* e *deformação*, ao contrário das interpretações marxistas, não representam o elemento fundamental ou decisivo do fenômeno ideológico, mas sim funções particulares com o objetivo de restituir historicamente uma situação de identidade ideológica ameaçada. Para ele, a função inicial e fundamental de qualquer ideologia seria, portanto, – ao contrário da visão “negativa”, marxista –, o de “perpetuar um ato fundador inicial segundo o modo fundador da ‘representação’” (RICOEUR, 1990, p.71) Ou seja, a função de formar e manter a energia inicial da convicção de um grupo tendo em vista a manutenção de sua unidade. Sendo a função de *dominação* co-extensiva, portanto, à constituição de um grupo social; na medida em que procura, através da autoridade, garantir a tomada de decisão fundamental de uma comunidade histórica com o objetivo de constituir, finalmente, uma verdadeira realidade política (RICOEUR, 1990, p. 72).

Aqui, a manutenção de uma unidade social comunitária é vista, por Ricoeur, como sendo o resultado de uma necessidade de constituição política desta comunidade. O que exigiria alguma forma de tomada de decisão que não condiz inicialmente com uma situação de dúvida ou falta de uma crença unificadora moldada a partir de uma ideologia constituída historicamente. A função de *deformação*, por sua vez, se tornaria necessária em situações em que a realidade, ou a vida real, não fosse mais capaz de constituir a base da unidade social. Sendo necessário neste caso, portanto, a criação de um imaginário capaz de ideologicamente operar uma inversão da realidade com o objetivo de reconstruir a unidade simbólica do grupo social.

É tendo em vista estes elementos de análise fenomenológica e hermenêutica que Ricoeur busca demonstrar de que forma ele próprio pretende propor uma concepção alternativa de ideologia que corresponda, ao mesmo tempo, a uma análise em termos de classes sociais (marxista), mas sem partir exatamente desta mesma iniciativa, desde o início, para fins de delimitação de seus próprios conceitos em termos de classes sociais (RICOEUR, 1990, p. 67). Dessa forma, Ricoeur propõe que se deva ter como objetivo “corresponder a essa análise (de classes sociais), mais do que partir dela” (RICOEUR, 1990, p.67). Ou seja, que se chegue a uma conceitualização de ideologia baseada em termos de suas funções *geral* e *específica*, e enquanto unidade criadora de elementos voltados para a justificativa da manutenção de uma identidade de classe (tendo em vista sua função geral e simbólica de constituir uma unidade ou identidade de grupo). Uma análise onde o papel da crítica de

ideologia passasse a ser, portanto, fundamentalmente voltado para a crítica das formas de *dominação e deformação* que teriam como fim – da mesma forma como em Habermas –, um interesse emancipatório. Um interesse que nos servisse como elemento que nos impulsiona à tarefa crítica constante a qual, segundo Ricoeur, “devemos sempre começar, mas que por princípio, não devemos nunca terminar” (RICOEUR, 1990, p. 94).

2.3 A DIMENSÃO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO E O ESTUDO DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

É em vista, portanto, de se fazer um esforço para buscar identificar a função *geral* (mediadora) e as *específicas* (dominação e deformação) das ideologias desenvolvimentistas, que procuramos justificar a sua utilização metodológica enquanto instrumento complementar capaz de nos auxiliar na realização de uma pesquisa na área de estudo das formações discursivas sobre o desenvolvimento regional da Amazônia. A razão de ser, em última instância, portanto, da inclusão de uma análise sobre ideologia em um estudo desse tipo, tem o intuito de estimular a exploração histórica-hermenêutica da tradição desenvolvimentista regionalista amazônica como um projeto sempre em construção. Uma linha de pesquisa que busca tentar estimular o debate sobre as condições de possibilidade históricas que permitiram a formação de um discurso desenvolvimentista na Amazônia no período imediato do pós Segunda Guerra Mundial. Um projeto que visa, ao mesmo tempo, formar uma consciência histórica sobre os fundamentos ideológicos (sejam eles dominadores, deformadores ou puramente orientadores) que nortearam as nossas concepções sobre desenvolvimento regional amazônico durante boa parte da segunda metade do século XX.

Neste sentido, o objetivo hermenêutico seria, portanto, o de construir em primeiro plano um exercício histórico de sistematização da produção teórica nacional e regional sobre o tema do desenvolvimento da Amazônia. Levando em consideração, como pano de fundo, a tradição do pensamento econômico e social brasileiro, e o debate sobre o nacional-desenvolvimentismo e a “questão regional” no Brasil. O que queremos, em última instância, é constituir uma compreensão do processo de formação histórica e discursiva que seja alimentada por uma leitura arqueológica da formação do discurso sobre o desenvolvimento brasileiro e da Amazônia no século XX. Acreditamos que por estes meios, podemos construir

um melhor caminho para compreender a dinâmica de interação entre a produção intelectual nacional e regional sobre o desenvolvimento amazônico, e a forma como as mesmas acabariam por constituir historicamente uma certa regularidade discursiva. Assim como a auto-imagem institucional que, por esses meios, as elites regionais acabariam, por fim, constituir também enquanto estratégia de construção de modelos de desenvolvimento econômico para a região.

É neste sentido, portanto, que achamos que o papel que cada região do país assume – dentro da construção simbólica e arqueogenealógica de um projeto de desenvolvimento nacional –, seja um componente de fundamental importância a ser avaliado quando da tentativa de elaboração de um estudo mais rigoroso a respeito da constituição histórica das características institucionais (formais e informais) que irão marcar a formação do ambiente intelectual e político-regional brasileiro como um todo. Um ambiente que, ao mesmo tempo, poderá ser capaz de restringir e impulsionar, em última instância, as possibilidades de desenvolvimento de cada uma destas regiões em momentos históricos distintos. Uma realidade que será responsável pela formação de um mosaico de perspectivas a respeito de quais poderiam ser os modelos de desenvolvimento a serem conduzidos como estratégia para cada um destes diferentes espaços regionais. Condicionante que, a nosso ver, irá influenciar sobremaneira as possibilidades passadas e futuras de formação de um ambiente institucional mais ou menos favorável a construção de um discurso de desenvolvimento em suas mais diferentes configurações ou formas de interpretações.

É neste sentido, portanto, que se torna necessário, a nosso ver, um estudo mais integrado (verticalmente e horizontalmente falando), e ao mesmo tempo específico, de uma arqueologia e genealogia do discurso econômico e social brasileiro voltado para o tema do desenvolvimento regional amazônico. Uma abordagem que tenha enquanto objetivo principal avaliar de que forma o discurso desenvolvimentista brasileiro se transforma ou se reafirma (em sua regularidade e descontinuidade) cada vez que se aproxima do debate sobre desenvolvimento regional em suas diferentes escalas. Um estudo capaz de fazer uma análise crítica das formações discursivas pelas quais as influências teóricas e políticas nacionalistas e desenvolvimentistas de meados do século XX acabaram por se interpenetrar na dimensão institucional e local do pensamento econômico e social amazônico. Alimentando, e sendo

alimentados, ao mesmo tempo, pelos discursos “modernizadores” e os interesses econômicos e políticos de parcela das elites regionais.

É nesse sentido, ainda, que podemos afirmar que estudos mais específicos sobre as escalas locais de formação do pensamento ou do discurso sobre desenvolvimento regional, por outro lado, também deveriam levar em consideração a sua inter-relação com as escalas nacional e internacional de construção das condições de possibilidade epistêmicas dos debates sobre desenvolvimento em curso em um determinado contexto histórico. Acreditamos que o papel do regional no projeto e discurso nacional de desenvolvimento, e vice-versa, varia, portanto, conforme as especificidades históricas e sua relação com as características institucionais e discursivas que se formam em sua relação com o meio territorial específico em questão. E para isso, a cada momento histórico, a contribuição de cada uma das regiões do país – dentro do processo mais geral de elaboração de um discurso de desenvolvimento nacional –, variam de forma a configurar um discurso com características territoriais próprias. A história e as *condições de possibilidade epistêmicas* de cada espaço geográfico socialmente constituído representam, neste sentido, conteúdo qualitativo de grande relevância empírica para a constituição das forças sociais e políticas que irão compor um cenário mais ou menos favorável para a compreensão hermenêutica e ideológica de um determinado discurso sobre desenvolvimento nacional ou regional.

A transição de uma análise mais ampla de compreensão do pensamento econômico em sua escala nacional – tal como elaborada por Bielschowsky (1988) e Mantega (1984) – até uma análise mais específica sobre um determinado recorte histórico local – tal como elaborado de forma diferenciada, no caso da Amazônia, por autores como Brito (2001), Petit (2003) e Costa (1995) – representa um esforço de construção intelectual de grande envergadura e complexidade. “A passagem do abstrato para o concreto e do geral para o específico” como diria Marx, requer um instrumental analítico de grande poder de articulação teórica que não é trivial, e nem pode ser observado de forma direta e linearmente transitiva.

A formação das idéias e das dinâmicas econômica, social e política em níveis locais e regionais são marcadas, dessa forma, por uma interação dialética entre os níveis hermenêutico de auto-compreensão e formação de trajetórias de pensamento e interpretação sobre a realidade histórico-institucional – o qual o mesmo se insere –, e o nível da realidade material e física que condicionam o seu desenvolvimento produtivo e sua interação com o ecossistema

local e regional (componentes supostamente não discursivos). Ambos os níveis devendo compor uma visão sistêmica, integrada, entre os aspectos discursivos e não discursivos que poderiam compor metodologicamente um caminho de melhor compreensão da formação do discurso desenvolvimentista brasileiro em seu mais alto nível de complexidade e especificidade regional. Ou seja, uma leitura que nos permita a construção de uma interpretação da dinâmica de interação, embate e mediação de conflitos que abarca vários aspectos da formação de uma realidade histórica e cultural concreta. E que, por isso, será de fundamental importância, inclusive, para uma melhor compreensão da formação do debate sobre desenvolvimento regional brasileiro ainda nos dias de hoje.

Dessa forma, o que pretendemos aqui compreender como nosso objeto de estudo, não é um puro e simples desvendar de uma suposta falsa ideologia regionalista amazônica, construída a partir de uma atitude interessada e a partir de ganhos de grupos sociais específicos. Também não nos interessa buscar uma suposta essência antropológica do tão famigerado “homem amazônico” para sustentar a existência de seu homônimo discurso atrelado a uma visão de desenvolvimento regionalista. O que pretendemos, ao contrário, é analisar um objeto e uma formação discursiva que acreditamos terem sido moldados, isto sim, por uma prática social que se constituiu, ao longo de nossa história republicana, por um complexo feixe de relações sociais, políticas e culturais de grande complexidade. Uma superfície que nos parece suficientemente capaz de revelar ambas as dimensões arqueológicas e genealógicas da produção do saber sobre o desenvolvimento regional amazônico no século XX. Uma dimensão que perpassa ambas as noções de *identidade cultural* e *ideologia do progresso*, alimentando uma regularidade social que apresenta, a nosso ver, suas condições de possibilidades históricas como algo ainda submerso e pouco analisado do ponto de vista da historiografia tradicional sobre a Amazônia.

Um objeto discursivo que, nem por isso, pode ser tido também como objeto completamente alheio e independente em relação aos interesses políticos e econômicos que os cercam. Mas sim, mais uma vez, como um feixe de relações sociais que compõem uma formação discursiva em completa integração com a realidade sócio-econômica e política que os alimenta de conteúdo e significado prático e efetivo. Uma formação discursiva que, enquanto representação de saber social, inevitavelmente se torna potencial instrumento de poder, muitas vezes utilizado, agora sim, a serviço de interesses pessoais ou de grupos sociais.

Transformando-se em instrumento multifacetado, alimentado e enriquecido em seu discurso por uma práxis social que se constitui por uma diversidade de anunciados de produção de saber/poder, que se difundem de forma muitas vezes indiscriminada por toda a sociedade, conformando uma identidade regional complexa e de difícil caracterização. Mas que, nem por isso, perdem a possibilidade de serem objetivadas por estudos específicos do tipo arqueogenealógicos – tal como propostos por Michel Foucault (1969) –, que se preocupam fundamentalmente em explicitar as regras básicas de enunciação que compõem os seus principais fundamentos, e que alimentam a produção de saberes em seus devidos espaços de reprodução social e política.

Uma realidade que, a nosso ver, portanto, deve ser apreendida por um ponto de vista não essencialista, na medida em que compreendemos que os discursos de saber/poder das ciências humanas e sociais – que incluem em seu escopo de análise a preocupação com a noção de *identidade nacional e regional*, assim como com as noções de *progresso e desenvolvimento* –, não representam uma condição *à priori* e exclusiva da estrutura interna da linguagem científica. Como se a linguagem, e os discursos de saber das ciências, pudessem ser vistos como algo separado em relação ao “universo” que comporia uma suposta “realidade objetiva em si”; ou objeto específico de conhecimento, tal como pressuposta pelo campo da epistemologia científica. Mas, sim, como um objeto que constitui e é constituído por um discurso de saber que se molda em sua prática cotidiana e que, por isso, acaba por compor, como síntese, uma regularidade discursiva que se constitui historicamente, e que nos deixa um rastro arqueológico capaz de nos permitir desvendar o que existe nela de mais relevante.

Por esse ponto de vista, o que se pretende evitar aqui – de um ponto de vista metodológico – é uma análise lingüística e discursiva de perfil estritamente estruturalista, que compreenda o nosso objeto de estudo discursivo como uma estrutura gramatical considerada em separado em relação a um suposto mundo exterior o qual a mesma poderia representar (como “realidade em si” ou universo supostamente exterior à linguagem). Um mundo considerado compreensível para além da esfera do poder e da prática discursiva. Contra este ponto de vista essencialista, estruturalista e epistemológico, procuramos defender aqui a perspectiva hermenêutica de que todo saber representa uma dimensão de poder que não se pode explicitar em sua totalidade. Uma realidade que, por isso, precisa ser constantemente reinterpretada e analisada à luz de uma análise arqueogenealógica, por exemplo, ou de um

estudo de formação discursiva com o intuito de nos permitir executar uma tarefa constante de um desvendar de um olhar crítico e compreensivo. Olhar a formação histórica do discurso sobre desenvolvimento amazônico por esse ponto de vista, portanto, significa dar ênfase – conforme nos ensina Foucault – para a percepção das *descontinuidades* e *regularidades* históricas que o constituem (FOUCAULT, 1969). Ou seja, um olhar que privilegie a construção de uma arqueologia – ao invés de uma epistemologia da produção do saber – sobre o desenvolvimento regional na Amazônia. Uma produção que dê ênfase, assim, para uma análise sobre a formação de uma prática social que se constitui enquanto regularidade histórica constituída a partir de interesses específicos que se manifestam a partir de uma linguagem discursiva.

O que se pretende aqui, portanto, é fazer uso de uma espécie de arqueologia da compreensão do discurso sobre desenvolvimento regional amazônico de forma a dar conta de explicitar as regras gerais de enunciação que constituem a sua prática histórica em constante estágio de mutação. Como afirma José Carlos Reis: “os não-essencialistas vêem a identidade construída historicamente pelo discurso e em relações práticas e múltiplas, a vêem como um processo nunca completado e sempre transformado, como um avanço em direção a um eu desconhecido” (REIS, 2006, p. 11). Uma identidade, portanto, sempre incompleta, mas com plena capacidade de se constituir enquanto realidade historicamente objetivada através de uma prática social. Neste sentido, afirma ainda Reis: “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical; mudam e se transformam. A identidade não trata do que somos para sempre, mas daquilo em que nos tornamos” (REIS, 2006, p. 12). As identidades são construídas, neste sentido, como “práticas discursivas, que levam um indivíduo ou grupo a assumir uma ‘posição de sujeito’. O sujeito é chamado a ocupar o seu lugar e a agir. O sujeito nunca já está constituído. Ele se constitui e se reconstitui em uma prática discursiva” (HALL apud REIS, 2006, p. 13).

É em busca, portanto, da reconstituição social e histórica deste sujeito em eterno processo de transformação, que acreditamos poder identificar a trajetória de uma formação discursiva voltada para o tema do desenvolvimento regional amazônico ao longo do século XX. Uma trajetória que parece se constituir com base em um “objeto” mais amplo, e bem

definido; qual seja: a “questão regional”¹² no Brasil e sua relação com o discurso nacional-desenvolvimentista. Enunciado amplo que se constitui historicamente a partir de condições de possibilidades concretas que nos são trazidas: por um lado, pelo desenvolvimento da tradição do pensamento regionalista brasileiro (que têm em Celso Furtado e Gilberto Freyre suas expressões intelectuais de maior alcance entre as décadas de 30 e 60); e por outro, pela tradição nacional-desenvolvimentista que terá na década de 50 seu período de auge com o aprofundamento do processo de substituição de importações e com a implantação do Plano de Metas por Juscelino Kubistchek.

É neste contexto histórico específico que se intensifica a formação de uma geração de intelectuais amazônidas – que tem em Euclides da Cunha e Gilberto Freyre suas principais influências –, com um foco de atuação específico voltado para estudos sistemáticos sobre a natureza do ajuste do homem ao meio ecológico amazônico, assim como as possibilidades de seu processo de desenvolvimento. Uma geração intelectual que irá encontrar em Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins, algumas das mais importantes expressões do pensamento desenvolvimentista-regionalista amazônico, que irá se constituir como matriz de uma tradição de pensamento desenvolvimentista na Amazônia durante as décadas de 50 e 60. Autores que, a nosso ver, serão responsáveis por toda uma elaboração discursiva (e porque não, ideológica no sentido de Ricoeur) que constituirá uma nova visão estratégica em relação à formação do debate e do pensamento regionalista amazônico em pleno período do auge do período desenvolvimentista brasileiro.

Verdadeiros construtores e ideólogos de uma noção de identidade regional amazônica que terá consolidada sua expressão máxima com a noção de “homem amazônico”, enquanto símbolo de identidade regional, e como elo de uma estratégia política de mediação entre interesses de segmentos das elites regionais e o interesse intervencionista do estado desenvolvimentista brasileiro sobre a Amazônia. Uma construção intelectual que se transformará em marco cultural representativo da busca por uma solução de compromisso; em um momento de profundas transformações a qual sofre a região amazônica em seu processo de integração física e territorial ao restante do país. Um processo que, por isso, não deixará de

¹² Enunciado que se configura enquanto tema central em nossa análise na medida em que emerge num período em que o debate sobre a integração nacional e a incorporação da Amazônia enquanto espaço físico e de interesse econômico e geopolítico da nação, se torna uma estratégia latente dentro de um projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro.

abrir algumas possibilidades políticas de construção de novas estratégias de saber/poder que poderão ser apropriadas por interesses dos mais variados tipos: tais como o de reposicionamento do discurso das elites regionais extrativistas em relação à dinâmica da acumulação do capital no país (em pleno período de auge do processo de industrialização por substituição de importações na década de 50).

É tendo em vista esse cenário de inflexão que acreditamos não poder deixar de considerar a problemática da construção da identidade regional amazônica, como componente discursivo de fundamental importância para a construção de uma nova *episteme* ou heurística, que irá compor um cenário complexo de inter-relações teóricas e conceituais entre os temas do desenvolvimento regional amazônico e o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro – que se aprofundam a partir da década de 30. Transformando-se em uma verdadeira expressão discursiva que atravessa o período pós Segunda Guerra Mundial servindo, ainda hoje, enquanto estratégia difusa que se mantém de alguma forma viva em seu anseio de transformar a realidade amazônica a partir de um projeto de desenvolvimento regional sob o controle das elites regionais.

Neste sentido, o que procuraremos propor ao longo deste trabalho, portanto, é uma espécie de estudo de interpretação arqueológica sobre a formação histórica do objeto regionalista amazônico enquanto componente de uma engrenagem mais ampla – de regras de enunciação ou prática social –, que engloba historicamente o debate sobre a “questão regional” no Brasil e sua relação com o tema do desenvolvimento da Amazônia na primeira metade do século XX e início da década de 60. Uma análise que procura integrar as duas dimensões da questão regional brasileira (a do culturalismo regionalista de Gilberto Freyre e da teoria estruturalista de Celso Furtado), na medida em que procura identificar a prática discursiva sob a qual este “objeto” emerge e se insere enquanto enunciado dentro de um quadro mais amplo relacionado ao tema da “questão regional” brasileira.

Uma relação que – visto por um ponto de vista não essencialista, mais próxima de uma análise de formação discursiva –, deve ser interpretada como uma identidade construída historicamente no sentido de uma prática social mais profundamente voltada para o interesse da busca pela integração do chamado “homem amazônico” em relação ao projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. É sobre a formação discursiva deste complexo jogo de interação entre enunciados – a nosso ver profundamente relacionada com a prática

genealógica do período desenvolvimentista brasileiro –, que procuraremos propor aqui um estudo no sentido de buscar apresentar de forma adequada (com base nos preceitos mais amplos e gerais propostos por Michel Foucault) algumas de suas *regularidades* e *descontinuidades* mais fundamentais. Projeto esse que visa nos permitir fazer uma espécie de hermenêutica da compreensão do discurso desenvolvimentista regional amazônico em sua trajetória histórica e institucional relacionada com o debate mais amplo sobre desenvolvimento nacional.

3 FORMAÇÃO, AUGE E DECLÍNIO DA IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

Por ideologia *nacional-desenvolvimentista*, entende-se normalmente no Brasil a ideologia que busca superar a condição de atraso e subdesenvolvimento nacional por meio de uma estratégia de industrialização com forte apoio e coordenação estatal. O conceito de *desenvolvimentismo* – largamente utilizado na literatura sobre o pensamento econômico brasileiro – representa, portanto, tal como utilizado por Ricardo Bielschowsky (1996), um projeto econômico de transformação da sociedade brasileira que tinha como fundamento ideológico a construção de “*um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado*” (BIELSCHOWSKY, 1996). Um projeto marcado em última instância por uma esperança em transformar a realidade nacional por meio de uma estratégia de desenvolvimento fortemente apoiada por instrumentos e técnicas de planejamento, com o objetivo de racionalizar os investimentos públicos, tendo em vista o objetivo da industrialização e o desenvolvimento econômico do país. Estratégia considerada à época como de fundamental importância para a superação da condição de atraso econômico muitas vezes associado à falta de coordenação de políticas em países subdesenvolvidos como o Brasil. Um projeto que, segundo Bielschowsky, se inicia durante a década de 30, amadurece durante o período pós-guerra, e que terá na segunda metade da década de 50 seu período de auge com a implantação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (ver BIELSCHOWSKY, 1996).

Sendo assim, por projeto desenvolvimentista entende-se em geral, no Brasil, o projeto político e econômico, historicamente datado (de 1930 a 1964), e composto basicamente pela defesa dos seguintes pontos:

- a) “Que a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) Que não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, seria necessário que o Estado planeje;

- c) Que o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção desta expansão; e
- d) Que o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (BIELSCHOWSKY, 1988, p.7).

Será com base, portanto, nesta definição elaborada por Ricardo Bielschowsky (1996), que boa parte da literatura que trata do debate sobre desenvolvimento nacional têm se referido no que diz respeito à idéia da existência de um discurso ou matriz intelectual *desenvolvimentista*. É importante, no entanto, ressaltar que apesar de largamente utilizada com estes fins, a noção de *desenvolvimentismo* algumas vezes, também, pode ser encontrada na literatura associada a uma conotação ainda mais específica. O que indicaria um sentido o qual o termo passou a assumir a partir do golpe militar de 1964. A partir desse momento, o conceito de *desenvolvimentismo* passou a representar um sentido ligado a uma estratégia de crescimento econômico como componente prioritário e construído em bases autoritárias e sem uma preocupação imediata com a questão social. Uma estratégia que se contraporía, a esse modo, a toda e qualquer preocupação de natureza social ou distributiva que pudesse ser vista como objetivo a ser alcançado em detrimento do crescimento econômico em um sentido mais imediato e de curto prazo. Sendo as questões distributivas muito mais analisadas, segundo esta estratégia, como conseqüências da falta de dinamismo econômico, e, portanto, conseqüências que deveriam ser combatidas inclusive através do crescimento econômico no longo prazo.

No que diz respeito, portanto, às diferenças em relação a estas duas concepções e definições de *desenvolvimentismo* – o utilizado para representar a estratégia de industrialização brasileira da década de 50, e o que irá representar a estratégia do regime militar após o golpe de 1964 –, alguns autores propõem uma solução que passa a ser a substituição do termo *desenvolvimentismo* por *desenvolvimentismo autoritário* para representar a estratégia do regime militar (MANTEGA, 1997). Ficando o termo original – *desenvolvimentismo* ou *nacional-desenvolvimentismo* – muito mais relacionado com o sentido original utilizado por Bielschowsky (1996), o qual utiliza a noção no sentido de representar

uma estratégia de industrialização e planejamento econômico apoiado pelo Estado brasileiro nas décadas de 40 e 50, principalmente.

Neste capítulo, fugindo um pouco da polêmica em torno destas definições, iremos percorrer o caminho de tentar demonstrar de que forma historicamente se criaram as *condições de possibilidades epistemológicas* (FOUCAULT, 1969) para a emergência do *nacional-desenvolvimentismo* (no sentido utilizado por Ricardo Bielschowsky) para representar o período de fortalecimento da estratégia de industrialização brasileira nas décadas de 40 e 50. E nesse sentido, não irá nos interessar as minúcias da controvérsia sobre o termo nos debates sobre a evolução das idéias econômicas no Brasil. Interessando-nos muito mais ir a fundo na compreensão do sentido arqueológico do movimento histórico que alimentou a emergência da noção de desenvolvimento a partir da discussão sobre o conceito de raça e identidade nacional no início do século XX. Movimento que terá prosseguimento e amadurecimento a partir da incorporação da estratégia de planejamento econômico nas décadas de 30 e 40. Chegando, por fim, ao seu auge na década de 50, com a implantação de um modelo de desenvolvimento industrial capitaneado pelo Estado e em serviço aos interesses de modernização do país.

Para isso, procuraremos descrever neste capítulo o ciclo histórico de formação dos alicerces que deram sustentação epistêmica aos principais conceitos e definições utilizados, ao longo de todo esse período, com o intuito de darmos conta de compreender a formação da matriz intelectual que alimentou – como um *feixe de relações* e de conceitos (FOUCAULT, 1969) – o processo de construção da trajetória do pensamento econômico e social brasileiro no século XX. Uma tradição que começa a se configurar ainda no final do século XIX, e que acaba, por fim, sustentando do ponto de vista heurístico, as bases intelectuais de toda uma geração de pensadores, ensaístas e cientistas sociais que irão dominar a cena intelectual brasileira entre a década de 30 e meados da década de 60. Uma trajetória de interpretação da realidade brasileira que tem, como um de seus principais fundamentos, uma profunda reflexão sobre o sentido e especificidade de nossa formação histórica enquanto país com fortes heranças coloniais.

3.1 A TRANSIÇÃO RUMO À FORMAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO DE PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

A análise do período que vai do final do século XIX ao início do século XX, nos coloca diante de um momento de fundamental importância para a compreensão da transição entre as nossas matrizes intelectuais que surgem durante o Segundo Reinado e a nova tradição do pensamento econômico e social brasileiro que se constitui efetivamente a partir do final da Primeira República. Período em que o país passa por um profundo processo de transformações sobre o qual se destaca do ponto de vista econômico e político, o fim do regime escravista e um forte estímulo para a expansão do comércio internacional.

Do ponto de vista intelectual, no entanto, os novos ventos que sopram do continente europeu, nos trazem um forte componente de ideologia do progresso, na qual o evolucionismo proposto por Herbert Spencer e Charles Darwin se une ao positivismo de Augusto Comte e nos conduzem a um sentimento intelectual de inferioridade étnica e racial que nos é impulsionado a partir de uma atitude de busca incessante por explicações em relação aos motivos seculares de nosso “atraso civilizatório”. Como afirma Renato Ortiz (2005):

Aceitar as teorias evolucionárias implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus. Torna-se necessário, por isso, explicar o “atraso” brasileiro e apontar para o futuro próximo, ou remoto, a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, isto é, uma nação. O dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional (ORTIZ, 2005, p. 15).

O que se pode perceber, neste sentido, é que a partir do final do século XIX e início do século XX, o cerne da preocupação da intelectualidade brasileira se volta para a explicação dos fundamentos de nosso “atraso”, assim como o anúncio dos passos que deveriam ser seguidos rumo a uma transformação mais profunda dessa realidade, e a um processo de evolução mais próxima possível do ideal do modelo europeu de civilização. Era preciso neste momento, portanto, a busca pela identificação da especificidade brasileira em um contexto de comparação com o padrão considerado ideal de civilização européia. Ou seja, era preciso encontrar uma razão comparativa para a nossa condição de país atrasado em seu estágio de desenvolvimento natural. Esse era, em linhas gerais, o projeto intelectual das elites brasileiras

que se fazia presente no período de transição do Brasil Império para a República. Neste sentido, a intelectualidade brasileira se ressentia nesse período ainda de uma estratégia de complementação dos argumentos evolucionistas a partir do acréscimo de elementos que viessem a retratar de maneira mais clara a especificidade social brasileira. Uma realidade que irá encontrar finalmente explicação satisfatória a partir de duas noções particulares que surgem nesse período. Quais sejam: o papel do *meio* e o papel da *raça* na constituição de nossa identidade nacional (ORTIZ, 2005, p. 15).

É com base, portanto, na observação da especificidade do meio físico-natural, e da característica da mestiçagem enquanto condição específica e evolucionária de nosso povo, que o intelectual brasileiro “padrão” do final do século XIX irá se fundamentar “cientificamente” com o objetivo de justificar as raízes de nosso atraso. São esses, portanto, os parâmetros que irão fundamentar, segundo Ortiz (2005, p. 15), o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. Autores como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha – considerados como “os precursores das Ciências Sociais no Brasil” (ORTIZ, 2005, p. 14) –, serão os primeiros autores que irão constituir fundamentalmente a noção de *raça* e *meio* como verdadeiras categorias definidoras da realidade econômica e social brasileira.

Não é por acaso que *Os Sertões* abre com dois longos e cansativos capítulos sobre a Terra e o Homem. Sílvio Romero, já em seus primeiros estudos sobre o folclore, dividia a população brasileira em habitantes das matas, das praias e margens de rio, dos sertões, e das cidades. Nina Rodrigues, em suas análises do direito penal brasileiro, tece inúmeras considerações a respeito da vinculação entre as características psíquicas do homem e sua dependência do meio ambiente. Na realidade, meio e raça se constituíam em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira (ORTIZ, 2005, p. 16).

A evolução deste quadro interpretativo, no entanto, irá se modificar a partir principalmente do início da Primeira Guerra Mundial. A importância do elemento *raça*, enquanto elemento explicativo da condição de atraso da sociedade brasileira começa a ceder lugar, neste momento, a uma análise que prioriza os elementos culturais de imitação ou “falta de espírito de observação” – como observa Manuel Bonfim – que estariam supostamente por trás de nosso comportamento muitas vezes considerado passivo em relação à ação parasitária do Estado Português. A crítica ao caráter imitativo de nossa cultura “neolusitana” neste

período se alia a uma nova interpretação da identidade nacional que passa a valorizar os aspectos históricos (não racista), das causas de nossos males de origem. Agora as razões de nosso atraso passariam a ser vistas como estando em outro lugar, não mais nos elementos de *raça* ou *meio físico-natural*. Uma condição, no entanto, que é vista, pela nova tradição que se inicia, como um projeto histórico em construção. Um projeto que tem suas bases intelectuais historicamente marcadas por matrizes teóricas que se consolidam ao longo da primeira metade do século XX, e que irão exercer grande influência sobre as primeiras fases de construção de um projeto político e intelectual que irá se configurar como o cerne da noção de identidade nacional. Uma formação discursiva que, na maturidade, se transformará em uma verdadeira ideologia do progresso de viés *nacional-desenvolvimentista*.

3.2 A TRADIÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BRASILEIRO E OS ALICERCES DA IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

Foi ao longo da primeira metade do século XX, portanto, que efetivamente se inicia no Brasil um período de solidificação dos novos alicerces intelectuais os quais se tornariam, posteriormente, os principais responsáveis pela constituição ideológica de boa parte das mais importantes vertentes do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro. É dentro deste período histórico, portanto, que podemos encontrar, de forma mais ou menos consistente, um núcleo inspirador de pensamento (uma tradição¹³), responsável último por um profundo processo de transformação crítica em relação às antigas interpretações racistas sobre as quais se vinham constituindo a base do pensamento social brasileiro desde a segunda metade do século XIX.

Foi ao longo das décadas de 20, 30 e 40, principalmente, que novas interpretações sobre a realidade nacional se consolidam no cenário intelectual das ciências sociais no Brasil¹⁴. Num momento de efervescência cultural, em uma época em que a intelectualidade local buscava novas perspectivas para se reinterpretar o Brasil. Um período crítico sobre o qual,

¹³ O que queremos definir aqui por “tradição” refere-se ao conceito cunhado inicialmente por Antônio Cândido em *Formação da Literatura brasileira*, o qual quer representar um sistema literário integrado aonde existiria, ao mesmo tempo: “um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um caminho transmissor (de modo geral uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns aos outros” (CÂNDIDO, 1959, p. 23-24).

¹⁴ *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, tem sua primeira edição datada de 1933; Caio Prado Jr. publica *Evolução Política do Brasil* em 1933 e *Formação do Brasil Contemporâneo* é publicada pela primeira vez em 1942; Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, publica *Raízes do Brasil* em 1936.

segundo Antônio Cândido (1995), alguns novos autores “*parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 30 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo*” (CÂNDIDO, 1995, p. 9). Ou seja, uma mentalidade que se impôs fazendo brotar interpretações que se tornariam indispensáveis para a compreensão posterior da realidade brasileira a partir de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista. Tal como viria a ocorrer, principalmente, a partir da segunda metade da década de 30 com a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas.

No entanto, é claro que este movimento intelectual que se inicia na década de 20 e se prolonga por toda a primeira metade do século passado, não pode ser compreendido adequadamente sem que se leve em consideração uma análise pormenorizada do contexto histórico de seu surgimento ou emergência. Para alguns historiadores como Lúcia Lippi Oliveira (1997), este período histórico representou um momento em que o impacto do fim da Primeira Guerra Mundial se tornou presente em vários países do mundo, com todas as suas conseqüências em termos da necessidade – que se impuseram por força dos fatos –, de se repensar as velhas interpretações que nos faziam ver o Brasil a partir de uma mentalidade basicamente européia.

Era preciso, portanto, quebrar este constrangimento externo – ou seja, a evidente decadência européia no período imediatamente posterior ao fim da guerra –, voltando-se para elementos mais próximos de nossas raízes históricas e culturais. Ou seja, “*era preciso inventar a autenticidade*” (OLIVEIRA, 1997, p.189). Movimento que tinha como elemento comum para a época, uma espécie de “busca pelo novo”; ou seja, um sentimento de insatisfação e de reação (no caso do Brasil) às formas tradicionais de expressão intelectual e cultural que se manifestavam a partir das formas de organização social e política da República Velha. Formas identificadas com uma visão oligárquica: bacharelesca, particularista e patriarcal. Contra as quais se manifestavam diferentes tendências intelectuais e políticas Tanto à esquerda como à direita¹⁵. Ambas as tendências identificadas, de uma ou de outra forma, com o ideal da busca por uma espécie de “redescobrimto” do Brasil¹⁶.

¹⁵ Entre os principais exemplos que nos ajudam a caracterizar este momento histórico impar, temos: a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB); o movimento Tenentista; a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL); a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB); a formação da Coluna Prestes e a Semana de Arte Moderna.

¹⁶ Ver o trabalho de Carlos Guilherme Mota (MOTA, 1994).

Creemos, neste sentido, que não seja possível identificarmos qualquer perspectiva teórica com alguma relevância no debate político ou intelectual brasileiro durante a primeira metade do século XX, que não se refira em algum momento a interpretações como as de: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Paulo Prado, Oliveira Viana e Alberto Torres. Autores que, de alguma forma, expressaram a preocupação com a explicação das origens e características centrais de nossa identidade nacional. Gerações que viram um período descrito por alguns estudiosos como um período no qual se concebeu intelectualmente uma série de “retratos” ou interpretações sobre vários aspectos da formação cultural, política e econômica do povo e da nação brasileira. Um período em que se começou a configurar no Brasil uma maior percepção a respeito de uma suposta superficialidade (teórica e ideológica) das tradicionais interpretações historiográficas formadas, no século XIX, dentro do quadro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838). Interpretações que, a partir da década de 20, passariam a ser vistas como expressão intelectual representativa de interesses que se identificavam com interesses específicos de uma elite “empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca” (MOTA, 1994, p. 28) e não da nação brasileira como um todo. Fruto de uma concepção, entre outras coisas, racialmente preconceituosa, e que buscava fundamentar sua interpretação sobre os motivos do atraso econômico (e da maioria das mazelas) do Brasil, a partir da existência da miscigenação, e da formação histórica de sub-raças (supostamente inferiores) na constituição étnica (mestiça) do povo brasileiro.

Este sentimento geral de insatisfação e reação às formas de pensar o Brasil em bases preconceituosas e racistas contagiou a Semana de Arte Moderna de 1922, influenciando uma ampla gama de intelectuais e artistas brasileiros a buscar novas formas de expressão e compreensão sobre a formação da realidade histórica do país. Formas que fizeram este movimento tornar-se um marco em termos de influência cultural em relação a toda uma geração de artistas e intelectuais brasileiros ao longo de toda a primeira metade do século XX. Um movimento com traços de revolução cultural que se retro-alimentava a medida que os primeiros impulsos artísticos fomentavam a formação de novos pensadores e intelectuais que, por sua vez, alimentavam de novas idéias esta nova classe artística em plena ebulição. Todos, de certa forma, constituindo, numa espiral, a *formação discursiva* de uma nova matriz cultural

de interpretação¹⁷ da realidade histórica brasileira. Uma nova perspectiva que passa a dar importância maior à força e a identidade cultural e mestiça do povo brasileiro – tal como apresentadas por Gilberto Freyre (1933) –; a natureza mercantil da colonização e suas conseqüentes mazelas para a constituição da sociedade brasileira – interpretação de Caio Prado Jr (1933, 1942) –; a herança neoportuguesa e patriarcal segundo a qual se constituiria o cerne da “cordialidade” do povo brasileiro – segundo Sérgio Buarque de Holanda (1936).

Foi, no entanto, com advento do Estado Novo (1937-1945), que se iniciou efetivamente a constituição, no Brasil, de um ambiente institucional, político e econômico mais favorável à solidificação do que viria a se conhecer posteriormente como uma *ideologia desenvolvimentista*. A diferença básica, portanto, está em que com o advento do Estado Novo as novas matrizes de interpretações históricas, sociológicas e antropológicas sobre o Brasil, puderam melhor ajustar-se – do ponto de vista operacional –, a partir de propostas mais consolidadas de planejamento e programação econômica estatal. O marco que separa o “período modernista” e a formação da nova “ideologia desenvolvimentista” – dentro do quadro de formação do pensamento econômico e social brasileiro – está associado, portanto, à incorporação da dimensão do planejamento econômico enquanto elemento central no debate sobre a constituição de um Estado-Nação soberano e independente. Impulsionado a partir de um processo de crescimento econômico induzido pela industrialização, e coordenado e fomentado pela atuação estatal.

O movimento modernista – assim como as obras dos principais ensaístas brasileiros das décadas de 20 e 30 –, no entanto, não deve deixar de ser visto como um movimento cultural de fundamental importância para a construção dos alicerces intelectuais e das *condições de possibilidade epistêmicas* que inspiraram alguns dos principais conceitos e perspectivas desenvolvimentistas das décadas de 40 e 50 no Brasil. Neste sentido, para Lúcia Lippi Oliveira (2001), a presença de autores modernistas e progressistas como Oliveira Viana e Alberto Torres, por exemplo, foram de fundamental importância para a constituição do pensamento de um dos principais autores do movimento intelectual desenvolvimentista das décadas de 50, qual seja: Celso Furtado¹⁸. Segundo esta interpretação: “o significado dessa

¹⁷Uma trajetória, uma tradição, um paradigma no sentido kuhniano ou, simplesmente, o embrião de uma *formação discursiva* no sentido de Foucault (1969).

¹⁸Furtado publica pela primeira vez *Formação Econômica do Brasil*, em 1959.

matriz [modernista] é muito importante porque apresenta novas explicações para um velho problema” (OLIVEIRA, 2001, p.146), qual seja: o atraso político, econômico e social do país. Problema que se mantém enquanto dilema intelectual e político; mas que, ao mesmo tempo, parece mudar de objeto e figura à medida que é apresentado à luz de novas interpretações inspiradas pela revisão do pensamento social brasileiro das décadas de 20 e 30. Interpretações que vão, passo a passo, fazendo com que o Brasil comesse a deixar de se ver como um país atrasado porque sua população é miscigenada, colonizada por portugueses degredados com espírito aventureiro e predatório; ou porque a Igreja Católica impedia o desenvolvimento do capitalismo ao condenar o lucro; ou ainda porque abaixo do trópico (com as três raças tristes) era impossível alcançar-se a civilização (OLIVEIRA, 2001, p. 146).

O Brasil neste momento começava a se ver como atrasado, não mais por uma fatalidade étnica ou de natureza física, mas sim porque sua formação histórica singular o havia conduzido a esta condição; porque o sistema de comércio mundial nos havia formatado como país com estrutura econômica subdesenvolvida e dependente em relação ao comércio exterior dos países centrais; porque o Estado brasileiro havia sido formado por meio de uma relação histórica patrimonialista (o qual havia inibido o desenvolvimento político e social das camadas menos favorecidas); etc. Agora, de acordo com as novas interpretações estruturalistas, culturalistas e historicistas emergentes, não havia *a priori* mais problemas que não pudessem ser compreendidos e superados por dentro e por meio da nossa própria história. Através da nossa própria capacidade de organização social, econômica, política e cultural. Cabia a nós, portanto, dessa vez, a responsabilidade de mudar o rumo dos fatos e imprimir uma nova estrutura econômica e social capaz de nos elevar a uma condição de desenvolvimento, organização e progresso material e cultural.

A nova matriz ideológica desenvolvimentista que irá se consolidar de forma definitiva apenas na década de 50, se alimenta, no entanto, por esse ponto de vista, ainda desse “espírito modernista” das décadas anteriores. Substituindo a noção preconceituosa e racista que tentava explicar o atraso do país com base em preconceitos de raça e credos religiosos, por uma compreensão mais “historicista” (sociológica, econômica e culturalista), que prioriza a compreensão das raízes históricas (em sua maioria aceitas como de origem colonial) que constituíram a condição de subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Uma nova perspectiva que se alimenta ainda da inspiração modernista que visava superar o atraso

brasileiro, facilitando o acesso de nossa consciência intelectual em relação às fontes primárias e originais de nossa fria condição histórica de país subdesenvolvido. Uma realidade que se apresenta, por fim, aos olhos da nova elite política e intelectual brasileira em formação, como o resultado histórico de um “Estado Nação” em construção.

É neste sentido que podemos afirmar, portanto, que são com base na tradição intelectual das décadas de 20 e 30 que uma nova ideologia desenvolvimentista se alimenta em suas raízes, tradição e *condições de possibilidade histórica* em geral. Tendo em vista o ideal da construção de um Estado nacional independente e desenvolvido. Um projeto ambicioso que terá como um de seus principais instrumentos as técnicas de planejamento econômico que despontam, em meados da década de 40, como fundamento de um processo de industrialização que começa a se afirmar como solução mundialmente considerada factível para países que, como o Brasil, passa a serem considerados como subdesenvolvidos. Ambas estas condições, portanto, compondo as *condições de possibilidade* que, como um todo, vão favorecer o deslanchar da ideologia desenvolvimentista durante a década de 40 e 50.

3.3 O PAPEL DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO E A INTERPRETAÇÃO DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO E MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Para Octávio Ianni (1991), as origens da ideologia e da prática de planejamento governamental no Brasil são o resultado de uma combinação histórica privilegiada de “*condições (economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformaram a linguagem e a técnica de planejamento em um componente dinâmico do sistema político-administrativo*” (IANNI, 1991, p. 68). Um componente que, na verdade, seria incorporado de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses do setor privado sobre a economia. Um movimento que se inicia ainda na década de 40, constituindo-se enquanto pano de fundo e elemento fundamental sobre o qual duas matrizes ideológicas (liberalismo e dirigismo) passam a dividir a cena política (entre fins de 1944 e 1956), e a orientar os rumos do debate sobre política econômica no país (SOLA, 1998).

A chamada “controvérsia sobre o planejamento”¹⁹ dominou, neste sentido, a arena política e técnica governamental por mais de uma década, imprimindo uma polêmica que irá acompanhar historicamente o ritmo das transformações pelas quais o processo de industrialização se desenvolvia no Brasil no período pós Segunda Guerra Mundial (SOLA, 1998). Um período no qual também se consolidará, na América Latina, a influência política e intelectual da famosa *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), criada em 1948, e responsável por um dos principais sustentáculos intelectuais que subsidiariam teoricamente as matrizes *dirigistas* na controvérsia sobre o planejamento no Brasil. Uma influência que irá perpassar as primeiras experiências de planejamento, se tornando a principal interpretação sobre o processo histórico de industrialização durante a década de 50 e início da década de 60 no Brasil.

Formada intelectualmente no período do auge da esperança desenvolvimentista e da efervescência da chamada *Teoria do Desenvolvimento*, a CEPAL se tornou, portanto, o elo teórico fundamental que faltava para a construção de um projeto desenvolvimentista tecnicamente consistente para os países latino-americanos (CARDOSO, 1993). Ou seja, um elemento catalisador de grande importância para a formulação de um conjunto de técnicas de planejamento e princípios teóricos voltados para a tentativa de construção de estratégias de política econômica direcionadas para a construção de um modelo de desenvolvimento especificamente voltado para países considerados periféricos ou subdesenvolvidos²⁰ (como eram considerados os casos dos países da América Latina).

O básico da interpretação cepalina consistia numa concepção crítica à especialização dos países latino-americanos em relação à produção de produtos primários voltados para o abastecimento do mercado externo. Um dos pontos centrais de sua avaliação, neste sentido, era a ênfase sobre as conseqüências históricas negativas que esta especialização supostamente havia gerado em termos da formação de estruturas sociais heterogêneas e com um baixo nível de integração e difusão de progresso técnico entre seus diferentes setores da atividade

¹⁹ Para uma avaliação completa sobre as bases da chamada “controvérsia do planejamento”, ver Eugênio Gudín e Roberto Simonsen. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/Inpes, 1978. Este livro apresenta uma compilação dos três relatórios técnicos que representam a síntese da polêmica entre Gudín e Simonsen sobre as vantagens e desvantagens da intervenção estatal na economia brasileira em meados da década de 40.

²⁰ A CEPAL exerceu grande influência sobre o pensamento desenvolvimentista brasileiro nas décadas de 50 e 60, sendo responsável também por boa parte da fundamentação teórica dos diferentes projetos desenvolvimentistas latino-americanos. Vide a respeito BIELSCHOWSKY (1996) (especialmente capítulo 2), e MANTEGA (1984) (especialmente o capítulo 1, item 2).

econômica. Consistia ainda a visão cepalina, na concepção centro-periferia, e na afirmação do caráter estruturalmente dependente e dual das economias latino-americanas em relação ao centro do sistema capitalista mundial. Um país atrasado e outro moderno pareciam conviver ao mesmo tempo, portanto, em um conflito considerado fonte inibidora das possibilidades de desenvolvimento dos países latino-americanos. Daí a necessidade urgente e prioritária do estado desenvolver novos instrumentos de planejamento que fossem capazes de remover estas heterogeneidades estruturais e os gargalos que estavam inibindo historicamente o processo de industrialização mais consistente e equilibrado nestes países.

É neste contexto que os primeiros esforços de institucionalização das técnicas de planejamento no Brasil se iniciam, portanto, num período marcado pela economia de guerra (Segunda Guerra Mundial), e provocado, principalmente, pela escassez e gargalos característicos destes períodos (CAMPOS, 1975, p. 52). O centro dos primeiros esforços de planejamento tem início – ainda na década de 40 –, a cargo do então recém-criado *Departamento Administrativo do Serviço Público* (DASP). Os primeiros três planos de investimentos preparados no Brasil – o *Plano Quinquenal de Obras e Reparamento da Defesa Nacional* (1942), o *Plano de Obras* (1943) e o *Plano Salte* (1946/1950) – tiveram sua origem em idéias de técnicos do DASP (CAMPOS, 1975). No entanto, a partir do final da década de 40 e início da década de 50, o papel desempenhado pelas várias comissões de cooperação técnica Brasil-EUA, passam a ter um papel fundamental na consolidação das experiências de planejamento no Brasil. Foi por meio da chamada *Missão Abbinck* (que publica seu relatório final de trabalho em junho de 1949), que Brasil e EUA iniciam o firmamento de uma série de acordos de cooperação técnica, a qual terá na *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* o seu produto final mais significativo. Produto este que, em 1953, passa a apresentar os alicerces do que viria a se configurar, anos mais tarde, como o mais ambicioso plano de desenvolvimento jamais elaborado e implementado na história republicana do Brasil, qual seja: o *Plano de Metas* de Juscelino Kubitschek.

Para a maioria dos especialistas, “foi somente com o advento do governo Juscelino Kubitschek, já sob os auspícios do Plano de Metas, que a industrialização e o planejamento adquiriram o caráter de tarefas unificadoras entre os responsáveis pela gestão da economia” (SOLA, 1998, p. 67). Foi com o advento do Plano de Metas, portanto, que efetivamente se consolida no Brasil uma estratégia de desenvolvimento fortemente respaldada por técnicas de

planejamento e pela programação econômica voltados para o processo de industrialização do país. Neste sentido, a importância do relatório da Comissão Mista Brasil-EUA e a influência política e intelectual, à época, de pensadores cepalinos como Celso Furtado, se tornam de fundamental importância para a consolidação da ideologia desenvolvimentista no Brasil. Fortemente ligado a CEPAL, o pensamento de Celso Furtado se torna uma das forças de difusão intelectual a favor da consolidação dos ideais do planejamento e da industrialização brasileiras. Com o livro *Formação Econômica do Brasil* (1959), Furtado nos apresenta uma síntese de grande impacto, e uma interpretação histórica sobre a evolução e formação das condições de heterogeneidade estrutural que vinham se acumulando na economia brasileira desde o período colonial. Condição que, apesar dos esforços de planejamento e industrialização pareciam continuar a marcar as características da economia brasileira ainda no final da década de 50. Interpretação que se tornará uma das obras mais importantes e influentes da história do pensamento estruturalista latino-americano.

Em geral, portanto, a obra de Celso Furtado representa um marco, por ter sido a primeira e mais completa interpretação estruturalista sobre as origens e especificidades do processo de formação histórica da economia brasileira. Um modelo que reforçava a concepção geral de orientação cepalina sobre o caráter dependente do processo de industrialização das economias latino-americanas. Processo o qual, segundo Furtado, havia inibido uma dinâmica de industrialização mais equilibrada do país, na medida em que havia sido impulsionado de fora para dentro, em um movimento que não levava em consideração a adequação do processo de industrialização em curso às características estruturais da economia brasileira. Uma interpretação que tinha como alicerce fundamental uma explicação para o processo de industrialização do país como sendo o resultado histórico das reações internas da economia brasileira em relação à crise de seu setor exportador. Interpretação que ficará conhecida como teoria dos choques adversos²¹.

Foi sobre a influência inicial da obra de Prebisch (1949), que Celso Furtado procurou avaliar, já em 1950 – num artigo escrito para a *Revista Brasileira de Economia*, e intitulado: “Características da Economia Brasileira” – a hipótese da existência de uma dinâmica de

²¹ De acordo com esta interpretação, a crise do setor exportador gerava sobre os países dependentes a necessidade de substituir suas importações devido à falta de divisas em moeda estrangeira (o chamado “choque adverso”); inaugurando um processo histórico que ficaria conhecido como *Modelo de Industrialização por Substituições de Importações* (FURTADO, 1959; TAVARES, 1973).

industrialização substitutiva de importações como resultado natural da crise de 1929 (assim como de seus reflexos sobre o volume de exportações brasileiras) (SUZIGAN, 1998). Teria assim início a interpretação clássica de formulação cepalina da teoria dos *choques adversos* para o caso brasileiro. É sabido, no entanto, como nos salienta Suzigan (1998), que algo similar à idéia da teoria dos choques adversos, para o caso do Brasil, já havia sido suscitado por Roberto Simonsen em um texto de 1939, intitulado *A evolução industrial do Brasil*. No qual o autor teria defendido pela primeira vez a idéia de que durante a Primeira Guerra Mundial haveria ocorrido um surto de expansão industrial no Brasil estimulado pela dificuldade de importações de produtos industrializados anteriormente trazidos da Europa e Estados Unidos. Num movimento típico de surto industrial voltado para substituir as importações anteriormente abastecidas pelas divisas externas advinda das exportações de produtos primários, Roberto Simonsen observa neste texto que, durante a guerra, haviam diminuído significativamente o volume de exportações brasileiras. O que havia gerado uma grande dificuldade de aquisição de divisas, encarecendo sobremaneira os preços dos produtos importados em moeda estrangeira, e dando um grande incentivo econômico para a sua substituição interna destes produtos por produtos de origem nacional (SUZIGAN, 1998, p. 25).

Num primeiro momento, no entanto – segundo a clássica interpretação de Furtado –, este estímulo só seria capaz de estimular uma pequena parte dos produtos anteriormente importados. Ou seja, aqueles que poderiam ser produzidos a partir da re-alocação de fatores produtivos de uma forma imediata, e capaz de responder à demanda reprimida gerada pela valorização da taxa de câmbio decorrente do processo de desequilíbrio externo. A necessidade crescente de divisas capazes de permitir a importação de máquinas e equipamentos passaria, a partir daí, portanto, a se transformar em um fator estrutural responsável por inibir a continuidade do processo de industrialização substitutiva de importações em escala ampliada. Dinâmica que passaria a ser entendida como uma das marcas de todo processo histórico de industrialização brasileira. Ou seja, um processo de *stop and go* em uma dinâmica que estimulava a substituição de importações ao mesmo tempo em que inibia seu desenvolvimento por meio da restrição de divisas. Situação que se configurava na medida em que o estrangulamento externo era percebido como algo efetivo, e a falta de divisas se tornava latente, diminuindo nossa capacidade de importar. Dinâmica que, no entanto, ao mesmo

tempo em que estimulava o processo de industrialização, reforçava a necessidade de novos recursos externos em dimensões crescentes. Realidade que se torna inevitável tendo em vista as necessidades de importação de bens de capital com o objetivo de dar continuidade ao processo de substituição de importações nos setores de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Foi com base nesta interpretação, hoje também considerada clássica, de Maria da Conceição Tavares (1973), que viria de modo definitivo a se consolidar – no campo das discussões sobre desenvolvimento no Brasil –, uma linha de pensamento estruturalista e desenvolvimentista que busca fundamentalmente explicar as causas do processo de substituição de importações como resultado de uma perspectiva em que os gargalos estruturais do balanço de pagamentos são considerados como situação quase que inevitáveis dentro de um processo de dinamização da produção industrial brasileira. Daí a necessidade urgente de se investir também na melhoria das condições de produção da indústria de base, com o intuito de diminuir a necessidade de importações brasileiras nesse segmento. Sendo, portanto, a partir da percepção deste entrave estrutural mais amplo, e de suas conseqüências sobre o estrangulamento da balança de pagamentos, que se começou a compreender de forma mais clara, durante a década de 60, que as dificuldades estruturais da economia brasileira se prolongariam, ainda, e inclusive, durante seu próprio processo histórico de desenvolvimento industrial ainda em curso.

E nesse sentido, mais uma vez, Celso Furtado teve um papel fundamental. Pois foi ele que de forma teoricamente mais consistente apontou, pela primeira vez, a existência de um gargalo estrutural o qual estavam inevitavelmente submetidas às economias dependentes em seu processo histórico de desenvolvimento no Brasil. Celso Furtado pensava de alguma forma poder explicar os surtos industriais – o qual havia sido submetida à economia brasileira ao longo de seu processo histórico de desenvolvimento – tendo como ponto de partida os choques externos gerados a partir de supostas interrupções do fluxo de comércio de seus principais produtos de exportação. Hipótese que irá parecer fundamentalmente limitada aos olhos dos críticos à versão geral da teoria dos choques adversos que começam a se insurgir a partir de meados da década de 60. Uma perspectiva que – apesar de hoje ser considerada limitada – serviu à época como base da maior parte dos estudos sobre o processo de industrialização em vários países da América Latina. Um modelo que tinha como seu alicerce

intelectual uma interpretação geral do processo de desenvolvimento industrial latino-americano, e que primava pela tentativa de explicar, de forma generalizada, os processos de industrialização destes países como uma espécie de resposta interna a restrições externas impostas sobre sua capacidade de importar. Uma dinâmica contraditória que, aos olhos de pensadores cepalinos, não poderia deixar de apresentar as suas marcas em termos da formação de uma estrutura econômica perversa e desigual. Sobre a qual estariam condicionados internamente (e regionalmente) os países periféricos em seu processo histórico de desenvolvimento industrial.

3.4 A IDEOLOGIA DA CULTURA BRASILEIRA E O NACIONALISMO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)

Seguindo aqui a idéia mestra de tentar demonstrar o papel heurístico e a arqueologia das várias vertentes do debate sobre desenvolvimento nacional no século XX, não podemos esquecer-nos de ressaltar o papel importante que teve a formação de uma ideologia nacionalista que se forma em boa parte em sintonia com os preceitos teóricos e estruturalistas de origem cepalina (vista no tópico anterior). Uma vertente do debate intelectual brasileiro que se formará a partir da influência também de um grupo de intelectuais ligados ao chamado *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB). Grupo que terá um papel fundamental nos rumos do debate sobre o sentido da noção de cultura e identidade nacional na segunda metade da década de 50 no Brasil (ORTIZ, 2005).

E, neste sentido, uma das marcas do pensamento isebiano, seria primordialmente sua consideração crítica em relação ao que se poderia chamar, naquele momento, de o “caráter transplantado da cultura brasileira”. Para autores como Álvaro Vieira Pinto e Rolando Corbisier, membros destacados do ISEB, a superação de uma suposta “alienação” (supostamente característica da realidade cultural brasileira), só se tornaria possível com a possibilidade de superação de nossa condição de subdesenvolvimento econômico e social, a qual se manifestaria indiretamente através de características culturais próprias da realidade brasileira. Por esse ponto de vista, um país dominado economicamente em suas relações comerciais e políticas com os países centrais, não poderia formar para si uma cultura independente, pois sua realidade seria marcada inexoravelmente pela falta de um projeto

nacional característico, e de uma situação de alienação cultural que lhe seria intrínseco do ponto de vista existencial (CORBISIER, 1958). É sobre esse contexto que ocorreria, segundo Corbisier, o chamado “transplante cultural” que marcaria historicamente a nossa condição de país subdesenvolvido. Uma realidade que reforçaria o caráter tipicamente externo de nossa cultura, e a natureza subdesenvolvida de nossa sociedade. Ou, como diria a famosa frase de inspiração isebiana: “no subdesenvolvimento tudo é subdesenvolvido”. Como afirma Caio Navarro de Toledo:

Se “no subdesenvolvimento tudo é subdesenvolvido”, também a esfera cultural será necessariamente pobre em suas produções e inautêntica. Na vigência do semicolonialismo, não poderá haver projeto de destino histórico independente, pois todas as suas produções culturais têm a marca da alienação; ou seja, a cultura não poderá ser senão um reflexo, o subproduto da cultura metropolitana (TOLEDO, 1997, p. 93).

Referindo-se mais especificamente à obra de Vieira Pinto – um dos principais autores, junto com Corbisier, no trato da questão cultural por um ponto de vista isebiano –, afirma ainda Toledo:

Ao justificar e buscar explicar o caráter transplantado de nossa cultura, durante a fase colonial e semicolonial, pretendia Vieira Pinto assinalar que, dadas as atuais condições da vida brasileira, será alienada do ponto de vista cultural toda e qualquer manifestação que agora aceite acriticamente as categorias e os modelos estrangeiros (TOLEDO, 1997, p. 96).

Ou seja, segundo a interpretação destes autores, seria uma condição inexorável (e existencial) destes países subdesenvolvidos, a falta de perspectiva futura na formação de uma autêntica cultura nacional. Uma realidade que se manteria, ao mesmo tempo, enquanto os padrões coloniais, que os havia criado, se mantivessem intactos. Tornando-se necessário para a sua superação, portanto, uma ruptura com as suas heranças coloniais mais profundas. Por essa perspectiva, a cultura brasileira (transplantada) não passaria de uma imitação de padrões culturais oriundos das grandes metrópoles do sistema capitalista mundial. Sendo necessário que se reforce e se implemente no Brasil, portanto, uma política cultural alternativa em contraposição aos padrões coloniais e semicoloniais que por aqui se mantinham hegemônicos por séculos. Um novo modelo que deveria ser implementado em sintonia com a construção de um novo país industrializado e independente economicamente. Daí o papel do nacionalismo

isebiano enquanto ideologia cultural e política em favor de um projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro.

É nesse ponto, no entanto, que os ideais do ISEB irão se contrapor aos preceitos sobre a existência de um caráter cultural brasileiro de matriz colonial típica – tal como os que nos eram apresentados por figuras como Gilberto Freyre, durante os debates das décadas de 20 e 30 no Brasil. Para os membros do ISEB, neste sentido, não existiria um caráter nacional brasileiro como algo fixo e acabado. Mas sim, uma cultura em constante processo de mutação. Sendo o papel da política cultural exatamente o de transformar essa realidade através da política e do planejamento governamental. Superar o subdesenvolvimento e afirmar uma nova e autêntica cultura nacional. Seriam estes os objetivos fundamentais do projeto nacionalismo do ISEB. E nesse sentido, uma das características marcantes dos debates sobre desenvolvimento nacional na década de 50, será a idéia de elaboração de uma estratégia de desenvolvimento nacional que fosse capaz de suplantar a alienação cultural de origem colonial brasileira. Fortalecer a cultura nacional e sua verdadeira identidade cultural e popular seria, portanto, um dos passos a serem seguidos no sentido da consolidação do progresso e do desenvolvimento da nação. Assim, segundo Ortiz (2005) e Mota (2008), uma ideologia da cultura brasileira se formaria aqui, portanto, na esteira dos debates sobre as características da formação da identidade nacional e da busca pelo seu fortalecimento enquanto componente de um projeto de nação independente.

Entre os autores, no entanto, que mais se destacaram no sentido da consolidação de uma noção de identidade nacional no Brasil, está Gilberto Freyre. A quem, como visto anteriormente, boa parte dos intelectuais isebianos irão se contrapor sobre o signo da acusação de uma espécie de folclorização alienante da cultura popular brasileira de origem colonial. Uma espécie de cultura de “pastiche”, que em nada representaria, pela perspectiva isebiana, a verdadeira cultura nacional a ser implantada por um novo modelo de desenvolvimento nacional-popular. Movimento que se aprofunda em torno do sentido da noção de identidade nacional, em um contexto de hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista da década de 50 no Brasil. É neste sentido, que a reconstituição histórica das *condições de possibilidade* que alimentaram a formação do discurso ideológico nacional-desenvolvimentista durante a década de 50, não estariam completos, portanto, se não analisássemos – para além das idéias que alimentaram as perspectivas desenvolvimentistas de

industrialização e planejamento econômico da Cepal – os ideais de constituição de uma idéia de nação soberana e independente que deveria ser impulsionada pelo fortalecimento de uma nova cultura popular brasileira. E nesse sentido, um dos principais centros de formação intelectual voltado para a formação de uma idéia de construção de uma nova identidade cultural brasileira de perfil popular, foi o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), o qual exercerá forte influência sobre a formação dos *Centros de Cultura Popular* (CPCs), já no início da década de 60 (ORTIZ, 2005).

Fortemente influenciado, e ao mesmo tempo crítico da tradição do pensamento econômico e social brasileiro das décadas de 20 e 30, portanto, a nova tradição intelectual formada no quadro do ISEB, representou, sem dúvida alguma, um dos alicerces ideológicos de fundamental importância para a construção de um projeto nacional-desenvolvimentista que se constituía de forma concreta a partir do projeto que irá se consolidar – apesar de suas contradições internas –, a partir do governo Juscelino Kubitschek. Fortemente influenciada pelo contexto da época, e pela necessidade de fortalecimento de um discurso nacionalista, o ISEB representou uma das instituições de maior prestígio intelectual em defesa de uma estratégia nacional-desenvolvimentista no Brasil. E neste sentido, o nacionalismo foi, sem dúvida alguma, uma das principais características do pensamento isebiano durante seu curto período de existência (de 1958 até 1964). Isto, no entanto, não nos deve levar a crer, necessariamente, que pudesse existir uma compreensão homogênea sobre o papel da ideologia nacionalista, tal como esta era vista por diferentes autores identificados com o nacionalismo dentro dos próprios quadros do ISEB. Como afirma mais uma vez Caio Navarro de Toledo:

Pode-se afirmar que o nacionalismo foi a ideologia hegemônica no interior do ISEB, particularmente durante o período que correspondeu ao governo JK. Contudo, errôneo seria pensar que houvera uma unanimidade entre os isebianos quanto a conteúdo, limites e possibilidades da ideologia nacionalista. A rigor, não teria existido uma única ideologia isebiana; várias, isto sim, foram as compreensões ideológicas do nacionalismo dentro dessa instituição. A linguagem, muitas vezes comum, não deixaria, porém, de ocultar alguns desacordos, polêmicas e tensões internas (TOLEDO, 1997, p. 143-44).

Aqui, entra-se em um aspecto delicado da problemática da ideologia nacionalista analisada pelo ponto de vista da diversidade do quadro intelectual do ISEB. Segundo Toledo (1997), duas perspectivas pareciam configurar o quadro geral e as diferenças de interpretação

sobre o papel do nacionalismo dentro do projeto desenvolvimentista no ISEB. Para Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, o nacionalismo era visto como forma de realização histórica e concreta de um internacionalismo mais amplo e não um pólo oposto e antagonico em relação ao mesmo. Para eles o nacional-desenvolvimentismo representava um projeto de desenvolvimento alinhado com um internacionalismo mais completo que viesse a contemplar e incluir o interesse de emancipação dos povos dos países subdesenvolvidos. Neste sentido, o nacionalismo traduziria uma necessidade histórica e uma situação concreta – “a verdade do quadro histórico”, como diriam alguns – que impulsionava os países subdesenvolvidos à busca por um projeto de desenvolvimento nacional e autônomo. Projeto este que, apesar do aparente antagonismo imediato em relação às formas de dominação externas, não deveria ser visto como um projeto em si em contradição com um movimento internacionalista mais autêntico. Como afirma Álvaro Vieira Pinto:

Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem de ser interpretado como procedimento pelo qual nos integraremos num internacionalismo autêntico, ou das nações em luta pela humanização da vida de suas populações. O nacionalismo, ao afirmar-se e consolidar-se nos seus princípios, conduz, assim, a identificar-se com um internacionalismo que não o destrói, não revoga nenhuma de suas teses, não substitui nenhum de seus ideais, antes encontra nessa nova etapa a plena realização daquilo que pregava (PINTO apud TOLEDO, 1997, p. 146).

Em contraposição a este quadro de idéias de feitio mais histórico e “ontológico” – interpretadas por Toledo (1997) como sendo uma espécie de “nacionalismo exacerbado” – coloca-se também, dentro do quadro do ISEB, uma visão mais objetiva e limitada sobre o sentido do conceito de nacionalismo dentro de um projeto desenvolvimentista mais específico.

Diante destes nacionalismos exacerbados, encontrar-se-ão, por outro lado, dentro do ISEB, formulações que procuram se distanciar em muito de “utopismo desmesurado”, como diriam ainda críticos diversos. O nacionalismo será entendido, fundamentalmente, como recurso tático, sem radicalismos, “desapaixonado” – porque “racional” e “técnico”. Caracterizam este último as posições de H. Jaguaribe e, em certa medida, também as perspectivas de C. Mendes e G. Ramos (TOLEDO, 1997, p. 147-48).

Por esse outro ponto de vista, o nacionalismo passa a ser compreendido como um conceito e ideologia com uma função operacional bem definida, distante dos discursos

nacionalistas considerados mais exacerbados ou utópicos. Como afirmaria Hélio Jaguaribe: “*O nacionalismo consiste, essencialmente, no propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade*” (JAGUARIBE apud TOLEDO, 1997, p. 148). Ou seja, uma formulação ideológica a qual caberia fundamentalmente o papel de instrumento operacional dentro de um quadro de referência teórica voltado para a consolidação de uma institucionalidade com perfil e matriz de viés desenvolvimentista.

É preciso ressaltar que estas dualidades e divergências internas representarão, em verdade, uma das principais características do pensamento isebiano. Muitas destas divergências servirão para alimentar posteriormente, inclusive, uma gama de críticas direcionadas a este caráter supostamente frágil e inconsistente de seus programas de pesquisa. Boa parte de sua tradição intelectual será concebida, no período posterior ao golpe de 1964, como um pensamento de caráter superficial e ideológico (TOLEDO, 1997; MOTA, 2008). Mas que, nem por isso, deixaram de representar ou serem reconhecidos como uma das matrizes intelectuais e heurísticas da maior importância para a compreensão da formação da tradição desenvolvimentista das décadas de 50 e início da década de 60 no Brasil.

3.5 A CRISE DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E OS IMPASSES DA INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA: A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DA DÉCADA DE 60

Com a crise da economia brasileira no início da década de 60 e com advento do golpe militar em 1964, a interpretação nacional-desenvolvimentista e o projeto de industrialização brasileiro passam a entrar em grande descrédito nos meios intelectuais e políticos nacionais. É nesse sentido que Celso Furtado – como um dos principais teóricos da abordagem cepalina da década de 50 – inicia, ainda durante o governo João Goulart, um processo de revisão interna das teorias estruturalistas com o intuito de reconhecer a necessidade de se reorientar o estilo de desenvolvimento econômico brasileiro rumo a uma visão mais distributiva e voltada para a diminuição das desigualdades sociais e regionais no país (BIELSCHOWSKY, 1988). Numa prova clara de que a industrialização, por si só, não seria capaz de dar conta sozinha dos imensos problemas estruturais que iam se avolumando, e na medida em que o desemprego a

pobreza a distribuição de terra se mantinham e aprofundavam como problema de ordem prioritária para o país.

Essa reorientação ideológica e crítica que irá marcar as abordagens industrialistas cepalinas tradicionais na década de 60 eram anunciadas através da idéia-força, que dominou o pensamento de Celso Furtado no início da década, e que defendia a idéia básica de que as economias latino-americanas tendiam à estagnação. Uma tendência que, segundo Bielschowsky, devia-se “*ao padrão de desenvolvimento econômico até então prevalecente, concentrador de rendas, que agudizava a dualidade econômica e social dos países do continente*” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 422-423). Uma nova interpretação que, do ponto de vista analítico, ganhará o reforço da obra de Maria da Conceição Tavares, chamada: *Auge e Declínio do Processo de Industrialização por Substituição de Importações no Brasil*²². Obra a qual também deve ser compreendida como resultado deste esforço mais amplo (de autores de origem cepalina) em rever alguns dos alicerces teóricos que pareciam, à época, limitar a capacidade de reflexão sobre os rumos da economia brasileira. Obra de grande importância para o pensamento estruturalista brasileiro, e que ressalta o fato de que a economia brasileira havia entrado, no início da década de 60, em uma fase declinante no qual a desigualdade social passaria a ser vista como um risco ao próprio dinamismo do sistema capitalista em seu pleno estágio de desenvolvimento no país. Sobre este período, afirma Bielschowsky:

A conjuntura de instabilidade política e crise econômica (crise monetária-financeira em 1961-62 e recessão em 1963) e o maior grau de politização alcançado pelo país quebraram o poder de atração que o projeto desenvolvimentista original exercera, nos anos 50, sobre o pensamento econômico. Sob a pressão de profundos desequilíbrios monetários e financeiros e de evidências de que a miséria resistia ao avanço da industrialização e crescia nas cidades, o pensamento econômico brasileiro foi absorvido, de um lado, pelos problemas econômicos conjunturais – tratados, porém, freqüentemente, sob uma perspectiva histórica e estrutural – e, de outro, pelos problemas sociais e institucionais, a partir de uma perspectiva de revisão e reavaliação do processo de desenvolvimento em curso. Deixou assim de nuclear-se pela questão que crescentemente lhe dera unidade nos anos 50, isto é, a questão pura e simples do planejamento e execução das inversões necessárias à implantação do setor industrial, vista então como suficiente para promover o bem-estar social (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 415).

²² Esta obra foi originalmente escrita em 1963, sendo posteriormente publicada como capítulo de uma coletânea chamada *Da Substituição de Importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*, publicado em 1976.

É neste momento que uma série de mudanças significativas começam a gerar uma revolução no perfil de percepção teórica dentro da tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Neste sentido, não será apenas sobre o aspecto da industrialização e da estratégia da promoção do planejamento, com vias ao crescimento econômico, que se dirigem às críticas ao modelo desenvolvimentista brasileiro de então. A crise da década de 60 terá, por esse ponto de vista, repercussões políticos-institucionais e disputas no *campo simbólico* que terão sérias repercussões na formação da tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro daí em diante. Nesse sentido, aspectos como a questão social e regional, a ideologia nacionalista e a desestruturação da base política – ambas questões que havia sustentado o projeto nacional-desenvolvimentista da década de 50 – entram na “crista da onda” das polêmicas intelectuais sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro agora em crise. Uma crise, portanto, de graves proporções e impacto sobre a formação do discurso sobre desenvolvimento que havia se formado ao longo da primeira metade do século XX, e que, pela primeira vez, depois de décadas, começa a sofrer reveses de grande significação para a configuração do futuro do pensamento desenvolvimentista brasileiro.

3.5.1 A crise de hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista: o surgimento da nova teoria da dependência e a dinâmica do desenvolvimentismo autoritário no Brasil

Dessa forma, ao analisarmos com mais profundidade o impacto da crise do início da década de 60 sobre o pensamento desenvolvimentista no Brasil. O que podemos observar é a existência de um período de grande turbulência, no qual o nacionalismo desenvolvimentista passa a ser duramente criticado e perseguido tanto pelo lado da esquerda socialista como pelo lado dos intelectuais liberal-conservadores que se revigoram a partir da crise e, posteriormente, com o golpe militar de 1964. O que, de certa forma, representou uma ruptura profunda também para uma parcela significativa de intelectuais ligados: tanto ao estruturalismo da CEPAL, como à esquerda tradicional do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) (à época, muito influenciadas pelas teorias etapistas do desenvolvimento do capitalismo no país). Ambas muito próximas e suscetíveis a uma proximidade programática em relação a algumas das propostas nacionalistas formuladas por intelectuais que compunham os quadros do antigo *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB). Ou seja, a todos os

setores de esquerda e centro-esquerda nacionalistas ligados, de alguma forma, a essas três instituições subsidiárias de fortes quadros intelectuais, e que alimentavam a herança da tradição do pensamento econômico e social brasileiro ao longo da década de 50. Uma gama de intelectuais e políticos que tinham, de alguma forma, aderido ao programa desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. E que se viram, por isso, também, em situação de instabilidade política e intelectual após o golpe de 1964.

O primeiro grande passo no sentido de se reformular o pensamento estruturalista-cepalino, neste sentido, inicia-se, segundo Lídia Goldenstein (1994), com um aprofundamento em relação à visão de dependência presente até então no pensamento da CEPAL. Isto se explica devido ao fato de que mesmo dando ênfase ao caráter dependente das economias latino-americanas, as perspectivas cepalinas sempre mantiveram uma visão positiva em relação ao processo político em curso – visto a sua crença na capacidade do Estado de alterar o quadro de dependência existente; através de uma política adequada de desenvolvimento capaz de proteger o mercado interno e incentivar o processo de industrialização no país. Foi exatamente essa visão positiva, presente nas interpretações nacionalistas da década de 50, a primeira a sofrer com críticas à medida que o esgotamento do modelo de substituição de importações se mostrava latente, e a crise da década de 60 começava a dar seus primeiros sinais.

Para Lídia Goldenstein (1994), o pessimismo se apresenta em duas principais frentes. Na primeira surge dentro do próprio núcleo de pensamento cepalino, como visto anteriormente, tendo como um de seus principais expoentes o próprio Celso Furtado; o qual em vários trabalhos datados da década de 60 (FURTADO, 1961, 1966) desenvolve um núcleo de idéias que ficariam conhecidas como “estagnacionistas”. O fundamental das idéias de Furtado neste período, é o argumento de que o processo de desenvolvimento dos países da América Latina ainda estaria sofrendo, apesar dos avanços, com uma grande dificuldade de endogeneizar seu núcleo de decisão econômica mais fundamental. É como se existisse uma espécie de incompatibilidade entre a estrutura da demanda brasileira e suas condições produtivas básicas, o que estaria alimentando um aprofundamento das desigualdades sociais e regionais no país.

Seguindo uma linha mais radical e externa a CEPAL, a segunda corrente de interpretação “pessimista” surge, ainda segundo Lúcia Goldenstein, como resultado explícito do clima de desilusão imperante na esquerda latino-americana. Uma perspectiva que busca retomar as perspectivas anti-imperialistas do final do século XIX e início do século XX. Com claras semelhanças e inspiração na obra de Caio Prado Jr., a idéia central dessa nova proposição, era a tese de que o subdesenvolvimento na América Latina teve sua origem na expansão do capitalismo mercantil europeu, ou seja, ainda no período colonial²³. seguindo daí um processo constante de reiteração da exploração das antigas colônias através da captura do seu excedente econômico por parte dos países imperialistas. Como afirma André Gunder Frank (o principal teórico do que ficou conhecido como “teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento”): *“minha tese é que as contradições do capitalismo e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geraram o subdesenvolvimento nos satélites periféricos expropriados, ao mesmo tempo em que engendram desenvolvimento nos centros metropolitanos que se apropriaram do excedente econômico daqueles”* (FRANK apud MANTEGA, 1984, p.214).

O alcance e repercussão da teoria de André Gunder Frank na década de 70, principalmente, levou outros estudiosos do subdesenvolvimento latino-americano a aprofundar e desenvolver suas análises. Entre os mais importantes destes autores estão Theotonio dos Santos (1970, 1972) e Rui Mauro Marini (1969, 1977), os quais desenvolveram outros aspectos da problemática da natureza do subdesenvolvimento abordados por André Gunder Frank. Levando à constituição de um corpo teórico mais amplo, o qual buscava defender o princípio de que “o capitalismo dependente tende inexoravelmente à estagnação, com o aprofundamento do subdesenvolvimento” (GOLDENSTEIN, 1994, p. 33). Desta nova corrente, iria resultar, portanto, uma forte crítica ao caráter reformista presente nas proposições cepalinas e estagnacionistas. Ao mesmo tempo em que propunha a revolução socialista como única alternativa de desenvolvimento para os países periféricos.

Esta onda mais “pessimista”, de origem tanto interna como externa a CEPAL, se explica a nosso ver – conforme salientado por Lúcia Goldnstein (1994) –, devido ao forte ambiente de

²³ Esta idéia, segundo Cardoso (1993, p.133), já havia sido elaborada anteriormente por Caio Prado Jr. (entre outros), em seus trabalhos sobre o período colonial brasileiro. Ver a respeito, Goldeinstein (1994, p.31-32).

desilusão perante as propostas anteriores de superação da dependência advindas do pensamento estruturalista e nacionalista da Cepal e do ISEB. Assim como à profunda crise econômica que se apresentava à sociedade brasileira no início da década de 60. No entanto, apesar das semelhanças, estas interpretações apresentam diferenças fundamentais quanto à profundidade da crítica à estrutura da economia brasileira e sua possibilidade de interação com o capitalismo internacional. Enquanto que a corrente mais radical discutia a estagnação numa perspectiva mais ampla das limitações da expansão do desenvolvimento capitalista para os países subdesenvolvidos, a ala oriunda do próprio estruturalismo da CEPAL seguia uma linha mais de indicar os obstáculos estruturais internos que ainda persistiam e eram responsáveis pela estagnação. Propondo um conjunto de reformas de caráter estrutural capaz de montar uma nova base para a retomada do crescimento econômico brasileiro²⁴.

É nesse ambiente de instabilidade política e intelectual que irá surgir, já na década de 70, uma nova linha de análise que terá grande impacto sobre o futuro dos debates sobre desenvolvimento na América Latina. Estimulada principalmente pelo trabalho “*Além da Estagnação*” de Maria da Conceição Tavares e José Serra (1967) –, esta nova linha de observação começa a trabalhar numa interpretação que poderíamos considerar como intermediária em relação ao debate dependentista de matriz estruturalista e cepalino. O forte desta nova interpretação está na tentativa de explicar a existência de uma suposta compatibilidade teórica e política entre a retomada do crescimento econômico e a estrutura de renda concentrada da economia brasileira. Algo que viria a se verificar empiricamente com a recuperação da economia brasileira, a partir de 1967, com o chamado *milagre econômico brasileiro*. Para Tavares e Serra (1967), a retomada do crescimento econômico se mostrava possível, do ponto de vista teórico, tendo em vista um visível aprofundamento da solidariedade do capital nacional com o capital estrangeiro – as chamadas “novas formas de dependência tecnológica e financeira” – a qual permitiria, segundo os autores, um novo esquema de desenvolvimento capitalista para os próximos anos no Brasil. Superando com isto a crise gerada pelo esgotamento do dinamismo do modelo de substituição de importações do início da década de 60.

²⁴ Este conjunto de reformas estruturais ficaria conhecido com o nome de “reformas de base”. As quais, no entanto, seriam completamente abortadas com o advento do golpe militar de 1964.

Seguindo, em parte, a linha proposta por Tavares e Serra (1967), Cardoso e Faletto (1970) escrevem “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*” – um clássico do “novo pensamento latino-americano” – corroborando às críticas ao pensamento cepalino, assim como às teses estagnacionistas, e prevendo a possibilidade de um desenvolvimento dependente-associado para os países periféricos. Uma tese que se tornará uma das mais importantes linhas de interpretação do desenvolvimento latino-americano nas décadas de 70 e 80. Diferentemente das teses estagnacionistas que podem ser consideradas como uma radicalização das interpretações cepalinas – vista a ênfase nos condicionantes externos e a idéia do aprofundamento da dependência do Brasil frente os países centrais – a nova interpretação lança sobre o pensamento latino-americano, uma perspectiva de autonomia dos países periféricos frente ao capitalismo internacional. Vide, como nos alerta Goldenstein (1994), a idéia presente na conclusão final do trabalho de Cardoso e Faletto (1970), os quais afirmam que com o advento da consolidação de um setor interno de produção de bens de capital, os vínculos do Brasil com o comércio internacional passariam a ser “do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há interdependência” (CARDOSO; FALETTO apud GOLDENSTEIN, 1994, p.40). Ou seja, a relação entre economias nacionais e centros dinâmicos das economias centrais seria em boa parte estabelecida, de agora em diante, dentro do próprio mercado interno. Implicando numa relativa autonomia do poder de decisão desses países.

No entanto, não foram somente as teses de vertente economicistas da CEPAL as únicas a sofrerem com as críticas dos chamados dependentistas. Os ideais nacionalistas do ISEB, também foram alvo de grande “fúria intelectual” por parte dos novos críticos formados no quadro da *Escola de Sociologia* da USP – entre eles o próprio Fernando Henrique Cardoso. Convivendo com o novo espírito da *dependência associada* e com o padrão metodológico rigoroso dos novos sociólogos formados por Florestan Fernandes e Antônio Cândido, o foco central das críticas ao ISEB se volta nessa época, em grande parte, ao caráter ideológico de suas teses, e a falta de rigor científico e de base empírica das elaborações teóricas que sustentavam suas constatações sociológicas e políticas. Neste sentido, coube mais uma vez a Fernando Henrique Cardoso escrever um texto de grande impacto sobre o pensamento político e sociológico brasileiro no período, qual seja: *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964). Um texto que representa uma guinada na

hipótese endossada pelo nacional-desenvolvimentismo (e pelo grupo do ISEB e do PCB) de que existiria no Brasil um grupo de empresários identificados com interesses nacionalistas e com a continuação e aprofundamento de uma aliança nacional-desenvolvimentista enquanto projeto de desenvolvimento nacional. É, portanto, com o novo espírito da dependência – que se inicia ainda durante a crise da década de 60 –, que o nacional-desenvolvimentismo, de centro-esquerda, se afunda política e intelectualmente, enquanto padrão de reflexão intelectual hegemônica no Brasil.

A partir desse momento, o que se verifica é uma tendência – dentro do quadro analítico brasileiro especializado em políticas de desenvolvimento –, em se tentar re-escrever os fundamentos teóricos que haviam sido formulados dentro do quadro conceitual e analítico de inspiração cepalina e isebiana. Uma nova fase da tradição do pensamento econômico e social brasileiro que tenderá a uma série de novas interpretações. Inclusive a respeito da origem do processo de industrialização no Brasil, assim como de seus impactos sobre a dinâmica da criação e recriação de nossas desigualdades sociais e regionais.

3.5.2 A interpretação funcional-capitalista e o modelo endógeno de acumulação

Para alguns dos principais autores que estudaram a formação do pensamento econômico brasileiro no século XX (BRESSER PEREIRA, 1997; MANTEGA, 1997), o cerne das interpretações que surgem a partir da segunda metade da década de 60, estariam fundamentalmente relacionados a uma perspectiva teórica que ressalta que o problema das análises nacional-desenvolvimentistas, cepalinas e isebianas, era a natureza de sua leitura dualista no que no diz respeito à formação econômica, política e social brasileira. Para Luis Carlos Bresser Pereira (1997), por exemplo, o período da segunda metade dos anos 60 é dominado – no campo de pensamento de esquerda –, por um conjunto de interpretações que poderiam ser agregadas em torno do que poderia ser conhecido como *interpretação funcional-capitalista* (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 27). Ou seja, uma interpretação que teria como postulado básico, comum, a idéia de que “*o Brasil sempre foi um país capitalista ou então que o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre foi funcional para a acumulação capitalista*” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 27).

Neste sentido, sua base comum parecia ser o problema fundamental de se tentar reinterpretar a realidade brasileira a partir de uma crítica à interpretação nacional-burguesa que pressupunha a existência de um país tipicamente dual, com dois pólos antagônicos: um moderno e um atrasado. Dualidade que se manifestaria mesmo desde a hipótese de divergência na formação étnica entre os empresários industriais e a burguesia agrário-mercantil tradicional. Como afirma Bresser Pereira:

Nesse sentido, para negar a validade da interpretação nacional-burguesa, era preciso negar o caráter pré-capitalista (ou mesmo capitalista mercantil) da sociedade brasileira anterior a 1930, criticar qualquer teoria dualista, afirmar a continuidade e perfeita unidade da classe dominante brasileira, negar origens étnicas sociais diferentes dos empresários industriais em relação à burguesia agrário-mercantil (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 27).

O principal responsável por essa guinada interpretativa foi, sem dúvida alguma, Caio Prado Junior. Autor que em 1966 escreve *A Revolução Brasileira*, obra de forte teor político, mas com profunda capacidade de delineamento teórico no que diz respeito aos rumos da chamada *Revolução Burguesa* no Brasil. Dando vazão a uma interpretação sofisticada sobre as causas do fracasso do nacional-desenvolvimentismo, vista por um ponto de vista essencialmente político.

Entre outros autores que também tiveram contribuição central dentro da categoria criada por Bresser Pereira e chamada pelo mesmo de perspectiva funcional-capitalista, está Francisco de Oliveira. Em 1972, Francisco de Oliveira escreve o texto *A Economia Brasileira: crítica da razão dualista*, trabalho que se transformará num clássico do pensamento econômico e social brasileiro da década de 70. Com este estudo, o autor abre caminho para uma nova linha de interpretação e para um novo debate sobre as características dos desequilíbrios estruturais e da leitura histórica da natureza do processo de industrialização brasileira. O cerne desta nova perspectiva será compreender a dinâmica histórica da formação econômica e social brasileira como o resultado de um tipo de capitalismo periférico. Um sistema em que a estrutura econômica e social parecia se moldar historicamente a partir de um processo de desenvolvimento integrado entre os pólos agrário-exportador e urbano-industrial. A partir dessa interpretação, os dois pólos – antes considerados antagônicos –, passam a serem compreendidos teoricamente como fazendo parte de um mesmo contexto de

acumulação de capital que se orienta de maneira endógena no país. É por esse caminho que, em contraposição às análises cepalinas, Francisco de Oliveira defende a interpretação de que o processo de industrialização substitutiva de importações seja o resultado de uma dinâmica impulsionada pela acumulação de capital, e não por uma dinâmica estritamente de consumo, tal como eram interpretadas a partir da visão cepalina e furtadiana que o viam como impulsionada pelos choques de contração do mercado externo. E que, exatamente por esse motivo, se fazia necessário, do ponto de vista teórico, uma leitura do processo de acumulação de capital com o objetivo de compreender os reais mecanismos de funcionamento que determinaram historicamente o modelo de subdesenvolvimento brasileiro como resultado de uma dinâmica endógena de acumulação. O problema da análise nacional-burguesa ou cepalina, por esse ponto de vista, portanto, estaria em que, partindo do pressuposto da dualidade, as mesmas não teriam sido capazes de perceber que o problema do subdesenvolvimento brasileiro seria fruto, não de uma espécie de anomalia da formação de mercados desequilibrados estruturalmente, mas sim de um tipo específico de formação capitalista dependente. Formação considerada por essa nova perspectiva como típica da formação histórica de países periféricos como o Brasil.

4 O DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL E OS FUNDAMENTOS DO DISCURSO IDEOLÓGICO REGIONALISTA BRASILEIRO

Lembrar o papel da região em um momento em que se opera a centralização político-administrativa – a década de 1930 – é colocar em plano político a reflexão sobre as formações regional e nacional. Mais ainda, mostrar que a forma pela qual tradicionalmente se encaminharam as questões político-sociais naquele espaço, numa conjuntura marcada pela substituição do bloco de poder no país, significa avançar elementos que permitirão a conciliação de interesses das diferentes regiões (BASTOS, Elide Rugai).

A luta pela construção da idéia de identidade nacional é um traço do debate intelectual da primeira metade do século XX, dos mais discutidos e analisados pela historiografia do pensamento social brasileiro. Ainda nos dias de hoje muito se tem discutido a respeito das controvérsias teóricas deste período, assim como de seus traços mais gerais que parecem ainda nutrir os fundamentos epistemológicos e a formação intelectual de boa parte de nossa tradição acadêmica em ciências sociais no Brasil. Herança que abarca um amplo leque de disciplinas diretamente voltadas para a compreensão das raízes institucionais da realidade social e política brasileira como um resultado de um processo histórico de formação cultural muito específica. Uma tradição intelectual que parece constantemente ser realimentada por elementos conceituais e heurísticos que tem ainda hoje como sustentação os ensinamentos e perspectivas teóricas originais dos mestres fundadores do pensamento social brasileiro do início do século XX (SOUZA, 2000; BASTOS, 2006).

No entanto, apesar da manutenção de um padrão de interpretação tida hoje como culturalista, e que ainda orienta boa parte de nossa tradição intelectual em ciências sociais no Brasil; foi durante a década de 60, com a crise do nacional-desenvolvimentismo, como vimos no capítulo anterior, que se constitui de modo mais efetivo um ambiente institucional favorável para a formação de um novo corpo de idéias e pensamento que irá orientar daí em diante a grande maioria de nossas pesquisas em ciências sociais. Entre as novas vertentes de interpretação sociológica e política que surgem neste período, podemos destacar uma linha de interpretação – de natureza crítica em relação à tradição culturalista apresentada pela obra de Gilberto Freyre –, representada pelas correntes marxistas lideradas por Florestan Fernandes e Antônio Cândido. Autores que questionam Gilberto Freyre, e seus seguidores, de alimentarem intelectualmente uma suposta ideologia do *caráter nacional brasileiro* (LEITE, 1969) em

detrimento de uma análise metodológica e empírica mais rigorosa sobre a formação social do Brasil. Uma crítica que atribui à obra de Gilberto Freyre uma espécie de construção de um “mito” considerado pela nova sociologia que se forma no Brasil, como um mito de viés psicologista e elitista, com forte conotação conservadora (LEITE, 2007; MOTA, 2008), a qual receberá fortes críticas com a mudança de perspectiva que se apresenta no pensamento social brasileiro em meados da década de 60. Um período em que, junto à crise do pensamento nacional-desenvolvimentista, se iniciam uma série de estudos com um foco de atuação específico sobre a compreensão da natureza da desigualdade social e sua representação em termos de classes sociais no país.

É neste momento, não por um acaso, que uma nova perspectiva intelectual se posiciona de maneira realmente crítica à tradicional corrente que se mantivera de alguma forma hegemônica durante todo o período nacional-desenvolvimentista, assim como a sua tradição culturalista anterior, alimentando o debate sobre desenvolvimento nacional que antecede o golpe militar de maio de 1964. Uma perspectiva que, com o advento do golpe, começa a sofrer uma série de questionamentos os quais irão, em seguida, consolidar uma nova perspectiva de interpretação historiográfica também no campo da formação cultural brasileira. Perspectiva essa que terá nos trabalhos de Dante Moreira Leite (1969) e Carlos Guilherme Mota (1977) alguns de seus principais representantes da nova geração de historiadores e cientistas sociais no Brasil. Uma interpretação que atribui a busca intelectual pela construção da noção de identidade cultural brasileira – típica do período nacional-desenvolvimentista – como uma estratégia que, entre outras coisas, é vista como fundamentalmente voltada para “embaçar as tensões estruturais geradas na montagem da sociedade de classes”. Tensões que teriam começado a emergir como reflexo do avanço do processo de industrialização e a urbanização do país nas décadas de 20 e 30 (MOTA, 2008, p. 328).

Para Dante Moreira Leite, por exemplo, a perspectiva culturalista de Gilberto Freyre, entre outros, será uma estratégia ideológica que “servirá – como inicialmente na Europa – para justificar o domínio das classes mais ricas” (LEITE, 2007, p. 432). Um movimento intelectual que passa a ser considerado por essa nova linha de interpretação historiográfica, como um movimento de feição nitidamente conservador e voltado para a manutenção da estrutura das desigualdades sociais no país. O alibi da questão da defesa da identidade e da cultura brasileira representaria, por esse ponto de vista, um nítido interesse das elites, que em

nada representariam os reais interesses da população brasileira como um todo. Mas sim aos interesses e manutenção de um determinado *status quo* camuflados por discursos de identidade nacional e regional, assim como por pseudo interesse de manutenção de uma suposta integridade cultural brasileira.

Não podemos nos esquecer, neste sentido, que é durante o surgimento e amadurecimento de abordagens culturalistas na década de 20 e 30 que o país começa a sofrer com dilemas de cunho econômico e político de grande significação para as mudanças que irão ocorrer do ponto de vista institucional, principalmente após a instalação do Estado Novo de Vargas em 1937. Neste aspecto, o debate sobre as características da identidade brasileira assume conotação nitidamente política-ideológica, que irão consolidar uma estratégia de desenvolvimento nacional com características muito específicas durante as décadas de 40 e 50. Sobre esse ponto, afirma Carlos Guilherme Mota:

Trata-se de um conceito autofágico, alienante, de raiz estamental e que, numa sociedade já de classes, nobilita àqueles que dele cuidam. Não existe, nesse sentido, uma Cultura Brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado, ideologicamente, como um fator dissolvente das contradições reais (MOTA, 2008, p. 328-29).

É nesse sentido que – passando rapidamente pelas polêmicas que cercam, de modo imediato, o tema da construção da identidade cultural brasileira –, nosso objetivo neste capítulo será avaliar mais diretamente de que maneira se pode atribuir ao contexto histórico da construção desta noção de identidade cultural, os componentes heurísticos que irão alimentar, do ponto de vista ideológico e político, o debate sobre a questão regional brasileira nas décadas de 40 e 50. Sabemos, a partir da análise do capítulo anterior, da importância da noção de identidade nacional para a construção da ideologia desenvolvimentista brasileira em seus aspectos mais gerais. Mas, no entanto, achamos que muito pouco se tem avaliado a respeito da influência da perspectiva e do discurso culturalista e regionalista brasileiro sobre a construção de um ideário desenvolvimentista nacionalista de feição e orientação mais voltado para a construção de uma estratégia de desenvolvimento regional no país. O que, de certa forma, do ponto de vista intelectual, poderia ser considerado como um movimento atrelado à idéia geral da busca por uma noção de identidade nacional brasileira. Cabe-nos agora avaliar e

identificar, portanto, de que forma estes componentes discursivos de caráter regionalista, mais específico, se articulam de modo a integrar ao mesmo tempo o tema do desenvolvimentismo e do regionalismo das décadas de 40, 50 e 60 no Brasil. Configurando em termos concretos um modelo de formação discursiva que, ao mesmo tempo, se torna complementar e independente em relação ao discurso nacionalista em seus aspectos mais amplos. Estabelecendo assim uma interação dialética entre o tema do desenvolvimento regional e o da cultura nacional em um contexto de hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista.

4.1 A QUESTÃO RACIAL E A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA

Como vimos no capítulo 3, o cerne das preocupações da matriz intelectual responsável pela formação dos alicerces do pensamento social brasileiro entre o final do século XIX e início do século XX²⁵, tem nas noções de *raça* e *meio* os principais elementos para a construção de uma proposta de estudos que vise fundamentalmente delimitar um campo de pensamento voltado para explicar as razões de nossa condição de país atrasado em comparação ao sucesso civilizatório dos países europeus (ORTIZ, 2005). As condições de possibilidade para tal empreitada, no entanto, viriam mais especificamente da necessidade de se buscar demonstrar “cientificamente” o que de alguma forma já se mostrava evidente, ou seja: a especificidade da formação étnica e mestiça da população brasileira. Entender esta especificidade e associá-la como uma possível causa das dificuldades do processo civilizatório nacional; eis a tarefa ideológica que boa parte dos intelectuais brasileiros se coloca durante a transição do Brasil Império para a República Velha.

Considerada como resultado da mistura de três raças (o negro, o índio e o branco) em um ambiente tropical (considerado por muitos como inóspito e impróprio para o desenvolvimento de uma típica civilização ocidental), a população brasileira se constituiu, do ponto de vista antropológico e sociológico, portanto, como uma população com características próprias as quais, por sua vez, passam a merecer – aos olhos da intelectualidade da época – um tratamento teórico específico. Um tratamento que não poderia deixar de levar em consideração o papel desempenhado pelas condições ambientais e físicas dos trópicos e pela

²⁵ Autores como Silvio Romero, Nina Rodriguez e Euclides da Cunha, (ORTIZ, 2005).

mistura de raças como elementos fundamentais e determinantes para a constituição histórica e antropológica de sua identidade. Como afirma Ortiz:

[...]quando se afirma que o Brasil não pode ser mais uma “cópia” da metrópole, está subentendido que a particularidade nacional se revela através do meio e da raça. Ser brasileiro significa viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por uma raça distinta da européia (ORTIZ, 2005, p. 16-17).

Uma condição que, no entanto, está longe de apresentar-se – enquanto perspectiva voltada para o estudo da formação do discurso sobre desenvolvimento nacional brasileiro – como um impulso inequívoco no sentido da construção de uma suposta independência em relação à tradição intelectual européia. O determinismo das teorias evolucionistas (então em moda na Europa), neste período, se torna fator preponderante sobre a formação de nossa mais ilustre intelectualidade local. Neste sentido, o meio tropical e a característica da mestiçagem são tomados aqui ainda como fatores determinantes de uma apatia e indolência de caráter psicológico e supostamente considerado intrínseco à formação específica de nossa população. Um pessimismo que se abate sobre as mais influentes perspectivas teóricas que irão dominar o debate sobre o tema da miscigenação e sobre as possibilidades de progresso do país, até aproximadamente o início da Primeira Guerra Mundial²⁶. Como afirma Renato Ortiz:

Colocada da maneira como analisamos, tem-se que a problemática da miscigenação se apresenta aos intelectuais do período como um dilema. Se por um lado é urgente a elaboração de uma cultura brasileira, por outro se observa que esta se revela como inconsciente. Vimos que a crença no determinismo provocado pelo meio ambiente desemboca numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras; as considerações a partir das teorias raciais vigentes vão agravar este quadro ainda mais. O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro (ORTIZ, 2005, p. 21)

É com base nesta perspectiva mais geral, e pessimista, que podemos afirmar – seguindo Ortiz (2005) e Skidmore (1976) –, que as condições de possibilidade que deram origem às ciências sociais brasileiras, na virada do século XIX para o século XX, têm uma forte correlação com o momento histórico em que as idéias evolucionistas – que atribuíam à

²⁶ “A história brasileira é, desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações tífias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato” (ORTIZ, 2005, p. 16).

questão da raça um fator preponderante na explicação do sucesso e insucesso evolucionário dos povos – se consolidam no cenário científico e intelectual europeu. Perspectivas que irão influenciar sobremaneira a necessidade da intelectualidade brasileira em buscar uma explicação mais específica para a causa do fracasso da civilização mestiça nos trópicos. Condição vista, é claro, em comparação aos padrões de civilização europeia, então preponderantes²⁷. E não, como poderia parecer à primeira vista, como um “grito de independência” de uma nova e ousada intelectualidade banhada por um suposto espírito republicano em ascensão²⁸.

Num primeiro momento, portanto, a fraqueza de nossa condição social é atribuída ainda à composição híbrida das três raças que comporiam (através de um amplo processo de mestiçagem), um leque de sub-raças degeneradas e especificamente localizadas sobre os trópicos. Sub-raças que apesar de serem consideradas funcionais – do ponto de vista de ser o resultado de um processo de adaptação natural dos povos europeus às condições inóspitas dos trópicos –, representariam, em última instância, uma condição absoluta de inferioridade étnica, considerada como a principal causa de nosso atraso econômico e social. Uma condição que, apesar do pessimismo que daí parece decorrer de modo quase inequívoco, nos traz uma perspectiva intelectual e um projeto ideológico voltado para a construção de uma noção de identidade nacional. Perspectiva que, a partir de então, passará a orientar inclusive toda uma tradição intelectual dentro do pensamento social brasileiro.

A condição étnica preponderante do tipo mestiço entre o povo brasileiro, passa a representar neste momento, portanto, a verdadeira característica ou símbolo da identidade nacional; apesar do pessimismo que daí se deriva em uma sociedade eivada de preconceitos de raça e alimentada por um ideal de branqueamento que começa a se constituir como perspectiva influente no país. É neste sentido que podemos afirmar que a grande novidade que emerge no período posterior a Primeira Guerra Mundial, é a forma como algo que era considerado, até então, como absolutamente negativo (a mestiçagem e a influência dos povos

²⁷ Elaboradas na Europa em meados do século XIX, e distintas entre si, boa parte das teorias evolucionistas deste período podem ser consideradas sob um aspecto único: o da evolução histórica dos povos (ORTIZ, 2005, p.14). Na verdade, o evolucionismo de matriz darwinista e “spenceriana”, como nos alerta Ortiz: “se propunha a encontrar um nexos entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o ‘simples’ (povos primitivo) evolui naturalmente para o mais ‘complexo’ (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiam o progresso das civilizações A superioridade da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientam a história dos povos ” (ORTIZ, 2005, p.14).

²⁸ Esta tradição da interpretação sociológica da formação do pensamento social brasileiro ficaria conhecida posteriormente pela linha de “as idéias fora do lugar”, em referência ao texto clássico de Roberto Schwarz (2000).

negros e indígenas sobre a formação mestiça do povo brasileiro), passa a representar, em poucas décadas, um fator positivo. Tudo isso na medida em que passa a ser compreendido como representando uma especificidade originalmente brasileira, e com grande poder de aglutinar um sentimento de identidade nacional; a partir de virtudes culturais de imensa valia para a construção de um ideal de progresso para o país.

Neste momento, a busca por um maior conhecimento em relação às condições de formação do povo brasileiro, se torna a principal novidade no sentido de se melhor compreender as características empíricas que configuram em termos concretos a formação cultural do nosso povo. Um lento e gradual processo de valorização das características de “brasilidade”, que começam a se desenhar de modo cada vez mais evidente, a partir da observação de uma literatura que exalta as características culturais que advém do interior do país, uma nova mentalidade se forma. Neste contexto, começa a surgir lentamente uma nova tendência intelectual que irá se confrontar com as tradicionais interpretações racistas do final do século XIX e início do século XX. Tendência que se apresenta como alternativa intelectual para um impasse que se configura claramente entre os ideais de progresso (que se difundem rapidamente entre os centros urbanos) e a realidade ainda fortemente rural e conservadora oriunda da estrutura econômica, social e política que sustentam um ambiente institucional típico do interior do país. Fornecendo-nos um leque de possibilidades teóricas bem mais promissoras em relação a uma possível percepção mais positiva em relação ao futuro do Brasil e o desenvolvimento de sua população mestiça.

Essa tendência de uma literatura de valorização do interior do Brasil se inicia, em verdade, em uma obra chamada *Capítulos da História Colonial*, de Capistrano de Abreu, aonde o mesmo já nos apresenta uma nova tendência literária e historiográfica de valorização e ampliação da busca por um maior conhecimento a respeito das fontes que sustentam as raízes de nossa brasilidade. Brasilidade que, segundo esta perspectiva, estaria atrelada fundamentalmente à vida simples do campo. Sendo o interior, portanto, considerado como a chave para o descobrimento de nossas raízes culturais. Apesar das origens em Capistrano de Abreu, sabemos, no entanto, que foi com Euclides da Cunha que a nova tendência da chamada “literatura do interior” assume contornos de obra de impacto intelectual realmente significativo no Brasil. Um autor marcado por dubiedades que são alimentadas por um contexto intelectual, político e cultural que se formam em situação nítida de conflito de

gerações. Uma dubiedade que se manifesta de maneira explícita em vários momentos de sua vida. Mas que resultará em uma das obras mais importantes sobre a formação do povo brasileiro²⁹.

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha nos apresenta um trabalho de viés ainda claramente racista, mas que, ao mesmo tempo, nos alerta sobre a necessidade de valorização da bravura do povo sertanejo mestiço do interior do Brasil. Para Euclides, aqui vale salientar, existe uma diferença fundamental entre as características do povo mestiço do litoral e os do interior do país. Os do interior, pelo isolamento a que foram submetidos, e pelas condições climáticas a que tiveram que se adaptar, acabou por se constituir como povo mestiço com características superiores em relação ao povo mestiço do litoral, que não tiveram as mesmas condições de adaptação (LEITE, 2007, p. 274). Daí a famosa frase de Euclides de que “o sertanejo [do interior] é acima de tudo um forte”. Um forte tendo em vista às expectativas frustradas – pelo então jornalista e correspondente de guerra, Euclides da Cunha – quando de sua missão em cobrir a Guerra de Canudos no sertão da Bahia. Esperando encontrar uma raça degenerada que comprovasse seus preceitos teóricos positivistas sobre a inferioridade das sub-raças mestiças, o que Euclides se deparou, isto sim, foi com um povo guerreiro que oferecia uma resistência e uma bravura inimaginável para um padrão racialmente considerado inferior aos padrões intelectuais da época. Como afirma Dante Moreira Leite:

Embora tenha formulado uma filosofia da história brasileira, Euclides apresenta, ao mesmo tempo, duas teorias incompatíveis: de acordo com uma delas, haveria uma luta em que os grupos civilizados esmagariam as “sub-raças sertanejas”, obedecendo à lei da luta entre raças; de acordo com a outra, já se teria formado nos sertões do Nordeste uma raça que, depois de estabilizar seu tipo físico, poderia desenvolver-se e constituir a futura raça brasileira (LEITE, 2007, p. 277).

Transitando, portanto, de uma visão preconceituosa e racista – que dominava o espírito intelectual da época –, para uma reflexão um pouco mais acurada em relação às características físicas e psicológicas do sertanejo do interior, o agora escritor e etnólogo, Euclides da Cunha, demonstra algumas contradições típicas de um intelectual que vive em um período de mudança paradigmática no pensamento social brasileiro. Um momento de conflito aonde os valores de uma época parecem não condizer com os sentimentos mais límpidos e

²⁹ A obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, foi publicado pela primeira vez em 1902.

transparentes que emergem da sensibilidade acurada e da observação empírica de um intelectual do porte de Euclides da Cunha em suas observações de campo. Neste sentido, ao mesmo tempo em que Euclides exalta a característica de bravura do sertanejo, não consegue se desvencilhar por completo de uma atitude e pensamento ainda de natureza nitidamente racista, que alimentava uma perspectiva ou tradição paradigmática em seu tempo. Perspectiva que, por isso, continuava alimentando suas convicções científicas e positivistas mais enraizadas na tradição intelectual da época. Como afirma Ortiz:

Um exemplo claro de continuidade dessa tradição [racista] é o livro de Euclides da Cunha sobre Canudos. O nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização européia. Suas deficiências provêm certamente desse descompasso em relação ao mundo ocidental, sua força reside na aventura de domesticação da caatinga. Procura-se dessa forma descobrir os defeitos e as vicissitudes do homem brasileiro (ou da sub-raça nordestina) vinculando-os necessariamente às dificuldades ou facilidades que teriam encontrado junto ao meio ambiente que o circunda (ORTIZ, 2005, p. 18).

Em termos históricos, a hegemonia do pensamento racista se apresenta – conforme interpretação de Skidmore (1976) –, entre os anos de 1888 e 1914. Período que compreende claramente as etapas entre o fim do regime escravista (1888) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). Daí em diante, conforme nos afirma Ortiz (2005), emergiria cada vez mais no Brasil um “espírito nacionalista que procura se desvencilhar das teorias raciais e ambientais características do início da república velha” (ORTIZ, 2005, p. 22). Uma nova proposta que terá nas obras de Manuel Bonfim e Alberto Torres sua expressão mais acabada para este período de formação de uma nova tradição intelectual voltada para uma nova perspectiva de tratamento das questões nacionais. Euclides da Cunha, neste sentido, representa um autor e um intelectual que vive em um período de transição entre estas duas tradições, e que, por isso, ainda se mantém de alguma forma atrelado à influência do pensamento racista, típico do período anterior (ORTIZ, 2005; SKIDMORE, 1976).

Será, portanto, apenas quando da emergência da perspectiva teórica de Manuel Bonfim e Alberto Torres (a partir da experiência da Primeira Guerra Mundial), que uma nova intelectualidade brasileira começa a se desvencilhar das velhas formas e a se envolver com um espírito de questionamento mais característico do período pós-guerra. Uma nova perspectiva que se caracteriza por dar uma menor ênfase para os aspectos de raça e do meio,

como fatores considerados determinantes para a constituição de nossas principais fraquezas sociais, econômicas e políticas. Sendo assim, como afirma Skidmore, “concordavam ambos em que o Brasil só poderia escapar ao seu relativo atraso por uma análise cuidadosa das causas históricas dessa condição” (SKIDMORE, 1976, p. 131), e não por sua condição de raça ou por limitações deterministas de seu meio físico-natural. Por esse ponto de vista, não eram as diferenças de raça as responsáveis pelo nosso atraso. A suposta inferioridade étnica do Brasil, segundo Alberto Torres, por exemplo, “era aceita por demais freqüentemente como desculpa para os seus problemas – quando a seu ver as causas jaziam alhures – na falta de educação, na nutrição pobre, na higiene precária. Em suma, na falta de adaptação inteligente ao meio. Tal adaptação constituía o mesmo desafio para qualquer tipo racial que vivesse no Brasil” (SKIDMORE, 1976, p.137), e não apenas às supostas raças inferiores como queriam os tradicionais teóricos de linha de interpretações racistas do final do século XIX.

O problema, portanto, parecia agora ser não mais a inferioridade de algumas raças que comporiam nosso caldeirão étnico-cultural. Mas sim, a própria alienação de nossas elites que pareciam não conseguir adaptar-se de modo adequado às reais necessidades da vida nos trópicos. Para Manuel Bonfim, neste sentido, boa parte de nossos problemas eram vistos como fruto de uma herança histórica que ainda se fazia presente no início do século XX, e que estava relacionada basicamente a dois conceitos fundamentais: o *conservantismo* e a *falta de espírito de observação* de nossas elites. Com o primeiro, Bonfim se referia a uma suposta posição característica do colonizador português que, segundo ele, procura manter a tradição que lhe assegura o poder sobre a colônia; no segundo, o mesmo se refere à incapacidade própria de nossas elites em analisar e compreender a realidade brasileira que daí deriva, de modo a superar os limites impostos, de fora para dentro, por uma cultura da imitação. Contribuíam assim, ambas as perspectivas, para o florescimento de uma situação de “miopia nacional”, assim como da sustentação de posições conservadoras que se faziam valer internamente a partir da forte influência intelectual das metrópoles européias (ORTIZ, 2005, p. 25-26).

Essa característica de um pensamento crítico em relação ao que se compreendia como *mimetismo* de nossos padrões culturais em relação à metrópole portuguesa, irá dominar boa parte de pensamento social brasileiro durante a década de 20. Um sentimento que começa a alimentar um nacionalismo em bases crescentes, fortalecendo a formação de um ambiente

intelectual de forte insatisfação em relação ao que passa a se atribuir como sendo um comportamento conservador de nossas elites, qual seja: a imitação dos padrões teóricos e culturais oriundos das grandes metrópoles européias. Uma condição considerada por muitos como sendo um reflexo de imaturidade intelectual que havia nos conduzido historicamente aquele estágio de alienação cultural e política.

Para Alberto Torres, por outro lado, a imaturidade intelectual e a alienação de nossas elites tinham, também, uma explicação histórica: “eram sintomas da falta de uma consciência nacional, da ausência de uma soma de padrões éticos aceitos por todos” (SKIDMORE, 1976, p. 138). A essa noção, portanto, ele acrescenta a necessidade do Estado intervir na formação de um espírito nacional. Em *A Organização Nacional*, Alberto Torres defende a perspectiva de que organizar o Brasil, por meio da atuação do governo, seria um dos meios de concretizar a resistência nacional contra as formas espúrias de domínio estrangeiro. Como avalia Rolf Kuntz, se referindo à obra de Alberto Torres:

A nação brasileira há de se formar, portanto, a partir de um povo fragmentado historicamente, pelas características da colonização e da insuficiente ordenação política, e etnicamente, pela coexistência e pela mistura do europeu, do índio e do negro. A baixa coesão como característica histórica, sinal de desorganização nacional, é uma deficiência a ser sanada pela ação do governo. A pluralidade racial, porém, é uma característica normal das sociedades formadas por imigração e de nenhum modo representa uma desvantagem (KUNTZ, 2001, p.168).

Percebe-se nesse momento, que a obra de Alberto Torres nos apresenta uma noção mais otimista em relação às nossas características étnicas tipicamente mestiças. A miscigenação, por essa interpretação, já não parece representar um impedimento nem um empecilho para o desenvolvimento nacional brasileiro. Está claro, por essa visão, que nossos problemas históricos de agora em diante já poderiam ser vistos – de um ponto de vista intelectual – como possivelmente reversíveis pela força da atuação governamental e pela disposição de nossos governantes e de nossas elites intelectuais e políticas em alterar o quadro de dificuldades impostas por nossa formação histórica, como país periférico. Nossos males parecem estar muito mais associados, portanto, à falta de uma orientação política e cultural mais adequada às nossas necessidades, assim como de afirmação da identidade nacional brasileira em sua plenitude. E não, como antes, às nossas características étnicas originárias, que passam a representar, por essa nova perspectiva, a essência de nosso sentimento mais positivo de

brasilidade e identidade nacional. Neste sentido, uma das grandes contribuições de Manuel Bonfim e Alberto Torres foi fundamentalmente o de terem servido como precursores intelectuais de uma nova tendência intelectual de matriz anti-racista sobre a formação da sociedade brasileira. Alimentando, entre outras coisas, os debates sobre o papel da miscigenação por um ponto de vista mais otimista em relação ao futuro do Brasil. Perspectiva esta última que terá em Gilberto Freyre um dos seus principais defensores durante a década de 30. Como afirma Thomas Skidmore:

Alberto Torres martelou temas que estavam a pique de chamar a atenção da elite: anti-racismo, nacionalismo econômico, reforma constitucional e a necessidade de soluções nacionais, não de fórmulas estrangeiras. Sua mais duradoura contribuição foi o ataque frontal ao pensamento racista. Alberto Torres teve a coragem de rejeitar a moldura determinista de referência, ajudando a exorcizar o aspecto da inferioridade racial e abrindo caminho para as novas indagações sobre o futuro da nacionalidade brasileira (SKIDMORE, 1976, p. 141).

Antes de Gilberto Freyre, no entanto, um elemento intermediário entre as interpretações racistas e anti-racistas, é Oliveira Viana; visto que se mantém no debate tradicional sobre as questões de raça, mas a partir de influências que se orientam a partir da nova perspectiva inaugurada principalmente pelo nacionalismo de Alberto Torres. Autor de grande influência na década de 20 e um dos principais intelectuais representativos do período de transição entre o final da república velha e o início do governo Vargas, Oliveira Viana representa um elemento de tentativa de conciliação entre estas duas tendências (racistas e anti-racistas) então postas como quase antagônicas no debate sobre a questão dos motivos do atraso brasileiro.

O famoso texto introdutório para o censo de 1920³⁰ de Oliveira Viana, é considerado, neste sentido, um dos mais influentes trabalhos que alimentaram o debate sobre a questão racial no Brasil durante toda a década de 20. Segundo Skidmore (1976) “nele ofereceu [Oliveira Viana] prova empírica da ascensão do Brasil para a branquitude, processo a que dava, aliás, a designação de ‘arianização’” (SKIDMORE, 1976, p. 220). Um texto que se apresentava como uma formulação sistemática, trazendo consigo dados que mostravam um suposto crescimento da proporção geral de brancos na população brasileira: uma proporção

³⁰ J.F. Oliveira Viana, “O povo brasileiro e sua evolução” in Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil Realizado em setembro de 1920, v.1, Introdução. Rio de Janeiro, 1922. Mais tarde este mesmo texto foi publicado com o título *Evolução do Povo Brasileiro*, Rio de Janeiro, quarta edição, 1956 (SKIDMORE, 1976, p. 220).

que passava, segundo os dados do censo: de 33% no ano de 1872, para 44% no censo do ano de 1890 (SKIDMORE, 1976, p. 220). Resultados estes, no entanto, que eram apresentados por Oliveira Viana como prova de uma suposta tendência em direção ao branqueamento da população brasileira; o que, por sua vez, era encarada, também (por meio de extrapolação estatística), como prova de que o país estava em vias de atingir a pureza étnica, por meio da miscigenação.

Esta era uma das principais novidades trazida por Oliveira Viana para o debate sobre a questão racial no Brasil. Segundo ele, apesar de sua teoria considerar ainda as raças negras e indígenas como inferiores. Estas, no entanto, não o eram consideradas inferiores em termos absolutos, mas sim como uma anomalia em vias de se reverter com o tempo e com o aprofundamento do processo de miscigenação. Sua visão pressupunha, portanto, graus de mediação representados pelo nível de branqueamento a qual estava submetida ou se encontrava uma determinada população em um determinado contexto histórico. Característica que coloca Oliveira Viana, aos olhos de vários de seus analistas, em posição intelectual intermediária em relação ao debate étnico que então se apresentava de modo muito mais determinista. Como afirma Skidmore:

Embora elogiasse os pensadores racistas europeus, ..., e se referisse, constantemente, a raças “inferiores” e “superiores”, não via [Oliveira Viana] tais diferenças como absolutas. Esse era, na realidade, o compromisso de que os brasileiros se vinham valendo, para poder reconciliar a teoria racista com sua realidade multirracial. Inconsistente, como isso possa ter parecido aos racistas ortodoxos da Europa e da América do Norte, Oliveira fez desses graus de inferioridade o conceito central da sua interpretação da evolução racial do Brasil (SKIDMORE, 1976, p. 220).

Ou seja, a interpretação de Oliveira Viana considerava que com o aumento da miscigenação, a tendência natural de evolução da população brasileira seria a imposição genética da superioridade da raça branca sobre as demais raças que compunham o perfil étnico da miscigenação brasileira. O que, segundo sua visão, geraria de forma evolutiva e natural, o tão famigerado branqueamento idealizado por boa parte das elites brasileiras e intelectuais positivistas da época. Daí a importância do estímulo à imigração europeia como estratégia tida como ideal para acelerar o processo de branqueamento já em curso no Brasil. Uma estratégia que entrava em contradição em relação às interpretações tradicionais que, por outro lado, viam as diferenças raciais e a mestiçagem – característica que se apresentava

incontestável do ponto de vista da formação histórica da sociedade brasileira –, como um empecilho, visto quase que como limite definitivo para o nosso desenvolvimento.

O golpe final nos ideais intelectuais racistas e pessimistas, no entanto, somente se configuraria com o surgimento da obra de Gilberto Freyre, a partir da década de 30. Como afirma uma das principais intérpretes contemporâneas do autor:

Gilberto Freyre, ao colocar sob outra luz a questão, permite o equacionamento do problema em outro patamar. A raça vista como um “problema”, um obstáculo à integração, perde sua força. A redefinição do problema passará pela discussão do regionalismo e ao papel desempenhado pelo patriarcado na gênese e consolidação da sociedade brasileira (BASTOS, 2006, p. 76).

É claro que o elemento raça não se dilui e nem é completamente abandonado pela análise freyriana. O que ocorre é uma mudança de perspectiva em relação ao papel das raças enquanto elemento de formação da identidade nacional. Freyre, de fato, como afirma Souza (2007, p. 171), concebe grande relevância ainda ao fator racial como elemento explicativo do processo de formação nacional. O cerne da questão, no entanto, passa pela compreensão do novo papel atribuído ao elemento de mistura de raças, ou mestiçagem, que, para Gilberto Freyre, vai muito além de seu componente étnico. O componente cultural, derivado de uma matriz étnica em sua interação com um ambiente tropical, representa isso sim, a principal fonte de identidade nacional brasileira.

Nesse ponto, como nos alerta Souza (2007), Freyre retoma a questão euclidiana da existência ou não de uma identidade racial brasileira. A resposta de Freyre a esta indagação, no entanto, seria negativa e contraditória em relação à interpretação euclidiana. Mas, apesar de concluir negativamente em relação à existência ou não de uma raça tipicamente brasileira, Freyre ao contrário de Euclides da Cunha, teria inferido desta constatação uma visão positiva no que diz respeito à formação de uma noção de identidade nacional (SOUZA, 2007). Ou seja, a de que estaríamos desenvolvendo, ao invés de uma meta-raça, um tipo nacional que não seria racial; embora obviamente apresentasse ingredientes raciais (FREYRE apud SOUZA, 2007, p. 171). Que estaríamos desenvolvendo uma nova cultura, híbrida, com características de democracia racial, que dariam uma percepção de existência de uma identidade nacional brasileira a partir da cultura.

É com base, portanto, nesta nova perspectiva sociológica e antropológica de matriz culturalista – apresentada pela obra de Gilberto Freyre –, que daremos continuidade a este trabalho de interpretação genealógica dos fundamentos metodológicos e epistemológicos que criaram historicamente as *condições de possibilidade* para a emergência de um pensamento de caráter regionalista intimamente relacionado a uma perspectiva sociológica que busca valorizar, em última instância, uma relação de complementariedade de uma perspectiva regionalista em relação a um debate mais amplo sobre a construção da noção de identidade nacional brasileira.

4.2 A MISTIÇAGEM E O PAPEL DA CULTURA PATRIARCAL ENQUANTO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM GILBERTO FREYRE

Como afirma Jessé Souza (2003), “Gilberto Freyre é geralmente percebido como o pensador da vida privada cotidiana, como historiador da intimidade, da cultura por oposição ao mundo institucional” (SOUZA, 2003, p. 65). No entanto, alguns dos debates mais recentes têm procurado chamar a atenção para alguns aspectos da obra de Gilberto Freyre que haviam sido completamente negligenciados durante todos estes anos que se seguiram após a publicação e impacto de suas primeiras obras nas décadas de 20 e 30. Neste aspecto, de acordo com Ricardo Luiz de Souza (2007), é possível aceitarmos como válida, hoje em dia, a periodização proposta por Manuel Correa de Andrade (ANDRADE, 1998, p.40), que define a obra de Gilberto Freyre como sendo composta por quatro fases:

Uma primeira fase que vai de 1917 a 1930, baseada na defesa do regionalismo e no estudo da vida social brasileira; uma segunda que abarca os anos 1930 e 1940, quando ele se dedica a estudar a formação da sociedade patriarcal brasileira; uma terceira que abarca as décadas de 1950 e 1960, quando ele postula a existência de uma comunidade luso-brasileira e propõe-se a estudá-la, e uma quarta, quando a modernidade torna-se tema central (SOUZA, p. 173, 2007).

Ainda de acordo com Souza (2007) – mas agora no que diz respeito a uma tentativa de periodização mais diretamente relacionada às diferentes fases de interpretações e leituras que foram feitas da obra de Gilberto Freyre – uma boa caracterização das diferentes fases de interpretação da obra de Gilberto Freyre, seria aquela proposta por Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2001, p.32), a qual:

...define três etapas no processo de recepção às obras de Freyre: uma etapa que engloba os anos 1930-1940, quando sua obra “se transforma na elaboração intelectual mais bem acabada das origens sociológicas da harmonia racial existente no Brasil” A segunda etapa, a dos anos 1950-1960, quando tal recepção passa a ser crítica por causa das posições políticas e intelectuais do autor – sendo que a crítica ao autor no período pode ser sintetizada por uma observação de Octávio Ianni (1972, p. 243) que define o mito da democracia racial como “uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia”. A terceira etapa, que se inicia nos anos 1980, quando ela passa a ser valorizada como precursora de uma nova história social (SOUZA, 2007, p.173).

A polêmica a respeito do significado da obra de Gilberto Freyre representa um dos capítulos mais controversos e, ao mesmo tempo, mais interessantes do debate sobre a formação da noção de identidade nacional no Brasil. Neste sentido, vários foram os intérpretes da obra de Gilberto Freyre que se esforçaram por atribuir à sua obra um caráter teórico de natureza contraditória. Por um lado, argumenta-se neste sentido que a obra de Gilberto Freyre se mantém atrelada, de alguma forma, a uma interpretação de natureza tipicamente racista sobre a formação da identidade nacional. Por outro, argumenta-se muitas vezes que esta interpretação se manifestaria a partir da construção de uma mística em torno de uma noção conservadora de *democracia racial*. Interpretações que tenderam, durante décadas, a representar a visão que, nos meios acadêmicos, passou a imperar como sendo uma visão quase como definitiva sobre o sentido social, político e ideológico da obra de Gilberto Freyre para a formação do pensamento social brasileiro. Ou seja, uma visão conservadora e elitista que busca se apegar a uma visão idílica de cultura nacional e regional, de forma a tentar sustentar uma visão ideológica que permitisse a manutenção do *status quo* das elites regionais decadentes dos engenhos de açúcar do nordeste.

A partir do início da década de 80, no entanto – como demonstra a classificação acima de Ângela de Castro Gomes (2001) – algumas novas interpretações voltadas para uma revisão crítica no que diz respeito aos fundamentos metodológicos da obra completa de Gilberto Freyre, começam a tentar desvendar aspectos considerados mais amplos e sistemáticos de sua obra, as quais haviam ficado no limbo da historiografia acadêmica e intelectual brasileira. Aspectos estes que seriam de fundamental importância para a construção do que consideramos, hoje em dia, como sendo o atual padrão de leitura que se faz sobre a obra do nosso autor.

Uma das revisões principais que giram em torno das novas interpretações, neste sentido, está relacionada à negação de sua suposta filiação estrita à corrente antropológica culturalista americana de Franz Boas (seu mestre confesso). Para muitos existiria na obra de Gilberto Freyre uma influência mais ampla e difusa que perpassa também vertentes modernistas de matriz européias que se fazem presentes durante a década de 20. Perspectivas que teriam exercido forte influência também sobre as suas obras da década de 30 (ARAÚJO, 1994; BASTOS, 2006). Neste sentido, uma das interpretações mais conhecidas no que diz respeito à importância da influência de Franz Boas sobre a obra de Gilberto Freyre – e sobre a forma como o mesmo transita de uma reflexão de viés tradicional, mais fundamentado em raça, para uma abordagem que incorpora o elemento e o discurso culturalista como seu eixo central de análise – é a de Luiz Costa Lima (1989). Para Luiz Lima “*Freyre não só não se liberta do paradigma anterior [racista] como introduz a variável cultural como elemento ancilar em relação ao componente racial, servindo aquela apenas para conferir maior visibilidade a este último*” (Lima apud Souza, 2000, p. 214). Posição esta hoje combatida por muitos estudiosos, que tem salientado, como visto anteriormente, a influência de vertentes modernistas européias sobre a obra e Gilberto Freyre.

No que diz respeito ao debate sobre a especificidade ou não da escravidão brasileira, algumas posições se fazem presentes de forma marcante também no debate contemporâneo sobre a obra de Gilberto Freyre. Em primeiro plano, temos a interpretação, hoje já considerada clássica, de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), que em contraposição a muitas das tradicionais interpretações da obra de Gilberto Freyre, defende a perspectiva de que existem diferenças fundamentais entre as visões iniciais do mestre de Apipucos (durante a década de 30) e as posições racistas anteriores a ele. O cerne do argumento de Benzaquen de Araújo, neste sentido, concentra-se na interpretação de que a suposta natureza contraditória de sua obra, seria o reflexo de sua influência *neo-lamarckiana*, acompanhada de uma visão modernista diferenciada em relação às tradicionais perspectivas que haviam construído a orientação geral do movimento da semana de arte moderna de 1922 aqui no Brasil.

Para a visão de Benzaquen de Araújo, a noção “neo-lamarckiana” de Gilberto Freyre seria a responsável pela aparente dubiedade que levaria vários de seus interlocutores, entre eles o próprio Luiz Costa Lima, a apontarem em suas interpretações uma ambigüidade constitutiva da metodologia da obra de Gilberto Freyre. Condição que, inclusive, o levaria a

uma confusão conceitual, em que suas conclusões se faziam por várias vezes contraditórias. Como afirma Jessé Souza no seguinte trecho:

Efetivamente, a “imprecisão” conceitual é vista [por Benzaquen de Araújo] como um dado constitutivo da argumentação freyriana. No entanto, no desenvolvimento do raciocínio, Araújo constrói uma interessante hipótese explicativa para a presença espúria do componente “raça” em Gilberto Freyre. Freyre teria assimilado uma noção “neo-lamarckiana” de raça, que exigiria a mediação do meio físico, enquanto elemento adaptador capaz de incorporar, transmitir e herdar características culturais. Assim, “raça” seria antes um “produto”, um “efeito”, do que causa da combinação entre meio e cultura. Raça seria uma transformação cultural modificada e adaptada ao meio (SOUZA, 2003, p. 215)

Sobre este ponto, acrescenta ainda Luiz Costa Lima em uma avaliação posterior a respeito da contribuição de Benzaquem de Araújo para a interpretação da obra de Gilberto Freyre. Avaliação elaborada por ocasião da elaboração da apresentação da obra principal de Araújo (1994):

Essa ênfase no sincretismo da interpretação se torna problemático pela maneira como Freyre desenvolve sua argumentação. Como analistas seus anteriores já haviam assinalado, embora CGS se diga fundada em uma interpretação social da cultura, há na maneira de trabalhá-la uma afirmação de lastro étnico, portanto biológico, que a contradita. Benzaquen não nega a imprecisão ou mesmo a ambigüidade conceitual que a reveste, mas busca fazer com que não comprometa a importância de seu objeto. Nessa direção, aponta para a importância do contexto neolamarckiano na caracterização de raça, pelo qual a categoria de estoque biológico, definidor da raça, se torna relativamente maleável à categoria “meio físico”, mais especificamente de clima (LIMA, 1994, p. 10-11).

De toda esta polêmica, o que se deve ressaltar aqui, no entanto, é a importância da influência dos novos fatores modernistas, os quais se atribuem hoje também uma influência determinante sobre a obra de Gilberto Freyre. De um viés nitidamente conservador, Gilberto Freyre passa a ser visto a partir da década de 80, portanto, também como fruto de uma herança modernista de natureza diferenciada em relação à vertente mais “paulista” que irá influenciar a semana de arte moderna de 1922. Como afirma Lima, se referindo à interpretação de Benzaquen de Araújo:

A partir da análise das duas grandes obras de Freyre, do que, em sua interpretações, se torna como constante e mudado na sociedade brasileira, Benzaquen tenta captar qual seria a motivação gilbertiana. Seria, diz o intérprete, não só acadêmica senão que de interferência política. Propósito, pois, poder-se-ia afirmar, retomando a

sugestão inicial da tese que insinua na obra dos anos 30 de Freyre a busca de constituir um modernismo diferente, de contribuir para uma modernidade, não fundada, como a paulista, na idéia de progresso (LIMA, 1994, p. 12)

De uma visão conservadora, a obra de Gilberto Freyre passa a ser vista, hoje em dia, portanto, como uma nova leitura para o sentido da modernização do país. Sem que para isso, no entanto, se perca de vista a sua importância e sentido político mais específico, o qual também representa uma das principais vertentes de re-interpretação de sua obra ao final do século XX.

4.2.1 O sentido político da obra de Gilberto Freyre na formação de um pacto conservador durante a revolução de 30

Em uma das mais recentes interpretações da obra de Gilberto Freyre, Elide Rugai Bastos (2006) nos apresenta um sentido e uma unidade teórica bem definida para a obra completa do mestre de Apipucos. Uma obra que, em seu significado histórico, parece estar diretamente associada ao contexto sócio-econômico e político pelo qual vivia a sociedade brasileira no período da transição da República Velha para o Estado Novo na década de 30. Uma unidade que se manifestaria, segundo a autora, pelas obras iniciais da década de 20 e 30 (como *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Nordeste*) chegando às obras posteriores (como *Ordem e Progresso*: de 1959) através de uma unidade interpretativa que, como um todo, estaria baseada na busca pela articulação teórica e sociológica de três componentes que alimentariam de significado a obra de Gilberto Freyre, quais sejam: o *patriarcalismo*; a *interpenetração de etnias/culturas* e os *trópicos* (BASTOS, 2006, p. 11). Elementos considerados por Elide Bastos como fundamentais para a compreensão da formação histórica da sociedade brasileira em Gilberto Freyre. Como podemos verificar no seguinte trecho:

A concepção histórica da sociedade brasileira de Gilberto Freyre que desponta em seus escritos da década de 20 e ganha sua formulação definitiva nos trabalhos da década de 1930 – *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Nordeste* – funda-se na articulação de três elementos: o patriarcado, a inter-relação etnias/cultura e o trópico. Os três marcos definidores da formação nacional aparecem correlacionados, de modo que cada um deles encontra sua explicação na convergência com os dois outros (BASTOS, 2006, p. 81).

No entanto, o que é importante ainda ressaltar na interpretação que faz Elide Rugai Bastos, é que apesar dos três elementos colocados estarem correlacionados de forma mutuamente determinante na obra de Gilberto Freyre, eles nem por isso deixariam de ter no patriarcalismo o elemento central de síntese que solidifica, inclusive espacialmente, o sentido mais geral e organizativo que orienta a unidade nacional brasileira e o seu sentido de coesão social. Um sentido que, portanto, segundo Elide Rugai Bastos, alimentaria em última instância – como que uma espécie de orientação ideológica e política – a interpretação completa que Gilberto Freyre faz sobre a formação da sociedade brasileira ao longo de toda sua obra. Ou seja, uma obra que apresenta uma nova proposta metodológica com um sentido mais profundo de valorizar a compreensão de algumas características específicas da formação histórica da sociedade brasileira, com base na unidade que, segundo sua interpretação, seria representada pela família patriarcal³¹. E é neste sentido, que a obra de Gilberto Freyre representaria aos olhos de Elide Rugai Bastos, o principal instrumento ideológico de sustentação da modernização conservadora no período após a revolução de 30 no Brasil. Como podemos verificar no seguinte trecho:

Lembrar, na década de 1930, momento prenhe de mudanças – crescimento da industrialização, urbanização, centralização político-administrativa, para citar algumas –, o papel desempenhado pelos setores dirigentes rurais no sentido de manutenção da ordem social e ainda aquele das oligarquias regionais, confere um especial lugar à reflexão freyriana. Neste livro levanto a hipótese de ter sido a interpretação de Gilberto Freyre um elemento fundamental no equacionamento político daquele período (BASTOS, 2006, p.15).

A ênfase da argumentação de Gilberto Freyre de que a família patriarcal representa o elemento de unidade nacional – a responsável pela construção de via pacífica e conciliadora de formação da sociedade brasileira – é, para Elide Rugai Bastos, o principal elemento que justifica esta interpretação. E neste sentido, a obra de Gilberto Freyre acabaria por desempenhar, por esse motivo, um papel de influência fundamental sobre o desenho de uma estratégia de conciliação – ou pacto –, entre os setores industriais (“modernos”) e agrários (“conservadores”) brasileiros após a revolução de 30. Passando em revista a obra completa de Gilberto Freyre, Elide Rugai Bastos considera que, apesar do estudo da família patriarcal estar

³¹Aqui é importante ter claro que, por sua obra completa, Gilberto Freyre considera o sentido de apresentar uma “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil” (BASTOS, 1999).

presente em vários trabalhos do autor, será em *Sobrados e Mocambos*, de 1936, que “a tese sobre o patriarcalismo, em especial a passagem do poder privado ao público, aparece de forma mais acabada” (BASTOS, 2006, p. 82).

Esta também parece ser a visão de outro especialista na obra de Gilberto Freyre. Para Jessé Souza (2003) é realmente em *Sobrados e Mocambos* que Gilberto Freyre alcança o auge de sua capacidade interpretativa sobre a formação da sociedade brasileira e de seu argumento da estabilidade social como consequência da integração das raças no seio da família patriarcal. Uma interpretação que, segundo o mesmo, propõe que é no período imperial que a sociedade brasileira sedimenta suas raízes culturais híbridas, à medida em que, por meio das condições de ascensão social do mestiço, consegue manter a estabilidade política da sociedade; e, com isso, manter também a unidade nacional construída a partir da herança do modelo patriarcal que articulava os “antagonismos em equilíbrio” e a identidade nacional herdada do modelo de sociedade patriarcal. É no processo de desintegração da família patriarcal rural, típica do período imperial, que, segundo Gilberto Freyre, se sedimenta as características fundamentais de uma sociedade que permite a ascensão social dos mestiços e a não conflitualidade explícita entre raças no país. Como afirma Jessé Souza no seguinte trecho:

Pode-se reconstruir a análise empírica e descritiva freyriana de modo a percebermos que a implantação incipiente de Estado e mercado constitui, paralelamente ao escravismo ainda todo dominante no meio rural, uma sociedade de tipo novo nas cidades brasileiras mais importantes do século 19. Nossa modernização não começa com o Estado interventor dos anos 30 que cai dos céus criando demiurgicamente o Brasil urbano e capitalista, mas esse novo Brasil moderno é gestado paulatinamente durante todo o decorrer do século anterior (SOUZA, 2003, p.74).

E em seguida, quando afirma que:

Toda a questão do familismo se complexifica enormemente em SM, ou seja, na passagem do patriarcalismo rural para o urbano. A decadência do patriarcalismo rural brasileiro está ligada diretamente à ascendência da cultura citadina no Brasil. Esse processo, que a vinda da família real portuguesa ao Brasil veio consolidar, já estava prenunciado na descoberta das minas, na presença de algumas sociedades coloniais de expressão, na necessidade de maior vigilância sobre a riqueza recém-descoberta e no maior controle, a partir de então, sobre o familismo e mandonismo privado (SOUZA, 2003, p. 234-35).

A novidade aqui, portanto, é o ingrediente de valorização da importância da obra de Gilberto Freyre enquanto componente discursivo de fundamental importância para a consolidação de uma tradição intelectual brasileira que fortalece a necessidade de se compreender o equilíbrio social brasileiro como fruto exatamente do sucesso do patriarcalismo enquanto fonte geradora de uma democracia racial e social no Brasil. Este é o ponto central o qual queremos aqui nos apegar enquanto estratégia para avaliarmos a importância histórica da obra de Gilberto Freyre em relação ao papel de liderança intelectual e política que o mesmo exercerá sobre vários autores na região Norte do Brasil. Uma influência que terá na obra de Gilberto Freyre um sustentáculo heurístico fundamental para a construção de uma interpretação histórica, política e econômica, de viés regionalista e culturalista sobre a realidade regional amazônica em meados do século XX.

Fortemente situados em uma busca por solucionar o impasse do confronto entre tradição e modernidade – que, durante as décadas de 40, 50 e 60, se transformarão em fonte de grandes mudanças e instabilidade com o advento da construção do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro – estes autores, inspirados em Gilberto Freyre, procuram uma alternativa para a sustentação de um projeto de desenvolvimento regional capaz de conciliar os “valores culturais amazônicos” e as mudanças que se impunham, no plano econômico, como necessidade política em um contexto de integração nacional e aumento na participação e da integração da economia amazônica à dinâmica da economia brasileira em estágio de pleno desenvolvimento de seu processo de industrialização. Processo o qual, por meio da integração física e da ampliação dos instrumentos de planejamento do desenvolvimento em nível federal, irão gerar uma tensão e um ambiente de grande insegurança e instabilidade para as elites tradicionais da região.

4.2.2 A luso-tropicologia e a noção de identidade regional na construção da obra de Gilberto Freyre

Na interpretação de Bastos (2006), o debate provocado por Gilberto Freyre sobre a questão do trópico – a chamada ciência da *Tropicologia* –, por outro lado, “*é a ponta de lança da idéia de conciliação, que perpassa sua análise a respeito da formação nacional*” (BASTOS, 2006, p. 143). Em contraposição às idéias evolucionistas hegemônicas da década de 20 – que atribuíam puramente às condições ambientais e étnicas os resultados negativos

em termos do sucesso ou não da empreitada civilizadora nos trópicos³² – Gilberto Freyre propõe uma interpretação que prioriza a noção de *relatividade do progresso* em contraposição ao determinismo geográfico ou biológico na explicação do sucesso das relações sociais em um ambiente tropical. Funda assim a chamada *Sociologia Ecológica* ou *Ecologia Social*, que prega uma visão mais equilibrada da sociedade, na qual o homem é visto como agente com uma capacidade de adaptação ao meio por meio da cultura. Uma característica que constitui o centro da especificidade da formação cultural dos povos europeus e africanos em seu processo de interação e adaptação aos trópicos. Interação e adaptação que, por fim, haveriam por fundar, ao longo de séculos, uma nova civilização. Uma fórmula através da qual se conseguiu alcançar uma solução de mediação ecológica entre o tradicional e o moderno. Formando, no caso do Brasil, um verdadeiro mosaico de culturas regionais em equilíbrio mediado pelas relações patriarcais. Equilíbrio que, no entanto, durante a década de 20 começava a ser ameaçado, segundo Gilberto Freyre, por uma visão de cultura transplantada dos centros urbanos em ascensão, e prontos para solapar os valores e a diversidade cultural brasileira em seu estado de pleno equilíbrio ecológico construído historicamente. Como afirma Bastos (2006):

O trópico, para Gilberto Freyre, é o *locus* onde se cruzam o tradicional e o moderno, convivendo em harmonia. O que o torna o espaço do equilíbrio dos antagonismos. Esse debate, que inicia na década de 1920, encontra seu ponto alto na discussão com os participantes da Semana de Arte Moderna. Acusa-os de trazerem de contrabando, em nome da revolução formal, com a qual concorda, uma visão universalista transplantada que se transforma em instrumento de destruição da diversidade (BASTOS, 2006, p. 152).

A perspectiva de Gilberto Freyre ressalta, assim, o papel específico da cultura brasileira que resulta da interação do homem com o meio tropical em suas mais diferentes formas, circunstâncias e padrões de vida regionais. Sendo a diversidade da interação do meio com diferentes influências culturais e físicas no território nacional a chave para a compreensão da riqueza da capacidade de adaptação da colonização portuguesa nos trópicos. Uma diversidade que resulta das diferentes soluções encontradas por cada uma dessas experiências, no sentido

³²Segundo Elide Rugai Bastos (2006), “o autor recusa a idéia central da escola de Chicago, que afirma ser a estabilidade das instituições sempre dependente da estabilidade de relações de espaço, e funcionar sob estímulos de condições várias de competição entre os homens ou os grupos, e de movimento de homens ou grupos. O ponto central de sua crítica incide sobre a visão evolucionista de seleção social que está na base da teoria” (BASTOS, 2006, p. 148).

da busca por uma solução para os problemas ecológicos de natureza regionais. Processo que teria gerado segundo Gilberto Freyre, um equilíbrio sócio-político de grande significado para o alcance da estabilidade das relações sociais e políticas no Brasil como um todo.

Sendo contrário, portanto, ao mimetismo cultural que busca transplantar valores e padrões exteriores aos da vida patriarcal do interior do Brasil, Gilberto Freyre propõe assim como solução, o campo da *tropicologia* como espaço de estudo das formas efetivas de interação do homem ao meio tropical. Assim como das condições específicas de adaptação do homem aos trópicos em suas várias dimensões regionais. Como afirma Bastos (2006):

Com Gilberto, a recusa ao mimetismo, lugar comum da crítica dos anos 20, busca um “caminho científico”: a *tropicologia*. O problema da inovação cultural, transplantada via uma alfândega não criteriosa, denunciada pelos ensaístas daquele período, encontra sua sistematização na obra freyriana da década seguinte, principalmente no livro *Nordeste*, de 1937, e alguns ensaios que serão reunidos em 1942, sob o título *Problemas brasileiros de antropologia* (BASTOS, 2006, p. 146).

E em seguida, reproduzindo trechos escritos pelo próprio Gilberto Freyre:

A região se confunde com a vida. Há uma troca simbólica entre a natureza e o homem. A natureza regional tende, não há dúvida, a fazer o homem, o grupo, a cultura humana à sua imagem; mas, por sua vez, o homem, a cultura humana age sobre a natureza regional, alterando-a de modo às vezes profundo. Há uma contemporização entre as duas tendências. É por isso que o Nordeste agrário é marcado pela plasticidade (BASTOS, 2006, p. 155)

É sobre esta perspectiva de resgate da tradição, em contraposição à modernidade “transplantada” dos centros urbanos, que Gilberto Freyre avança na recusa à simples importação da cultura das cidades para o campo. Acusando-a de manter laços muito tênues com a cultura oligárquica tradicional brasileira, a qual havia criado, em sua visão, as condições ecológicas ideais para a construção de uma identidade regional com traços de estabilidade e manutenção de uma situação de democracia racial e social no país. Uma realidade que acabaria por resultar em uma situação que se tornaria responsável por manter a estabilidade e as condições de sobrevivência ideal do homem nos trópicos:

Na segunda etapa em que Gilberto Freyre define a questão, isto é, na década de 1930, o autor aponta para o fato de ter a cultura transplantada, a cultura das cidades, relações frouxas com a sociedade brasileira, uma sociedade de passado colonial e de

solo oligárquico. O quadro metodológico que serve de suporte a tal discussão é o método genético-ecológico, isto é, a aceitação da existência e articulação de dois ramos específicos da Sociologia: a Sociologia Genética ou Histórica, e a Sociologia Regional ou Ecologia Social (BASTOS, 2006, p. 147).

A idéia de identidade cultural tem aqui em Gilberto Freyre, portanto, um sentido diverso daquele empreendido pela tradição nacionalista isebiana – inspirada, entre outras coisas, na semana de arte moderna de 1922. A negação do mimetismo em relação às formas de expressão cultural que vêm do exterior do Brasil se mantém, no entanto, apesar das diferenças. A novidade, portanto, se encontra na roupagem que busca valorizar a diversidade interior e regional dentro da própria unidade cultural brasileira. Uma solução que terá no patriarcalismo, para Gilberto Freyre, uma solução socialmente e ecologicamente aceitável enquanto modelo sociológico de adaptação entre o moderno e o tradicional em nosso ambiente de diversidade nos trópicos. Para o Gilberto Freyre do movimento regionalista de 1926, inclusive, a identidade nacional se constrói a partir da observação da eficiência de sua diversidade regional. E não a partir da busca por uma unidade homogeneizadora construída de forma autoritária por um projeto de modernização de perfil burguês e industrialista a ser seguido em todo o território nacional.

Para esta interpretação, é na diversidade regional que se encontra a chave autêntica da construção da identidade e unidade nacional brasileira, e não o contrário. Para Gilberto Freyre o “nacional é regional”. E é exatamente por isso que para a interpretação de Rubens Oliven (2002), o movimento regionalista de 1926 tem um sentido, de certa forma, também, inverso ao da semana de arte moderna 1922. Busca não atualizar a cultura nacional em relação ao mundo exterior, para depois expandi-la ao restante do país por meio de um padrão modernizador considerado de vanguarda por nossas novas elites intelectualizadas e urbanas. Mas sim preservar a tradição de regiões economicamente atrasadas dos efeitos deletérios e da influência maléfica e inapropriada do padrão cultural dos centros urbanos (cosmopolitas) em expansão (OLIVEN, 2002, p. 25). Afirma ele:

O Manifesto Regionalista desenvolve basicamente dois temas interligados: a defesa da região como unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular. O Manifesto – que cinquenta anos mais tarde Freyre chamaria de “regionalista, tradicionalista e a seu modo modernista” – faz defesa do popular que precisaria ser protegido do “mau cosmopolitismo e do falso modernismo” (Freyre, 1976: 80). A necessidade de se

reorganizar o Brasil – primeiro tema central do *Manifesto* e preocupação constante de pensadores do fim do século XIX e começo do XX – decorreria do fato de ele sofrer, desde que é nação, as consequências maléficas de modelos estrangeiros que lhe são impostos sem levar em consideração suas peculiaridades e sua diversidade física e social (OLIVEN, 2002, p. 26).

E neste sentido, como afirma ainda Oliven (apud ORTIZ, 1992), a posição de Gilberto Freyre se aproxima muito da posição dos românticos europeus do século XIX, os quais atribuíam à cultura popular o sentido de autenticidade que compunham, em última instância, o que poderia chamar-se, no caso do Brasil, de a essência do ser nacional brasileiro (OLIVEN, 2002, p. 28).

4.3 A CONTROVÉRSIA SOBRE O PAPEL DA CULTURA POPULAR E A AUTENTICIDADE DA NOÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL OU REGIONAL NO BRASIL

Como visto na introdução deste capítulo, um dos temas de mais profunda controvérsia no debate sobre desenvolvimento da década de 60, se refere à noção de identidade nacional. A ideologia da cultura brasileira na interpretação de Mota (2008) nos levou a refletir, durante anos, sobre a questão de qual seria a natureza essencial de nossa cultura. A partir dos anos trinta, no entanto, como vimos, muitos passaram a se referir a esta noção de identidade como estando atrelada a aspectos estritamente psicológicos e não mais étnicos como era a nossa tradição intelectual racista desde o final do século XIX. Elementos como “cordialidade”, “bondade”, “tristeza”, passam a representar a nova expressão da identidade nacional. A noção de raça como elemento de unidade nacional, começa a ceder lugar e espaço, portanto, para uma nova noção de “cultura” como fundamento mais amplo para a construção da noção de identidade nacional.

As relações entre as noções de identidade cultural e étnica, no entanto, se mantiveram de alguma forma presentes ainda na obra de Gilberto Freyre. A interpretação de Gilberto Freyre a respeito dos elementos que caracterizariam a identidade brasileira como uma realidade construída historicamente a partir de uma identidade cultural e mestiça – baseada na formação de uma sociedade dominada pelo modelo da família patriarcal –, representou um elemento novo no cenário intelectual brasileiro nos anos 30. Daí em diante, o elemento característico de configuração e mistura de raças – considerado como elemento tipicamente

brasileiro –, passa a ser visto como o fundamento maior de uma formação cultural específica, ou de uma “civilização nos trópicos”, como diriam alguns. A mestiçagem como substrato e, ao mesmo tempo, elemento constitutivo da sociedade patriarcal passa, neste momento, a fundamentar uma nova matriz de interpretação social no que diz respeito à idéia de identidade nacional brasileira. Neste contexto, o componente de raça permanece, por essa forma, vivo, porém com algumas modificações importantes. A novidade, portanto, está em que agora ele viria subjugado a seus aspectos culturais e não mais aos seus aspectos propriamente étnicos.

Na década de 50, como vimos no capítulo anterior, uma série de novos aspectos do problema da identidade nacional começa a aparecer nos debates sobre as ciências sociais no Brasil. Uma delas se refere à suposta relação entre as noções de cultura popular e identidade nacional (tal como analisados por autores isebianos como Rolando Corbisier). É claro que desde o manifesto regionalista de 1926 (escrito por Gilberto Freyre), a dicotomia entre o nacional e o regional se fazia presente nos debates sobre identidade nacional. E como não poderia deixar de ser, Gilberto Freyre por isso se tornou uma das principais referências no que diz respeito aos debates sobre as semelhanças ou diferenças entre as diferentes concepções da relação entre *cultura regional* e a *cultura popular* no Brasil. A idéia de se tentar associar a noção de identidade nacional à de cultura popular, no entanto, se torna um aspecto do problema que passa a funcionar como um divisor de águas no debate sobre o sentido da noção de identidade nacional brasileira na década de 50. Para muitos intelectuais ligados aos quadros do ISEB, por exemplo, estes dois elementos poderiam ser considerados como fazendo parte de um mesmo sentido histórico de construção da noção de identidade nacional. Aspecto este, hoje em dia, considerado de difícil apreensão em nossa mais recente perspectiva no campo da antropologia. Como afirma Ortiz (2005):

A cultura popular é heterogênea, as diferentes manifestações folclóricas – reisados, congadas, folias de reis – não partilham um mesmo traço em comum, tampouco se inserem no interior de um sistema único. Gramsci tem razão ao considerá-la como fragmentada, na realidade ela se assemelha ao estado que Lévi-Strauss denominou de “pensamento selvagem”, isto é, se compõe de pedaços heteróclitos de uma herança tradicional. A cultura popular é plural, e seria talvez mais adequado falarmos em culturas populares (ORTIZ, 2005, p.134).

A fragmentação, portanto, parece ser um traço característico da cultura popular visto pela perspectiva de Renato Ortiz. Por essa linha de raciocínio, não existe forma de

representação social de caráter realmente popular que não descambe para a diferença e a heterogeneidade de seus pares. A cultura popular não contém os elementos necessários e suficientes para representar uma forma unívoca de cultura à qual se pretendeu, ao longo de nossa história intelectual, muitas vezes colocar como fonte de uma identidade nacional ou regional brasileira. A busca por uma identidade nacional, neste sentido, seria inevitavelmente “uma construção de segunda ordem” (ORTIZ, 2005). Construção esta que descamba naturalmente para um tipo ideológico. Como afirma também Ortiz no seguinte trecho:

A pluralidade da memória coletiva deriva justamente do fato de ela se encarnar no grupo que a representa. Sua fragmentação não decorre de uma pretensa debilidade imanente ao popular, mas sim da diversidade dos grupos sociais que são portadores de memórias diferenciadas. Nada unifica um candomblé, um reisado, uma folia de reis, uma cavalhada, a não ser um discurso que se sobrepõe à realidade social. Memória nacional e identidade nacional são construções de segunda ordem que dissolvem a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico. A essência da brasilidade que buscava Corbisier é uma construção, e como tal não pode ser encontrada como realidade primeira da vida social (ORTIZ, 2005, p. 138).

É neste sentido, portanto, que autores como Renato Ortiz diferenciam claramente os conceitos de *cultura popular* ao de *identidade nacional*. A cultura popular, por se apresentar como naturalmente plural e diversificada, representa uma forma de manifestação social que se molda a partir de grupos sociais específicos e por meio de rituais. Já a idéia de identidade cultural, por sua vez, só pode ser construída a partir de um projeto ideológico que busca dar um sentido universal para uma determinada representação simbólica. Vem daí a diferença atribuída, por este autor, às noções de *memória coletiva* e *memória nacional*. Como podemos observar em outro trecho:

A memória coletiva se aproxima do mito, e se manifesta, portanto ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição. Enquanto história ela se projeta para o futuro e não se limita a uma reprodução do passado considerado como sagrado. Peter Berger coloca com propriedade que os universos simbólicos ordenam a história dos homens. Em relação ao passado eles estabelecem a “memória” que é partilhada pelos indivíduos que compõem a coletividade; em relação ao futuro eles definem uma rede de referências para a projeção das ações individuais. Se essas são propriedades de todos os universos simbólicos, cabe, no entanto diferenciar o tipo de sistematização histórica que o mito e a ideologia fundamentam (ORTIZ, 2005, P. 135-36).

Ou seja, a ideologia que representa a busca pela construção de símbolos nacionais é elaborada com base na sistematização histórica de universos de referência que projetam sobre o futuro um padrão cultural que se torna modelo para as ações individuais. E, portanto, não é capaz de representá-los como causa primeira. Este é o sentido mais geral e o caráter “essencial” de nossas diferentes formas de ideologia nacionalista e regionalista, aqui analisadas. Ambas pretendem projetar sobre o futuro um universo simbólico que representa inevitavelmente padrões de valores e referências que se pretende cristalizar ou combater em nossas formas de representação social ou disputas políticas. E é tendo em vista a compreensão deste universo ideológico mais amplo, que nos debruçamos a partir de agora no sentido de avaliarmos o papel que cada um de nossos diferentes intelectuais – em momentos históricos específicos – se tornaram responsáveis por diferentes construções simbólicas e, por isso, partícipes de diferentes projetos ideológicos em disputa sobre a questão nacional e regional no Brasil.

Existe na história intelectual brasileira uma tradição que em diferentes momentos históricos procurou definir a identidade nacional em termos de caráter brasileiro. Por exemplo, Sérgio B. de Holanda buscou as raízes do brasileiro na “cordialidade”, Paulo Prado na “tristeza”, Cassiano Ricardo na “bondade”; outros escritores procuraram encontrar a brasilidade em eventos sociais como o carnaval ou ainda a índole malandra do ser nacional. A crítica de Corbisier visa esses autores quando eles tentam descobrir os traços definitivos do caráter brasileiro. Considerar o homem nacional através de elementos como “cordialidade”, “bondade”, “tristeza”, corresponderia a atribuir-lhe um caráter imutável, à maneira de uma substância filosófica. Para Corbisier, a procura de uma estrutura ontológica do homem brasileiro seria na verdade a busca de uma “estrutura fásica” que se reorganizará e se modificaria no decorrer das diferentes “fases” da história brasileira. Apesar da justeza da crítica, Corbisier permanece no mesmo quadro teórico dos autores a que se refere, e não percebe que a identidade nacional é uma entidade abstrata e como tal não pode ser apreendida em sua essência (ORTIZ, 2005, p. 137-38).

A crítica aqui elaborada por Ortiz se refere, portanto, às formas ideológicas elaboradas por nacionalista isebianos como Corbisier, que apesar da justeza de sua percepção crítica em relação às ideologias da imutabilidade do caráter nacional brasileiro, se mantém no mesmo universo ou paradigma intelectual favorável a busca por uma “essência” da cultura nacional, quando insiste ainda na existência de uma suposta “essência” de “brasilidade” entre nós. O caráter abstrato da construção da noção de identidade nacional ou brasilidade não o autoriza, como afirma Ortiz, a se transformar em elemento da vida social brasileira como uma essência

natural. Mas sim como projeto de identidade com viés político e ideológico que se alimenta pela força de propósito de um grupo que se projeta enquanto “vontade de potência”, por meio do Estado, sobre a totalidade da sociedade.

O discurso nacional pressupõe necessariamente valores populares e nacionais concretos, mas para integrá-los e uma totalidade mais ampla. A relação que procurávamos entre popular, nacional e Estado pode agora ser explicada. O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo (ORTIZ, 2005, p. 138-39).

Referindo-se agora à característica de univocidade e invariância presente em qualquer construção desse tipo, Ortiz complementa:

Na verdade a invariância da identidade coincide com a univocidade do discurso nacional. Isto equivale a dizer que a procura de uma “identidade brasileira” ou de uma “memória brasileira” que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema. A questão que se coloca não é de se saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os “verdadeiros” valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses servem? (ORTIZ, 2005, p. 139).

A defesa de um caráter ideológico inerente a qualquer discurso de identidade aqui se mostra de forma clara. O foco, por esse ponto de vista, se coloca um passo adiante. O objetivo agora então passa a ser o desvelar dos “artífices” de todo e qualquer projeto de construção de uma noção de identidade. E não mais sobre a pergunta “essencialística” sobre seu caráter ideológico de tal empreitada. Esqueçamos, portanto, a busca pelo desvelar de nossos “verdadeiros” valores culturais (nacionais ou regionais), pois estes sim se mostraram verdadeiros mitos.

5 A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: ENCONTROS E DESENCONTROS

Como pudemos observar no capítulo 3, o cerne do que se pretende aqui chamar de ideologia desenvolvimentista, representa uma estratégia de desenvolvimento que se consolida no Brasil na década de 50, e que tem como um de seus principais fundamentos a crença em que a intervenção estatal e o planejamento econômico poderiam servir enquanto instrumentos eficazes com o objetivo de tirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido em que se encontrava. Para isso as técnicas de programação econômicas serviriam com o objetivo principal de ordenar uma estratégia de industrialização que colocasse o Brasil em um novo patamar de desenvolvimento, com melhores condições de incorporação de seus níveis de progresso tecnológico, e com um padrão de crescimento mais adequado às suas necessidades em termos de seu perfil de mão-de-obra e aproveitamento de suas potencialidades econômicas e sociais. Patamar que se pressupunha, à época, poderia ser alcançado com uma melhor integração da economia nacional e o desenvolvimento do processo produtivo industrial com base no planejamento governamental e no maior controle e direcionamento das dinâmicas de mercado por parte do Estado desenvolvimentista brasileiro.

No entanto, é importante frisar que, se o objetivo do desenvolvimentismo na década de 50 era o de criar uma política de desenvolvimento nacional orientada pelo Estado e com base no aprofundamento e reorientação do processo de industrialização por substituição de importações, não podemos nos esquecer de que para alguns teóricos e técnicos governamentais mais influentes à época, como Celso Furtado, esta estratégia de matriz desenvolvimentista só se tornaria viável, econômica e socialmente, se fosse acompanhada por uma iniciativa mais voltada para a elaboração de políticas especificamente focadas na superação também dos desafios do desenvolvimento regional brasileiro. Ou seja, políticas que pudessem contribuir com a diminuição das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, servissem enquanto instrumento capaz de criar condições estruturais favoráveis para a melhoria e ampliação do nível de integração do mercado interno, assim como a criação de alternativas de investimento industrial direcionadas para as regiões periféricas.

Buscava-se com esta estratégia mais específica – e de certa forma complementar à lógica desenvolvimentista mais ampla – uma nova perspectiva de desenvolvimento nacional

capaz de viabilizar um aprofundamento da industrialização brasileira a partir de um modelo de planejamento que permitisse ao Brasil um crescimento econômico mais equilibrado, também do ponto de vista regional. Uma linha de pensamento e de discurso que irá se contrapor às visões desenvolvimentistas de viés mais centralizador e direcionado apenas ao estímulo ao crescimento econômico e industrial das regiões mais dinâmicas do país. E é nesse sentido que podemos afirmar que muito do que se pretendia na década de 50 como questões de interesse nacional, passavam em alguns casos por um debate e controvérsia sobre o papel do planejamento do desenvolvimento econômico regional dentro de um processo mais amplo de desenvolvimento e distribuição do ritmo do crescimento industrial brasileiro. Aspecto que ao mesmo tempo passa a ser visto, também, como uma estratégia política de natureza integradora do ponto de vista regional. Apesar de manter-se em alguns meios como um elemento ainda visto como contraditório em relação ao projeto nacional-desenvolvimentista mais amplo em curso no país.

5.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: AS DÉCADAS DE 40 E 50

Sabemos hoje que a chamada “questão regional” ganha notoriedade na década de 50, principalmente a partir do recrudescimento dos debates sobre as políticas de combate a seca e pela ameaça de fortalecimento político dos movimentos das ligas camponesas no Nordeste (COHN, 1976; CANO, 1985, 2000). Sabemos ainda que a divulgação dos primeiros dados das Contas Regionais – que indicavam, no início da década de 50, um grau significativo na desigualdade no nível de renda regional no país – representam, também, fator de fundamental importância para o desenrolar do debate sobre a desigualdade regional no Brasil. Debate que se intensifica, em seguida, passando a assumir um papel de grande importância no debate político, ao final do período de governo do então presidente Juscelino Kubistchek.

É importante frisar, no entanto, que, apesar de seu maior destaque durante a segunda metade da década de 50, foi mais especificamente no período logo após o final da Segunda Guerra Mundial, que o tema do planejamento – e junto a ele a da necessidade de apoio à criação de planos de valorização econômica para regiões consideradas atrasadas, como a Amazônia e o Vale do Rio São Francisco – passou a fazer parte, pela primeira vez, de modo

mais ou menos sistemático, das preocupações e do debate político e governamental brasileiro (COHN, 1976). A evolução e a emergência do debate sobre a questão do planejamento do desenvolvimento regional no Brasil têm assim em meados da década de 40 – acompanhando o início dos debates mais amplos sobre o planejamento do desenvolvimento no Brasil –, um momento de fundamental importância. Situação poucas vezes reconhecida na literatura especializada que trata da questão do desenvolvimento brasileiro no período pós-guerra. E que, por isso, muitas vezes acaba por ser negligenciado – ou tendo sua importância minimizada do ponto de vista histórico –, em função do maior destaque que o tema da questão regional passa a ter durante a segunda metade da década de 50 com o processo que levaria à criação da SUDENE em 1959.

O problema, no entanto, é que, enquanto condição de possibilidade histórica que favorece a estratégia desenvolvimentista de matriz regionalista e nacionalista no Brasil, o período que vai do final da década de 40 até meados da década de 50, representa um momento de fundamental importância também para o desenrolar posterior dos acontecimentos. Este argumento se justifica tendo em vista a percepção de que foi mais especificamente durante o período do imediato pós-guerra que se iniciaram a elaboração de um amplo aparato teórico e institucional, assim como a montagem de uma estratégia de intervenção estatal que viria posteriormente orientar boa parte dos debates e construção de políticas mais efetivamente direcionadas para o combate dos desequilíbrios regionais no Brasil. Um período em que se intensificavam e se organizavam, ao mesmo tempo, os posicionamentos e discursos favoráveis a um projeto nacional de industrialização do país com base no apoio e intervenção estatal e na estratégia de combate às desigualdades regionais. É nesse momento, portanto, que se inicia a defesa de um forte estímulo à criação de novos órgãos ou instâncias governamentais com um foco de atuação especificamente voltado para o planejamento, fomento e elaboração de políticas de desenvolvimento regional. Foi com a criação de órgãos como a *Comissão do Vale do Rio São Francisco (CVSF)*; a *Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)* (ambas em 1948); e a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)* (em 1953), que as experiências de planejamento regional se iniciam no país de forma mais sistemática neste período – organizadas do ponto de vista de uma estratégia institucional mais ampla tendo em vista o foco de atuação sobre desenvolvimento regional. Experiências que traziam consigo os alicerces de todo um leque de

preocupações que se intensificavam com a elaboração de propostas de planejamento mais efetivas e voltadas para o desenvolvimento de regiões periféricas, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil. E neste sentido, a própria definição geográfica do espaço que deveria compor estas diferentes regiões – enquanto regiões de planejamento e objetos específicos para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional – foi o resultado de um longo processo de discussão que duraria quase uma década.

Os chamados “Planos de Valorização Econômica”, assim como as “políticas de combate à seca” surgem, neste contexto, a partir de iniciativas que representam um componente institucional importante e inovador dentro de um rol de perspectivas políticas e de orientação teórica de perfil nitidamente desenvolvimentista. Perspectivas que passariam em seguida a ser alimentadas por um diagnóstico econômico e social que indicava com maior clareza uma preocupação nacional crescente com o problema das desigualdades regionais. Assim como a necessidade urgente de criação de novas estruturas organizacionais capazes de dar conta de uma demanda pelo planejamento do desenvolvimento regional brasileiro. Estruturas que serviriam, por fim, ao longo da década de 50 e início da década de 60, para o objetivo fundamental de implementar estratégias de desenvolvimento mais consistentes e com capacidade de servir como alternativa ao quadro de instabilidade político-institucional que se agravava com o aprofundamento das secas e com o quadro de estagnação econômica de algumas regiões brasileiras. Como afirma Rosa Maria Vieira:

A preocupação em reverter esse quadro econômico geral fez com que, no decorrer da década de 1950 e início da de 1960, o governo federal criasse uma série de organismos com o propósito de diminuir os “desequilíbrios regionais”. Destacavam-se, entre eles, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de 1953; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), de 1956; o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), em 1959; a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Cedeco), de 1961 (VIEIRA, 2007, p. 309).

Organismos ou instituições voltadas, de uma ou de outra forma, para a tentativa de se implementar estratégias de planejamento de ações e políticas públicas com um foco de atuação específico e direcionado para elaboração de políticas de valorização econômica, assim como para a recuperação de regiões consideradas deprimidas ou estagnadas economicamente. Políticas que, em alguns casos, acabariam por se converter em apoio

explícito a estratégias mais amplas de planejamento do desenvolvimento regional e de industrialização em regiões com alguma perspectiva de crescimento econômico e necessidades de mudanças estruturais mais profundas – como seria o caso da região Nordeste com a criação da SUDENE. Uma estratégia que apesar de todos os seus desvios e dificuldades políticas de implementação, conseguiu se consolidar ao menos como organização com um foco de atuação diferenciada em relação às antigas formas de combate ao problema da seca na região. Aonde a opção nítida pelo planejamento ampliado com base em estímulos fiscais, acabou por representar, por fim, uma estratégia de inserção mais consistente da economia do nordeste em relação à dinâmica de crescimento da economia industrial brasileira. Experiência um pouco diferentes do que viria a ocorrer na Amazônia no mesmo período, como se verá mais adiante.

O que é importante ressaltar mais uma vez, no entanto, é que apesar da relevância do período do final da década de 50 – enquanto momento de consolidação de uma estratégia desenvolvimentista e de estímulos a políticas de desenvolvimento regional – não se pode esquecer o papel desempenhado (em termos de formação discursiva), pelo período que vai da segunda metade da década de 40 até meados da década de 50. Período considerado de fundamental importância para a consolidação institucional da tradição desenvolvimentista regionalista brasileira (COHN, 1976; TOSI FUSTADO, 2007). Neste sentido, podemos dizer inclusive que foi neste período que se criaram as *condições de possibilidade epistemológicas* para a formação de todo um corpo discursivo e um aparato institucional mais amplamente voltado para a tentativa de se combater a então emergente *questão regional brasileira* (vista em seu sentido mais amplo). Alicerces que viriam inclusive a fundamentar alguns pontos de discussões que inspirariam claramente a criação da SUDENE alguns anos mais tarde.

E neste sentido podemos nos referir aqui, em termos mais amplos, a várias experiências e iniciativas que seriam de fundamental importância para a consolidação da tradição desenvolvimentista brasileira mais diretamente voltada para as questões regionais. Como foi o caso da criação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em 1950; e logo em seguida, em 1952, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sem falar da criação da SPVEA em 1953. Experiências consideradas como marcos fundamentais em termos da construção de um novo aparato institucional de fomento à diversificação das atividades produtivas das regiões consideradas periféricas. Iniciativas de grande significado no sentido da indicação da

mudança de rumos que começava a se tentar imprimir em termos de estratégia de desenvolvimento de longo prazo para estas regiões. Influência institucional que mudaria completamente o perfil da atuação governamental na elaboração das políticas de desenvolvimento nacional e regional implantadas durante o segundo governo de Getúlio Vargas. E que viriam, posteriormente, exercer também forte influência sobre as estratégias de desenvolvimento regional implementadas durante o governo de Juscelino Kubistchek (TOSI FURTADO, 2007)³³.

Um período em que o clima favorável à implantação de políticas de desenvolvimento nacional começa a parecer transbordar seus raios de influência para a esfera de preocupação das políticas regionais no Brasil. Num ambiente político e intelectual em que as *condições de possibilidades*, postas naquele momento histórico, acabaram por favorecer a formação de uma nova mentalidade tecnoburocrática de viés nitidamente desenvolvimentista e voltada para uma mudança geral da percepção teórica e política sobre o problema econômico brasileiro em seus mais variados aspectos (SOLA, 1998). Problema que, no entanto, no caso específico do Nordeste passará a ser visto, ao longo da década de 50, como questão de caráter estrutural, com implicações de ordem social e político de grande repercussão para o futuro da noção de planejamento no país. Uma realidade que, junto com outras variáveis, irá aos poucos transformar a percepção mais geral sobre o papel que deveria ser dado às políticas públicas federais de desenvolvimento para o Nordeste. Como afirma Amélia Cohn:

Tanto a criação do BNB como a da SUDENE coincidem com a ocorrência de seca na região [Nordeste]. Mas o importante a ressaltar é que ambas as instituições não se configuram como resposta a um fenômeno que até então havia sido não só considerado o único responsável pelos problemas enfrentados pela região – e nesse

³³ Neste contexto é importante salientar que um dos principais entusiastas das estratégias desenvolvimentistas direcionadas para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional – o economista baiano Rômulo Almeida – durante o segundo governo Vargas irá assumir a chefia da equipe de Assessoria Econômica da Presidência da República. Sendo, não por um acaso, durante este período que um grande arcabouço institucional para a condução de políticas de desenvolvimento regional começa a ser elaborado e implementado pelo governo federal. E neste sentido, entre outras coisas, o mesmo Rômulo Almeida se transforma no principal responsável pela elaboração e implementação do projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado já em 1952. Em 1954, Rômulo chega inclusive a ser designado para assumir a presidência do Banco, de onde logo em seguida viria a sair por força do suicídio do presidente Vargas (TOSI FURTADO, 2007). Depois de sua passagem pelo Governo Federal, Rômulo Almeida seria ainda eleito deputado federal pela Bahia, assumindo em seguida a pasta de Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, cargo a partir do qual organizou e presidiu a Comissão de Planejamento Econômico deste Estado. A influência intelectual e política de Rômulo Almeida é ainda considerada uma das principais peças na engrenagem e construção das políticas desenvolvimentistas com viés regionalistas durante todo o período do segundo governo Vargas. Na Bahia, foi ainda superintendente do Instituto de Economia e Finanças do Estado, onde acabaria formando a primeira equipe de economistas baianos com uma clara feição desenvolvimentista (TOSI FURTADO, 2007, p. 341).

sentido superestimado – como também deslocado e isolado do contexto econômico regional. Ambos os órgãos têm origem em governos federais para os quais o setor industrial já se sobrepõe ao agrícola, havendo uma preocupação explícita com o desenvolvimento industrial, associada a uma maior interferência estatal na economia. É no mesmo Governo da criação do BNB que são criados a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); e a criação da SUDENE se dá no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (COHN, 1976, p. 63-64).

Ou seja, o que se quer ressaltar aqui é a importância do contexto institucional brasileiro mais amplo enquanto elemento claramente favorável à ampliação das *condições de possibilidade* para o desenrolar das estratégias desenvolvimentistas e industrialistas tanto em nível de políticas de desenvolvimento nacional como regional – ambos, neste período, em nítido estágio de gestação e amadurecimento de suas idéias iniciais no início da década de 50. De acordo com Amélia Cohn (1976), inclusive, será com a criação do BNB, no Nordeste, que se começa efetivamente a concretizar a instalação de um novo arcabouço institucional voltado para uma ampliação do modo de conceber os problemas políticos e sociais da região em direção a uma política mais efetiva de desenvolvimento regional. Um novo modelo no qual os problemas da região passam a serem vistos como não mais restritos à questão exclusiva do problema da seca, mas sim incorporando uma leitura mais ampla na qual a solução para o problema de desenvolvimento do Nordeste passa a ser visto como atrelado à percepção de sua necessidade de mudança mais profunda em termos de sua estrutura produtiva regional (COHN, 1976, p. 62). E neste sentido, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sem dúvida alguma, representou uma mudança significativa no ambiente institucional nordestino em sua relação com o perfil de atuação tradicional dos órgãos federais na região. Iniciativa que irá representar um passo fundamental para a criação também das *condições de possibilidade institucionais* mais consistentes, relacionadas à implementação de medidas posteriores que virão, logo em seguida, no sentido de se tentar implantar uma nova política cada vez mais abrangente no que diz respeito à perspectiva e visão de desenvolvimento que se passa a ter em relação ao caso do Nordeste brasileiro.

Entre os órgãos considerados institucionalmente no início da década de 50 como ainda remanescentes de uma forma “tradicional” de atuação em relação às políticas de combate à seca na região Nordeste – e que, por isso, serão combatidos pelas correntes desenvolvimentistas ao longo deste período de transição –, podemos destacar o *Departamento*

Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), criado em 1945. Órgão remanescente da antiga *Inspetoria de Obras contra as Secas* (IOCS), criada em 1904 e depois transformada (em 1909) na *Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas* (IFOCS). Para grande parte dos autores e críticos às tradicionais políticas de combate à seca do Nordeste, estes órgãos representavam o que de mais atrasado poderia existir em termos de políticas de desenvolvimento regional com preocupações de longo prazo. Segundo Cohn (1976), “as atividades destes órgãos compreendiam não só o planejamento e, nesse sentido, a continuidade das soluções hidráulicas para o problema das secas, como também a definição e instauração de medidas emergenciais, durante o período de estiagem prolongada, para empregar a população atingida” (COHN, 1976, p. 58). Entre suas atividades estavam principalmente, portanto, aquelas que pouco iam além do alcance de medidas paliativas e assistencialistas de curto prazo. Medidas que tinha em vista regularmente o fim político de amenizar temporariamente o problema da seca em períodos de forte estiagem, gerando grandes vantagens eleitorais para os seus proponentes. O que, de cara, representava uma das grandes limitações estruturais diagnosticadas pelas novas correntes desenvolvimentistas como sendo de perfil de atuação típica das tradicionais e retrógradas políticas federais de combate à seca na região. E que, por isso, acabavam por representar, em termos mais amplos, um arranjo institucional que alimentava a permanência de um determinado jogo de relações políticas e interesses econômicos mais voltados para a manutenção da uma “indústria da seca”, ou seja, um conjunto de interesses e ganhos pecuniários que se mantinham dependentes economicamente da política de combate à seca conduzida em nível federal. E que, por isso, pouco interesse tinha em tentar resolver de modo definitivo o problema na região.

5.1.1 A formação de um novo ambiente institucional para as políticas desenvolvimentistas de caráter regional

Seria somente após a constituição de 1946, mais precisamente em 1948, portanto, que iriam se juntar às antigas formas de combate à seca, (ao estilo do DNOCS), a criação de mais dois órgãos com um perfil de apoio mais abrangente em relação à forma de intervenção das políticas de combate à seca na região Nordeste do Brasil. A *Comissão do Vale do Rio São Francisco* (CVSF) e a *Companhia Hidrelétrica do São Francisco* (CHESF) foram os dois novos órgãos criados neste período. Ambas as iniciativas inspiradas e impulsionadas a partir

da observação da experiência de criação do *Tennessee Valley Authority* (TVA) nos EUA (DINIZ, 2009). Experiência que se tornaria uma fonte de inspiração de grande importância para várias experiências de planejamento regional em todo o mundo durante a década de 40³⁴. No caso brasileiro, as novas experiências inspiradas no caso americano tinham como substrato financeiro um percentual de 1% da receita tributária da União previstas na Constituição de 1946, e que seria especificamente direcionado com objetivo de atender a estratégia de desenvolvimento da região do Vale do Rio São Francisco. O Problema, no entanto, é que apesar da iniciativa inovadora em termos institucionais, os novos órgãos criados pareciam continuar a ter um foco de atuação estritamente voltado para a busca de soluções de engenharia hidráulica, considerados ainda como causas dos problemas da seca na região. Ou seja, exatamente da mesma forma como estava escrito nas tradicionais cartilhas que historicamente haviam orientado as ações federais de combate à seca no Nordeste (COHN, 1976).

Um dos problemas, neste sentido, era que enquanto o problema da seca persistisse, o que parecia dever continuar a acontecer seria a manutenção de determinados interesses que se aliavam à estratégia das políticas federais de modo a reforçar o jogo político de grupos dominantes de poder. Formado basicamente por políticos locais que pouco interesse parecia ter em ver resolvida de forma definitiva a questão nordestina³⁵. Ou seja, sem que se conseguisse resolver de forma definitiva o problema mais amplo do desenvolvimento regional do Nordeste³⁶. Problema que, por pressuposto, ia muito além das políticas de combate à seca³⁷. E essa era a aposta e o desejo dos desenvolvimentistas em ascensão.

³⁴A experiência inovadora do TVA, em 1933, representou o primeiro caso de uma série de experiências nos EUA. Experiências que viriam a serem implementadas como políticas de diminuição das desigualdades regionais em regiões de bacias hidrográficas específicas, como o Vale do Rio Tennessee. No período do pós-guerra, segundo Diniz (2009), além da continuidade da política e dos programas do TVA, foram ainda ampliados e criados programas para outras bacias hidrográficas, tais como: a *Area Redevelopment Administration* (ARA), criada em 1961 e depois transformada em *Economic Development Area* (EDA), e o programa especial para o Apalaches, ambos de 1965 (DINIZ, 2009, p.229). Na Itália também foi criado, ainda em 1950, a conhecida *Cassa del Mezzogiorno*, com uma ambiciosa política de industrialização com base em incentivos fiscais com o objetivo de gerar estímulos e orientações mais gerais de uma estratégia de desenvolvimento regional para a região do sul do país (DINIZ, 2009).

³⁵Mais tarde, esta contradição passaria a ser explicada como resultado de uma prática política, que passou a ficar conhecida pelo nome de “indústria da seca”.

³⁶De acordo com Amélia Cohn, os novos órgãos criados em 1948 pouco contato tiveram com o antigo DNOCS e, com ele, o problema das secas nordestinas, “caracterizando o tipo de atuação do Estado na região, isto é, o de ser feito através de uma multiplicidade de organismos, sem nenhuma comunicação entre eles” (COHN, 1976, p.60-61). O que obviamente ocasionava também, e por tabela, uma completa “irracionalidade na aplicação das verbas, à superposição de serviços e de áreas, sob responsabilidade de cada organismo, dificultando em extremo o controle do Governo Central sobre eles” (COHN, 1976, p. 60-61).

³⁷Esta foi um dos argumentos principais do relatório do GTDN, de 1959.

Ainda de acordo com Amélia Cohn (1976), esta situação só começaria realmente a mudar de figura, a partir da criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952. Iniciativa que, como vimos, pela primeira vez trouxe em sua estratégia algo próximo ao que se poderia conceber como sendo uma política de desenvolvimento regional mais integrada e ampla. Uma política que visava de fato, a “ampliação do modo de conceber os problemas do Nordeste: de que estes não se resumiam às secas, mas à estrutura de produção da região” (COHN, 1976, p. 62). Ou seja, a uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento regional orientado por uma estratégia de fomento às atividades produtivas que pretendiam transformar a realidade econômica regional; e não apenas focar em sua estratégia de combate à seca, como se este fosse apenas um problema de engenharia hidráulica. Como afirma Amélia Cohn:

Enquanto a criação da CVSF e da CHESF se deu numa década de não-ocorrência de seca, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, ocorre num ano de seca. A concepção que estava subjacente à sua criação diferia daquela subjacente à criação dos outros órgãos. Na terminologia de S. Robock, o BNB já se insere na “Nova Era”; vale dizer, passa-se a pensar os problemas nordestinos como problemas econômicos e não de engenharia hidráulica... Tanto a sugestão da criação de uma instituição de crédito especializado na região, como a própria redação da lei se devem a Horácio Lafer, industrial paulista, Ministro da Fazenda do Governo Getúlio Vargas, que visitou o Nordeste em 1951 (COHN, 1976, p. 61-62)

Ou seja, o que se quer ressaltar aqui é que o contexto nacional, em termos da preocupação com o processo de planejamento e estratégia de industrialização do Brasil, representa, sem dúvida alguma, um importante elemento a ser avaliado enquanto cenário favorável à mudança do perfil de atuação institucional no que diz respeito à política regional nordestina. A participação importante e favorável do industrial paulista – e então Ministro da Fazenda do Governo Vargas, Horácio Lafer – representa, neste contexto, o sentido mais profundo da harmonização de interesses entre os segmentos industriais paulistas e a estratégia desenvolvimentista direcionada para a região Nordeste. Movimento que passa a ser encabeçado e estimulado, em seguida, pela atuação do próprio Celso Furtado enquanto primeiro superintendente da SUDENE.

No entanto, fica claro ainda, com base no mesmo contexto histórico, que neste primeiro momento a iniciativa de elaboração de uma política de desenvolvimento regional, tem como característica mais proeminente a necessidade de se dar uma resposta política governamental mais consistente no que diz respeito à questão social brasileira que se aprofunda já no início

da década de 50 (COHN, 1976). E não, como poderia se imaginar, de forma imediata e apressada, pelo interesse ou necessidade do processo de acumulação de capital, orientado pela indústria paulista. Como avalia Amélia Cohn:

Vale dizer, o desenvolvimento do Nordeste se torna necessário para a manutenção do padrão de integração do sistema político e social nacional, e não para a expansão, em termos econômicos, do sistema capitalista de produção no Brasil. E é nesse sentido que se afirmou que o problema econômico nordestino é muito mais um problema regional do que nacional, em termos da própria racionalidade econômica do sistema. A década de 50 apresenta um Nordeste com graves tensões que põem em jogo – pelo menos acreditava-se – a própria estrutura política vigente (COHN, 1976, p. 64).

Neste primeiro momento, portanto, o que parece estar em jogo ainda não é uma preocupação geral ou interesse em nível nacional em se criar alternativas ou oportunidades rentáveis de acumulação de capital para os setores dinâmicos da economia brasileira em direção ao nordeste. A ordem aqui, ainda parece estar mais próxima de se tentar responder a questão regional nordestina a partir de uma estratégia mais de política social do que de política propriamente econômica. Mas que nem por isso deixa de atrair o apoio significativo de alguns segmentos industriais do Estado de São Paulo. Em uma estratégia que acabará por ser o embrião de uma perspectiva de aliança mais consistente que se consolidará com a implantação da estratégia da SUDENE, anos mais tarde.

Já no caso específico da Amazônia, a situação já parece ser um pouco diferente. A falta de interesse estratégico empresarial com questões propriamente relacionadas ao processo de desenvolvimento amazônico representou um importante fator limitador, o qual viria a influenciar sobremaneira no perfil das disputas que viriam a ocorrer no que diz respeito às políticas de valorização econômica para a região no período pós-guerra. A estratégia implementada durante a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Banco de Crédito da Borracha (criado em 1942), foi uma tentativa de se criar mecanismos que pudessem servir como instrumentos capazes de soerguer a economia exportadora local, mas sobre um olhar diretamente associado aos interesses americanos pelo fornecimento de matérias-primas para a sua indústria. Pouco apelo tendo o mesmo, a princípio, portanto, em termos da estruturação de uma política de desenvolvimento regional com fortes vínculos com uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Neste caso, a estratégia de planejamento para a Amazônia começa a se constituir de maneira mais consistente apenas ao início da década de 50, com a criação do Banco do Crédito da Amazônia (BCA) (em 1950) e com a criação da SPVEA (em 1953). É nesse momento que, do ponto de vista mais concreto, se efetiva toda uma nova estratégia e a criação de uma nova institucionalidade sobre a qual se fundamenta toda uma disputa interna que se prolongará até meados da década de 60 – com a substituição do BCA pelo Banco da Amazônia (BASA), assim como da SPVEA pela SUDAM durante a chamada *Operação Amazônia*, em 1966. Mudança estratégica que tinha seu objeto fundamental resolver de modo definitivo as disputas entre dois projetos básicos: um mais “endógeno” e voltado para o fomento à produção e diversificação da economia local e regional; e outro mais “exógeno” e voltado para aspectos geopolíticos e para a ampliação da infra-estrutura e soerguimento das condições de produção e comercialização da borracha em nível nacional. Situação que só viria a se confirmar com o crescimento do interesse nacional pelo abastecimento de borracha amazônica para a indústria de artefatos que começaria a se desenvolver principalmente durante a guerra. Mais adiante entraremos em detalhes sobre estes dois pontos do debate. Por enquanto, nos interessa apenas ressaltar os diferentes contextos em que as políticas regionalistas se enquadram e se relacionam, mesmo que de maneira tangencial, em relação às políticas desenvolvimentistas em nível nacional.

5.2 O AMBIENTE INTELECTUAL NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA

Várias foram, no entanto, às contribuições teóricas na conjuntura nacional e internacional que favoreceram por outros caminhos à criação das chamadas *condições de possibilidade* para o aprimoramento e emergência deste novo aparato institucional; e, com ele, para a formação do discurso desenvolvimentista regionalista no Brasil. Entre elas, podemos ressaltar o já destacado cenário internacionalmente favorável à construção de experiências concretas de planejamento regional – tais como as que se originaram nos EUA durante a implantação do “New Deal” em 1933. A experiência do *Tennessee Valey Authority* (TVA) representou, neste contexto, uma referência político-institucional de grande importância para o amadurecimento e posterior consolidação do debate sobre política de desenvolvimento regional durante o período do pós-guerra no Brasil (DINIZ, 2001). Ao nível teórico, é

importante salientar, no entanto, a emergência da chamada *Teoria do Desenvolvimento* (NURKSE, 1953; MYRDAL, 1957; HIRSCHMAN, 1958) e da *Ciência Regional* (ISARD, 1956a, 1956b). Matrizes teóricas que se consolidam enquanto perspectivas voltadas para o debate sobre as condições de superação do subdesenvolvimento pelo mundo. Uma nova perspectiva teórica que, entre outras coisas, proporá uma estratégia de combate às desigualdades inter-regionais e ao estímulo às políticas de desenvolvimento nacional regionalmente integrada em países subdesenvolvidos.

Neste sentido, entre os principais itens que estariam sendo discutidos enquanto pontos centrais do debate teórico sobre desenvolvimento em termos mundiais estavam aqueles relacionados às limitações da dimensão do mercado interno, assim como as desigualdades inter-regionais e os baixos níveis de inversões de investimentos locais em um contexto mundial de crescimento das economias do pós-guerra³⁸. Segundo algumas destas perspectivas – mais diretamente ligadas à chamada *teoria do desenvolvimento* –, estas condições de deficiência internas, típicas de economias subdesenvolvidas, limitavam a capacidade destas economias em deslanchar um ciclo econômico virtuoso com base no dinamismo de seu próprio processo de acumulação de capital. Estas deficiências, portanto, em última instância, seriam responsáveis pela baixa capacidade dessas economias em reverter – por meio de impulsos próprios de mercado –, a tendência à estagnação e à limitada capacidade de incorporação do progresso técnico por meio da carência de investimentos produtivos. Fazendo com que se tornasse necessário, para superar estas limitações, que o estado pudesse liderar um processo amplo de coordenação de investimentos capaz de planejar os estímulos de demanda e os investimentos produtivos necessários para reverter o ciclo vicioso da pobreza nestes países. Uma iniciativa de coordenação que se fazia fundamental – tendo em vista o objetivo de se conseguir estimular uma dinâmica de crescimento econômico mais equilibrado –, e voltado para o atendimento dos vários setores e diferentes espaços econômicos regionais³⁹.

³⁸ Foi a partir da obra de autores como Ragner Nurkse (1953) e Gunnar Myrdal (1957) que o debate internacional, dentro da chamada *teoria do desenvolvimento*, passa a valorizar a compreensão da dinâmica interna dos países subdesenvolvidos enquanto fator de fundamental importância para a compreensão dos limites estruturais que seriam responsáveis, em última instância, pelo bloqueio da capacidade destes países em superar, por meio da livre força do mercado, a condição de atraso e subdesenvolvimento à qual estavam submetidos. Ver Mantega (1984).

³⁹ Um contraponto no debate surge, no final da década de 50, com a obra de Albert Hirschman (1958), autor este que se destaca apresentando propostas de implementação de políticas de desenvolvimento regional que priorizam uma dinâmica de gastos governamentais e atração de investimentos privados com o objetivo de valorizar o estímulo aos encadeamentos produtivos e ao esforço de estímulos desequilibrados de demanda.

É nesse momento que a obra de Celso Furtado se destaca, no Brasil, na medida em que o mesmo se volta para a compreensão da questão nordestina em sua íntima relação com o momento histórico pelo qual se apresentava a primeira grande crise de acumulação do modelo de substituição de importações brasileiro (durante o final da década de 50 e início da década de 60). Fonte de grande instabilidade política e social, a questão nordestina apresenta-se como sintoma também de forte instabilidade econômica e dos desajustes estruturais que haviam limitado, ao mesmo tempo, o seu crescimento industrial equilibrado e o processo de distribuição social e regional da renda no país. Sintoma que poderia nos servir, segundo Furtado, como álibi e foco de atuação de fundamental importância para a construção de uma nova estratégia de desenvolvimento nacional. Estratégia que deveria ser calcada, de agora em diante, em uma maior capacidade de distribuição nos níveis de crescimento econômico e da descentralização do processo de industrialização do país. Uma via desenvolvimentista alternativa, encabeçada politicamente, entre outros, pelo próprio Celso Furtado, e que prometia ser capaz inclusive de superar os impasses e limitações do processo de substituição de importações, tal como o mesmo havia sido gerado durante as décadas de 40 e início da década de 50 no Brasil. Processo o qual era visto por Furtado como um modelo que apresentava as limitações de ter sido impulsionado de maneira espontânea (VIEIRA, 2007), e por meio de estímulos quase que exclusivos dos mecanismos e interesses próprios do mercado. Mecanismos os quais estavam concentrados, por pressuposto, nas regiões mais dinâmicas e, ao mesmo tempo, favorecidas por economias de aglomeração.

Começava a ficar nítido neste momento para Celso Furtado, portanto, o impasse de uma crise de subconsumo que parecia tornar-se iminente. Assim como também de uma estrutura política nacional que seria incapaz de garantir por si só o desenvolvimento econômico e social do país como um todo. Uma crise que teria nos limites de distribuição de renda nacional (e regional) e do processo de industrialização concentrado – e movidos por uma autonomia dos interesses e da lógica de mercado –, alguns de seus maiores desafios. Reformas estruturais precisariam, por esse ponto de vista, ser implementadas com a ajuda de uma *intelligentsia* técnica (“externa ao ambiente político”) que pudesse apresentar as condições racionais e a autonomia política necessária para propor mudanças de ordem institucional de longo alcance para o país. Mudanças que pudessem ir além do que a estrutura de conchavos políticos (entre as quais podemos destacar as relações entre as elites agrárias tradicionais e as elites industriais

em ascensão) seria capaz de implementar. Ou seja, uma *intelligentsia* capaz de se contrapor, inclusive, do ponto de vista político e programático, a uma estrutura e um regime parlamentar completamente engessado e dominado por práticas políticas conservadoras, que condicionavam a relação de domínio do parlamento sobre o executivo, dificultando sobremaneira a implementação de reformas de caráter estruturantes no país.

Segundo a perspectiva de Furtado, portanto, para que um novo ciclo de desenvolvimento pudesse se concretizar de forma promissora seria necessária a organização de uma intervenção estatal competente e fortemente articulada por uma *intelligentsia* bem preparada e consciente de sua função modernizadora para o país. Por isso a importância que o mesmo daria ao planejamento – enquanto instrumento de intervenção inclusive política – de fundamental importância para o objetivo da construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Um instrumento que era visto, por ele, como indo muito além da esfera de atuação estritamente econômica; abarcando um elemento de construção do Estado Nacional Brasileiro em um sentido e natureza muito mais amplos. Uma estratégia voltada para a construção de um projeto de democratização substantiva das condições econômicas e sociais de vida da população nordestina e brasileira. Como afirma Rosa Vieira:

No início dos anos 60, ante o impasse econômico, a tensão social e os abalos da ordem institucional, Celso Furtado explica a crise brasileira em termos de problemas gerados pela industrialização espontânea e pela organização *sui generis* de suas classes sociais, em que a pressão dos trabalhadores é insuficiente para empurrar os capitalistas para a concorrência e o desenvolvimento, e em que o empresariado industrial, acomodado às instituições políticas tradicionais e conciliado com os setores agrários, não consegue se diferenciar organicamente das antigas elites. Num quadro de crise como esse – em que a estagnação compromete a superação do subdesenvolvimento, a crise política coloca em risco o tecido social e as elites mostram-se inapetentes ante a ação histórica transformadora –, a solução deve vir “de fora” dos conhecidos arranjos políticos de classe, de um poder capaz de moldar conscientemente um plano e reforma da sociedade. Esse poder é o Estado, que, acima das classes e atuando numa dimensão própria de racionalidade, é manejado por uma *intelligentsia* em condição de dar forma aos interesses nacionais, aferir a legitimidade das demandas sociais e responder com eficácia às aspirações da coletividade nacional (VIEIRA, 2007, p. 242)

Para Rosa Maria Vieira (2007), portanto, no período que vai de 1961 a 1964, Celso Furtado teria incorporado de vez a perspectiva política de que o projeto de construção da nação brasileira deveria ser compreendido como um projeto e uma missão encabeçada por uma nova *intelligentsia*. Uma interpretação que pressupunha que os limites da formação

econômica e social brasileira só seria superada por força de uma atuação estatal consistente e voltada para a construção de um plano de desenvolvimento nacional e regional de natureza integrada. É nesse contexto que a preocupação com a questão regional assume um papel cada vez mais importante na obra de Celso Furtado.

Na verdade, é no ano de 1957 que a questão regional começa a aparecer dentre as preocupações desenvolvimentistas que se faziam presente de uma forma menos explícita desde os primeiros textos de Celso Furtado. Em *Perspectiva da Economia Brasileira*, texto de 1957, por exemplo, Furtado já nos apresenta uma análise que se pressupõe uma leitura integrada da economia brasileira. Por esse ponto de vista, Furtado valoriza a percepção dos níveis de desigualdades regionais como causas de problemas de ordem estrutural mais amplo, associados inclusive ao desenvolvimento industrial da economia brasileira como um todo. Neste sentido, Furtado ressalta uma avaliação do Nordeste como região que vive uma situação difícil (tendo em vista sua falta de constituição de um mercado interno), o que acarreta uma dependência de sua dinâmica econômica em termos restritos à sua capacidade de exportação (sejam elas em relação ao mercado externo internacional ou em relação ao mercado do Centro-Sul do país). Daí, em primeiro plano, devia-se perceber a economia brasileira como um sistema frágil, aonde o pólo Nordeste representaria o ponto fraco da articulação interna da economia nacional. Dificultando por isso sobremaneira o desenvolvimento mais equilibrado e consistente do ritmo de crescimento industrial brasileiro.

No caso do pólo oposto (Centro-Sul do Brasil), e vista de uma forma isolada, a situação seria bem diferente. A dimensão do mercado interno teria permitido a essa região uma autonomia – apesar da mesma ainda não poder prescindir completamente das divisas arrecadadas com os setores de exportação de regiões como o Nordeste. O que a caracterizaria a economia nacional como uma economia tipicamente não integrada e com pouca capacidade de desenvolvimento equilibrado de seu processo de industrialização. Situação que, no entanto, poderia dificultar o futuro prosseguimento do processo de industrialização por substituição de importações no país. O que seria o resultado tendo em vista as dificuldades crescentes para aquisição de divisas e a precariedade dos tipos de relações comerciais internas que se estabeleciam entre os diferentes níveis de qualidade do crescimento e da distribuição de renda entre as diferentes regiões brasileiras.

Para Furtado, a solução para tamanho impasse, seria a aplicação da lógica da programação econômica com o intuito de diminuir as disparidades regionais e estimular o desenvolvimento de um sistema econômico nacional mais equilibrado, tendo em vista o aumento do grau de integração econômica e interdependência industrial de toda a economia brasileira. Como afirma Mallorquin, se referindo especificamente ao texto *Perspectivas da Economia Brasileira*:

A programação econômica [para Celso Furtado em *Perspectiva da Economia Brasileira*] deve induzir a criação de um sistema econômico integrado onde não existam disparidades regionais ... percebe-se que ainda não são aprofundados os estudos sobre os desequilíbrios regionais, os quais veríamos surgir dois anos depois em *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (Furtado, 1959), mas ele já se aproxima da problemática: fala do grau de “integração da economia”, mencionando dois sistemas, o nordestino e o sulista. O Nordeste ainda não aparece como aquela região “atrofiada” pelas políticas estatais que favorecem os industriais cafeeiros (MALLORQUIN, 2005, p. 158).

Ou como afirma Pellegrino (2005), em outra importante análise da relação da obra de Celso Furtado com o tema das desigualdades regionais no Brasil:

A temática regional, em especial, a problemática nordestina, surge na obra de Furtado no final da década de 1950. Pouco antes da elaboração do importante documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* do GTDN, em *Perspectiva da Economia Brasileira* de 1957 e em *Formação Econômica do Brasil* de 1959, Furtado já demonstrava preocupação com a heterogeneidade social e econômica do Brasil refletida, sobretudo, nas disparidades regionais. Grosso modo, o atraso da região Nordeste aparece nessas obras como obstáculo à formação do sistema econômico nacional (PELLEGRINO, 2005, p. 97)

Ou seja, em geral, pode-se perceber uma áurea de evolução na obra de Celso Furtado no sentido de uma incorporação da problemática regional como um importante ingrediente para a discussão sobre a formação da economia brasileira em uma dinâmica de industrialização mais integrada do ponto de vista regional. E é neste sentido, que podemos afirmar que os dados das Contas Nacionais e Regionais de 1951 e 1952 foram fundamentais no sentido de indicar, já no início da década, que os desequilíbrios regionais brasileiros tendiam a se acentuar (CANO, 1998, p.21). Fato que começou a delimitar do ponto de vista político e econômico um âmbito de problemas e preocupações que começariam a afligir e a influenciar de forma intensa o

debate sobre as novas políticas de desenvolvimento regional durante toda a década de 50 e início da década de 60 no Brasil.

No entanto, é importante ressaltar – como foi demonstrado anteriormente – que, no contexto do início da década de 50, ainda não se apresentava de forma clara as condições de possibilidade completas para o surgimento de uma leitura mais integrada sobre o papel que se poderia vislumbrar para uma política de desenvolvimento regional de grande porte. Ou seja, como um substrato de uma estratégia mais ampla de fortalecimento do processo de acumulação de capital no Brasil. É com o desenrolar das avaliações sobre a questão regional que se seguem a partir de *Perspectiva da Economia Brasileira* (1957) e, depois, em *Formação Econômica do Brasil* (1959), que a obra de Celso Furtado vai caminhar exatamente para uma avaliação cada vez mais completa da situação regional brasileira, e, mais especificamente da situação da região Nordeste e sua relação com o processo de industrialização da antiga região cafeeira no Estado de São Paulo.

Neste contexto, o diagnóstico traçado por Furtado, por meio do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN)⁴⁰, em 1959, enfim parece conseguir alavancar os esforços político-institucionais e o rigor analítico necessários no sentido de se elaborar uma política de desenvolvimento regional associada a uma proposta mais ampla, que visava integrar as políticas federais para a região em um só corpo institucional⁴¹, dando a ele instrumentos para o favorecimento de um processo de acumulação de capital em nível mais amplo em termos nacionais. Foi assim que, sob a chefia do próprio Celso Furtado, se inicia efetivamente, a mais importante experiência de planejamento de política de desenvolvimento regional até hoje implementada no Brasil. Experiência que se inicia com a operacionalização dos planos contidos no relatório do GTDN, implementados em boa parte através da

⁴⁰Em *A Fantasia Desfeita*, obra autobiográfica, Celso Furtado revela fatos e detalhes sobre a elaboração do documento atribuído ao *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN). Segundo relato do próprio autor, o texto teria sido escrito de forma individual, sem a participação efetiva dos membros do referido grupo de trabalho. É importante salientar, neste sentido, a importância histórica do referido documento, o qual se transformaria na principal referência teórica para a criação da *Operação Nordeste* (em janeiro de 1959), assim como também para a própria constituição das linhas gerais da proposta do que viria a se transformar posteriormente como documento base na orientação de política de desenvolvimento regional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); criada ainda no ano de 1959 pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

⁴¹ A proposta da Sudene previa uma estratégia de integração – sob um mesmo teto institucional de um órgão coordenador de políticas federais – de todas as políticas voltadas para o desenvolvimento do Nordeste. Acabando com a fragmentação de ações paralelas, conduzidas de forma independentes e comandadas pela lógica e pelos interesses das oligarquias regionais que comandavam a estrutura parlamentar no Congresso Nacional.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), instalada em março de 1960 (COHN, 1976, p. 63).

De acordo com a nova estratégia, o estado deveria fomentar, através da concessão de incentivos fiscais, uma política de subsídio ao capital industrial nacional com o intuito de estimular um processo de substituição regional de importações no sentido da transferência de capital industrial da região Centro-Sul do país para a região Nordeste. A proposta do GTDN e o ideal presente na proposta inicial de Celso Furtado, portanto, era o de transformar a economia do Nordeste numa economia mais eficiente e internamente mais integrada através do avanço de suas relações capitalistas de produção (CANO, 1998, p. 23). Uma estratégia que, segundo os anseios estruturalistas mais fundamentais de Celso Furtado e seus seguidores, poderia resultar em mudança no quadro estrutural de atraso secular e de falta de articulação econômica que constituía o cerne da condição de subdesenvolvimento estrutural e pobreza desta região. Com a nova proposta buscava-se, portanto, alcançar um maior equilíbrio econômico nacional através da busca pela transferência de capitais industriais das regiões mais desenvolvidas (centro-sul do país) em direção a região Nordeste. Dinâmica que esperava-se poder contribuir com o processo de ampliação do nível de complementariedade inter-regional da indústria brasileira, assim como com a ampliação do mercado interno e com a diminuição das desigualdades regionais tanto em termos de nível de industrialização como em termos de níveis de distribuição de renda.

Na realidade, como vimos, as proposições do Plano de Ação elaborado pelo GTDN, e que se transformaram na linha-mestra da SUDENE, representam a integração horizontal do desenvolvimentismo da política Kubitschek; são mesmo a realização do “nacional-desenvolvimentismo”, na medida em que representam a integração horizontal da proposta integração vertical da economia, contida no Plano de Metas. Em termos de política econômica, a proposta no nível regional representa a implantação, no Nordeste, do padrão de política no nível nacional. Neste sentido, a SUDENE representa, no nível da dinâmica política, o mesmo padrão de solução que o Plano de Metas representa no nível nacional: a configuração do Estado empresário industrial – para usar a expressão de Lessa – é reafirmado no Nordeste (COHN, 1976, p. 153-54).

Outro ponto importante a ressaltar – do ponto de vista do contexto epistemológico que influenciou a nova configuração institucional que daria suporte às políticas de desenvolvimento regional no Brasil –, é a importância que assume os chamados modelos de crescimento econômico de matriz keynesiana. É possível perceber, neste sentido, a

importância do surgimento de novas perspectivas que passam a referendar, em nível teórico mais amplo, e em escala internacional, certo grau de intervenção estatal com vistas a diminuir as desigualdades entre as taxas de crescimento econômico dos países no período exatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Por esse ponto de vista, estas novas perspectivas representaram uma espécie de reforço indireto e heurístico às hipóteses desenvolvimentistas cepalinas implantadas no Brasil, na medida em que as mesmas traziam uma mensagem teórica de que as condições de livre mercado não haviam sido suficientemente fortes para impulsionar, isoladamente, um nível de convergência automática das taxas de crescimento econômico dos países subdesenvolvidos em relação à dinâmica de crescimento dos países centrais; em um contexto de recuperação da economia mundial no período pós-guerra.

A ascensão do padrão de modelo teórico de crescimento econômico apresentado por Robert Solow, em 1956, entre outros, neste sentido, representou um movimento teórico amplo e também de fundamental importância para a construção efetiva de políticas de desenvolvimento regional neste contexto. Momento aonde as novas teorias de crescimento de matriz neoclássica – fundidas com alguns elementos keynesianos – se voltam de forma definitiva para a valorização das condições macroeconômicas que teoricamente poderiam criar, “artificialmente”, uma capacidade de formação de poupança e investimentos com vistas a ampliar o nível de capacidade produtiva interna em economias consideradas subdesenvolvidas, e com baixa capacidade de atração de recursos privados em condições supostamente naturais e de livre mercado.

É desse amplo rol de perspectivas teóricas e experiências de planejamento regional – que começam a se desenrolar, tanto a nível nacional como internacional, durante as décadas de 40 e 50 –, que a “questão regional” brasileira e o debate sobre as estratégias de desenvolvimento regional no Brasil assumem um caráter diretamente associado aos aspectos mais amplos do debate sobre os rumos do nacional-desenvolvimentismo e da superação do subdesenvolvimento no Brasil e no mundo. É sobre as similitudes e contradições inerentes a esse processo de formação discursiva de caráter multifacetado e complexo – o qual é composto por elos de natureza e olhares diferenciados, tanto a nível teórico-epistemológico, como político-econômico –, que iremos nos debruçar com mais detalhes a partir de agora, no sentido da busca por uma maior compreensão sobre a formação do processo histórico que nos permitiu a construção de condições objetivas para a emergência de um determinado discurso

regional de caráter hegemônico durante as décadas de 40, 50 e início da década de 60 no país. Hegemonia que começa a se desfazer com o golpe de 1964, e com a perspectiva de mudanças que daí deriva em termos da construção de políticas de desenvolvimento regional no Brasil durante o regime militar.

5.3 ALGUMAS DAS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL NO PERÍODO PÓS 1964

Para D'aráujo (1992), a Constituição de 1946 é importante, enquanto marco institucional da questão regional brasileira, pois avança principalmente quanto a questão do planejamento e a institucionalização de instrumentos para o desenvolvimento regional; ao estabelecer o ideário da “valorização”, “desenvolvimento” e “aproveitamento das possibilidades econômicas” de regiões consideradas deprimidas. Sendo assim, a nova carta visa assegurar uma política governamental de valorização da região amazônica e da região do vale do rio São Francisco (art. 29 das Disposições Transitórias da Constituição de 1946) com o objetivo de assegurar alguma forma de intervenção estratégica do Estado nacional brasileiro no sentido de atrair investimentos para regiões menos favorecidas economicamente. Ao todo, como afirma D'aráujo (1992), “14 artigos dessa Carta envolviam, direta ou indiretamente, a obrigação que o governo tinha de planejar” (D'ARAÚJO, 1992, p. 43). Dessa forma, ao mesmo tempo em que se pretendia avançar com os instrumentos de planejamento do desenvolvimento nacional, buscava-se, por outro lado, uma estratégia de desenvolvimento que visava aumentar o equilíbrio e a distribuição dos investimentos em nível regional. Estratégia que se buscava implementar através do estímulo ao crescimento e integração econômica das regiões consideradas deprimidas ou com dificuldades profundas em conseguir sua alavancagem rumo a um crescimento econômico mais equilibrado e autônomo.

Nesta fase embrionária das discussões sobre políticas de desenvolvimento regional – e que acompanham o período logo imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial –, o que parecia imperar no Brasil era uma interpretação sobre a natureza do fenômeno das desigualdades regionais que privilegiava, portanto, uma estratégia de planejamento do desenvolvimento nacional que, ao mesmo tempo, pudesse dar conta da recuperação econômica das regiões menos favorecidas e profundamente abaladas pela crise de seus respectivos setores exportadores (como era o caso do açúcar no Nordeste e da borracha na

Amazônia). E ao mesmo tempo, estimular o crescimento do mercado interno e o prosseguimento do processo de industrialização em escala ampliada no Brasil.

O foco, neste primeiro momento, portanto, parecia recair sobre a estratégia mais ampla de integração nacional associada a uma estratégia mais específica e localista de mitigação da situação de regiões consideradas deprimidas; como o Norte e o Nordeste do país. A criação do Banco de Crédito da Borracha (em meio ao expediente da “batalha da borracha”, em 1942), representou, neste contexto, o primeiro passo para a consolidação de uma série de iniciativas com o foco de atuação especificamente voltado para o reforço de estratégias de políticas de valorização econômica de áreas deprimidas nas regiões Norte e no Nordeste do país. É importante ressaltar, neste contexto, que entre os mecanismos constitucionais criados pela constituição de 1946, se destacam aqueles que se referem à criação dos Fundos de Valorização Econômica para regiões deprimidas economicamente. A importância histórica destes dispositivos se coloca de modo evidente na medida em que, a partir desse momento, passa-se a contar com um importante instrumento de suporte orçamentário e financeiro para a construção e planejamento de políticas de desenvolvimento regional no Brasil. A experiência de criação do *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB), em 1952, e da *Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA), em 1953, neste sentido, representaram alguns dos passos subseqüentes dos mais importantes, no sentido das tentativas de implementação de políticas mais abrangentes de desenvolvimento regional. Experiências que se transformarão em interessantes casos a serem analisados, no que diz respeito às experiências concretas de planejamento do desenvolvimento regional brasileiro. E que se fazem presentes num período claro de hegemonia do ciclo ideológico desenvolvimentista no Brasil.

É tendo em vista, no entanto, o caso mais específico do Nordeste (com a criação da SUDENE, em 1959), que o debate sobre a “questão regional” e sobre a questão de qual modelo de planejamento de políticas de desenvolvimento regional deveria ser seguido, entra de forma definitiva numa fase de consolidação institucional no Brasil. Afirmando-se nacionalmente enquanto problema de grande relevância para o debate sobre desenvolvimento econômico e social do país, a questão regional assume de forma definitiva, neste momento, o status de problema de grande relevância para as preocupações da matriz teórica desenvolvimentista em nível nacional. A experiência da criação e implementação da

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), neste sentido, representou o marco mais importante, sem dúvida alguma, da constituição de um referencial teórico e simbólico que irá influenciar todo o debate sobre política nacional de desenvolvimento regional no Brasil durante a segunda metade do século XX. Foi a partir da experiência da SUDENE que se consolida de forma definitiva no país uma nova diretriz ideológica subsidiária para o enfrentamento da questão regional brasileira. Uma estratégia que, no entanto, acaba por se implantar de forma bastante diferenciada no que diz respeito à sua extensão enquanto modelo a ser implantado em diferentes regiões. Sofrendo ao longo do percurso de sua difusão pelo país, de uma série de desvios políticos e de orientações teóricas e estratégicas que acabariam por limitar sobremaneira o escopo, a eficácia e o poder de alcance social da nova ideologia desenvolvimentista quando aplicada em uma escala regionalizada⁴².

Um dos momentos de maior inflexão, neste sentido, se deu com o golpe militar de 1964. Das idéias originais sobre a questão agrária – as quais estavam incluídas na proposta inicial elaborada pelo GTDN – uma série de novas perspectivas será incorporada, e outras alteradas pelo novo regime. Uma nova estratégia político-militar neste sentido acaba por suplantar e a alterar de modo fundamental a estratégia inicial das políticas de desenvolvimento regional no Brasil a partir do golpe de 1964. Com essa nova orientação visa-se alterar fundamentalmente alguns dos alicerces distributivos da estratégia da política de desenvolvimento regional proposta pelo relatório original do GTDN – principalmente no que diz respeito à questão agrária. Em termos gerais, no entanto, de acordo com Cano (2000), “com o golpe, a proposta do GTDN foi profundamente atingida, mais nas políticas agrárias e agrícolas do que nas de infra-estrutura e de indústria. Daí em diante, reformas institucionais e de normas de política econômica causariam enorme pulverização do sistema de incentivos regionais fiscais, cambiais e creditícios, que até 1964 estavam concentrados, basicamente, na política de desenvolvimento regional da Amazônia e Nordeste” (CANO, 2000, p. 115).

Para Francisco de Oliveira (1993), por outro lado, a “Questão Regional”, a partir de 1964, viria-se a frente de um impasse que a levaria, inclusive, a deixar de ser considerada como uma questão de interesse nacional. O êxito institucional da SUDENE marcaria, por esse ponto de vista, afirma ele, “o ponto de inflexão da presença de nordestinos na política nacional, e o abastardamento tanto da Questão Regional quanto da política” (OLIVEIRA,

⁴² Ver Cano (2000).

1993, p. 44). O suposto êxito administrativo da SUDENE, neste sentido, esconderia um profundo processo de “abastardamento” da “questão regional” enquanto tema de interesse nacional:

[...] depois da derrota, em 1964, das forças sociais e políticas às quais deveu seu nascimento e seu auge, a SUDENE – o último grande esforço e momento de sua importância nacional – prosseguiu num êxito administrativo que ironicamente, iria marcar mais fundo seu fracasso político. Na ditadura, a Questão Regional, enquanto tal, deixou de existir e foi rebaixada a planos administrativos, banhados em crocodílicas lágrimas de generais-presidentes nas épocas das secas. Entre um regime carente de legitimidade e políticos faltos de representatividade, os planos regionais foram abastardados como moeda de troca que, de um lado, ajudava a manter a fachada das instituições representativas e, de outro, a fazer de conta que o regime era racional, para lograr empréstimos e financiamentos dos Bancos Mundiais e Interamericano de Desenvolvimento. Assim, a ditadura obtinha recursos externos para financiar a expansão capitalista onde lhe interessava, utilizava-os para tratar dos problemas de balanço de pagamentos, e pagava aos politicóides locais com a moeda podre do novo clientelismo, como o álibi da promoção da desconcentração da renda na região mais miserável do país. Mas não se tratava de pacto, nem de negócio de ingênuos: o que estava em operação de todos os lados – Banco Mundial e Interamericano incluídos – era salgar a terra do Nordeste, para matar a erva daninha da subversão social (OLIVEIRA, 1993, p. 43).

A chamada “erva daninha da subversão social”, na ótica de Francisco de Oliveira, representa exatamente este outro lado da moeda que se completa e se justifica, econômica e politicamente, através do fracasso da estratégia de construção de uma hegemonia política brasileira a partir de São Paulo. A chamada “hegemonia inacabada” da região Sudeste do Brasil – vista por dentro do processo histórico de construção da busca pela “unidade nacional” – representaria o aniquilamento que viria a ocorrer, durante a década de 60 em diante, em relação à questão regional enquanto projeto ideológico de matriz desenvolvimentista e nacionalista. Ou seja, um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento regional atrelado a uma estratégia de construção da unidade nacional e um princípio ideológico de desenvolvimento estruturalmente equilibrado. Estando a mesma muito mais presente, daí em diante, enquanto discurso e prática conservadora com viés geopolítico com grande apelo ao clientelismo localista, o combate à “subversão social” e ao intervencionismo autoritário o qual viriam a constituir o cerne das supostas políticas de desenvolvimento regional brasileira a partir de 1964.

6 OS DEBATES SOBRE AS ORIGENS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROBLEMA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

Como pudemos verificar no capítulo anterior, o auge de nossas preocupações com a “questão regional” remonta ao final da década de 50 e início da década de 60 (CANO, 2000, p.21). Período o qual se começa a tomar uma maior consciência no Brasil (ao que tudo indica alimentado pelos primeiros dados das Contas Regionais⁴³), das disparidades regionais, e do grau de concentração industrial em torno do estado de São Paulo⁴⁴. A crise do projeto nacional-desenvolvimentista que se aprofunda no início da década de 60, não por um acaso, se apresenta de forma associada ao período de mudança de rumos na política de desenvolvimento regional no país (OLIVEIRA, 1993). Como vimos, o debate mais intenso sobre a *questão regional* na obra de Celso Furtado se inicia também ao final da década de 50, marcado por uma herança acadêmica e política intimamente relacionada ao debate sobre desenvolvimento nacional e ao processo de industrialização brasileira então em curso. Depois do golpe militar de 1964 – e da mudança de rumos na concepção sobre política de desenvolvimento imposta pelo governo militar –, o debate sobre a questão regional muda de figura de maneira muito clara. Acompanhando, por um lado, o ritmo dos debates sobre a crise do modelo de substituição de importações e suas repercussões em nível das economias regionais, e, por outro, seguindo o rumo das estratégias de desenvolvimento nacional por um viés de política focada num movimento de modernização conservadora do país.

Profundamente influenciada pelo ambiente pró-industrialização e pela euforia desenvolvimentista do período JK (1956-1960), o debate sobre a *questão regional* se intensifica no final da década de 50, portanto, como um contraponto e um complemento político e teórico importante em relação ao debate sobre política de desenvolvimento nacional então em marcha – na medida em que ressalta a preocupação no que diz respeito ao crescimento das disparidades regionais oriunda do processo de concentração industrial fortemente estimulado durante o Plano de Metas.

⁴³ De acordo com Wilson Cano: “a primeira publicação das contas nacionais do Brasil, sem discriminação regional, encontra-se na *Revista Brasileira de Economia*, n.51. A primeira apresentação dos dados regionais foi dada no número de dezembro de 1952, com informações referentes aos anos de 1950 e 1951” (CANO, 2000, nota de rodapé, p.21).

⁴⁴ O Censo de 1960 indicava que cerca de 56% da produção industrial brasileira, no início da década de 60, localizavam-se no Estado de São Paulo (apud CANO, 2000, p.21).

É neste momento, portanto, que se torna latente a necessidade de um direcionamento das pesquisas acadêmicas no que diz respeito à melhor compreensão teórica das causas mais profundas da formação histórica de nossas disparidades regionais. É nesse momento que Celso Furtado se torna, também, a principal expressão teórica e interpretativa da *questão regional* brasileira. Isto se torna explícito na medida em que o mesmo consegue expressar e responder algumas das grandes inquietações do momento, valorizando a dimensão regional da formação histórica brasileira com um enfoque voltado para uma interpretação sobre uma suposta dualidade de nossa formação econômica.

Uma obra concebida a partir de uma explicação fortemente influenciada pela teoria estruturalista de matriz cepalina, ressaltando a preocupação com a formação de uma dualidade estrutural que se formaria por dentro das relações econômicas que orientam o funcionamento da economia brasileira desde o período colonial. Dualidade que, segundo o mesmo, seria responsável em última instância por desajustes estruturais que se manifestariam na forma de desequilíbrios regionais. Uma compreensão histórico-estruturalista que privilegia uma interpretação das dinâmicas econômicas nacionais em sua relação de complementaridade e dependência econômica em relação à dinâmica do mercado internacional. Condições estruturais que acabariam por configurar a formação econômica de diferentes complexos econômicos regionais com pouca interação entre si, e fundamentalmente voltados para o abastecimento do mercado internacional de produtos primários e agrícolas. Uma realidade que passa a ser considerada à época – orientada por uma concepção geral cepalina – como uma condição de pouco valia em termos da formação de uma economia nacionalmente integrada e impulsionada a partir de uma lógica de mercado mais condizente com as suas necessidades mais prementes de progresso tecnológico necessário para o desenvolvimento nacional.

Foi essa obra integrada metodologicamente que permitiu, portanto, a Celso Furtado uma maior vinculação do debate sobre a questão regional em relação ao debate teórico e político mais amplo sobre o tema do desenvolvimento nacional e os limites e dificuldades do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil (VIEIRA, 2007). Com uma interpretação histórica do processo de desenvolvimento nacional marcada por um forte viés regionalista, a obra de Celso Furtado serviu, portanto – do ponto de vista heurístico e interpretativo –, como elemento síntese de explicação do processo histórico de desenvolvimento de nossas disparidades regionais. Disparidades as quais, por sua vez, eram

vistas em estreita correlação com o debate sobre a origem do processo de desenvolvimento industrial no país. Uma perspectiva que não poderia deixar de ressaltar, por isso, os limites históricos que as estruturas econômicas regionais brasileiras impunham ao processo histórico de desenvolvimento industrial do país. Processo que, segundo Furtado, se desenrolaria e se aprofundaria de maneira autônoma, e a partir principalmente do choque externo ocasionado pela crise do setor exportador brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial e a crise de 30. Crises as quais haviam desencadeado uma dinâmica de industrialização que ficará conhecida – como vimos em capítulos anteriores – como industrialização por substituição de importações.

É no período entre o final da década de 50 e início da década de 60, portanto, que o tema do desenvolvimento nacional aliado à questão das desigualdades regionais – e à compreensão da complexidade e limites do processo de industrialização por substituição de importações – aparece de forma articulada na obra de Celso Furtado. O advento da questão regional aparece, neste sentido, muito bem respaldado e articulado com o restante da discussão sobre desenvolvimento nacional. Tanto do ponto de vista da consistência teórica interna (baseada no debate estruturalista de inspiração cepalina), quanto do ponto de vista do engajamento político relativo ao enfretamento efetivo e programático da questão regional no Brasil. Baseados, portanto, na obra e na iniciativa política de Celso Furtado, o debate sobre a questão regional assume nesse momento o *status* de questão de interesse nacional. É nesse período que se começa a vislumbrar finalmente um amadurecimento institucional e uma explicação histórica consistente para o aprofundamento da desigualdade inter-regional brasileira. Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma perspectiva política concreta para a sua superação por meio de uma estratégia de industrialização mais equilibrada no país. Realidade esta a ser superada, e que, segundo Furtado, seria fruto, em última instância, da forma pela qual a economia brasileira havia se inserido na dinâmica da divisão internacional do trabalho no final do século XIX e início do século XX. Uma dinâmica autônoma que ocasionou um aprofundamento dos desequilíbrios regionais e uma forte concentração do processo de industrialização na região Centro-Sul do país.

É tendo em vista estes desdobramentos, aqui resumidos, que, em seguida, analisaremos com um pouco mais de detalhe os elementos teóricos centrais que orientam a interpretação clássica de Furtado. Assim como seu desenrolar em relação ao processo histórico de

desenvolvimento industrial brasileiro e o tema das desigualdades regionais no Brasil. O objetivo aqui, portanto, será demonstrar teoricamente um forte teor de articulação teórica e política entre os temas das desigualdades regionais e o projeto nacional-desenvolvimentista da década de 50 e 60 no Brasil. E para isso será imprescindível uma volta ao debate furtadiano a respeito das origens das desigualdades regionais no Brasil, assim como sua relação com o processo histórico de desenvolvimento industrial do país.

6.1 A MUDANÇA DO EIXO DINÂMICO E OS MOTIVOS DO APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS BRASILEIRAS: A INTERPRETAÇÃO DE CELSO FURTADO

Como vimos anteriormente, foi através das obras de Celso Furtado do final da década de 50 e início da década de 60, que pela primeira vez a questão das disparidades regionais no Brasil aparece analisada de forma sistemática e a partir de um forte viés histórico baseado em uma matriz teórica de natureza estruturalista e cepalina. A obra de Celso Furtado tinha, neste sentido, como um de seus objetivos principais – para além do estudo mais geral das causas histórico-estruturais do subdesenvolvimento brasileiro –, avaliar o processo de constituição histórica das disparidades regionais e suas respectivas formas de inserção diferenciadas dentro da dinâmica do sistema capitalista mundial. Foi a partir de *Formação Econômica do Brasil* (1959) e do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) – chamado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (1959) –, portanto, que de forma mais clara se pôde apresentar uma interpretação teórica estruturalista associada a uma proposta efetiva de superação do processo de formação das disparidades regionais brasileiras. Problemática que, por sua vez, como visto no capítulo 2, não estava dissociada de uma discussão mais ampla sobre o processo de desenvolvimento industrial brasileiro como um todo. É com um olhar sobre a formação histórica do subdesenvolvimento brasileiro, portanto, que Furtado busca compreender a formação da estrutura heterogênea – e, por isso, subdesenvolvida – a qual, segundo ele, havia se configurado a realidade histórica regional, e a herança que abarcaria estruturalmente a economia brasileira desde o fim do período colonial. Uma realidade que, até então, estava concomitantemente condicionando a dependência externa do país e submetendo as diferentes regiões exportadoras brasileiras ao subjugo da dinâmica do mercado internacional comandado pelos países centrais.

Para Celso Furtado, seria somente a partir do final do século XIX e primeira metade do século XX, que teria começado a se constituir no Brasil um processo de transformação estrutural a qual seria a responsável por um desembocar posterior – mais especificamente a partir do final da Primeira Guerra Mundial, e posteriormente com a crise de 1930 – numa mudança do eixo dinâmico da economia brasileira, no sentido da formação de um mercado interno razoavelmente articulado e integrando várias das regiões do país. Regiões consideradas como compondo, até então, uma espécie de *arquipélago de ilhas regionais* voltadas, quase que exclusivamente, para o abastecimento do mercado externo, e com pouquíssima articulação econômica entre si⁴⁵. O auge do processo de integração nacional, portanto, segundo interpretação furtadiana, se concentra na análise do período posterior à crise de 1929. Teria sido durante o período de crise e recuperação da economia brasileira após a crise de 1929, que, segundo Celso Furtado, o centro de decisão econômica do país teria passado a se direcionar de forma definitiva para o eixo do mercado interno – com o fortalecimento do processo de industrialização estimulada pela manutenção do nível de renda gerada pela política de valorização do café (FURTADO, 1959a). Daí em diante, o chamado modelo de industrialização por substituição de importações, impulsionado pelas crises externas, tenderia cada vez mais a se aprofundar com base na formação de um mercado interno calcado na integração comercial das diversas regiões exportadoras brasileiras, e sob o júbilo do pólo dinâmico e industrializado da antiga região cafeeira no Estado de São Paulo.

O problema, do ponto de vista regional, no entanto, se inicia com a perspectiva de que “se, pela metade do século [XX], a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. Na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda” (FURTADO, 1987, p. 237-238). Uma concentração regional que, aos olhos do próprio Furtado, uma vez iniciado teria sua reversão espontânea praticamente se tornada impossível. Um movimento de concentração que, segundo o mesmo, poderia levar ao temor de que o

⁴⁵ Para Celso Furtado, esta diversidade regional e seu principal corolário: a falta de constituição de um mercado interno bem constituído representou uma das principais mazelas de nossa formação histórica, na medida em que ajudou a constituir historicamente um todo econômico nacional desarticulado inter-regionalmente e fundamentalmente dependente dos ditames da exportação de produtos agrícolas e extrativistas produzidos regionalmente. A falta da constituição de um mercado interno capaz de alavancar a industrialização do país, até a primeira metade do século XX, representou, portanto, aos olhos de Celso Furtado, um dos grandes motivos do atraso de nosso processo de desenvolvimento nacional.

crescimento intenso de uma região fosse a contrapartida da estagnação de outras (FURTADO, 1987, p. 239). Como avalia o famoso documento do GTDN: “a disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional” (GTDN, 1977, p. 293).

Neste sentido, um dos grandes problemas que decorre como desdobramento da disparidade regional em termos de níveis de renda, está na formação institucional de um sistema econômico com características desiguais e com baixa capacidade de geração de um mercado consumidor amplo, e com capacidade de alavancar e criar as condições estruturais para as próximas etapas do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Características que, com o tempo, segundo Furtado, tenderiam a se ampliar se conduzido pela livre força do mercado, aprofundando as desigualdades regionais e dificultando o processo de desenvolvimento nacional. Como afirma o mesmo em outro trecho do famoso relatório do GTDN:

Como os processos econômicos desse tipo são cumulativos e de difícil reversão, cabe deduzir que a solução do problema nordestino enfrenta obstáculos que se irão avantajando com o tempo. A experiência histórica indica que as desigualdades regionais de níveis de vida, quando assumem características de sistemas econômicos isolados, tendem a institucionalizar-se: os grupos sociais das economias de mais elevado padrão de vida tendem a articular-se na defesa dos níveis de salário e da própria estrutura do mercado criada por esses níveis salariais. A persistirem as tendências atuais, há o risco real de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos já existentes no território nacional, e de que surjam áreas de antagonismo nas relações entre os mesmos (GTDN, 1977, p. 294).

Foi a partir, portanto, do relatório do GTDN e da influência determinante da figura pessoal de Celso Furtado, que pela primeira vez o debate teórico sobre as origens do processo de industrialização brasileira – e suas possíveis conseqüências em termos da criação e recriação de desigualdades regionais – vem à tona de forma intelectualmente organizada e a partir de uma interpretação coerente com os anseios de um projeto de natureza desenvolvimentista no Brasil. Um debate que, em última instância, começa a se voltar, a partir da década de 60, para uma tentativa de explicar as causas das disparidades regionais brasileiras associadas ao processo histórico de industrialização do país (CASTRO, 1988). Da tese inicial de Celso Furtado (1959) – ligado diretamente ao paradigma cepalino do modelo de

industrialização por substituição de importações –, advém a partir das décadas de 60 e 70, uma série de outras interpretações teóricas que iriam alterar o panorama geral do debate político e intelectual em torno da questão regional e do processo de industrialização brasileiro. Um leque amplo de perspectivas que (entre outras coisas) estiveram também fortemente ligados à tentativa de explicar, *a posteriori*, as causas das desigualdades regionais, assim como de sua relação com a origem do processo histórico de industrialização no Brasil.

6.2 AS CONTROVÉRSIAS SOBRE A ORIGEM DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O debate sobre a origem do processo de industrialização no Brasil tem na década de 70 seu momento de maior efervescência. Um período no qual se realizou uma série de estudos com o intuito de se reavaliar criticamente algumas das principais teses apresentadas originalmente por Celso Furtado. Foi com base na crítica à chamada “teoria dos choques adversos” – e na idéia do modelo de substituição de importações compreendido por Furtado como impulsionado de forma aleatória e ocasional a partir da política de valorização do café – que boa parte da literatura especializada no debate sobre a origem da indústria no Brasil se volta, na década de 70, com o objetivo de refutar algumas das idéias principais de inspiração cepalina que havia se tornada hegemônica durante boa parte do período áureo do nacional-desenvolvimentismo no Brasil.

Foi, portanto, partindo de uma postura crítica inicial em relação ao modelo cepalino e furtadiano tradicional, que uma série de interpretações viriam trazer na década de 70 novas análises sobre os fatores que teriam supostamente criado em momentos de auge do setor exportador as condições históricas e estruturais que teriam tornado favoráveis o desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil. Por esse novo ponto de vista, a análise de Furtado passou a ser vista como superficial e limitada; por não levar em consideração o papel positivo do ciclo de expansão das atividades exportadoras como fonte também de dinamismo do processo industrial brasileiro em sua origem. Um dos pontos centrais do debate, neste sentido, se inicia a partir das evidências empíricas apontadas por Warren Dean (1976), sobre as quais o mesmo anuncia que mesmo antes da Primeira Guerra Mundial (e da crise da economia cafeeira na década de 30), já se conseguia encontrar – sobretudo na região Sudeste do Brasil – um significativo número de indústrias que haviam

sido originalmente impulsionadas pela expansão das exportações do setor cafeeiro. Um dinamismo que, por sua vez, teria sido prejudicado – e não impulsionado como era de interpretação comum na obra de Celso Furtado – posteriormente com o advento da Primeira Guerra Mundial. Uma hipótese que soa diametralmente oposta à posição original de Furtado; o qual havia concebido a existência da indústria brasileira anterior à Primeira Guerra Mundial, como uma indústria ainda incipiente e reflexa⁴⁶.

Desta avaliação crítica inicial – feita por autores como Dean (1976)⁴⁷, e depois Nicol (1974) Peláez (1972) e Leff (1982)⁴⁸ – uma série de novas hipóteses e interpretações teóricas surgem tentando dar conta da suposta relação positiva que parecem se apresentar de maneira clara entre o crescimento econômico do setor exportador cafeeiro (anterior a Primeira Guerra Mundial), e o processo de desenvolvimento industrial principalmente na região do Estado de São Paulo. Da revisão inicialmente proposta principalmente por Dean (1976) e Pelaez (1972), surgiria, portanto – ainda na década de 70 –, duas novas interpretações de grande importância para o debate sobre a origem da indústria no Brasil⁴⁹.

Na primeira delas, desenvolvidas por autores como Silva (1976) Mello (1975), Tavares (1974) e Cano (1977), a importância do setor cafeeiro para o crescimento industrial passa a ser vista como atrelada ao favorecimento do processo mais geral de acumulação de capital dentro de um contexto geral de expansão do chamado “complexo cafeeiro paulista” (CANO, 2000). A idéia do “complexo cafeeiro paulista” surge aqui, portanto, como uma nova categoria teórica criada com o objetivo de dar conta de uma realidade econômica considerada diferenciada. Uma realidade aonde, segundo os mesmos, não seria possível dissociar completamente a dinâmica do crescimento e da expansão do setor exportador cafeeiro do desenvolvimento do capitalismo industrial em realidades econômicas dependentes e periféricas como seria o caso do Brasil. Uma nova categoria teórica que supostamente nos permitiria adquirir melhores condições de visualizar o processo dinâmico de desenvolvimento industrial brasileiro como uma etapa efetivamente posterior e avançada de uma lógica interna de desenvolvimento de um certo tipo de capitalismo periférico; o chamado “capitalismo

⁴⁶ De acordo com tese inicial de Celso Furtado, previa-se a existência de um processo de industrialização anterior à década de 30; mas não no sentido de afirmar a existência de um dinamismo industrial próprio – independente do setor exportador. Algo que só viria a acontecer a partir da década de 30, com o início do processo de substituição de importações.

⁴⁷ A edição em inglês da obra de Warren Dean (datada de 1969), foi publicada em português em 1976.

⁴⁸ Ver Suzigan (2000, p. 30-34).

⁴⁹ Para uma resenha completa do debate sobre a origem da indústria no Brasil, ver Suzigan (2000, cap 1).

tardio” (MELLO, 1982). Ou seja, como um resultado de uma dinâmica histórica que havia gerado um processo de industrialização com características próprias, e calcado inicialmente numa dinâmica de interdependência entre o setor exportador cafeeiro e o setor industrial – o chamado período de “nascimento e consolidação do capital industrial” (MELLO, 1982). Num período de pleno crescimento e desenvolvimento das exportações do café, como afirma Suzigan (2000):

Nesse contexto [década de 1880], o capital industrial é visto como uma extensão do capital cafeeiro e como parte do “complexo exportador de café”, o qual inclui a produção e o processamento do café, o sistema de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), o comércio de importação e exportação e os serviços bancários. Afirma-se que o “vazamento” de capital cafeeiro para a indústria ocorreu durante o período de expansão das exportações (SUZIGAN, 2000, p. 36).

Em uma outra linha de raciocínio – não necessariamente antagônica à tese do “capitalismo tardio”, mas que prioriza aspectos teóricos diferenciados em relação a este último –, a importância das políticas governamentais anteriores à década de 30 são vistas, também, como um fator de forte estímulo para o sucesso do empreendimento industrial brasileiro. Dessa terceira vertente do debate – de acordo com conhecida classificação de Susigan (2000) –, podemos destacar o trabalho de Versiani & Versiani (1977), o qual veio primeiramente “contestar a afirmação, usualmente encontrada na historiografia brasileira, de que o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial no período anterior a 1930 foi mínimo ou não significativo” (SUZIGAN, 2000, p.41). Os argumentos básicos de Versiani & Versiani (1977) se baseiam, portanto, na hipótese de que a proteção alfandegária exerceu um papel dos mais importantes para o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão em um período anterior à Primeira Guerra Mundial. Chegando, inclusive, a sugerir que “a proteção alfandegária não era ‘[...] um mero subproduto de um sistema tarifário de orientação fiscal’ mas pode ter sido ‘[...] também um objeto intencional da política de tarifas” (VERSIANI; VERSIANI apud SUZIGAN, 2000, p. 42)⁵⁰.

Para Villela & Suzigan (2001), no entanto, ao contrário da hipótese apresentada por Versiani & Versiani (1977), “não houve no Brasil, até 1945, uma política com um conjunto

⁵⁰ Da literatura sobre a intencionalidade das políticas governamentais no que diz respeito ao processo de industrialização brasileira, podemos também chamar atenção para os trabalhos de Pedro Fonseca (1999, 2006) sobre a intencionalidade da política econômica durante o primeiro e segundo períodos de governo Vargas.

coordenado de medidas capazes de incentivar o desenvolvimento industrial” (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 70). Para eles, os impactos das políticas governamentais neste período devem ser vistos de forma mais pontual, e bem menos significativos em termos da explicação do processo de industrialização quando avaliados por um ponto de vista histórico mais amplo. Esta relativização do debate sobre o grau de importância dos estímulos governamentais para o desenvolvimento industrial brasileiro, no entanto, não tem o sentido de buscar minimizar a importância que a atuação governamental eventualmente possa ter tido em termos de um papel relevante enquanto instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento industrial da região cafeeira no Brasil. Muito pelo contrário, o papel do Estado durante o processo de industrialização ainda é tido como um argumento forte no seio das interpretações mais importantes até hoje consideradas relevantes sobre a origem da indústria no Brasil. Mesmo para aqueles que como Villela e Suzigan (2001), relativizam a sua importância enquanto fator determinante para o deslançar do processo de industrialização no Brasil, a perspectiva do papel do Estado enquanto agente central do processo não é descartada.

A importância de todo este debate, no entanto, vai muito além de uma simples constatação a respeito dos limites da interpretação cepalina a respeito da origem do processo de industrialização no Brasil. O que ainda deve ser melhor explicitado sobre esta questão, a nosso ver, portanto, é o sentido mais profundo que alimenta as preocupações deste período a respeito de quais teriam sido afinal os motivos fundamentais que geraram o insucesso do modelo de industrialização brasileiro? E quais seriam os principais caminhos a serem seguidos daí em diante? É tendo em vista estes desdobramentos do debate teórico brasileiro durante a década de 70, que podemos salientar a importância geral que as novas interpretações tiveram para uma melhor compreensão da dinâmica do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil. Do ponto de vista teórico relacionado à questão regional, as novas questões levantadas pelos críticos da visão estrita da *teoria dos choques adversos*, representaram um marco em termos da tentativa de se fazer uma avaliação mais detalhada e rigorosa sobre as causas gerais que poderiam ser consideradas como principais responsáveis pelo processo histórico de industrialização e concentração regional da indústria brasileira em torno da região do Estado de São Paulo.

A partir desse momento, não sem motivos, começou-se a discutir em termos acadêmicos uma série de possíveis variáveis que poderiam ser mais ou menos relevantes para

a explicação inclusive dos motivos de tão concentrado processo de industrialização nacional. Muitos autores, nesse sentido, passaram a levar em consideração a importância também de se avaliar o impacto das políticas governamentais e dos processos históricos enquanto instrumentos para interpretar teoricamente o significado dos vários “surtos industriais” brasileiros anteriores à década de 30 – mais especificamente nos períodos da última década do século XIX e entre os anos de 1903-1913. Uma contribuição que nos trouxera, sem dúvida alguma, importantes elementos de análise de grande relevância no que diz respeito à busca de uma interpretação mais acurada do ponto de vista da compreensão historiográfica sobre as causas fundamentais da origem do processo de industrialização brasileiro. Assim como de seus limites estruturais mais profundos os quais já haviam se feito presentes inclusive durante a crise econômica que acabaria por selar a decadência dos ideais nacional-desenvolvimentistas a partir do início da década de 60.

6.3 OS DEBATES SOBRE OS LIMITES E DEFICIÊNCIAS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

No que diz respeito ao caso específico da comparação da experiência do café em São Paulo e da borracha na Amazônia (de interesse específico para o nosso trabalho), os dados apresentados por Cano (2000) nos indicam que as exportações da borracha representaram, como um todo, no período do final do século XIX e início do século XX (mais especificamente entre os anos de 1870 a 1920), algo em torno de 45% das exportações cafeeiras⁵¹. Uma cifra significativa, principalmente se comparada com os resultados posteriores, e as diferenças em termos de dinâmicas de industrialização que foram geradas nas respectivas regiões de influência das duas atividades. Uma realidade que indica que a produção industrial de São Paulo havia crescido de uma proporção de 15,9% para 31,5% em termos do total da indústria nacional, entre os anos de 1907 e 1920. Ao mesmo tempo em que a produção industrial da Amazônia havia caído de uma proporção 4,3% para 1,3% ao longo do mesmo período⁵². Experiência contrastante que exigia algum tipo de explicação mais sofisticada.

⁵¹ Este resultado representa a proporção da soma das exportações de borracha em relação ao café durante esse meio século (1970-1920) (ver CANO, 2000, p. 101).

⁵² Estes dados são provenientes do censo industrial de 1907 e 1920, também apresentados na tabela 61 do Apêndice Estatístico em Cano (2000, p. 310).

Um dos principais fatores considerados como sendo o principal motivo que teria ocasionado tão fraca capacidade de geração endógena de uma dinâmica econômica mais industrialista na região amazônica (visto em sua condição de comparação em relação à região cafeeira de São Paulo), foi o regime de comercialização, característico de produção extrativa da borracha, e que era baseada em grande parte no chamado sistema de aviamento (CANO, 2000, p. 101). Regime o qual, segundo interpretação de Wilson Cano, havia limitado sobremaneira o crescimento da renda monetária interna e o desenvolvimento de um mercado consumidor de bens industriais dentro da própria região amazônica. Fator que, sem dúvida alguma, também havia favorecido uma maior transferência de excedente para o setor exportador-importador; em sua maior parte composta por firmas estrangeiras com quase nenhuma capacidade de geração de renda monetária e transferências de efeitos multiplicadores para dentro da economia local.

No entanto, é com base na tese mais ampla e comparativa em relação ao caso da formação do complexo cafeeiro paulista – que ressaltam a falta de condições estruturais (mercado de trabalho, infra-estrutura e etc.) e relações de produção adequadas para o pleno desenvolvimento do capitalismo na Amazônia –, que autores como Cano (2000) procuram dar razões mais profundas e estruturais que pudessem justificar o fracasso industrial da experiência da borracha em comparação com o sucesso da industrialização da região de São Paulo. Segundo esta clássica interpretação de Wilson Cano, portanto, teria sido durante o período do auge do café (final do século XIX e início do século XX) que começariam, efetivamente, a ocorrer uma série de alterações estruturais que permitiram à região cafeeira (mais diretamente localizados no que hoje se encontram os limites territoriais do Estado de São Paulo), a se transformar posteriormente no epicentro do processo de industrialização do país⁵³.

Ainda segundo Cano (2000), teria sido o caráter equilibrado da economia paulista e a constituição de sua infra-estrutura de transportes e formação de um mercado de trabalho razoavelmente estruturado, os principais responsáveis pelos estímulos econômicos especiais que levariam à concentração do processo de desenvolvimento industrial brasileiro em torno da

⁵³ Entre estas mudanças estão o fim da escravatura e sua conseqüente liberação de mão-de-obra escrava; a vinda de imigrantes (principalmente italianos) que serviram posteriormente tanto como mão-de-obra para a indústria como enquanto empresários financistas e industriais capacitados para gerir o processo de industrialização da região de São Paulo; a infra-estrutura (estradas de ferro) de fundamental importância para o processo de integração entre as regiões cafeeiras e o interior do estado de São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

antiga região cafeeira. Cano admite, no entanto, em seguida, que a posterior integração do mercado nacional – como havia sugerido Celso Furtado – também representaria um fator de estímulo que havia potencializado ainda mais estas disparidades já acumuladas (daí a justeza relativa da “questão regional” tratada por Furtado a partir da década de 30), o que passou a inviabilizar completamente o surgimento de novas indústrias em regiões periféricas.

Neste aspecto específico, teria sido, portanto, o processo de integração do mercado nacional – por meio principalmente de sua integração física através da construção de estradas como a Belém-Brasília –, um dos principais responsáveis pelo processo de aprofundamento das desigualdades regionais impulsionadas pela intensificação do processo de concentração industrial já em curso e concentrado em torno da antiga região cafeeira. Situação que teria favorecido as condições de competitividade da indústria paulista por meio da queda no seu custo de transporte, aumentando sobremaneira as condições reais e institucionais de suas condições de competitividade em relação ao abastecimento industrial de regiões periféricas, antes isoladas. O que fez com que esta indústria paulista, a partir de então, entrasse em um processo de fortalecimento de sua posição inicial – inicialmente adquirida durante o ciclo de expansão do café – e, com isso, ao mesmo tempo, enfraquecendo a capacidade de competição dos segmentos comerciais e industriais ainda incipientes, e oriundos de regiões periféricas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Para Weinstein (1993), no entanto, a ausência do Estado enquanto agente interventor de uma política mais consistente de estímulo ao processo de industrialização na Amazônia, também representou um fator de grande importância para a explicação do fraco desempenho industrial desta região durante o mesmo período:

...a intervenção dos governos provincial e federal, primeiro para subsidiar a mão-de-obra imigrante e depois para garantir os preços em períodos de super-produção, foi essencial para a sobrevivência da economia cafeeira de São Paulo. Em contraposição, o negócio da borracha recebeu relativamente pequena assistência ou interferência do setor público, o que, pelo menos em parte, explica os resultados diversos dessas duas expansões de exportações. Para o bem ou para o mal, a inação do Estado em face do negócio da borracha reduziu o potencial de transformação da economia Amazônica (WEINSTEIN, 1993, p.18).

Foi também com base em uma perspectiva que privilegia o papel do Estado – enquanto instrumento capaz de canalizar recursos cambiais e fiscais em direção a região cafeeira –, que

Santos (1980), procura defender a hipótese de que a exportação da borracha haveria criado historicamente condições fundamentais para o desenvolvimento industrial de São Paulo, mais especificamente no período dos surtos industriais da primeira década da República, e no período que vai de 1903 a 1913 (SANTOS, 1980, p. 286). Neste sentido, Roberto Santos se aproxima muito do argumento de Celso Furtado sobre o caso nordestino (presente no relatório do GTDN) quando afirma que a exportação de borracha no início do século representou uma importante fonte de acumulação de divisas para a economia brasileira, favorecendo o processo de industrialização de São Paulo. De uma forma geral, portanto, não podemos esquecer que o argumento de Roberto Santos passa – como não poderia deixar de ser – pela influência marcante dos debates sobre a origem da indústria em Celso Furtado, e que prosseguem durante a década de 70 e início da década de 80. E que, como vistos, tratam de ressaltar a importância do período de crescimento e expansão do setor exportador cafeeiro enquanto período considerado de fundamental importância para a criação de condições que se tornariam favoráveis para o deslançar do processo de industrialização do Estado de São Paulo.

Foi com base, portanto, na perspectiva, entre outros, de Villela e Suzigan (1973) – no que diz respeito à importância do período de auge do setor exportador para a explicação da origem do processo de industrialização no Brasil – que Santos (1980) procurou avaliar a importância que as exportações de borracha no período correspondente aos surtos de industrialização – concomitantemente a alguns períodos de queda nas exportações do café –, teriam tido para a manutenção de nossa capacidade de importar. Situação a qual, por sua vez, teria sido – presumidamente através da transferência de recursos cambiais muito próximos ao que teria acontecido na década de 50 com o Nordeste –, um dos elementos da maior importância enquanto garantia do nível de investimentos e ampliação da capacidade produtiva industrial na região cafeeira no período imediatamente anterior a Primeira Guerra Mundial⁵⁴. Argumento que podemos reproduzir facilmente a partir do seguinte trecho:

Durante os anos de 1898 a 1908, quando as exportações do café sofreram contração no valor total, foi a borracha amazônica que compensou em boa parte o declínio. Há muito pouca dúvida, se tanto, de que o aumento rápido de

⁵⁴ Para Villela e Suzigan (1977) – citado por Santos (1980), e referenciado como sustentando hipótese inicialmente desenvolvida por Dean (1976) (ver Santos, nota de rodapé p. 289, 1980) – “tudo faz crer que foi o extraordinário aumento na capacidade da produção industrial até 1913 que tornou possível o aumento da produção industrial no período de guerra, erroneamente classificado por muitos autores como de rápida industrialização” (VILLELA; SUZIGAN, apud SANTOS, p. 288-289, 1980).

formação de capital nesse período, e portanto da industrialização do sul do Brasil se tenha devido às poupanças cambiais geradas pela borracha. [...] A forte presunção de que as exportações da borracha financiaram parte das aquisições de bens de capital ao exterior se baseia em que o comércio externo da Amazônia foi invariavelmente superavitário entre 1901 e 1915, com uma provável e única exceção no ano de 1913 (SANTOS, 1980, p. 290-291)

De acordo com Roberto Santos, portanto, a exportação de borracha da Amazônia havia favorecido o processo de industrialização na região cafeeira de São Paulo na medida em que o saldo do setor exportador da borracha passou a ser um importante fator gerador de divisas responsável pelo favorecimento do incremento do volume de importações de bens de capital no período anterior à década de 30. Foi, portanto, influenciado por Villela e Suzigan (1977) e Celso Furtado (1959), que Roberto Santos, a nosso ver, procurou desenvolver seu argumento a respeito do papel do setor exportador da borracha amazônica para o desenvolvimento industrial do país. Pelo menos, estas são as referências mais explícitas que aparecem em seu estudo de 1980, e em outros ensaios publicados em revistas e capítulos de livros posteriormente escritos. O que, no entanto, ainda falta ficar claro nesta interpretação mais geral de Roberto Santos, é a explicação para o porquê desse investimento em bens de capital e industrialização – através da importação de máquinas e equipamentos – não terem sido direcionados para um maior desenvolvimento industrial dentro da própria região amazônica. E nesse sentido, cremos que essa lacuna seja hoje em boa parte respondida pela ampla literatura que trata da questão da origem do processo de industrialização no Brasil.

Existem hoje vários elementos que podem ser considerados como fazendo parte de um amplo leque de variáveis consideradas responsáveis por esse fraco desempenho industrial na antiga região gomífera. Entre eles, podemos novamente citar a já referida falta da constituição de um mercado interno capaz de absorver um processo de industrialização na região. Em um outro sentido, a falta de infra-estrutura é outro fator constantemente citado enquanto importante elemento inibidor do desenvolvimento industrial da região. Em terceiro lugar, teríamos a atomização do excedente entre as várias firmas e intermediários aviadores que pouco representavam em termos de geração de efeito multiplicador interno. Por fim teríamos o que muitas vezes é considerado como sendo o resultado da falta de um suposto espírito empreendedor industrialista presente em uma suposta tradicional cultura e mentalidade mercantil própria das elites gomíferas da Amazônia.

Fica claro, no entanto, que o argumento da precariedade das relações de produção (economia do aviação) e seu baixo efeito sobre a criação de uma economia monetária capaz de responder pela constituição de um mercado interno pulsante, parecem ser os principais fatores que teriam sido considerados ainda hoje como os principais responsáveis pelos baixos efeitos multiplicadores em termos de industrialização por parte do setor exportador da economia da borracha na Amazônia entre o final do século XIX e início do século XX. Como afirma Nelson Prado Alves Pinto:

No final do século XIX a quase totalidade dos recursos produtivos da região estava comprometida unicamente com a atividade extrativa/exportadora. A inexistência de uma concentração demográfica apreciável, sua baixa renda, a precariedade dos transportes e, principalmente, um sistema de relações de produção (aviação) que induzia a exportação maciça do excedente gerado pela atividade extrativista, completavam um quadro onde a manutenção e desenvolvimento de um setor manufatureiro local não poderia ter lugar (PINTO, 1984, p. 71)

A percepção da precariedade de condições econômicas e de infra-estrutura locais, enquanto empecilho para o desenvolvimento de um mercado interno que pudesse vir a responder aos estímulos mais significativos gerados pelo setor exportador; tem sido tratada, sem dúvida alguma, como a principal causa institucional para a falta de criação de condições para o surgimento de um dinamismo industrial na Amazônia durante todo o período do auge da borracha. No entanto, cremos que um estudo mais rigoroso do ponto de vista empírico está ainda por ser feito. A importância das variáveis político-institucionais e dos favorecimentos das políticas de valorização do café em detrimento de uma decisão política mais efetiva de valorização da economia da borracha, como salientado por Weinstein (1993), a nosso ver, não devem ser negligenciadas. As regras institucionais do federalismo brasileiro vigente durante o período da primeira república, não devem ser marginalizadas quando da tentativa de comparar o sucesso de industrialização dessas duas experiências regionais. Neste sentido, achamos que novos estudos empíricos precisam ser feitos com o intuito de esclarecer de modo mais específico o papel das variáveis institucionais enquanto ingredientes para a explicação das causas do baixo dinamismo industrial da Amazônia durante o período do auge da borracha⁵⁵.

⁵⁵Mais recentemente, estudos encabeçados por Costa (2010) têm apontado nesta direção, ao considerarem a importância dos estudos de natureza institucional enquanto elemento constitutivo também da dinâmica econômica da Amazônia.

6.4 A PERSPECTIVA CRÍTICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CONTROVÉRSIA SOBRE OS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DA ESTRATÉGIA DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL

Uma das teses mais difundidas na literatura sobre a questão regional brasileira na década de 70 é a defendida pelo economista e sociólogo Francisco de Oliveira (1977; 1993). Sua perspectiva se enquadra na análise do surgimento da questão regional como o resultado de uma etapa do processo de desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro em seu estágio de desenvolvimento orientado pelo capital monopolista. Por esse ponto de vista, a questão regional brasileira se mostra, desde o início, a partir de um viés completamente antagônico em relação ao perfil das análises cepalinas tradicionais mais focadas na observação de que a origem da questão regional estaria diametralmente associada ao problema da formação estrutural das desigualdades regionais no país. Para ele, as desigualdades regionais são o resultado de um processo de acumulação de capital que é por sua própria natureza, desigual e combinado. Neste sentido não existem dualidades que poderiam ser consideradas como as causas primárias da própria definição de nossos desajustes estruturais. É através da compreensão da interação do pólo dinâmico com o pólo atrasado (entendidos como dialeticamente compondo um movimento de acumulação de capital no país), que se constitui, em termos históricos, as condições de subdesenvolvimento da economia brasileira para Francisco de Oliveira.

Em *Elegia para uma Re(li)gião* (1977), Francisco de Oliveira nos alerta sobre a necessidade de entendermos a formação dos espaços regionais brasileiros de maneira não exclusivista ou isolada em relação à dinâmica global de desenvolvimento do sistema capitalista em seu nível interno de acumulação. Para ele, a configuração das regiões em seus mais diferentes perfis, ao longo da história, é o resultado de um processo de interação dialética aonde as mesmas são formatadas em sua interação com o desenvolvimento de uma forma especial de reprodução do capital, assim como de sua especificação da luta de classes em um espaço geográfico específico: os chamados *espaços regionais*. O resultado histórico que define as regionalizações está, assim, longe de ser motivado pela formação estrita da dinâmica interna dos complexos regionais, vistos de forma fragmentada e isolada – como era comum de se ver na tradição de interpretação teórica cepalina –, que priorizava os aspectos de

dualidade na compreensão do funcionamento da dinâmica da economia brasileira (OLIVEIRA, 1972). Para Francisco de Oliveira, ao contrário:

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. Tal especificidade é passível de determinação rigorosa, no contexto metodológico e teórico esposado por esta investigação (OLIVEIRA, 1981, p. 29).

A interpretação de Francisco de Oliveira ressalta por outro lado, também, a formação das desigualdades regionais brasileiras, como resultado de um processo histórico no qual o movimento interno de acumulação de capital alcança sua etapa monopolista. Etapa a qual a dinâmica de acumulação passa a organizar uma determinada forma de divisão regional do trabalho, alimentando uma lógica de acumulação de capital em nível estritamente nacional; e não mais apenas a partir de uma suposta dinâmica de acumulação que se impõe a partir de fora do país – como a interpretação cepalina pressupunha em sua análise tradicional da relação centro-periferia. De acordo com esta interpretação de Francisco de Oliveira, o movimento de acumulação do capital monopolista industrial brasileiro, que se torna hegemônico a partir de 1930, passa a impulsionar uma lógica de acumulação de capital que acaba por superar a tradicional organização espacial brasileira em forma de “arquipélago de ilhas regionais”, tal como havia sido apontada por Celso Furtado em textos anteriores. Movimento que redireciona a dinâmica de acumulação em favor da formação de um mercado nacional cada vez mais integrado. Forçando uma maior integração e estimulando uma dinâmica de acumulação interna aonde se busca fundamentalmente transformar o *equivalente geral do capital industrial* paulista em força motriz do processo de acumulação e homogeneização dos espaços regionais brasileiros como um todo. Neste sentido, a preponderância do capital industrial de São Paulo sobre os demais tipos de capitais comerciais e industriais de outras regiões periféricas (dentro da lógica de acumulação monopolista), se tornaria um processo que se coloca de forma quase inevitável em relação às tentativas, quase em vão, de reação política por parte das frações de capital comercial e industrial comandados, basicamente, por oligarquias oriundas de economias regionais menos desenvolvidas do ponto de vista do processo de acumulação industrial brasileiro em sua escala ampliada.

Ainda na introdução de sua obra de 1977, Francisco de Oliveira deixa claro, neste sentido, as repercussões que o conceito de região – o qual irá utilizar em suas investigações –, geram sobre as características da análise da questão regional brasileira. Para ele, o conceito de região que o mesmo irá utilizar, se fundamenta “*na especificidade da reprodução de capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral*” (OLIVEIRA, 1981, p. 27). Fica claro aqui, portanto, um conceito de região que vai muito além de sua identificação apenas como uma determinada delimitação geográfica (“estática”) ou de um processo de reprodução do capital que se explica por padrões estritamente localistas ou em termos focalizados apenas em aspectos físicos ou em sua relação estrutural com a dinâmica do mercado mundial⁵⁶.

Sendo assim, Francisco de Oliveira compreende a formação dos espaços regionais como um processo de interação dialética, amplo, no qual se constrói concretamente relações de produção e forças produtivas em níveis mais específicos; mas que, no entanto, nem por isso, deixam de estar atrelados a um processo de acumulação ampliada do capital em sua lógica de concentração e centralização que se orienta – como já nos foi salientado por Marx – por uma dinâmica de acumulação em escala nacional e internacional. Por outro lado, a abordagem de Francisco de Oliveira nos é inovadora aqui, também, por buscar refutar a época (em meados da década de 70) a idéia hegemônica, de origem cepalina, de que o sentido histórico do processo de planejamento regional no Brasil estaria relacionado diretamente à necessidade de resolução do problema das desigualdades regionais. Problema analisado à luz principalmente da interpretação clássica de Celso Furtado. Analisando a genealogia de tal empreitada – a partir de uma metodologia que privilegia os processos de acumulação de capital e o movimento sistêmico que dele se deriva por um viés teórico da economia política marxista – Francisco de Oliveira propõe uma leitura do processo de planejamento do desenvolvimento regional no Brasil que privilegia uma leitura que se orienta a partir da lógica da divisão regional do trabalho como fator preponderante para a explicação e motivação básica para a origem e necessidade social do processo de planejamento regional em seus aspectos econômicos e políticos. Como podemos verificar no seguinte trecho:

⁵⁶ Abrangendo uma noção de espaço mais próxima ao que hoje se conhece como fazendo parte do conceito de *formação territorial*, muito utilizada por várias vertentes dos estudos sobre geografia humana (MORAES, 2008).

O marco teórico desta investigação recusa, pelas considerações já expostas, a compreensão da emergência do planejamento regional no Nordeste do Brasil sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais”, para examiná-los sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 1981, p. 25).

Utilizando como referência uma palestra proferida pelo economista americano Paul Baran, durante a década de 60⁵⁷, Francisco de Oliveira subscreve categoricamente, e com um sentido de aprovação bem claro, as seguintes palavras do economista americano: “*não é o planejamento que planejou o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento...*” (OLIVEIRA apud BARAN, 1981, p. 25). Por esse ponto de vista, Francisco de Oliveira procura reforçar seu argumento de que não existe espaço ou região considerados em definitivo em um processo de ocupação histórica. A dinâmica de construção dos espaços regionais seria fruto, portanto, do processo de acumulação de capital em sua determinação e orientação em termos da necessidade de divisão social e regional do trabalho. Por esse ponto de vista, não existe região que possa servir, a priori, como fundamento espacial definitivo para um planejamento de seu desenvolvimento. A construção dos espaços regionais é, assim, uma invenção processual e dinâmica do planejamento do desenvolvimento do capitalismo em suas mais diferentes esferas de atuação institucional e em diferentes períodos históricos, conforme suas necessidades mais imediatas e estruturantes (OLIVEIRA, 1981). Esta posição de Francisco de Oliveira representa uma novidade na sua forma de abordar a questão regional nordestina e como um importante indicativo do estilo de interpretação que iria nortear a posição de vários autores marxistas em relação ao tema da questão regional no Brasil a partir da década de 70. É nítido, neste sentido, o fato de que a obra de Francisco de Oliveira irá exercer forte influência sobre boa parte da literatura que irá fundamentar as discussões de viés crítico em relação à construção teórica de tradição cepalina no debate sobre desenvolvimento nacional e regional no Brasil. Posição que irá servir como fundamento teórico de boa parte das críticas que viriam subseqüentemente em termos das políticas de desenvolvimento regional que serão implementadas pelo regime militar durante as décadas de 70 e 80 no Brasil.

⁵⁷ Palestra proferida nas instalações da SUDENE no Recife, em 1963 (OLIVEIRA, 1981, p. 25).

Tratando especificamente da formação histórica dos espaços regionais no Brasil, Francisco de Oliveira acena, neste sentido, para um novo viés teórico-interpretativo voltado para uma compreensão mais ampla sobre a formação histórica de nossa noção de espaço regional, assim como de suas repercussões em termos da formação das nossas desigualdades regionais. Por essa ótica, a divisão das especificidades regionais brasileiras estaria estritamente atrelada à dinâmica histórica da acumulação do capital monopolista industrial em escala nacional, a qual se intensifica a partir da década de 30. A dinâmica da divisão internacional do trabalho, neste sentido, havia transformado o Brasil, até este momento, em fonte e reserva produtora de acumulação primitiva em escala internacional. Característica a qual, com o desenvolvimento do capitalismo industrial em sua etapa imperialista (durante o século XIX), acaba por criar formas de reprodução do valor em nível local bastante diferenciadas entre si. É dessa dinâmica histórica que, segundo o mesmo, irá surgir uma formação regional típica, do tipo enclave, não apenas em nível nacional, mas também em vários países subdesenvolvidos que fazem parte do rol de influência do sistema imperialista do século XIX. Como podemos verificar de forma bem explícita em outro trecho de seu estudo de 1977:

Tratando-se de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, a existência de “regiões”, no sentido aqui considerado, é de uma evidência histórica irrefutável. Tais regiões assim se constituiriam ligadas ao comércio internacional de mercadorias, sendo essa sua lei de reprodução ao nível mais geral, mas, ao mesmo tempo *et pour cause*, mantendo ou criando formas de reprodução do valor bastante diferenciadas; o caso mais extremado é o das “regiões” – “enclaves”, cujo grau de articulação entre si era ou foi débil, que permitiu às potências imperialistas a criação da multidão de pequenos países hoje independentes. Assim, pois, parece ser que a proposição de “região” que aqui se faz lhes é especialmente adequada, por dar conta do modo próprio específico de sua reprodução no concerto da divisão internacional do trabalho (OLIVEIRA, 1981, p. 28).

É a partir da década de 30, por sua vez, que uma nova lógica de acumulação de capital impulsionado pelo novo capital industrial brasileiro em associação com o capital internacional, assume o ritmo das transformações e divisão regional do trabalho no Brasil. Uma nova dinâmica de homogeneização do capital, neste sentido, se transforma aos olhos de Francisco de Oliveira, no grande motor desse processo de constituição dialética dos diferentes

espaços regionais. Espaços organizados a partir de uma lógica de disputa e predominância de um determinado tipo de capital sobre as demais formas de organização social do trabalho em nível regional. É com base nessa lógica de assimilação das diferentes realidades regionais a partir de uma lógica de homogeneização, que a formação dos diferentes espaços regionais brasileiros são compreendidos como sendo o resultado histórico do processo de acumulação de capital em escala nacional e internacional, assim como de seu equivalente em termos de formação de diferentes níveis de divisão social e regional do trabalho. Como podemos verificar no seguinte trecho:

O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma e que são *personas* do capital e de sua contradição básica (OLIVEIRA, 1981, p. 30).

Por esse ponto de vista, a acumulação de capital em escala ampliada no espaço nacional brasileiro – assim como sua conseqüente tendência em impulsionar um processo de homogeneização de seus padrões da reprodução social –, representariam o cerne dos motivos pelos quais se explicaria a forma como o processo de acumulação de capital se manifesta através de um processo de sobre-determinação econômico-espacial das frações hegemônicas de capital monopolista brasileiro em relação às demais esferas de reprodução do capital em nível regional. Neste sentido, esta interpretação sentencia que na medida em que avança o processo de industrialização do Brasil, uma nova divisão regional do trabalho passa a reorientar a lógica da formação espacial brasileira. Uma lógica que se forma agora sob a orientação do capital industrial paulista, suplantando a antiga disposição ao isolamento regional dos diversos “arquipélagos de economias regionais”:

[...]o desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior (OLIVEIRA, 1981, p. 74)

Com uma lógica que suplanta os estreitos limites espaciais da antiga região cafeeira, o padrão de acumulação do capital industrial brasileiro se intensifica, portanto, nesse período, impulsionando um padrão de acumulação industrial comandado pelo capital industrial de São Paulo. Predominância a qual passa a suplantar comercialmente inclusive – com a ajuda da organização da concorrência de mercado por parte do Estado desenvolvimentista brasileiro – as demais frações de capital industrial e comercial em níveis regionais. Neste sentido, a nova lógica de acumulação primitiva de capital, passa a ser impulsionada por uma dinâmica de acumulação interna e com o apoio do Estado desenvolvimentista em seu sentido mais concreto e histórico. Sentido histórico o qual ajuda a consolidar o capital monopolista industrial de São Paulo em termos da disputa pelo processo de acumulação em nível nacional, ajudando o mesmo a implementar sua estratégia concorrencial monopolística, e a superar o perfil de fragmentação espacial que deriva da lógica anterior do isolamento dos complexos regionais no Brasil.

É neste sentido que podemos afirmar que um novo fôlego se faz necessário neste momento para sustentar o ímpeto e a dinâmica de reprodução ampliada do capital industrial paulista que começa emergir com toda a força a partir da década de 30. Para isso, o mesmo acaba por forjar uma nova divisão regional do trabalho, a nível interno, com o intuito de consolidar um projeto de construção de um estado nacional em sua forma institucional e politicamente voltado para a construção de uma hegemonia espacialmente determinada por uma lógica de homogeneização do capital industrial. E para isso o mesmo se ancora em termos estratégicos na consolidação de um mercado interno e numa lógica de ganhos de mercado com base nos limites impostos por uma lógica de concorrência que interessava aos seus anseios comerciais mais imediatos. Como podemos verificar em outro trecho:

Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

A noção de equivalente geral aqui imputada por Francisco de Oliveira irá representar, do ponto de vista político inclusive, uma conseqüência geopolítica posterior de forte

conotação autoritária. A qual irá aniquilar de uma vez os ideais furtadianos no que diz respeito à orientação de política de desenvolvimento regional a partir do golpe de 1964. Um componente de homogeneização que iria, durante as décadas de 60 e 70, mostrar sua face mais aguda e contraditória em relação ao projeto de hegemonia paulista em uma dimensão que se fazia necessária ir além do processo de unificação do mercado e construção de uma superioridade estritamente econômica. Como podemos verificar em outro trecho:

Entendida assim, a integração de que estamos falando é um momento do processo de “nacionalização” do capital; isto é, enquanto as economias regionais ligaram-se ao Exterior, o capital internacional se realizava “regionalizando-se”; quando uma das regiões assume o comando do processo de expansão do capitalismo, voltado agora sobretudo à realização interna do valor, há necessariamente que realizar um processo de “nacionalização” do capital (OLIVEIRA, 1981, p. 77).

A nacionalização do capital a qual se refere Francisco de Oliveira representa um passo no sentido de uma lógica de organização do estado nacional no sentido do fortalecimento de sua tendência homogeneizadora. Um processo que não poderia prescindir de uma estratégia de construção de hegemonia em uma esfera mais ampliada e sobre um forte componente autoritário.

Restava, para completar a “nacionalização” do capital, submeter o próprio capital das outras “regiões” às leis de reprodução e às suas formas, que passavam a ser predominantes na “região” que assumiu o controle do processo de industrialização. Tal “nacionalização” operou-se por vários modos: ora succionando os excedentes de capital que não podiam “reproduzir-se” nas suas regiões originais..., ora impondo as mercadorias de produção da “região” que se industrializava sobre as que se produziam nas demais “regiões” e, para completar, penetrando como capital nas outras regiões (OLIVEIRA, 1981, p. 77)

A hegemonia inacabada do estado de São Paulo em relação ao restante do país, que se manifesta de forma explícita a partir de 1964, representou aos olhos de Francisco de Oliveira, portanto, o aniquilamento da questão regional, tal como imaginado pela ideologia cepalina de Celso Furtado. O projeto completo de hegemonia política, cultural e econômica que se fazia necessário para consolidar a unidade do território nacional brasileiro a partir de um projeto nacional-desenvolvimentista, comandado pela burguesia industrial de São Paulo, ficou restrito – a partir com o golpe de 64 –, à sua limitada dimensão econômica. Não abarcando, como deveria ser, a construção de um projeto de hegemonia o qual pudesse garantir a construção

simbólica de uma unidade territorial e um projeto de desenvolvimento nacional mais amplo e irrestrito. A predominância estritamente econômica de São Paulo e o desprezo de suas elites por um projeto nacional acabaram por resultar na construção de um sistema de equilíbrio federalista de cunho político conservador no Brasil. Sistema o qual manteve o equilíbrio de forças federalistas com base na manutenção de interesses de oligarquias latifundiárias e do clientelismo na periferia do sistema:

O golpe de 1964 é tragicamente o epílogo de uma burguesia sem brilho: enquanto as forças populares lutavam por uma Reforma Agrária que, no fundo, era uma das formas de resolução da velha Questão Agrária, a burguesia industrial unificava-se com o velho latifúndio e com a burguesia internacional – com quem já estava unificada do ponto de vista econômico –, dando o golpe de graça na armação ideológica de sua hegemonia, na sua última manifestação, de que apenas restava como porta-voz o Partido Comunista. O Nordeste parece ser o centro da revolução: ele é apenas a demonstração de sua impossibilidade, de um lado, e do fracasso definitivo da burguesia brasileira, de outro. A reivindicação de reforma agrária no Nordeste não se destinava a viabilizar o capitalismo no campo no Brasil, mas a solucionar a questão agrária e a questão do mercado de trabalho, e sua *summa*, a questão regional. O ponto de fuga da resolução é dado no Sudeste, mas o estrondo, no Nordeste (OLIVEIRA, 1993, p. 60).

O golpe de 64 neste sentido representou uma espécie de contra-revolução burguesa, com a morte do projeto desenvolvimentista em sua versão nacionalista. Com ele morre, no entanto, também – e aqui está a grande novidade de Francisco de Oliveira – o projeto de construção de uma hegemonia, e de um projeto de desenvolvimento nacional construído a partir do Estado de São Paulo. Com esse reverso, a questão regional se transforma em moeda de troca do equilíbrio de forças entre oligarquias regionais retrógradas e o capital industrial paulista sedento pelas benesses do Estado em seu processo de reprodução ampliada. A partir daí, as políticas de desenvolvimento regional encabeçadas pela SUDENE (e posteriormente pela SUDAM) não passam de um apêndice desse jogo político federalista espúrio, de resultados extremamente duvidosos e que viriam a mostrar o seu lado econômico mais perverso com a crise da década de 80.

7 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA

Uma das grandes novidades das abordagens institucionalistas contemporâneas para o tratamento da questão das causas do desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico, está no tratamento dispensado à história das formações institucionais e seu papel na definição dos efeitos diretos e indiretos que constituem, em seu conjunto, um determinado ambiente favorável (ou não), ao desenvolvimento de mercados e processos produtivos em determinados países ou regiões. O advento da análise de *custos de transação* por essa perspectiva, pode resultar, segundo Douglass North (1992), em situações sub-ótimas de mercado que levem a trajetórias produtivas ineficientes no longo prazo. Neste sentido, seguindo aqui a intuição geral que segue as vertentes institucionalistas em seu tratamento sobre a questão dos *custos de transação* e da análise do ambiente institucional que delimita as possibilidades de desenvolvimento de um país ou região em uma determinada trajetória histórica, partimos da hipótese de que se avaliarmos a natureza das formações históricas do ambiente institucional brasileiro em suas diferentes configurações espaciais e regionais, talvez algo de novo pudesse ser encontrado em relação às tradicionais interpretações que têm alimentado as principais explicações para os motivos das disparidades de crescimento e dos desequilíbrios econômicos regionais no Brasil.

Ademais, não é de hoje que uma análise do ambiente institucional amazônico representa um dos grandes desafios para qualquer estudioso interessado na compreensão das possibilidades de desenvolvimento da região. Sabemos, por outro lado, que é por dentro da compreensão de seus aspectos institucionais mais de fundo, que a lógica da formação discursiva sobre o pensamento sobre desenvolvimento na Amazônia alimenta e legitima um conjunto de regras de interpretação sobre a realidade regional. É por dentro, portanto, da busca por uma melhor avaliação da formação histórica e institucional da Amazônia, que achamos poder compreender de forma mais adequada os motivos que levaram a formação das condições de possibilidade históricas para a emergência de um discurso regionalista amazônico em meados do século XX. A nosso ver, as influências do pensamento desenvolvimentista brasileiro – assim como os pontos de vista divergentes sobre o sentido do desenvolvimento regional amazônico – só são compreensíveis neste contexto se analisados

em seu ambiente histórico de formação. E para isso, uma análise institucional se torna um ingrediente da maior importância com esse objetivo.

Dentro desta linha de raciocínio, o nosso objetivo neste capítulo será analisar de modo mais específico os aspectos institucionais que serviram como pano de fundo para a criação das *condições de possibilidades* e para a *emergência* (no sentido foucaultiano) do processo histórico de formação do discurso regionalista amazônico em um contexto de hegemonia do pensamento desenvolvimentista em escala nacional. Para isso, além de uma contextualização histórica de caráter mais geral, precisamos compreender ainda as regras do jogo político-institucional que alimentavam o perfil de relações federalistas no Brasil durante o período de transição entre a república velha e o período pós Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo buscaremos avaliar as implicações dessa nova realidade como condicionantes para a formação de um novo perfil de interpretação sobre a realidade regional amazônica que se forma, por hipótese, na virada da década de 40 e primeira metade da década de 50. Configurando um novo ambiente favorável a emergência do que chamaremos de um discurso desenvolvimentista-regionalista amazônico. E neste sentido, buscamos ressaltar também, neste capítulo, a importância de uma interpretação da formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia que leve em consideração a formação de elementos culturais considerados como de fundamental importância para a constituição das regras do jogo que acabam por moldar historicamente as trajetórias econômicas, sociais e políticas que, de alguma forma, ainda hoje permanecem compondo o ambiente institucional amazônico em muitos de seus aspectos mais relevantes.

7.1 ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

Entre os autores que discutem a formação histórica da Amazônia no século XX, podemos destacar o papel dos debates oriundos das ciências sociais e da geografia, os quais se utilizam em grande parte da noção de *fronteira móvel* e de *formação territorial* como referência para uma análise da dinâmica econômica e social da Amazônia. Para muitos desses autores, a dinâmica explicada pelas tradicionais teorias de fronteira, representa boa parte do necessário teoricamente para explicar o que ocorreu na Amazônia durante este período. Uma *frente de expansão* explicada como fronteira de ocupação e uma *frente pioneira* como

valorização de ativos físicos e de incorporação da fronteira ao mercado capitalista representa, por esse ponto de vista, o sentido geral do avanço da fronteira rumo primeiramente ao cerrado e, em seguida, à Amazônia oriental, durante a segunda metade do século XX.

No entanto, em contraposição a esta interpretação mais tradicional sobre a dinâmica de fronteira na Amazônia, Becker (1982, 2004) mais recentemente propõe uma análise de natureza geopolítica com o intuito de explicar o processo de ocupação da Amazônia no período pós Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, o legado histórico da Amazônia se subdividiria, segundo Becker (2004), em três períodos básicos de formação, quais sejam: o período de Formação Territorial (1616-1777); o período do Planejamento Regional (1930-1985); e o período da Incógnita do Heartland (1985-). Para os três períodos, a perspectiva teórica se concentra sobre a percepção das relações geopolíticas que estariam atreladas à dinâmica de ocupação territorial brasileira desde o período colonial. Uma dinâmica que se intensificaria, segundo a autora, a partir da década de 30, com o processo de integração econômica da Amazônia em relação ao território brasileiro. É nesse sentido que o período compreendido como o de Planejamento Regional (1930-1985) representa uma fase em que se concretizaria finalmente um ciclo de intervenção estatal de longo alcance com o intuito de integrar e modernizar a Amazônia por um ponto de vista da abertura estratégica de pontos de apoio para a ocupação de seu território: como cidades, vilas de assentamentos, projetos mineradores, agropecuários e de energia. Com estes instrumentos em mãos, o governo federal pretendia implementar um plano estratégico de ocupação da região a partir de uma visão externa, completamente alheia aos interesses mais específicos de seus agentes e atores regionais.

Para Francisco de Oliveira (1977), por outro lado, como vimos no capítulo anterior, a gênese das disparidades regionais brasileiras estavam associadas historicamente à formação de complexos econômicos regionais que teriam se originado ainda no período colonial. Um processo histórico que, no entanto, teria sua dinâmica profundamente alterada e redimensionada por uma nova lógica de divisão regional do trabalho que se aprofunda no Brasil com o modelo de industrialização por substituição de importações a partir da década de 30. Modelo que seria movido fundamentalmente por um padrão de acumulação de caráter monopolista e homogeneizador, implantado a partir do apoio do Estado brasileiro e de sua estratégia “disfarçada” de planejamento nacional e regional que se intensificam a partir das

décadas de 50 e 60 quando do período de auge do processo de industrialização do Brasil (OLIVEIRA, 2007).

Seguindo aqui, em parte, o modelo de interpretação proposto por Francisco de Oliveira e, por outro lado, em sintonia com a perspectiva geopolítica de Bertha Becker, Costa (1992, 1995) elabora na década de 90 uma análise sobre o sentido histórico e os limites ecológicos do processo de integração da Amazônia à dinâmica do capitalismo monopolista mundial. Para ele (COSTA, 1992; 1995), a dinâmica de ocupação territorial da Amazônia no século XX representa, do ponto de vista histórico, um movimento e tentativa de homogeneização do espaço regional amazônico que se configura, de modo específico, como uma etapa do movimento geopolítico de *brasilianização* da Amazônia. Movimento que se inicia, em verdade, ainda no século XIX⁵⁸, mas que terá no período após a constituição de 1946, seu dinamismo reforçado com a implantação do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (PVEA).

De acordo com esta nova interpretação, a inserção da Amazônia ao processo de evolução do capitalismo tem se dado historicamente por fases que se sucedem entre movimentos de *brasilianização* e *internacionalização* (COSTA, 1992), os quais passaram por recorrentes tentativas de integração e homogeneização do espaço regional à dinâmica do sistema capitalista nacional e internacional. Processo que, por sua vez – e essa seria a diferença básica de sua interpretação em relação à interpretação clássica de Francisco de Oliveira –, teria esbarrado historicamente em condições objetivas derivadas da especificidade do ecossistema de florestas tropicais da região amazônica (COSTA, 1995, p. 347). Argumentos que podem ser bem compreendidos conforme as próprias palavras do autor:

Concretamente, o processo de inserção da Amazônia no capitalismo, enquanto processo de integração e homogeneização, tem se feito por fases em que, ao lado de uma integração geográfica efetiva a um certo centro de poder, uma dada estratégia de homogeneização referenciada por um conjunto de valores culturais e ideológicos e por objetivos e meios econômicos específicos é sistematicamente perseguida, sendo, porém, in *limine* contrariada por condições objetivas derivadas, no fundamental, da especificidade do ecossistema de floresta tropicais da região. Ao final de cada fase, todavia, produz-se como síntese, estruturas reais-concretas que,

⁵⁸O marco inicial – considerado por Costa (1992, 1995) como sendo o início do processo de *brasilianização* da Amazônia – se encontra atrelado ao processo de adesão da Província do Grão Pará e Rio Negro (em 1823) ao Império do Brasil. Movimento este que se prolonga por vários momentos no século XIX e XX, e que terá no período pós-guerra seu momento de auge.

por muito tempo, vão caracterizar a economia e sociedade regionais – e até que uma crise venha provocar nova investida homogeneizadora e novos mecanismos de integração (COSTA, 1995, p. 347).

E, em outro texto, quando afirma:

Cada surto de brasilianização ... foi precedido de um “susto” de internacionalização da Amazônia – não importando, aqui, o grau de concretude da ameaça, sequer se ela existiu de fato ou não, mas sim o seu efeito mobilizador no sentido de garantir anuência para medidas concretas de política econômica contra-restante (COSTA, 1992, p. 10).

Como podemos verificar, o centro do argumento de Costa (1992, 1995) está colocado sobre a compreensão de uma dialética entre a dinâmica de homogeneização do sistema capitalista mundial – impulsionada tanto do ponto de vista de sua acumulação interna como externa – e as condições objetivas do ecossistema regional amazônico. Condições objetivas que, como podemos observar, acabam por limitar as reais transformações da dinâmica econômica local como resposta a um impulso externo e a uma estratégia de homogeneização; convertendo o espaço regional amazônico em um verdadeiro laboratório de experiências modernizadoras mal sucedidas⁵⁹. Para exemplificar sua interpretação, Costa (1995) argumenta que durante o século XVII a tentativa de se implementar o ideal da agricultura colonial portuguesa na Amazônia, sucumbe frente às características negativas de fertilidade do solo e pela baixa rentabilidade mercantil de culturas como o açúcar e o tabaco (COSTA, 1995, p. 347). O que fez com que surgisse como alternativa, à época, “*a produção extrativa de coleta das ‘drogas do sertão’ como a verdadeira base econômica do empreendimento colonial na Amazônia. O ideal da agricultura deu lugar, assim, ao longo de quase todo período colonial, à prática sistemática e dominante do extrativismo de coleta*” (COSTA, 1995, p. 348)⁶⁰.

Posteriormente, em meados do século XVIII, mais uma vez se intenta implementar um grande projeto de colonização com base em um novo padrão civilizatório voltado para o fomento à agricultura. Neste momento – já durante o chamado Período Pombalino –, é

⁵⁹ Foi assim, em parte, com a experiência de estímulo a produção agrícola do período pombalino, e com as tentativas de implantação de grandes projetos de plantação de seringueiras em larga escala, como o Projeto Ford, de 1922 (Costa, 1992, 1993, 1995).

⁶⁰ Segundo Costa, “a condição imposta pela economia das ‘drogas do sertão’, de que a mão-de-obra conhecesse o ecossistema amazônico como seu objeto de trabalho, excluiu a possibilidade da utilização de outro tipo de força de trabalho que não a indígena local e levou à formação de uma estrutura própria para atender as necessidades de trabalho da colônia” (Costa, 1995, p. 348).

estimulada a criação de uma Companhia de Comércio (Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) com o objetivo de monopolizar o comércio a fomentar a agricultura em bases produtivas consideradas mais modernas. Mais uma vez, no entanto, segundo Costa (1995), a iniciativa do governo português com seus objetivos homogeneizadores sucumbe a ponto de na fase final das atividades da Companhia e da experiência do governo pombalino, a produção extrativa ainda representava 84% das exportações regionais (COSTA, 1995, p. 352).

O terceiro grande ciclo de tentativa de homogeneização viria finalmente, já no século XX, com o movimento de *brasilianização* da Amazônia (como visto anteriormente). Um movimento associado a uma estratégia de planejamento do desenvolvimento regional – conforme tese original de Francisco de Oliveira (1977) – responsável, em última instância, pela configuração de um novo aparato institucional que ainda hoje se mantém como umas das principais marcas do ambiente institucional amazônico.

Seriam em cima das sínteses que resultam desse processo histórico – as estruturas reais-concretas que nos fala Costa (1995) –, que gostaríamos de ressaltar a importância e relevância da compreensão das “regras do jogo” institucional que após cada um dos ciclos de intervenção e estratégias de modernização, aqui relatados, permanecem interferindo e condicionando o processo histórico de constituição do espaço regional amazônico como hoje o conhecemos. Componentes que, a nosso ver, acabariam por resultar em fatores institucionais dos mais variados tipos, os quais passariam a constituir um ambiente responsável pela orientação de certas configurações discursivas que farão parte dos fundamentos institucionais mais amplos da realidade social amazônica. E que, por isso, deveriam ser incorporados em uma análise histórica mais consistente sobre a formação econômica, social, política e cultural da Amazônia.

A nosso ver, portanto, é da junção de todos estes fatores de natureza ao mesmo tempo geopolítica, social, ecológica e econômica, que se encontra a chave para uma boa compreensão teórica da dinâmica territorial que se institui na Amazônia ao longo do século XX. Acreditamos que a perspectiva interdisciplinar de leitura dos aspectos da dinâmica territorial, neste sentido, nos auxilia a encontrar uma solução teoricamente factível para o desenvolvimento de uma interpretação mais condizente com um modelo de análise mais completo da formação institucional da Amazônia. É sobre este legado deixado ao fim de todo este período de evolução histórica, que procuraremos desenvolver, em seguida, uma

compreensão dos aspectos específicos de sua formação. Aspectos os quais serão avaliados como espécie de síntese histórica de uma dinâmica de interação entre componentes geopolíticos, econômicos e culturais que configuraram uma determinada formação histórica regional. E que, por isso, se transformará em ingrediente fundamental para a compreensão da trajetória de formação discursiva do pensamento desenvolvimentista na Amazônia.

7.1.1 A integração histórica da Amazônia e os aspectos geopolíticos e econômicos do desenvolvimento (regional) brasileiro

O impacto e modo de organização produtiva que imperou na Amazônia durante o ciclo da borracha (1850-1920) representou para boa parte da literatura especializada no estudo da história econômica da Amazônia, um dos principais aspectos de influência institucional sobre o modo de organização territorial da região na primeira metade do século XX. Uma forte institucionalidade moldada à luz do funcionamento do sistema de aviação e da dinâmica sócio-cultural de atividades econômicas extrativistas (como a borracha e a castanha), representaria, por essa perspectiva, o que de fundamental poderia existir em termos da formação econômica e social da Amazônia no período. Um modelo econômico hegemônico com o predomínio do capital mercantil, da dispersão populacional, da insipiente organização da produção agrícola, da baixa verticalização de nossas cadeias produtivas, e do fraco nível de industrialização regional, representaria, por esse ponto de vista, ingredientes de um modelo heurístico de interpretação que se transformará em uma das marcas mais reconhecidas como expressão e síntese das características da sociedade regional amazônica na primeira metade do século XX. Uma realidade que supostamente teria se formado a partir, principalmente, do ciclo da borracha entre o final do século XIX e início do século XX⁶¹. Um corpo sistemático de idéias que, a partir desse momento, passaria a orientar uma leitura sobre o modo de funcionamento da dinâmica regional amazônica enquanto economia tipicamente extrativista e comandada por um sistema mercantil voltado para o abastecimento de um mercado externo.

⁶¹ Aqui é importante ressaltar a existência de perspectivas teóricas recentes que buscam alertar sobre as limitações deste tipo de interpretação que atribuem apenas à existência de uma lógica unívoca, de aviação (por exemplo), o controle completo da realidade da atividade de produção extrativista na Amazônia. Segundo esta nova interpretação existiria, em verdade, duas lógicas, com algumas diferenças entre si: na primeira delas, o sistema extrativista operaria com uma certa independência do produtor em relação à atividade dos chamados “regatões”; na outra, implantada fundamentalmente a partir do boom da borracha, imperaria o controle do território e da comercialização do produto extrativo pelo sistema de aviação.

Seria sobre essa malha territorial pré-existente – considerada como controlada por um sistema regional tipicamente mercantil –, que iria se dar, segundo esta interpretação, o impacto da integração física e do contexto acelerado de industrialização brasileira no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Foi sobre o forte impacto das políticas de estímulo à integração nacional orientadas por uma ação geopolítica do Estado brasileiro – e que se impõem por meio do melhoramento das condições de infra-estrutura e outras estratégias de desenvolvimento regional –, que uma nova configuração espacial e territorial é tida como começando a se efetivar na Amazônia principalmente a partir da década de 50. É a partir deste momento, também, que um novo processo começaria a se desdobrar territorialmente como resultado histórico do confronto entre: as novas estratégias geopolíticas orientadas pelo estado nacional brasileiro, e as velhas estruturas produtivas que haviam se moldado em torno da atividade extrativista tradicional. É nesse contexto, portanto, que uma nova dinâmica geopolítica nacionalista começaria a se sobrepor ao tradicional ambiente político-institucional regional amazônico. Fazendo fileira com novos interesses econômicos que se acumulam de modo a tentar modificar significativamente a realidade institucional e produtiva da região.

Para muitos economistas e geógrafos de orientação marxista, por exemplo, este novo cenário de desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro – em pleno desenvolvimento durante as décadas de 50 e 60 – será o principal responsável por uma nova configuração na distribuição regional do trabalho que nos imputará finalmente o sofrível papel de região fornecedora de matérias-primas e fonte de acumulação primitiva para o desenvolvimento do capital industrial brasileiro em seu estágio de desenvolvimento impulsionado principalmente pela região centro-sul do país. Segundo esta interpretação, o papel de acumulação primitiva que advém da acumulação orientada pelo processo de integração do mercado nacional (nas décadas de 50 e 60), passaria logo em seguida (nas décadas de 70 e 80), a se voltar para o estímulo à implementação de grandes projetos agropecuários e minerais (por meio de incentivos fiscais), os quais começariam a se transformar em símbolos do desenvolvimentismo autoritário brasileiro sobre a região durante todo o período do regime militar. Sobre essa superposição de posições estratégicas ou modelos de desenvolvimento capitalistas oriundos de diferentes fases da história econômica e social da Amazônia no século XX, podemos inferir um contexto geral de profunda

complexidade e contradição que irá se seguir à implantação da nova estratégia orientada pelo Estado brasileiro a partir da década de 60. E que ficará conhecido como “Operação Amazônia”, como afirma De Paula (2008):

Com efeito, é preciso pensar no desenvolvimento do capitalismo na Amazônia como um complexo de superposição de fronteiras em que, a uma fronteira básica baseada no sistema de aviação, superpõe-se uma nova fronteira comandada por um novo sujeito, o Estado, que chamou a si a missão de garantir não só a ampliação territorial da fronteira, como também adicionou uma nova fonte de super-lucros mediante a política de incentivos fiscais que não faz mais que transferir para o grande capital parcela da renda nacional, repondo assim a velha prática das classes dominantes brasileiras de socialização das perdas e privatização dos lucros (DE PAULA, 2008, p. 31).

E em seguida, quando afirma:

Esta segunda fronteira, que também subsiste no contemporâneo, tem dois momentos característicos. O primeiro compreende o período que vai de 1942 a 1966 e corresponde à fase de retomada da expansão da produção de borracha natural como parte do esforço de guerra.... Com o final da guerra, em 1945, novamente a produção de borracha da Amazônia foi afetada com a retomada das exportações desse produto cultivado no Sudeste asiático e com a expansão da produção de borracha sintética. É diante destes novos constrangimentos que o governo brasileiro vai transformar, em 1950, o *Banco de Crédito da Borracha* em *Banco de Crédito da Amazônia*, e vai criar, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). De acordo com Ianni, “tratava-se de definir objetivos e meios para atuar em praticamente todos os setores da vida econômica da região” (IANNI, 1979, pp. 59-60)... Estas iniciativas ganharam um impulso adicional com a construção da rodovia Belém-Brasília, que efetivamente dá início à integração da Amazônia ao mercado interno mais dinâmico do país (DE PAULA, 2008, p. 31-32).

Como pudemos ver, em síntese, o período que vai de 1942 a 1966 representa, para De Paula (2008), um momento novo em que o papel da Amazônia por dentro dos interesses que alimentam a dinâmica do sistema capitalista monopolista brasileiro, se intensifica. Neste contexto, o papel da Amazônia como fronteira de acumulação primitiva se torna uma das principais fontes de preocupação geopolítica nacional. A integração da Amazônia ao território nacional brasileiro passa, por esse ponto de vista, a ser compreendido como uma das principais diretrizes estratégicas dos governos tanto de Getúlio Vargas (1951-1954) como de Juscelino Kubitschek (1956-1960); e, posteriormente, por todos os governos militares que os seguirão. Por esse meio, o papel de fronteira econômica da Amazônia, como fonte de acumulação primitiva, agora se faz presente como forma de favorecimento ao capital

monopolista internacional em boa parte em sintonia com os interesses do capital industrial nacional concentrado na região centro-sul do país. Um movimento que passa a favorecer o capital industrial brasileiro o qual se encontra, neste período, em busca de uma ampliação de seus mercados e de uma necessidade de diversificação de suas fontes de matéria prima com o intuito de atender a demanda da indústria de artefatos de borracha a qual começava a se desenvolver em novas bases com o crescimento do mercado interno brasileiro. E para que essa estratégia pudesse se desenvolver com sucesso seria necessário, neste primeiro momento, o estímulo à integração física da Amazônia ao mercado nacional por meio da construção de rodovias importantes como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre. Uma dinâmica que irá se complementar de modo significativo com o discurso do desenvolvimento nacional e regional que se intensifica a partir do final da década de 40, estimulando a ampliação da formação de instrumentos de planejamento e intervenção do estado nacional brasileiro em âmbito regional.

No entanto, segundo De Paula, com o advento da crise econômica brasileira da década de 60, este canal de desenvolvimento se vê interrompido, tornando-se necessário um caminho alternativo para a valorização do capital monopolista nacional em seu processo constante de busca por valorização econômica através da periferia do sistema capitalista brasileiro (DE PAULA, 2008). É nesse momento, que começam a surgir os novos marcos simbólicos que irão expressar, ao mesmo tempo, essa metamorfose de linhas de concepção discursiva do que viria a ser considerado posteriormente como uma ideologia autoritária de desenvolvimento regional. Uma metamorfose que acabará por se constituir num novo modelo de intervenção, agora chamado de “Operação Amazônia”; o qual representaria as bases conceituais do que viria a se configurar, a partir de então, como uma ampla reforma das organizações de estado voltadas para o chamado desenvolvimento da região Amazônia. Para D’araújo (1992), no entanto, as políticas tomadas em relação à ocupação e desenvolvimento da Amazônia, na virada do período democrático para o regime militar (durante a década de 60), sofreram poucas alterações no que diz respeito às estratégias gerais que deveriam ser adotadas em relação a necessidade de se integrar e desenvolver a região (D’ARAÚJO, 1992, p. 40). De acordo com esta perspectiva, a construção das políticas de desenvolvimento para Amazônia parece ter um movimento de continuidade que não se modifica profundamente após o golpe de 64. Uma linha histórica que se inicia enquanto subproduto da experiência planejadora central, ainda durante o Estado Novo de Vargas. Ganhando maior vigor com a carta de 1946 e

com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) em 1953. Neste primeiro momento, portanto, o objetivo maior parecia ser, segundo D'araújo:

...o de “integração”, através de iniciativas que levassem à colonização e à formação de uma sociedade de base agrícola, provida de condições infra-estruturais básicas correlatas e afins à agricultura e ao extrativismo (vegetal e mineral) intensivo. A “segurança nacional” não tinha, em absoluto, a relevância que passou a ter após 1964. A ênfase recaía sobre a ótica da “integração”, e, para tanto, a exploração do potencial de riquezas da região, inclusive seu solo e seu clima aparecia como o caminho certo para ser trilhado (D'ARAÚJO, 1992, p.53).

Com o golpe de 1964, no entanto, o caminho da política governamental para a Amazônia, muda, mas sem perder o traçado original. O período histórico que vai de 1967 a 1973 compreende – do ponto de vista do pensamento desenvolvimentista brasileiro –, um período em que a ideologia autoritária de viés nacionalista assume seus contornos mais elaborados com o chamado “milagre econômico”. É durante esse mesmo período, portanto, que podemos verificar a existência de um processo gradual de amadurecimento e consolidação de uma ideologia de novo perfil, fortemente impulsionado pela estratégia de ocupação e estímulo à atração de capitais privados para a região amazônica. Foi com o advento do regime militar, em 1964, que efetivamente se consolida, isto sim, um amplo movimento de fortalecimento institucional e ideológico de uma estratégia autoritária de desenvolvimento da Amazônia. Uma estratégia que passa a ter como álibi uma suposta tentativa de se implantar uma orientação técnica de planejamento em contraposição a um desvio político que supostamente havia dominado o cenário de construção das políticas de desenvolvimento regional nos períodos anteriores ao golpe de 64. Como afirma Mahar:

Com a subida ao poder de um novo governo em 1964, o planejamento do desenvolvimento da Amazônia começou a tomar novo rumo. Os primeiros indícios de qual seria essa nova estratégia foram revelados em discurso pronunciado em 1965 pelo presidente Castelo Branco. Os principais temas do discurso foram a promoção de maior eficiência no mecanismo de planejamento regional e um papel mais importante da iniciativa privada no desenvolvimento regional. Isso seria alcançado pela elaboração de um plano de desenvolvimento regional harmônico e unificado, num clima em que a orientação técnica teria preponderância sobre interesses partidários (MAHAR, 1978, p. 21).

Apesar do novo discurso modernizador e tecnocrático, podemos afirmar, seguindo D'araújo, que os traços gerais da lógica geopolítica de ocupação da região, no entanto, não

mudam em seus aspectos mais fundamentais e macro-estratégicos. A concepção autoritária e exógena que busca orientar um suposto processo de desenvolvimento regional – que vem desde a década de 40, e que teve como símbolo o famoso discurso do Rio Amazonas de Getúlio Vargas – permanece apesar das mudanças institucionais no período posterior ao golpe. A estratégia de ocupação e melhor aproveitamento dos potenciais econômicos da região – vistos através de uma lógica de integração nacional –, também continuam sendo a estratégia central do estado brasileiro em relação à Amazônia. Neste sentido, o período do ciclo ideológico do desenvolvimentismo – que vai de 1930 a 1964, segundo Bielschowsky (1998) –, representou, em verdade, uma grande referência intelectual e de política de desenvolvimento que influenciou de certa forma a cultura institucional a qual – tanto a nível regional, como nacional – irá se constituir a mentalidade e o comportamento dos atores econômicos e políticos envolvidos no modo de perceber o sentido histórico do papel do desenvolvimento regional amazônico em sua relação com a dinâmica do desenvolvimento nacional brasileiro. Uma mentalidade que, em boa parte, ainda se mantém presente até os dias de hoje.

Para Bielschowsky (1996), o período de transição entre o regime populista democrático no período JK e o golpe militar de 1964, representou, como visto no capítulo 3, o período de crise da ideologia desenvolvimentista no Brasil. A ele acrescentaríamos, no entanto, a idéia de que esta crise (dos anos 60), por outro lado, não representaria motivo suficiente para alterar os fundamentos estratégicos de longo prazo que orientavam, de certo modo, a ação do Estado brasileiro sobre a Amazônia. Cabe ressaltar, neste aspecto, que mesmo na perspectiva analítica mais específica de Ricardo Bielschowsky (1996), o anúncio da crise da ideologia desenvolvimentista não representa, em hipótese alguma, uma afirmação de que o Estado desenvolvimentista tenha desaparecido no período posterior ao golpe. O que Bielschowsky pretende afirmar, neste sentido, é tão somente o fato de que o ciclo ideológico desenvolvimentista havia chegado – do ponto de vista de seu estágio de adesão social – a sua etapa de declínio em termos de capacidade de arregimentar um discurso unificado em prol de um modelo industrialista e desenvolvimentista em nível nacional e regional.

Neste sentido, o que entra em crise neste período é o pensamento desenvolvimentista em sua versão industrialista e nacionalista mais típica, e voltada para uma leitura

economicista e estruturalista da dinâmica nacional brasileira⁶². Em seu lugar, ao que tudo leva a crer, surge uma nova ideologia nacionalista que do ponto de vista do debate sobre desenvolvimento regional, se esvazia completamente; passando a ser preenchido por uma lógica política de viés tipicamente clientelista, muito atrelada ao que Francisco de Oliveira passaria a chamar posteriormente de um processo de “*abastardamento da questão regional*” (OLIVEIRA, 1993).

Mais uma vez, a posição de Bielschowsky vem a respaldar e reforçar a perspectiva de que a autêntica problemática da “questão regional” brasileira, neste momento, parece ter fortes laços de complementaridade em relação à problemática do desenvolvimentismo no Brasil. A crise da ideologia desenvolvimentista, do início da década de 60, ocorre exatamente ao mesmo tempo em que, segundo Francisco de Oliveira, estaria ocorrendo o tal processo de “abastardamento da questão regional” no país. O regime militar, nesse sentido, viria a eclipsar tanto o pensamento desenvolvimentista – em seu movimento ideológico de matriz estruturalista –, quanto à autenticidade do movimento de busca pela diminuição das desigualdades regionais, enquanto projeto nacional de desenvolvimento a ele atrelado e encabeçado pela SUDENE e SPVEA, entre outros órgãos governamentais. E sobre este aspecto, Bielschowsky faz a seguinte ressalva:

...quando se diz, por exemplo, que a crise do pensamento econômico desenvolvimentista – tal como está aqui definido – ocorreu no princípio dos anos 1960, nada se está dizendo sobre o Estado desenvolvimentista brasileiro, cujo fortalecimento posterior ao golpe militar de 1964 é um fato inquestionável (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 74).

É dentro dessa linha de percepção, que corrobora a noção do fortalecimento do Estado nacional brasileiro – apesar dos desvios em relação à estratégia original de natureza estruturalista e mais voltada para a diminuição das desigualdades regionais –, que podemos afirmar que sua estrutura de atuação autoritária em relação à Amazônia se fortalece ainda mais, e de maneira à efetivamente conseguir suplantar qualquer resquício de resistência por parte da tentativa de elaboração de um projeto de desenvolvimento regional de base endógena na região. É no período logo em seguida – entre os anos de 1967 e 1973 –, por sua vez, que a

⁶²Ainda neste sentido, Bielschowsky afirma que sua investigação é estritamente uma ‘história intelectual’; e que, portanto, não é uma investigação sobre história econômica ou sobre história política, e muito menos uma perigosa tentativa de explicar a história real a partir da história das idéias (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 74).

nova ideologia autoritária brasileira começa a assumir seus contornos cada vez mais evidentes. Com o chamado “milagre econômico” e sua ampla política de crescimento econômico acelerado com estímulo à modernização da fronteira agrícola (a chamada “revolução verde”), o projeto desenvolvimentista autoritário do Estado brasileiro para a Amazônia começa a ganhar realmente ares mais nítidos de intervenção federal em uma estratégia de homogeneização. Para Francisco de Assis Costa, por exemplo, será com os instrumentos dos incentivos fiscais que o ciclo de *brasilianização* da Amazônia (COSTA, 1992; 1995), se intensifica a partir da década de 60. A “Operação Amazônia” será considerada, neste momento, um marco inicial desse processo que se prolongará até aproximadamente 1985 (COSTA, 2004; VERGOLINO; GOMES, 2004).

No entanto, com a primeira crise do petróleo, em 1973, entra em crise o modelo de financiamento da estratégia de crescimento acelerado implementada durante o período do milagre econômico. Daí em diante, entra em cena a necessidade de construção de um novo modelo econômico, agora calcado na expansão e aprofundamento do modelo de substituição de importações com base na expansão da indústria de base e no crescimento das exportações de *commodities* brasileiras. Com essa nova estratégia, que ganha corpo com a implantação do II PND em 1974, pretende-se, ao mesmo tempo imprimir uma política de expansão das exportações e controle das importações tendo em vista o objetivo de ajudar no equilíbrio externo do país, por meio da manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos (CASTRO; SOUZA, 1985). Além de manter, é claro, o volume de investimentos públicos e privados que movimentariam o fluxo macroeconômico de funcionamento da economia brasileira em seu processo de crescimento acelerado. Uma estratégia que, no entanto, reservava para a Amazônia o papel de coadjuvante e fonte de saldos exportadores de bens primários em volume significativos para contrabalançar a necessidade de importação de petróleo e de arrecadação de divisas para suprir as outras necessidades de importações consideradas necessárias para o prosseguimento do processo de industrialização e crescimento econômico do país.

Será com o advento da “Operação Amazônia” na década de 60, portanto, que uma nova “filosofia” de integração nacional autoritária se torna latente na Amazônia. O modelo da “revolução verde” do período do milagre brasileiro, por outro lado, se torna, a partir deste momento, uma inspiração para uma grande estratégia de desenvolvimento brasileiro que irá

influenciar inclusive a política agropecuária das décadas de 60 e 70 na Amazônia. Política que terá grande repercussão e influência sobre a expansão da fronteira agropecuária brasileira no sentido da busca pela homogeneização de sua fronteira norte (COSTA, 2000). Com ela, se implantará um conjunto de novas trajetórias tecnológicas agropecuárias de grande impacto sobre a dinâmica econômica regional amazônica⁶³.

Por outro aspecto, o período histórico que vai de 1964 a 1971 compreende, também, do ponto de vista do ciclo ideológico do pensamento de modernização autoritária no Brasil, dois momentos distintos. Num primeiro momento (1964 a 1967), o que impera sobre as mentes recém empossadas da burocracia militar é uma ideologia de ajuste das contas públicas, combate à inflação e de construção de um novo arcabouço institucional das políticas de desenvolvimento regional, assim como de uma reforma completa no aparelho do Estado (RESENDE, 1990). Sem, portanto, compor ainda uma estratégia mais nítida de intervenção autoritária sobre a Amazônia, o Plano de Ação Estratégica do Governo (PAEG), implantado em 1964, representa, neste contexto, a expressão de necessidades imediatas de ajustes em termos de implementação de política econômica e de formação de um novo arcabouço institucional com o intuito de fundamentar um novo ciclo de crescimento econômico para o Brasil. Realidade que se mostrará bem diferente no período de implantação dos planos nacionais de desenvolvimento que começariam a serem implantados a partir da década de 70. Será, no entanto, com a implantação do milagre econômico a partir de 1967 – e com a implantação da *Operação Amazônica* em 1966 –, que uma estratégia mais nítida de intervenção federal para o desenvolvimento da Amazônia começa a se delinear.

No entanto, a dificuldade enfrentada pelo Governo Federal no que diz respeito ao estrangulamento da balança de pagamentos – que se intensificam em fins de 1973 – representa, neste contexto, um importante fator de consolidação política e institucional da estratégia dos Planos de Desenvolvimento Regionalizados em um viés mais autoritários (já iniciados ao longo da implementação do I Plano Nacional de Desenvolvimento), e que se intensificam com o II PND a partir de 1974. Interpretação que se justifica na medida em que podemos observar como explícita a necessidade de se avançar sobre o controle e direcionamento da estratégia de planejamento das economias regionais periféricas com o

⁶³Só para fazer um destaque, o movimento no sentido da pecuarização das trajetórias agropecuária do centro-oeste para o sul do Pará e Rondônia se inicia exatamente neste período.

intuito de ajudar no processo de ajustamento do problema do gargalo externo da economia brasileira (CASTRO; SOUZA, 1985). Fica evidente nesse período como um todo, portanto, um problema estrutural que parecia ameaçar o ritmo do crescimento econômico que a economia brasileira vinha alcançando ao longo dos anos finais da década de 60 e início da década de 70. Uma dinâmica que parecia ter consolidado um modelo de crescimento fortemente concentrado na produção de bens de consumo duráveis, o qual, no entanto, havia crescido em descompasso com o ritmo de crescimento dos setores de matéria prima e bens de capital. Gerando com isso vários gargalos de produção e fornecimento de insumos na economia brasileira (LAGO, 1990).

Neste contexto, o problema da inflação (que ressurgiu em 1973 junto com a crise internacional do petróleo) irá representar – juntamente com o aumento das importações – importante indicador da vulnerabilidade estrutural do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil desde o Plano de Metas (e que havia se aprofundado durante o período do “milagre econômico”). O enfoque estratégico sobre o crescimento baseado no setor de bens de consumo duráveis gerou, portanto, uma pressão sobre o regime de preços internos e sobre o volume de importações de bens de capitais e matérias primas, muito acima de nossa capacidade de geração de divisas. O que passaria a indicar, em meados da década de 70, uma forte tendência de estrangulamento no ritmo de crescimento da economia nacional para os próximos períodos. É nesse contexto também que um dos objetivos principais que irá nortear a estratégia de desenvolvimento regional do II PND, será o de redirecionar o planejamento regional de regiões como a Amazônia, por exemplo, rumo a um modelo exportador e produtor de matérias primas para geração de divisas externas. Neste momento, o debate sobre a questão regional assume um novo contorno. A inicial preocupação com o processo de industrialização e integração nacional se volta agora para a estratégia diferenciada de aumento das exportações, ao mesmo tempo em que se mantém a estratégia de consolidação e finalização do modelo de substituições de importações industriais para as regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil.

No entanto, como buscamos aqui argumentar; ambos os períodos que compõem o ciclo desenvolvimentista mais amplo na Amazônia – que vai de 1930 a 1985 –, poderiam também ser compreendidos, do ponto de vista histórico, como fazendo parte de um mesmo processo de consolidação de uma ideologia desenvolvimentista e autoritária que acompanha um

movimento de longa duração do processo de *brasilianização* da Amazônia (COSTA, 1992). Uma estratégia que se intensifica, no entanto, na década de 30 e 40, e que terá na década de 70 seu momento de maior expressão em termos de políticas mais efetivas de intervenção federal na região. Um movimento que terá sérias implicações, inclusive do ponto de vista institucional, sobre a formação de toda uma nova cultura política e econômica que irá orientar a formação das regras do jogo de funcionamento da economia amazônica durante todo o restante da segunda metade do século XX. E que ainda hoje segue, em boa parte, em seus fundamentos principais. Uma dinâmica, no entanto, que sofrerá uma forte resistência por parte de atores locais interessados na manutenção de uma certa autonomia ou participação mais efetiva das elites regionais no processo de construção de uma estratégia de desenvolvimento regional amazônico.

Será, ao mesmo tempo, portanto, durante todo esse período de formação de uma nova institucionalidade de matriz desenvolvimentista autoritária na Amazônia, que podemos considerar a existência de um gradual processo de consolidação de uma ideologia local de resistência, e que terá nas décadas de 50, 60 e 70 seu momento de auge e maior densidade intelectual e política. Um momento em que parece existir uma certa tentativa de construir uma estratégia de mediação ou convergência entre a perspectiva nacional-desenvolvimentista em curso no país, e uma tradição intelectual de matriz regionalista e culturalista que se molda por décadas, e que busca, como síntese, a formação de uma estratégia de integração nacional em estreita ligação com uma tentativa de preservação da cultura e identidade regional amazônicas. Diga-se de passagem, em sintonia com os interesses de sua elite mais tradicional ligadas aos setores extrativistas e aos segmentos de capital mercantil oriundos e ainda hegemônicos nas chamadas “praças” de Belém e Manaus.

Foi com o advento do golpe militar, em 1964, no entanto – e mais especificamente com o início da chamada “Operação Amazônia”, em 1966 –, que se inicia efetivamente, e de modo explícito, um amplo movimento de fortalecimento institucional e ideológico de uma estratégia autoritária de desenvolvimento que irá suplantar, de modo concreto e definitivo, este esboço de modelo desenvolvimentista-regionalista que se vinha constituindo desde a década de 30 e 40. Uma estratégia acompanhada de uma elaboração discursiva em que técnicos e intelectuais ligados mais efetivamente à realidade e ao ambiente político, econômico e cultural da Amazônia passam a ter um papel importante.

Um modelo que passa a ser suplantado em prol de uma estratégia mais pragmática de desenvolvimento de viés estritamente homogeneizador e organizado a partir de cima, por um modelo de gestão burocrático e centralizado a partir da atuação do governo federal sobre a região. Até então o que se tinha, do ponto de vista da construção de uma formação discursiva de viés mais desenvolvimentista, era uma ideologia que se formava em íntimo processo de diálogo com uma matriz de pensamento regionalista, encabeçada por figuras representativas da intelectualidade local, assim como de representantes das elites econômicas regionais. Uma ideologia que buscava se articular – através de uma espécie de “pacto conservador” – ao projeto de integração nacional (defendida pela burocracia federal), e que tinha como um de seus elementos subjacentes, uma perspectiva de mudança da base produtiva regional amazônica que se esperava poder ser alcançada através: tanto da modernização de nossos setores produtivos extrativistas tradicionais; como da diversificação de nossas atividades com base no fortalecimento de alguns novos setores agrícolas e industriais de interesse para a indústria nacional (SPVEA, 1953).

7.1.2 Aspectos políticos-institucionais e a formação das características do ambiente institucional amazônico durante a república velha

Apesar da evolução histórica do processo de desenvolvimento institucional de matriz autoritária na segunda metade do século XX (relatados no tópico anterior), o alicerce da análise institucional sobre a formação econômica e política a qual a dinâmica desenvolvimentista autoritária irá se confrontar nas décadas de 50, 60 e 70, se encontra, em boa parte, formado ao longo da primeira metade do século XX. A natureza da questão institucional amazônica deve ser compreendida, neste sentido, à luz deste processo histórico complexo, em que uma conjunção de fatores econômicos, sociais e políticos – que concorrem para o desenvolvimento de uma determinada situação particular –, se tornam elementos chave para a compreensão da realidade econômica regional e a forma de reação da mesma a uma situação adversa – como teria sido o caso da crise da economia da borracha no início do século XX. E entre estes fatores não podemos deixar de ressaltar o contexto político-institucional que alimentaria as disputas no seio de uma crise econômica sem precedente para a história da região. É com o aprofundamento da crise, em 1911, que uma série de características institucionais vem à tona enquanto fatores nitidamente limitadores em relação a

uma possibilidade de desencadeamento de um processo mais amplo de saída mais rápida e superação da crise.

Do ponto de vista mais específico, muito já se discutiu sobre as razões das dificuldades do surgimento de alternativas econômicas que pudessem aparecer como solução imediata para a crise da economia gomífera⁶⁴. A experiência da industrialização de São Paulo como reflexo da expansão da economia do café foi um exemplo do que, para alguns, poderia ter sido reproduzido enquanto experiência industrializadora também na Amazônia. No entanto, como é de amplo conhecimento, a realidade da resposta local à crise da borracha foi bem diferente da realidade do Centro-Sul do país. A emergência do *Plano de Defesa da Borracha*, e sua tentativa de implementação – durante o governo Hermes da Fonseca, em 1914 –, representou, neste sentido, a reação mais visível, porém não efetivada, à crise em um período de quase dez anos após o colapso. A situação de decadência das praças de Belém e Manaus, advinda do período de crise da economia gomífera não foi suficiente, portanto, para alterar de modo imediato a forma como funcionava a “visão de mundo” das elites locais e as condições objetivas do padrão de funcionamento da economia amazônica.

Por esse ponto de vista, a institucionalidade do ambiente local continuava profundamente moldada a partir de uma lógica e orientação produtiva de matriz extrativista. E neste sentido – como não poderia deixar de ser –, com ela as idéias hegemônicas se mantinham fortemente atreladas a uma cultura econômica de natureza mercantil. Por mais que, para alguns, a realidade material já apresentasse sinais claros de saturação deste modelo, o que parecia ser ainda determinante no ambiente institucional amazônico era a manutenção de uma lógica e mentalidade mercantil voltada para a manutenção de um *modus operandi*, estreitamente associado com o sistema tradicional de produção e comercialização extrativista que ainda dominava o “espírito” e as regras do jogo institucional em boa parte do ambiente produtivo local. Realidade que, de certa forma, garantia a manutenção de um discurso de sobrevivência ao extrativismo que o ajudara a resistir aos sinais de decadência cada vez mais evidentes ao longo da primeira metade do século XX.

A perda do monopólio da borracha e a crise econômica resultante, neste sentido, tiveram um potencial de mudança estrutural bem limitado para a economia amazônica num

⁶⁴ Ver Cano (1977)

primeiro momento. E nesse sentido, uma lógica produtiva mais industrialista ou em base agrícola, foi imediatamente solapada e contornada enquanto sinal de necessidade de mudança mais profunda no ambiente institucional. Surge em seu lugar, neste contexto, uma interpretação mais ressentida de que muito pouco havia sido feito por parte do governo federal em termos da sustentação da economia local. O desejo e o anseio típico de um clima de “revalorização da economia da borracha” em busca de se conseguir sobrevivência para as formas tradicionais de produção e extração de borracha, pareciam dar o tom do discurso regionalista em estágio nítido de formação nas primeiras décadas do século XX. É neste contexto que aparecem os primeiros sinais de formação de um discurso regionalista de perfil mais politicamente envolvido com as discussões sobre a identidade regional amazônica, tal como vimos também ocorrer como tendência em nível nacional na região Nordeste, no mesmo período.

E tudo leva a crer que não podia ser diferente. O efeito demonstração da política de defesa do café, em comparação ao *Plano de Defesa da Borracha*, que não havia saído do papel, estava ainda presente na mentalidade das elites locais e de seus representantes políticos mais próximos. Se nenhuma nova perspectiva se apresentasse com a possibilidade de se transformar realmente em alternativa econômica à altura do que havia sido a realidade da economia extrativa da borracha – para as perspectivas de progresso e interesses econômicos mais imediatos das elites regionais –, muito pouco se poderia esperar, neste momento, de uma possibilidade de disputa imediata contra a hegemonia do discurso extrativista local já consolidado por meio das formas tradicionais de reprodução social e econômica da região. Aqui uma nítida situação de trajetória política, econômica e cultural do tipo *path dependency* se torna a principal dificuldade para a implementação de mudanças no ambiente institucional amazônico em período de crise. Nesse sentido, a crise da borracha não foi capaz de mudar radicalmente a trajetória da economia e do ambiente institucional local, o qual apenas lentamente irá sofrer com mudanças mais significativas em seu padrão de funcionamento e reprodução social.

Num primeiro momento, portanto, a decadência eminente do setor extrativista, em vez de contribuir para a diminuição dos laços de sustentação material e ideológico do “complexo da borracha”, irá, ao contrário, reforçar e alimentar a percepção de dependência de toda a economia local em relação aos impulsos do setor exportador de base extrativa. Neste sentido,

podemos afirmar que, no caso da Amazônia, logo após a crise, os laços de solidariedade parecem se solidificar e não se dispersar, fazendo com que boa parte dos setores hegemônicos da sociedade se voltasse para a defesa da sustentação da economia extrativista. Cabe ressaltar que uma situação muito próxima a esta já havia acontecido nos primeiros períodos de crise da borracha, ainda no século XIX. Naquele momento, como afirma Weinstein (1993), o que existia, no entanto, era uma situação de tensão momentânea gerada por um período de queda dos preços da borracha no mercado internacional.

Esta tensão levou um grupo de aviadores de Belém, liderados pelo barão de Gondoriz, a organizar a chamada *Companhia União Comercial*, em 1881 (WEINSTEIN, 1993). Por essa iniciativa pretendia o barão e seus parceiros criar pressão sobre os exportadores de borracha que, até então, dominavam completamente livres os preços e controlavam o fluxo de comércio de borracha na região (o que podemos compreender como uma espécie de tentativa de inovação institucional para a época). Logo, no entanto, na medida em que os preços da borracha começavam a voltar a crescer no mercado internacional, a companhia acabaria por se desfazer, voltando-se às condições de comércio anteriores (com a predominância e um forte poder de monopólio dos comerciantes exportadores ingleses). Em termos gerais, foi esse o cenário institucional das disputas internas da economia da borracha amazônica até o final da primeira década do século XX. Ou seja, cenário de oscilação no preço da borracha com algumas situações de conflito pontuais que, logo em seguida – restabelecidos à normalidade de mercado –, tendiam a voltar à situação original na medida em que arrefecia os atritos entre as elites regionais e os comerciantes estrangeiros (WEINSTEIN, 1993).

Ou seja, a tendência à manutenção do *status quo* por parte das elites locais, tende a fortalecer uma lógica institucional do tipo *path dependency*. Transformando-se em um fator de estabilidade e manutenção da realidade social e política mais consolidada, e construída a favor de seus interesses mais imediatos, enquanto membros de uma elite regional que busca manter seus privilégios. Choques ocasionais e mudanças nos parâmetros que sustentavam uma certa estabilidade nas relações econômicas e políticas que condicionavam a formação de um ambiente institucional local favorável à atuação da economia extrativa, sempre representaram, portanto, até a década de 40, fatores que pouco conseguiram mudar de maneira estrutural; a dinâmica e a lógica de produção extrativista e mercantil amazônicas. Estes foram

os casos também do período de implementação do Plano Stevenson e do empreendimento da empresa Ford durante a década de 20. Como afirma Homma (1993):

Com esse plano de desenvolvimento acreditava-se que se poderia reviver a prosperidade de 1870 a 1910. A concorrência da borracha asiática, todavia, fez com que a economia amazônica entrasse num período de 30 anos de estagnação, período interrompido durante a vigência do Plano Stevenson (1922 a 1928). Esse plano preconizava as tentativas britânicas de restringir a sua própria produção com vistas em elevar os preços mundiais (HOMMA, 1993, p. 81).

Foi com o advento do Projeto Ford, portanto, que mais efetivamente se pôde verificar uma situação histórica onde a atitude e o pensamento de caráter modernizador das elites locais esteve, pela primeira vez, compondo uma mentalidade que, ao mesmo tempo em que se alimentavam com a esperança conservadora em relação ao retorno do auge da borracha, parecia injetar uma nova força progressista e aparentemente dinamizadora nos interesses de parcela das elites locais. Processo que, de alguma forma, parecia já valorizar, no entanto, o espírito empreendedor forâneo e as virtudes do capital estrangeiro como possíveis instrumentos e alternativas para a superação do que passaria a ser considerado, a partir de então, como uma lógica de produção extrativista atrasada, herdeira de uma mentalidade típica da época do auge da economia da borracha. E que por suas limitações, cada vez mais evidentes, passaria lentamente a ser considerada como responsável pela decadência da economia da borracha, e como sinônimo do atraso em termos de estratégia de desenvolvimento regional.

É claro que essa disputa estava ainda em seu momento embrionário e, na verdade, pouco representava em termos de poder de fogo institucional a favor de uma nova estratégia voltada para uma mudança significativa em termos de um padrão de atuação em relação à possibilidade de fortalecimento de um novo modelo agrícola ou industrialista para a região. Um aspecto que vem a reforçar esta assertiva é a forma como politicamente vinham se posicionando as elites locais, desde os tempos áureos da borracha, em termos de formas de receptividade em relação aos ventos que sopravam desde o advento da república, em um contexto nacional cada vez mais preocupado com a discussão e implementação de um projeto de desenvolvimento nacional. Como afirma Weinstein (1993):

No correr de todos os anos da expansão, a comunidade mercantil do Pará aproveitou cada oportunidade para reafirmar sua qualidade de membro das “classes conservadoras”. Longe de constituir o núcleo de uma burguesia consciente de si mesma, cuja ideologia enfatizasse o desenvolvimento regional ou nacional, os homens de comércio na Amazônia manifestavam, de modo geral, pouca preocupação com os problemas econômicos mais globais e raramente expressavam sentimentos nacionalistas (WEINSTEIN, 1993, p. 161)

O posicionamento conservador das elites locais em paralelo com uma mentalidade tipicamente anti-nacionalista – e, até certo ponto, alheia em relação aos debates que se faziam presentes no coração da república brasileira –, se transforma em uma marca importante do ambiente institucional amazônico que deriva, como consequência, do período do auge e centralidade da lógica de produção extrativista baseado no sistema de aviação durante o período do auge da borracha. É importante deixar claro, no entanto, que, em parte, esta não parece ser uma atitude isolada da elite mercantil amazônica. De uma forma geral, como afirma Perissinotto (1994), a atitude das classes dominantes agromercantis no Brasil representava na prática, até os anos 30, a consolidação de um *bloco de poder* que se equilibrava politicamente apesar das divergências de caráter pontual que, de alguma forma, tornavam os conflitos regionais de alguma forma relevantes e centrais na disputa por espaços de poder em nível nacional. Conflitos que, na verdade, faziam parte de divergências e fontes de cisão política de grupos de classes ou fração de classes regionais com interesses divergentes. Interesses estes, no entanto, que não abalavam em nível mais amplo o perfil de coalizão das classes dominantes regionais no Brasil. Coalizões que faziam parte de uma ordem mais ampla de interesses e acordos, os quais eram sustentados politicamente pelo *bloco de poder* de frações de classes dominantes regionais lideradas, em nível nacional, pela oligarquia cafeeira paulista. Como podemos observar no seguinte trecho:

A reiteração desse caráter agromercantil da economia nacional figurava como um dos elementos que integravam o interesse de outras frações da classe dominante em nível nacional. Os interesses hegemônicos da economia agroexportadora, que era também uma economia agromercantil, poderiam incorporar sem problemas a defesa desse caráter de nossa economia nacional como a defesa de um interesse particular e geral. Este era, sem dúvida, um interesse básico de algumas frações – notadamente daquelas ligadas à atividade mercantil – do bloco no poder na República Velha (PERISSINOTTO, 1994, p. 232)

Ainda de acordo com Perissinotto (1994), as bases de legitimidade específica do domínio da economia agroexportadora cafeeira sobre o restante das oligarquias regionais brasileiras estavam assentadas, entre outras coisas, no fato do café ser um produto de importância econômica nacional – inclusive para aqueles setores e grupos de interesses voltados para o mercado interno, como era o caso do charque no Rio Grande do Sul – além de representar fundamentalmente os interesses agromercantis mais gerais; tão caros a todas as classes ou frações de classes dominantes em todas as diferentes regiões brasileiras. Como podemos verificar neste outro trecho:

Consultando a bibliografia sobre a atividade produtiva de outros estados do país, pudemos perceber que em todos eles vigorava a produção agrária. Mais ainda, em todos eles vigorava uma produção agrária subordinada a um capital mercantil. Essa relação de dominação entre o capital produtivo agrário e o capital comercial se deu em todo o país, em todas as regiões economicamente ativas, voltadas ou não para a exportação (PERISSINOTTO, 1994, p. 227).

E em seguida:

Com base no que foi exposto acima, parece-nos correto supor que a generalização do caráter agromercantil da economia nacional, seja no setor exportador seja no setor voltado para o mercado interno, servia como ponto de apoio para o exercício da hegemonia por parte dos interesses agroexportadores. ... Em função disso, a ideologia da “vocação agrária” do país, que predominava no âmbito da economia agroexportadora, estava em plena harmonia com a reiteração do caráter agromercantil da economia nacional. Tal ideologia interessava não só ao setor produtivo agrário, mas também ao capital mercantil que via na mesma a justificação da sua posição privilegiada na economia nacional, exportadora ou não (PERISSINOTTO, 1994, p. 232).

A homogeneidade do caráter agromercantil das classes dominantes regionais que sustentavam o *bloco de poder* durante a República Velha, é um dos fatores considerados como responsáveis por uma certa estabilidade política e confluência de interesses regionais, fundamentais para o sucesso e permanência da chamada *Política dos Governadores* durante toda a Primeira República. Como nos afirma Perissinotto (1994):

Apesar de todos os conflitos apontados..., é preciso dizer que jamais houve uma crítica radical da economia agro-exportadora por parte daqueles setores vinculados ao mercado interno. Nem 1930 o foi. Esses setores da classe dominante brasileira reivindicaram apenas uma maior atenção às suas necessidades econômicas e, para isso, uma ampliação da participação política para além de Minas e São Paulo. A

prova disso é que, logo após a Revolução de 1930, não houve uma reformulação radical da economia por parte das “oligarquias dissidentes”, mas, isso sim, um pulular de institutos oficiais com vistas a proteger uma série de atividades, como, por exemplo, o Instituto da Borracha, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Mate etc., que respondiam às exigências imediatas dos setores não vinculados à agro-exportação (PERISSINOTTO, 1994, p. 227).

A lógica mais anti-nacionalista no ambiente institucional amazônico deriva, por sua vez, ao contrário da realidade de outras regiões, do pouco interesse ou necessidade de intercâmbio comercial dos estados amazônicos com o restante do país. A pequena dependência da economia local em relação ao mercado interno permitiu um maior distanciamento estratégico da região em relação aos interesses do café. Daí a pressão política das elites regionais por uma maior participação no poder central, assim como pela exigência de maior apoio federal em defesa dos interesses da borracha (WEINSTEIN, 1993). É neste contexto histórico que podemos afirmar que se formam os fundamentos político-institucionais que irão sustentar os ideais desenvolvimentista-regionalistas amazônicos que, a nosso ver, começam a se consolidar principalmente a partir de meados da década de 40.

7.2 AS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA

A análise das características das relações estado-sociedade no Brasil talvez seja um dos caminhos mais promissores no que diz respeito à compreensão do perfil das relações institucionais e políticas que se estabeleceram na dinâmica econômica amazônica e entre as relações da oligarquia regional da borracha e o poder central brasileiro. Como pudemos verificar no tópico anterior, o cerne das disputas que se dariam entre oligarquias regionais durante a república velha, em certo sentido pode ser considerado um elemento importante para compreensão de alguns aspectos relacionados às causas do fracasso de determinadas políticas de apoio à recuperação da economia da borracha, assim como na viabilização de processos de industrialização da Amazônia. Da mesma forma pretendemos, neste tópico, compreender as características mais específicas do ambiente institucional que favoreceram, já durante as décadas de 40 e 50, a emergência da questão regional amazônica como um fenômeno ao mesmo tempo complementar e paralelo ao tema do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. Uma realidade que não poderia se manter apartada à dinâmica

institucional mais ampla que alimentava o cenário nacional brasileiro durante o mesmo período. Com isso, pretendemos avaliar de forma mais específica o perfil de atuação que o Estado brasileiro viria a orientar a partir de 1930, no sentido da intervenção federal na região amazônica, em um contexto de crescimento da hegemonia do discurso de padrão nacional-desenvolvimentista em nível nacional.

7.2.1 As relações Estado-Sociedade no Brasil: as visões tradicionais

O estudo das relações entre Estado e Sociedade no Brasil tem uma longa tradição em nossa literatura em ciência política. Em primeiro lugar, existem as tradicionais interpretações – conhecidas como abordagens de perfil *culturalistas* (MATTOS, 2006) – que ressaltam o papel de nossa formação cultural *patrimonialista e personalista* na formação de um tipo de relação peculiar que se estabelece historicamente entre Estado e Sociedade no Brasil. De acordo com este perfil de interpretação, existiria no Brasil uma espécie de “herança” que nos acompanharia desde o período colonial, e que teria na influência cultural e política do Estado português seus principais fundamentos no que diz respeito à configuração das características institucionais da formação histórica da relação Estado-Sociedade no Brasil.

Entre os principais autores que representam essa tradição, está Sérgio Buarque de Holanda, que em *Raízes do Brasil* (1936) ressalta a perspectiva de que a melhor compreensão das peculiaridades político-sociais que atormentam a sociedade brasileira se encontra atrelada à nossa formação histórica, a qual esteve intimamente ligada a uma forte influência da tradição política e cultural dos países ibéricos. Portugal – como país de herança européia “não pura”, e com forte influência cultural de povos africanos e árabes –, representaria, neste sentido, um modelo de tradição política com forte conotação e culto ao *personalismo*. Característica que seria o inverso da impessoalidade tão presente na cultura política-institucional de países como França e a Alemanha, por exemplo. Neste sentido, a sociedade portuguesa apresentaria as características culturais híbridas que acabariam por dificultar, na prática, a configuração de relações públicas de tipo impessoal e baseado em relações estado-sociedade de caráter mais horizontal. O que, de certa forma, lhe favoreceria um perfil de atuação político mais tradicionalmente afeita a uma espécie de *individualismo anárquico*. Com um forte componente de estímulo à ascensão pessoal dos indivíduos, independentemente

de sua origem social ou hierarquia em suas relações de nobreza ou classe social de qualquer espécie⁶⁵. Uma característica que se tornaria um elemento diferencial da cultura política ibérica, e uma fonte de forte influência sobre a configuração política que se fazia hegemônica por dentro da estrutura do Estado português após o período de unificação.

Esta característica personalista marcante da tradição política portuguesa seria uma das principais responsáveis, ainda segundo Sérgio Buarque de Holanda, pela consolidação neste país, de uma burguesia comercial afeita ao modo de vida e aos valores tradicionais da nobreza. E não, como na França, aos valores de uma burguesia revolucionária em oposição à monarquia. Em Portugal, diriam alguns: “todos querem ser fidalgos” (REIS, 2006), inclusive os burgueses, que em nada se parecem com os revolucionários franceses dispostos a destruir o Estado absolutista em nome da implantação de um Estado burguês moderno. É essa tradição política mais “suave”, vamos dizer assim, tida como *personalista*, que teria sido a mesma que teria sido transplantada de Portugal para o Brasil durante o período colonial. Tradição que, entre outras coisas, teria influenciado por aqui a constituição de uma relação Estado-Sociedade de tipo difuso e pouco afeito a regras e padrões de relações não personalistas e mais universais. Aonde se tornou difícil uma imposição de práticas de impessoalidade as quais pudessem de modo efetivo, nortear a forma de funcionamento ideal de um estado burocrático mais eficiente.

A forma pacífica e suave do padrão de ascensão política e social dos comerciantes e da burguesia em Portugal – que se consolidou durante a Revolução de Avis, no século XIII – neste sentido, representaria, segundo Sérgio Buarque de Holanda, historicamente a manutenção de formas de operação das relações de nobreza de estilo personalista, com foco na ascensão social vertical, e não horizontal como seria de se esperar em um estado tipicamente burguês com forte estrutura burocrática norteadas por um princípio de impessoalidade. Relações as quais já vinham se dando no seio do Estado patrimonialista português desde a unificação do Reino⁶⁶. Característica que irá representar, para alguns, um

⁶⁵ “Ao exaltar o mérito pessoal – riqueza, feitos ou virtudes – frente aos privilégios herdados, o personalismo distingue-se obviamente do universo de pensamento inerente ao feudalismo de além Pirineus. Mas afasta-se também do individualismo moderno. Este pressupõe uma igualdade essencial entre os homens; para o personalismo, ao contrário, a desigualdade é o resultado inevitável da competição entre eles; alguns homens seriam mais, outros menos talentosos; uns menos, outros mais dependentes dos demais. Pode-se dizer, quando muito, que o personalismo é um individualismo aristocrático, de uma aristocracia aberta ao talento” (SALLUM JR., 2004, p, 241).

⁶⁶ Vejam o seguinte trecho retirado de Sallun Jr (2004): “o sentimento da dignidade própria a cada indivíduo, mesmo tendo se universalizado, inclusive entre os plebeus, nasceu da nobreza, como ética de fidalgos. A burguesia ascendente, em lugar de

palco propício para o surgimento de líderes autoritários ou “*caudilhos*”. Como deixa implícito José Carlos Reis em sua análise sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda:

Talvez, considera S. B. de Holanda, tenha sido seu êxito precoce uma das razões da persistência entre eles [portugueses] de hábitos da vida tradicional. A ascensão burguesa em Portugal não encontrou obstáculos intransponíveis. A burguesia não representou uma nova mentalidade, uma nova escala de valores. Ela se associou à nobreza e assimilou o seu modo de viver, seus valores. Cada burguês se sente nobre e exige a sua fidalguia em seu vestuário, em sua recusa do trabalho manual, em seu ócio, em seus títulos comprados ao Estado. A hierarquia feudal, rígida na França, em Portugal não existiu. As classes sociais não eram fixadas: todos eram fidalgos. A burguesia não implantou valores modernos – diligência, pontualidade, pertinácia, parcimônia, exatidão, solidariedade social. O sangue familiar, o nome, a herança não distinguem os indivíduos tanto quanto o seu próprio mérito e riqueza. Enfim: culto da personalidade, valores individualistas, ausência de uma moral do trabalho, resistência à regra social, à lei, têm como consequência uma sociedade dificilmente governável, pelo menos de forma democrática. Tal autarquia dos indivíduos, tal anarquia, só uma força externa pode organizar e dirigir. À liberdade excessiva substitui-se com facilidade a obediência cega (REIS, 2006, p.124)

Daí o argumento a uma suposta pré-disposição de nossa cultura ibérica para o assentimento de líderes autoritários. E é este o sentido mais profundo de nosso modo de ser *neoportuguês*, segundo Sérgio Buarque de Holanda. Esta é a nossa raiz e herança ibérica que, segundo José Carlos Reis, parafraseando o próprio Sérgio Buarque: “*nos impede de nos tornarmos uma nação moderna, racional na administração e na produção econômica, e nas relações sociais.*” (REIS, 2006, p. 124). Uma “herança maldita”, portanto, que insiste em se manter presente inclusive na passagem da ordem rural para a ordem urbana (durante a segunda metade do século XIX). Influenciando, de certa forma, a nossa tradição política até os dias de hoje.

contrapor-se a ela, assimilou-a. De fato, a frouxidão da estrutura social, a permeabilidade das hierarquias – em contrastes com as barreiras existentes onde o feudalismo imperava – permitiria que artesões e mercadores citadinos ascendessem socialmente em Portugal sem grandes obstáculos, já na época da Revolução de Avis, no século XIII. Essas facilidades explicam – segundo Sérgio – por que a burguesia mercantil não precisou em Portugal adotar um modo de viver e pensar absolutamente novo, que marcasse permanentemente o seu predomínio. Ao contrário, procurou associar-se às antigas classes dirigentes e assimilar muitos dos seus princípios, ‘guiar-se pela tradição, mas do que pela razão fria e calculista’” (SALLUM JR. 2004, p. 239).

7.2.1.1 As repercussões do modo de ser neoportuguês em nossa estrutura patriarcal: a passagem da ordem rural para a ordem urbana durante o século XIX

Essa tradicional interpretação de nossas mazelas políticas e sociais, apresentadas de forma audaciosa por Sérgio Buarque de Holanda em sua clássica obra de 1936, representa, neste sentido, uma visão bastante atual em alguns de seus aspectos mais importantes. Em um capítulo intitulado *Herança Rural*, Sérgio Buarque de Holanda nos apresenta alguns componentes que supostamente seriam o diferencial principal entre o padrão de colonização português e o espanhol, em seus aspectos mais essenciais. De certo modo é neste capítulo que ele nos antecipa determinada característica do processo de colonização portuguesa o qual seria supostamente considerada chave para explicar determinados tipos de empecilhos de natureza culturais que teriam emperrado basicamente o processo histórico de desenvolvimento brasileiro.

Por esse ponto de vista, de um momento inicial de colonização, a tradição personalista portuguesa se consolida historicamente a partir de uma *herança rural* que transfere para o nível da família patriarcal brasileira as principais características do personalismo português. Como afirma Jessé Souza: “*Nesse sentido, o patriarcalismo, especialmente em sua versão patrimonialista, seria a forma política específica ao personalismo. A base social tanto do personalismo como do patriarcalismo é o engenho, o qual, como se sabe, bastava-se a si próprio*” (SOUZA, 2000, p. 164). É com a autarquia da unidade familiar e à figura do senhor de engenho – enquanto personagem político central à organização social no Brasil – que a ordem patriarcal e rural se transverte da expressão maior do personalismo português em solo brasileiro. Como afirma Sallum Jr. (2004):

Esta é uma das teses centrais de *Raízes do Brasil*, retomada muitas vezes ao longo do livro. Por isso, não parece exagero dizer que, para Sérgio Buarque, a família patriarcal foi o elo social através do qual a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores portugueses se aclimatou entre nós e acabou por imprimir sua marca na sociedade como um todo (SALLUM JÚNIOR., 2004, p. 246).

Nesse ponto, Sérgio Buarque de Holanda parece convergir com a clássica interpretação de Gilberto Freyre sobre a natureza central da família patriarcal para a formação da sociedade brasileira (a qual já vimos em capítulos anteriores). Com o início da transição do campo para a cidade, durante o século XIX, no entanto, o personalismo patriarcal parece, aos olhos de

Sérgio Buarque, começar a perder a sua proeminência e a força hegemônica entre as formas de funcionamento das relações sociais e de poder no Brasil. Por outro lado, apesar de algumas mudanças, será mesmo apenas com a abolição da escravatura, em 1888, que as raízes rurais e patriarcais iriam perder de forma definitiva a sua natureza ou substância orientadora no modo geral de ser da sociedade brasileira. Neste sentido, apesar de decadentes, as raízes e heranças rurais continuariam dominando o cenário político nacional durante o império. Afirma Jessé Souza sobre este ponto: *“até a substituição da aristocracia rural pela elite do talento, sob D. Pedro II, é apenas mais uma nova aparição do mesmo, uma veste mais colorida, mais adaptada aos novos tempos, mas, substancialmente, temos o vínculo claro de continuidade da elite antiga com todos os seus defeitos e limitações”* (SOUZA, 2000, p. 167).

É importante ter claro, aqui, portanto, que a continuidade na orientação da herança rural sobre a nova realidade urbana, que começa a se configurar no Brasil imperial e se prolonga por toda a república velha, se apresenta e se desenvolve na medida em que as principais ocupações profissionais, de natureza tipicamente urbana, acabam sendo preenchidas por donos de engenho, ou por seus descendentes, devido à falta de uma burguesia mais independente. A mentalidade de casa-grande teria invadido, dessa forma, as cidades e não se contraposto a elas. E daí conquistado todas as profissões, inclusive a dos mais humildes (SALLUM JR., 2004, p. 246). Como afirma o próprio Sérgio Buarque de Holanda:

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio (HOLANDA, 1995, p. 73).

Os conflitos entre estes dois modos de ser que passam a coexistir na sociedade brasileira, principalmente ao final do período imperial – o velho (patriarcal, personalista e rural) e o novo (moderno, urbano e industrial) –, se intensifica, aos olhos de Sérgio Buarque, em uma complexa teia de relações ambíguas. Como podemos verificar no seguinte trecho que trata especificamente de um comentário sobre da experiência de um dos maiores empreendedores brasileiros durante o período imperial, qual seja: o Barão de Mauá:

De certo modo, o malogro comercial de um Mauá também é indício eloqüente da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares. Muitas das grandes iniciativas progressistas que se devem a Irineu Evangelista de Souza puderam ser toleradas e até admiradas, enquanto não comprometessem esses padrões venerados. Mas os choques nem sempre eram evitáveis e, nestes casos, a tolerância se mudava sem dificuldade em desconfiança e a desconfiança em oposição calorosa (HOLANDA, 1995, p.79).

Neste caso específico, Buarque se refere às incongruências entre os novos padrões de civilização industrial e urbana e as formas tradicionais patriarcais e personalistas que se institucionalizaram durante séculos no Brasil. Um conflito que, em parte, poderia ter sido solucionado de modo mais adequado ao desenvolvimento do país se tivesse tido como resultado histórico uma maior preponderância dos novos empreendedores que, como Mauá, pudesse disputar, com entusiasmo, o campo político e empresarial brasileiro e a criar alternativas e estratégias que, se vencedoras, poderiam se tornar fonte de inspiração à formação de um novo espírito empreendedor mais adequado à formação de um ambiente institucional favorável ao progresso econômico e social do país.

O país necessitava, por esse ponto de vista – tendo em vista que Sérgio Buarque de Holanda escreve seu texto em meados da década de 30 – de um novo espírito empreendedor moderno, que deveria ser impulsionado por uma nova elite industrial. Uma vanguarda que pudesse superar as amarras do *modos operandi* personalista brasileiro em favor de um novo espírito desbravador. Espírito que, não por um acaso, já havia feito parte da história de progresso de algumas regiões brasileiras. A pergunta que daí se pode tirar seria então: “mas não seria esta a imagem ideal e simbólica construída em torno dos ‘bandeirantes’ ou dos modernos cafeicultores paulistas de então?” Ou seja, não seriam talvez os “paulistas” a imagem ideal dos modernos desbravadores e modernizadores que, aos olhos de Sérgio Buarque de Holanda, poderiam ser o exemplo a ser seguido pelo restante do Brasil? Esta é a grande novidade que queremos trazer aqui em termos de reflexão sobre o papel da obra de Sérgio Buarque de Holanda, enquanto figura intelectual de grande importância nas décadas que se seguem após a revolução de 30, e fundamentalmente, durante todo o período de auge e decadência do desenvolvimentismo nas décadas de 50 e 60.

Vejam o que nos diz sobre esse assunto Jessé Souza: “*para Buarque, a modernidade e a conseqüente superação do personalismo poderiam ser representadas pelo café paulista e pelo*

desenvolvimento pretensamente distinto do Estado de São Paulo”. (SOUZA, 2000, p. 167). Ora, pela interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, os males do iberismo então não se aplicariam à realidade paulista reforçada por um perfil cultural de imigrantes de origem italiana e de um espírito desbravador de seus descendentes bandeirantes. Esta é uma conclusão de grande importância e significado simbólico central para uma justa interpretação do impacto político da obra do autor de *Raízes do Brasil* no contexto de nosso estudo. As características personalistas do *homem cordial* – tão cara a obra de Sérgio Buarque de Holanda –, não se aplicariam, portanto, aos paulistas. Essa é uma das interpretações mais intrigantes que podemos inferir deste contexto de análise de *Raízes do Brasil* para a formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Sobre isso, afirma ainda Souza (2000):

O corolário dessa idéia é a crença numa “excepcionalidade” no sentido americano dentro do nosso próprio país: o suposto desenvolvimento alternativo do Estado de São Paulo. Numa linha que vai de Sérgio Buarque até Raymundo Faoro e deste a Simom Schwartzman, podemos perceber o desenvolvimento da idéia da excepcionalidade paulista e a defesa de uma “sãopaulização” do Brasil como uma espécie de “programa político” dos teóricos do patrimonialismo. Em todos estes autores temos a idéia básica de um Brasil alternativo na antiga capitania de São Vicente, desenvolvido em meio ao relativo esquecimento e desinteresse da Coroa portuguesa, e que, precisamente por conta disso, pode desenvolver um padrão “americano” de socialização. A vinda dos imigrantes europeus não-portugueses para o Estado em grande número, a partir da segunda metade do século XIX, só veio a corroborar e consolidar a idéia original (SOUZA, 2000, p. 181).

Para o resto do Brasil, o que havia imperado, ao contrário de São Paulo, teria sido a característica patrimonialista, personalista e patriarcal. A cordialidade seria, assim, a principal marca e a síntese que representaria, por meio da cultura, a maneira institucionalizada de funcionamento de um típico país atrasado por dentro do Brasil. A herança maldita e o cerne da formação cultural de um Brasil “não paulista”, portanto. Sobre esse ponto afirma ainda Sallum Jr. (2004):

A cordialidade, pois, é tentativa de reconstrução fora do ambiente familiar, no plano societário, do mesmo tipo de sociabilidade da família patriarcal, de um tipo de sociabilidade dependente de laços comunitários. Seriam exemplos disso algumas formas de linguagem, de expressão religiosa e até o horror às hierarquias e a busca de intimidade no tratamento dispensado às autoridades (SALLUM JÚNIOR., 2004, p. 251).

Este é o principal malogro, segundo Sérgio Buarque de Holanda, de ainda sermos, em pleno século XX, neoportuguêses em boa parte das terras brasileiras fora de São Paulo. A cordialidade brasileira neste sentido, portanto, representa o que de mais retrógrado poderia existir em termos de uma sociedade moderna e industrial. Condição histórica que, só poderia ser superada por uma nova atitude que alimentasse uma maior articulação do Estado com as bases da sociedade brasileira. Uma nova institucionalidade que precisaria ser construída de maneira à contra arrear o ambiente institucional tradicionalmente afeito à maneira personalista da relação Estado-Sociedade que se instituiu no Brasil durante vários séculos de história. E que para isso, precisaríamos de novas lideranças que pudessem ser as responsáveis pelo impulsionar de um novo projeto de desenvolvimento moderno e industrial para o país.

7.2.1.2 A interpretação da formação do patrimonialismo brasileiro

Outro autor de fundamental importância para as tradicionais interpretações culturalistas das relações entre Estado e Sociedade no Brasil, é Raymundo Faoro. Em seu clássico *Os Donos do Poder*, de 1958, Faoro nos apresenta uma percepção da formação do Estado patrimonialista brasileiro em grande parte em sintonia com a obra de Sérgio Buarque de Holanda, assim como de sua interpretação a respeito da influência ibérica sobre a nossa formação política e cultural. A novidade de Faoro, no entanto, está na conceituação da noção de *estamento burocrático* como sendo uma categoria que sustenta as relações patrimonialistas no Brasil, tendo em vista um sentido de controle do Estado sobre a sociedade civil. Segundo esta interpretação, também hoje considerada clássica, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, teria se formado aqui um aparato estatal que se impôs sobre o território brasileiro, sem que a mesmo já tivesse internamente consolidado uma sociedade civil organizada.

O resultado desse movimento histórico sobre o ambiente institucional teria sido uma transposição pura e simples de características patrimonialistas do Estado Português diretamente para a formação da relação Estado-Sociedade no Brasil. Relações estas mediadas pela formação de um *estamento burocrático* que havia se importado e instalado no país junto com a vinda da família real portuguesa. Às características patriarcais que vinham se impondo sobre a organização da sociedade brasileira, desde o período colonial, irão se misturar, neste

momento, portanto, as características patrimonialistas típicas do estado português e de sua burocracia estamental recém instalada no país. Características que acabarão por formar, como síntese, uma sociedade civil viciada por práticas personalistas e com forte permeabilidade das tradicionais famílias patriarcais brasileiras por dentro da estrutura da burocracia estatal em seu estágio de formação. Esta seria, segundo Faoro, a origem histórica da formação de nosso clientelismo e de nossa tradição política coronelista cantada a verso e prosa por nossos cientistas sociais ao longo de todo o século XX. Ou seja, a síntese de estruturas burocráticas estamentais associadas a um personalismo típico de países ibéricos.

É por esse ponto de vista que, de acordo com as tradicionais interpretações de Buarque de Holanda (1936) e Faoro (1958), haveria se formado, no Brasil, ao longo de séculos de formação histórica, uma relação entre Estado e Sociedade com um forte componente orgânico de personalismo patriarcal e patrimonialismo que – como um típico processo histórico do tipo *path dependency* –, acabaria por se cristalizar e institucionalizar em nossa prática política e cultural cotidiana. Práticas muitas vezes associadas ao chamado *clientelismo-personalista*; ou a famosa prática do *coronelismo*, tão difundido em nossa literatura política. Uma realidade cultural que, segundo seus dois intérpretes mais influentes, aqui referenciados, acabaria por configurar uma prática política efetiva no Brasil que confunde interesses privados com interesses públicos, dificultando sobremaneira a implantação de um estado burocrático mais eficiente ao estilo weberiano.

7.2.2 A revolução de 30, as mudanças na configuração das relações Estado-Sociedade no Brasil e a emergência da questão regional na Amazônia

Como vimos em tópicos anteriores, com o advento da revolução de 30 uma nova realidade institucional parece começar a se configurar nas relações Estado e Sociedade no Brasil. O federalismo implantado com a proclamação da República, no final do século XIX, tinha consolidado uma prática política descentralizada com a hegemonia do poder local e com forte apelo ao clientelismo por parte das elites agrárias regionais. Uma realidade que perdura durante toda a República Velha, tendo na revolução de 30 seu momento de crise mais aguda. Momento de instabilidade que irá perdurar até a instalação do Estado Novo, em 1937. Durante todo esse período (que vai da revolução de 1930 à instalação do Estado Novo) o que se percebe é um período de instabilidade política e social que levará a uma transição de uma

antiga ordem política monolítica (patriarcal e clientelística), para uma nova realidade que irá se consolidar, pouco a pouco, e que será a responsável pela constituição – ao longo do período do primeiro governo Vargas –, de uma nova ordem político-institucional mais *sincrética*⁶⁷ e calcada em uma nova estrutura política de natureza diversificada. Uma realidade que mescla componentes corporativos com as tradicionais manifestações clientelistas que, apesar das críticas dos “revolucionários” de 30, se mantém sem que necessariamente os tributários positivistas do novo regime consigam eliminá-la por completo.

Por esse ponto de vista, com o advento da revolução de 30, um ideal de um Estado centralizador-burocrático e corporativista entra em cena, mudando e re-configurando as relações anteriores de completa autonomia das elites regionais em relação ao Estado nacional brasileiro. De agora em diante, o que viria a imperar no federalismo brasileiro seria uma fórmula mais flexível e variada de relação entre Estado e Sociedade, em que uma nova camada burocrática ficaria agora responsável pela mediação entre os interesses regionais e os interesses do Estado centralizador. Um novo *estamento burocrático* se formaria, segundo Raymundo Faoro, aprofundando em essência a estrutura de dominação do Estado sobre a sociedade civil. Para autores como Diniz (2007), a nova elite burocrática estamental que advém desse processo, teria a missão estratégica de mediar as relações políticas e econômicas entre os interesses do Estado centralizador, as elites regionais e os interesses corporativos dos empresários industriais e dos sindicatos de trabalhadores recém constituídos sobre a tutela de Getúlio Vargas.

Longe, portanto, de representar uma espécie de exclusão das elites regionais e suas práticas clientelísticas tradicionais no poder, o que o novo modelo político impõe sobre a realidade das diferentes regiões brasileiras é uma revisão das formas tradicionais de relação de suas elites em relação às fontes do poder agora centralizado pelo governo federal, e sob a tutela de uma nova elite burocrática e estamental⁶⁸. Uma mediação que não irá eliminar por completo as formas clientelísticas de relação entre o Estado e Sociedade no Brasil, mas que irá impor, ao menos, uma nova configuração institucional em que as relações de poder (entre

⁶⁷ De acordo com Edson Nunes (1984), a relação *sincrética* entre Estado e Sociedade no Brasil, representam uma combinação de vários elementos de uma gramática política que se constitui historicamente formando uma série de formas de relação Estado-Sociedade, composta por três elementos principais; tais como: o clientelismo, o corporativismo e o universalismo de procedimentos.

⁶⁸ O que Raymundo Faoro chamaria pelo nome de *estamento burocrático* (FAORO, 2000).

as oligarquias regionais e o Estado nacional) são refeitas de modo significativo. Fazendo com que a lógica clientelista tendesse a favorecer, de agora em diante, aos interesses locais que estivesse mais de acordo com os propósitos do Estado nacional desenvolvimentista. Estado agora representado por seu estamento dirigente em plena sintonia com os ideais de desenvolvimento que começavam a se enraizar cada vez mais em sua estrutura burocrática. Novas relações se institucionalizam formalmente, portanto, neste momento, diminuindo a autonomia das regiões, e colocando-as sobre a mediação corporativa e funcional dos interesses do Estado brasileiro:

Se, por um lado, a estrutura de poder vigente no Brasil até 1930 legitimava o controle das elites agrário-exportadoras, principalmente dos cafeicultores, por outro lado, tal estrutura já não refletia mais a crescente diversificação da economia e da sociedade brasileiras. Assim, a partir do Estado Novo, estes novos segmentos sociais começaram a ser incorporados à estrutura do Estado através do modelo corporativo que foi constituído após 1937. Nesse sentido, para explicar esse novo modelo de Estado e a incorporação de novos segmentos sociais a sua estrutura, Eli Diniz recorre à idéia do estado de compromisso (ABREU, 2007, p. 61).

Por *estado de compromisso*, se quer representar exatamente essa confluência de interesses entre grupos, segmentos de classe e elites regionais que se legitimam a partir da construção de um determinado processo de equilíbrio político e econômico tutelado pela atuação do Estado brasileiro e de sua burocracia estamental em pleno processo de afirmação institucional. É nesse contexto que um dos aspectos mais relevantes do debate sobre os movimentos regionalistas no Brasil, passa a se relacionar, a nosso ver, com a análise do papel das oligarquias regionais no processo de mudança no quadro político-institucional brasileiro que advém com a revolução de 30. Durante este período, o que parece ser o movimento principal em termos da reestruturação do federalismo brasileiro, é a perda de espaço de algumas oligarquias regionais com menor poder de articulação e importância em termos de poder de barganha em sua influência enquanto região produtora de produtos de importância estratégica para a economia nacional. Longe de representar uma mudança profunda em termos de acesso ao poder por parte das elites oligárquicas tradicionalmente influentes – como os produtores de café do Estado de São Paulo – a nova arquitetura política nacional impôs, no entanto, um rearranjo institucional que limitou e muito, na prática, a autonomia de decisão dos Estados menos favorecidos – assim como de suas oligarquias regionais em relação à defesa de

seus interesses mais tradicionalmente consolidados. Subjugando as esferas de decisão política local ao poder centralizado do Estado nacional brasileiro e à suas instâncias burocráticas – em grande parte dominadas pela burocracia militar dos tenentes e pela nova tecnoburocracia criada pelo Estado Novo. A institucionalização das chamadas intendências estaduais sobre a tutela de Getúlio Vargas representou, neste sentido, também, mais um instrumento de controle e limitação imposta sobre a autonomia e influência das oligarquias regionais em seu próprio domínio territorial.

O que se passa neste momento é um profundo processo de reequilíbrio de forças políticas nacionais que anunciavam, desde o final da década de 20, uma crise eminente do pacto oligárquico e da *política dos governadores* que havia conseguido manter em equilíbrio a forças e interesses regionais durante todo a República Velha. Mas que, com o advento das novas classes médias urbanas e do processo de industrialização em curso, trouxera a tona um mosaico de novas forças políticas e econômicas que exigiam maior participação nas esferas de decisão do poder do Estado. Deste processo surge a situação do chamado *Estado de Compromisso*, que representa exatamente uma espécie de equilíbrio de forças, em moldes ainda conservadores, de onde se impõe um re-direcionamento estratégico da atuação do Estado brasileiro rumo a um maior grau de distribuição de seus níveis de influência, assim como da perda de hegemonia por parte dos setores tradicionais das oligarquias regionais sobre suas próprias dimensões territoriais.

Neste sentido, cabe ainda salientar o processo de construção da eminente perda de poder de comando das oligarquias regionais, que passam a ter que reorientar seus métodos de influência política em um novo sistema de padrão corporativista (DINIZ, 2007). Métodos que passariam agora – por força da nova estrutura de governança política implantada principalmente a partir do Estado Novo – a concorrer com outros grupos de pressão que passam também a ocupar o seu espaço e canais de influência sobre as instâncias de decisão do poder estatal brasileiro. Um poder que, antes, se apresentava completamente disperso e descentralizado, mas que agora continua existindo, só que mediado através da tutela do governo federal em sua estratégia desenvolvimentista. É nesta etapa que se estrutura uma nova estratégia de intervenção política do Estado brasileiro rumo a um modelo *corporativista*, em contraposição ao modelo *descentralizado* e *clientelista* que imperava na República Velha. Como afirma Diniz (2007):

As condições sob as quais as tensões desencadeadas evoluem levam a burguesia cafeeira a perder efetivamente seu papel hegemônico. Não obstante, a incapacidade dos demais setores, quer dos grupos agrários não vinculados ao café, quer dos grupos urbanos emergentes, para assumir o poder, em caráter exclusivo, conduz a uma política de compromisso, delineando-se a reformulação da estrutura de poder, não pela substituição das elites tradicionais pelas novas elites em ascensão, mas pela acomodação entre os diferentes atores em confronto (DINIZ, 2007, p. 101).

Com este novo formato, oligarquias de estados com menor poder de influência política e econômica perdem parte significativa de seu poder de decisão, antes descentralizados, para novos grupos de pressão mais bem localizados em relação à estratégia de intervenção do Estado brasileiro, ou fisicamente mais próximo do poder central. Este parece ser o caso das elites regionais amazônicas – o que nos interessa mais especificamente aqui neste trabalho – as quais passam a alimentar, por isso, um sentido regionalista mais profundo e preocupado com a valorização de seus interesses e perspectivas, agora alinhadas e consideradas como representativas de supostos valores regionais. Como pudemos verificar anteriormente, de acordo com Weinstein (1993) uma das principais características das elites regionais amazônicas do início do século – em boa parte atreladas e agrupadas através das *Associações Comerciais* –, era o pouco interesse que as mesmas demonstravam pelo cultivo da borracha em bases agrícolas. Claro que esta constatação não deve ser vista por um ponto de vista unívoco, ou unânime, até porque, como nos salienta a própria Bárbara Weinstein, já se pode comprovar historicamente a existência de um número significativo de atores relevantes no cenário político e empresarial amazônico que já alertavam, desde o século XIX, sobre as limitações de um modelo extrativista enquanto modelo exclusivo de desenvolvimento para a Amazônia. O que evidencia uma limitação da leitura historiográfica tradicional que insurge na esteira de uma análise mais geral sobre a crise da borracha logo após o fatídico período de decadência na década de 10. De acordo com a leitura tradicional, ressalta-se uma suposta visão pouco perspicaz e até ingênua das elites regionais amazônicas perante a eminente crise que se avizinhava no início do século. Como afirma Weinstein (1993):

[...]testemunhas da decadência e, depois delas, historiadores reservaram suas críticas mais contundentes à evidente cegueira da elite local em relação a progressos essenciais que se verificavam na indústria da borracha e a sua incapacidade de perceber a ameaça representada pelo cultivo de seringueiras (WEINSTEIN, 1993, p. 248-249).

Como uma prova das limitações de tal empreitada historiográfica, e ressaltando o contexto bem mais complexo o qual se pressupõem encontrar as reais condições de operação e interesses dos diferentes atores que se encontravam envolvidos com o negócio da borracha, afirma ainda Weinstein (1993):

Acusações como essas subestimavam grosseiramente a perspicácia da elite regional, bem como a gama de dificuldades que qualquer tentativa de cultivo da seringueira teria encontrado na Amazônia. Tais acusações pressupõem também que a elite constituía um bloco essencialmente homogêneo e, com isso, deixam de levar em conta a variedade de recursos, interesses ou ideologia presente no seio da classe alta. A comunidade mercantil pode ter-se satisfeito em ignorar a questão do cultivo durante as décadas iniciais da expansão da borracha, mas houve membros da elite tradicional que, desde o início, lamentaram abertamente o fato de a região depender de maneira tão absoluta da seringueira silvestre. Já em 1866, Tavares Bastos clamava pelo “cultivo regular da seringueira em terrenos e ilhas vizinhas das cidades e vilas (...)” e predizia que “A lavoura da seringa poderá ser uma indústria séria e valiosíssima para o Amazonas”. Quinze anos mais tarde, M. A. Pimenta Bueno, em relatório anexo à mensagem anual do presidente da província, dizia que “a trite verdade é que a seringueira não foi cultivada”, e instava com o governo para que oferecesse “prêmios” àqueles que cultivassem a hévea (WEINSTEIN, 1993, p. 249).

É desse rol bem mais complexo de condições de possibilidades para a emergência de alternativas concretas de superação das limitações da economia extrativa. Que queremos aqui melhor descrever as características peculiares que compunham um conjunto determinado de regras do jogo que alimentavam o ambiente institucional amazônico no qual as elites regionais estavam inseridas em um contexto de crise da economia da borracha. Uma característica institucional que se prolongará durante anos, e que influenciará o perfil de formação discursiva de nossas elites regionais, assim como de sua relação com as disputas que se dão dentro da formação do novo Estado corporativo brasileiro. Um contexto que, de certa forma, nos ajudará a compreender determinadas características e linhas de pensamento, ou ideologias, que se formam – por dentro das organizações representativas dos interesses de classe locais –, em um determinado momento que se desenvolve a partir, principalmente, da década de 40 e 50.

Contexto que começa a se modificar de maneira significativa na década de 30. Com todo o aparato institucional que daí deriva em termos de mudanças nas regras do jogo político e do modelo de federalismo brasileiro que começa a imperar de modo mais decisivo a partir da implantação do Estado Novo, em 1937. No período que se segue após o início da crise da

borracha (em 1912), vivemos, portanto, uma etapa de transição que terá largas conseqüências sobre a constituição de um corpo de pensamento voltado para o tema do desenvolvimento da Amazônia. Uma mentalidade que, até então, pairava sobre as bases da economia extrativista, mas que, como visto anteriormente, irá sofrer mudanças significativas na medida em que o período áureo da borracha fica para trás, e em seu lugar nenhum novo grande ciclo econômico parece emergir a ponto de realimentar a continuidade do sonho fáustico de prosperidade e “modernidade” das elites regionais. Uma nova ideologia, ao que parece, começa a realimentar os anseios de progresso material de elites mercantis decadentes que, desde sempre, sonharam e foram acostumadas com uma perspectiva de enriquecimento rápido.

No entanto, se analisarmos a complexidade que poderia se constituir, do ponto de vista histórico, como uma mudança institucional brusca entre uma concepção de progresso totalmente alicerçada em bases mercantis e extrativas, e uma nova concepção agrícola e industrial que tinha enquanto ponto negativo o fato de gerar algumas desconfianças, tais como: o de ora aparecer como processo historicamente inevitável, ora como uma alternativa que prometia, em termos concretos, poucos frutos imediatos em termos de retorno econômico e de manutenção do poder instituído por um determinado grupo social. A opção inicialmente preferencial das elites locais amazônicas, portanto, ainda tenderia inevitavelmente à priorização da manutenção de seu *status quo*, em detrimento de qualquer “aventura” que pudesse de alguma forma ameaçar o seu poder institucionalizado por meio das práticas do sistema de aviamento, por exemplo. Ou seja, uma postura conservadora que as levaria a resistir a qualquer aposta mais radical que viesse a ameaçar seus interesses mais enraizados socialmente. Ameaça que poderia advir de um novo projeto que defendesse novas bases de sustentação econômica e política para a região em moldes totalmente renovados. O que, do ponto de vista pragmático, tenderia a ser vista como uma situação incerta perante os anseios de manutenção de seus privilégios e da permanência de sua condição ideológica de proeminentes e líderes propagadores e difusores do progresso regional.

Sendo assim, o que pareceu ser o cerne das elites mercantis amazônicas por ainda algumas décadas, após a crise de 1912, ainda era a idéia fixa e cega de se tentar recuperar a qualquer custo os tempos áureos da borracha, em detrimento a uma aposta mais agressiva em relação a uma alternativa agrícola ou industrial para a região. A vontade de reaver os tempos de riqueza e “prosperidade” material ainda recente parecia contaminar de forma intransigente

as cabeças e os sonhos mais ilustres da elite mercantil amazônica. Ávidas por recuperar o período de riqueza que havia a pouco perdido, fica claro neste período, portanto, a dificuldade destas elites em conseguir vislumbrar, do ponto de vista simbólico, inclusive, um novo corpo sistemático de idéias (uma ideologia) que pudessem representar, de forma consolidada, um modelo alternativo de desenvolvimento para a região. No entanto, este já não parecia ser o sinal que emanava da realidade material que cada vez mais parecia tornar inevitável a necessidade de implementação de um outro modelo de desenvolvimento. O que impulsionava e favorecia a emergência, em tempo breve, de um novo ciclo ideológico para a região. Como afirma Costa (1993):

A queda brusca nos preços da borracha, a drástica redução nas exportações e equivalente quebra nas importações reduzem em igual proporção, numérica e qualitativamente (do ponto de vista econômico e político) as oligarquias locais. A lenta, mas real reorganização da economia sob novas bases (agricultura de subsistência, produção animal, castanha do Brasil, etc.) as redefina, reafirmando, todavia, o seu caráter mercantil e predominantemente extrativo. O limiar dos anos vinte as encontra enfraquecidas e agonizantes como a própria borracha silvestre, mas a ela ainda fortemente ligadas, uma vez que essa mercadoria seria, ainda, por boa parte da década, o principal produto de exportação; por isso, presas na ambigüidade que deriva da esperança de retorno ao passado frente às transformações concretas da realidade presente (COSTA, 1993, p. 24).

A mentalidade mercantil tradicional parece, neste sentido, sobreviver por vários anos, apesar do abalo profundo que sofre a economia da borracha. E neste sentido, como podemos ver, a sua influência institucional vai muito além da condição estrita da lógica da atividade gomífera, representando na verdade todo um arcabouço de regras formais e informais que alimentavam as operações mercantis amazônicas como um todo. E que se mantinham enquanto tendência hegemônica sempre pronta a ressurgir – na medida em que as perspectivas de recuperação da economia da borracha passam a ser vistas como novamente factíveis. Um fenômeno que tem boa parte de sua explicação atrelada à natureza de um discurso que paira enquanto realidade institucional, e que alimenta as expectativas de prosperidade. Criando uma certa interpretação da realidade que só lentamente – às custas de uma crise de identidade institucional e econômica mais profunda –, poderia ser sobreposta historicamente por uma nova mentalidade ou compreensão mais sistêmica dos problemas econômicos regionais.

Com o tempo, no entanto, à medida que a crise se prolongava alguns seguimentos da elite local – visualizando o incremento do papel do estado nacional em sua estratégia

desenvolvimentista em nível federal –, tendem a absorver e admitir como definitiva as conseqüências da crise em termos das possibilidades de futuro para a economia extrativista regional. Estando as mesmas, a partir de então, em melhores condições de avaliar criticamente a experiência mal sucedida e a apontar alternativas mais criativas e inovadoras em relação ao futuro da região. Com o tempo, a interpretação que se consolida é a de que a perda da competitividade extrativa da borracha deveu-se ao alto custo de vida dos seringueiros e a excessiva especialização da economia local em relação à base da economia extrativa da borracha. E que seria necessário, portanto, neste momento, finalmente, um esforço de maior diversificação da base produtiva regional rumo a construção de uma economia com maior peso de base agrícola e industrial. Como afirma Homma: “*a necessidade de importação maciça de alimentos, uma vez que nada era produzido nos seringais, o custo de transporte, os impostos e as comissões dos intermediários (Veríssimo, 1970) inspiraram as medidas de estímulo à produção local dos principais itens de consumo dos seringueiros*” (HOMMA, 1993, p.81).

O argumento da necessidade de diversificação da base produtiva local com base na ampliação da produção agrícola começa, portanto, a aparecer lentamente entre os argumentos mais proeminentes no universo político e intelectual amazônico. As disputas políticas das articulações oligárquicas em nível federal se aprofundam com o desenrolar da revolução de 30 e a instalação do Estado Novo, em 1937. Situação que irá prejudicar enormemente os interesses da oligarquia da borracha, e favorecer um novo cenário de mudança e estímulos à novas formas de articulação política e econômica da economia regional com o restante do país. É nesse momento que se forma um novo cenário favorável para um pacto conservador entre parcelas da elite regional e a nova tecnoburocracia do Estado Brasileiro em ascensão. Um pacto que viesse no sentido de preservar algumas vantagens e privilégios para as elites regionais decadentes em prol de sua definitiva adequação de sua estratégia de desenvolvimento a um modelo mais centralizado e amparado na ideologia nacional-desenvolvimentista. Uma estratégia, no entanto, que exige por outro lado a constituição de um novo discurso, agora muito mais voltado para um sentido de modernização mais adaptado à necessidade de preservação dos valores regionais amazônicos.

Se analisarmos a lógica das disputas entre frações de classe no seio do processo de constituição do ambiente político que irá levar à emergência do Estado Novo de Vargas,

podemos verificar claramente que a lógica da concentração de poder e da tutela política em nível federal criara uma nova tendência de criação de regras institucionais que irão favorecer a emergência de novos atores mais afeitos à necessidade de mudança no padrão de reprodução econômica e social da Amazônia. Ora, esta é exatamente a natureza do processo *path dependency* sobre a dinâmica econômica e institucional que continuará seu movimento de mudança lento e gradual por décadas na Amazônia. Um movimento que terá, no entanto, nas décadas de 40 e 50 um período marcante em termos de mudanças institucionais mais profundamente impulsionadas pela situação de conflito bélico mundial (Segunda Guerra Mundial) e pelas iniciativas americanas em tentar, a todo custo, soerguer a economia da borracha amazônica para servir como fonte de matéria prima para sua indústria bélica americana em expansão.

É nesse novo contexto – que virá com a formação de uma nova base institucional criada durante o período de Guerra – que se constituem na Amazônia condições de possibilidade reais e concretas para a formação de um discurso desenvolvimentista-regionalista que procura conciliar aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais em nível nacional e regional. E que passa a alimentar e ser alimentado por uma tradição intelectual que se molda ao longo da primeira metade do século XX, oferecendo às elites regionais as condições heurísticas necessárias para o desenvolvimento de um discurso de grande importância e influência sobre a constituição das instituições de desenvolvimento regional na Amazônia.

8 O QUADRO ANALÍTICO SUBJACENTE AO DEBATE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL AMAZÔNICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O debate sobre a noção de desenvolvimento da Amazônia, tal como entendemos ainda hoje, tem suas raízes genealógicas relacionadas ao ambiente intelectual que se configura e se expande da Europa para a América Latina no final do século XIX e início do século XX. Com base numa discussão ampla sobre o ideal de progresso entre povos de origem e civilização européia, os intelectuais das nações recém formadas na América Latina, como o Brasil, iniciam um debate sobre as causas que pareciam à época alimentar e sustentar os entraves ao desenvolvimento e o progresso nestes países. Nesse momento, o lema positivista do progresso e seus correlatos – baseados no ideal da evolução social, econômica e política de países considerados atrasados – se transforma, assim, em uma categoria que irá influenciar os intelectuais brasileiros durante o período do final do Império e início da República. Como visto em capítulos anteriores, autores como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Alberto Torres, serão, neste contexto, os grandes responsáveis pela construção de um novo arcabouço teórico segundo o qual se iniciará uma nova interpretação sociológica sobre o sentido do atraso brasileiro e o papel do Estado na construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

Na Amazônia, este quadro geral também repercute a partir da influência exercida por cientistas naturalistas e antropólogos europeus e americanos. Além de escritores e políticos locais, como José Veríssimo e Tavares Bastos, que abordam aos principais temas e questões referentes ao debate nacional sobre a questão racial e o tema do papel da imigração para o desenvolvimento regional. Temas que, ao mesmo tempo, alimentam o debate sobre a questão nacional brasileira e o sentido e possibilidades de seu progresso com base em seus próprios elementos étnicos já estabelecidos ao longo de séculos de colonização portuguesa. No entanto, apesar da importância destes vários personagens no contexto do debate nacional e internacional, não resta dúvida que será Euclides da Cunha aquele que conseguirá formar um novo padrão de interpretação – de grande influência nos meios intelectuais brasileiros à época – sobre o sentido do problema amazônico e dos pontos que deveriam ser colocados como sendo a causa de seus problemas mais fundamentais.

Em vários de seus artigos escritos no início do século XX – mais tarde reunidos em livros como “À margem da História” e “Contrastes e Confrontos” – Euclides lançaria o tema

da “*Amazônia nas linhas originais das preocupações da inteligência brasileira*” (REIS, 1966, p.09). Seguindo esta perspectiva, teria sido Euclides da Cunha um dos principais responsáveis pela “*divulgação dos quadros físicos e humanos em estilo que fez as delícias de um grande público no Brasil*” (REIS, 1966)⁶⁹. Ou seja, fez com que a problemática da Amazônia se divulgasse pelo país, transformando-o em verdadeiro responsável intelectual pela imagem que será construída no restante do país sobre a região, durante boa parte do século XX. Imagem que chega pela primeira vez aos brasileiros, ainda durante o primeiro período republicano, reforçando as fileiras de interpretação da Amazônia como região pouco conhecida e completamente abandonada aos olhos da República recém implantada no Brasil.

“Aos fragmentos”, esta foi a expressão que Euclides utilizou para revelar o estado de conhecimento sobre a Amazônia no início do século XX. Fragmentos considerados, por ele mesmo, como insuficientes e incapazes de representar, sozinhos, e com coerência interna, a realidade amazônica em todo a sua complexidade. Foi somente a partir do momento em que estes fragmentos começam a ser reunidos e interpretados – a partir dos textos escritos pelo próprio Euclides da Cunha –, que a Amazônia passa finalmente a representar, do ponto de vista heurístico, uma unidade temática a ser avaliada em seus aspectos ligados ao tema do desenvolvimento nacional. Assumindo a sua obra, neste sentido, o papel de um verdadeiro monumento síntese da região. Conforme afirma Moraes (2001):

A obra de Euclides, todavia, triunfou e resistiu galhardamente, conservando-se ileso, e destinando-se a servir de introdução a qualquer estudo sério que se pretenda realizar sobre o mesmo assunto. Euclides, com efeito, foi um clássico da Amazônia, clássico enquadrado no definir de Sainte-Beuve – um escritor que se dirige a todos com um estilo seu e que se encontra também em todo mundo, um estilo novo e antigo, contemporâneo de todas as datas. As páginas fragmentárias, que escreveu sobre a Hiléia, são, indiscutivelmente, o primeiro monumento que se vislumbra no horizonte literário amazônico (MORAES, 2001, p.17)

Atribui-se aqui, portanto – por vários autores de grande importância para os estudos sobre a Amazônia no século XX –, a Euclides da Cunha, o papel de ser o responsável por fazer a primeira grande síntese interpretativa da região por um ponto de vista nacionalista. Tornando a Amazônia compreensível, por isso, aos olhos da intelectualidade brasileira, em

⁶⁹Aqui vale a pena salientar também a referência feita por Arthur Cezar Ferreira Reis à importância da obra de Alberto Rangel em seu clássico *Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas*, de 1908. Obra conhecida ainda por trazer uma importante e influente apresentação, escrita pelo próprio Euclides da Cunha (que se tornou amigo de Alberto Rangel quando de sua passagem por Manaus).

pleno período de formação e florescimento de uma certa ideologia do progresso e do desenvolvimento no país. Interpretação que se estende na esteira da tradição dos grandes descobridores do interior do país. E que, por isso, o mantém em linha de continuidade em relação a sua obra anterior sobre *Os Sertões*. Em um artigo escrito em 1938, chamado *Letras da Amazônia*⁷⁰, um dos grandes intelectuais amazonólogos do período desenvolvimentista das décadas de 50 e 60, chamado Djalma Batista, nos apresenta uma resenha de grande valor para os estudiosos interessados na compreensão da produção literária sobre a Amazônia do início do século. Num dos tópicos do texto, chamado *Reveladores da Amazônia*, Djalma Batista – seguindo seu mestre Péricles Moraes –, ressalta a importância da obra de Euclides da Cunha e alguns de seus seguidores (como Alberto Rangel e Alfredo Ladislau) para a formação de uma tradição de homens de letras que haviam revelado a Amazônia aos brasileiros. Afirma ele:

Os reveladores da Amazônia – seus intérpretes – contam-se por dezenas. Dentre todos, sobressai pelo seu porte majestático, um nome que ocupa a primeira plana nas letras nacionais: Euclides da Cunha. Quem lhe perlustre a obra, sentirá, através da “orquestração de sua neológica e arrebatadora linguagem”, os enleios da Amazônia a vibrarem nas suas observações e deduções estupendas. No capítulo de “Impressões Gerais”, esculpe com tanto vigor os panoramas da “Terra sem história” que nele se distingue a mais poderosa síntese que já foi possível fazer da Amazônia, completada, depois, com o prefácio notável do *Inferno Verde*. Antes dele, a “terra mais nova do mundo”, era conhecida consoante a sua própria expressão –, aos fragmentos (BATISTA, 2006, p.21-22)

E em seguida:

Sob o influxo das idéias e seguindo a mesma trilha de suas deduções, apareceram outros amazonólogos, entre os quais sobressaem dois nomes aureolados: Alberto Rangel e Alfredo Ladislau... Em *Inferno Verde*, Rangel traçou quadros magistrais, registrou episódios palpantes, numa pompa verbal admirável... Alfredo Ladislau, com *Terra imatura*, construiu o mais bonito poema em prosa que já se fez sobre a Amazônia (BATISTA, 2006, p. 23-25).

Por outro lado, a mítica de uma selva indomável e de uma região onde “o trem da história parece nunca passar”; representa, em boa parte, a imagem que por fim ficou construída, e que tem em Euclides da Cunha sua principal fonte inspiradora. Um intérprete que se agiganta sobre a Amazônia com o respaldo e inspiração ao mesmo tempo literária e

⁷⁰Este artigo foi recentemente incluído numa coletânea com textos escritos em diferentes períodos, por Djalma Batista, e publicada pela Editora Valer, em 2006, com o título: “Amazônia – Cultura e Sociedade”. Na coletânea o artigo compõe o primeiro capítulo, com o mesmo título original, com o nome de “Letras da Amazônia”.

científica. Autor já consagrado de *Os Sertões*, Euclides da Cunha se “embrenha na mata” com o intuito de desvendar, entre outras coisas, o caminho do nordestino (sertanejo), o qual já havia conhecido e investigado durante sua passagem pelos sertões em Canudos. Nesse sentido, Euclides parecia querer continuar acompanhando as aventuras do emigrante nordestino pelo interior do Brasil; e daí avançar em sua investigação pelo desvendar dos mistérios da formação da nação e do povo brasileiro do interior.

Ao se defrontar com a Amazônia “descobre”, no entanto, uma região que lhe parece ameaçadora e banhada de mitos e desassossegos de ordem física, mitológica, social e econômica. Componentes que se tornariam matéria-prima para uma das mais influentes interpretações em prosa já feita sobre a região. Um padrão de interpretação literário que, no entanto, será acrescido, a partir das décadas de 30, de uma nova geração de intérpretes que começam a acrescentar ao estilo da prosa científica de Euclides da Cunha um estilo de análise mais fortemente ligado a uma tradição regionalista, a qual terá nas figuras de Djalma Batista, Leandro Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis alguns de seus principais idealizadores e artífices mediadores de uma estratégia desenvolvimentista em nível nacional. A novidade neste momento fica por conta da influência de novas tendências nos estudos regionalistas que emergem nas décadas de 30 e 40, montando o cenário de um novo corpo de influências que irão se abater sobre os estudos e reflexões dos problemas do desenvolvimento da Amazônia durante o chamado período (“clássico”) do desenvolvimentismo brasileiro nas décadas de 40, 50 e início da década de 60.

Aqui, no entanto, descobrimos claramente em Euclides da Cunha um fio condutor responsável pela transição entre estes dois momentos marcantes da literatura amazônica: de um lado, uma tradição literária com fortes componentes deterministas oriundos dos ensaios de cientistas naturalistas europeus; de outro, uma tradição de literatura em prosa, mais ao estilo regionalista, que terá uma forte influência sobre a geração de ensaístas amazônidas nas décadas de 40 e 50 (geração que crescerá sobre a influência da tradição *tropicologista* e *regionalista* de Gilberto Freyre). Movimento intelectual que levará, por fim, à formação de uma nova geração de intelectuais amazônicos que marcarão sua presença nos debates sobre a estratégia de elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia durante o período de auge do nacional-desenvolvimentismo na década de 50. Uma nova perspectiva que se alimenta dos ares do nacional-desenvolvimentismo com o intuito, no entanto, de preservar os

chamados valores culturais amazônicos, mas ao mesmo tempo colaborar com o processo de industrialização e desenvolvimento do país. Resguardando, ao mesmo tempo, os interesses tradicionais de grupos hegemônicos locais (RIBEIRO, 2007).

Será com Euclides da Cunha, portanto, que teremos pela primeira vez uma inserção realmente organizada de uma matriz de pensamento sobre a Amazônia, em íntima relação com o desvendar dos problemas das desigualdades regionais do país. A problemática do interior do Brasil como espaço desconhecido e abandonado pela República, faz fileira na obra de Euclides da Cunha, em consonância com um debate etnográfico e culturalista sobre o qual o mesmo se insere no sentido de procurar desvendar os motivos de nossas desigualdades regionais. Em *Os Sertões*, Euclides realmente dá um passo fundamental para o lançamento de uma nova tradição intelectual no Brasil, uma tradição com forte preocupação com os problemas sociais, os quais seriam, à época, considerados como problemas típicos do interior do país. Mas que, sem dúvida alguma, também representam o resultado e uma marca de uma nação que pouco parecia se interessar pela realidade de seu povo do interior. Um desafio a ser superado por um projeto de integração nacional genuinamente construído com o intuito de alcançar o desenvolvimento e o progresso da nação brasileira como um todo.

Sabemos, no entanto, que a saga em desvendar o “enigma amazônico”, nesse contexto, foi alimentada anteriormente por várias outras interpretações que tendiam muitas vezes para a euforia (paraíso), e às vezes para o temor e repugnância – de brasileiros e estrangeiros – em relação ao ambiente tropical amazônico. O que de certo, no entanto, se tem, é que muito desse clima de busca pelo desvendar dos mistérios amazônicos, nos tem trazido historicamente como herança cultural, um desconhecimento e um excesso de mitificação do que se poderia entender ainda hoje como representando a Amazônia no imaginário nacional e internacional. Esta espécie de tradição de “Invenção da Amazônia” em moldes mitológicos acabaria por se refletir também como tema central das interpretações que, ao longo do século XX, irão sustentar ainda as nossas visões sobre as possibilidades de desenvolvimento e progresso da região. Como afirma Renan Freitas Pinto:

Se durante muito tempo o atraso era explicado por fatores desfavoráveis do clima, do meio físico, das raças e povos inferiores, do tipo de ocupação territorial, hoje apesar do conhecimento suficiente para evidenciar que o subdesenvolvimento econômico e o atraso cultural são produtos históricos bem definidos, as concepções correntes, entretanto, terminam reafirmando a crença de que há regiões e povos que

nasceram para ocupar posições em desvantagem e subordinadas no transcorrer dos processos de constituição dos Estados nacionais e das respectivas identidades (PINTO, 2008, p. 31).

Essa condição, no entanto, representou o que de mais fundamental se pode perceber enquanto alicerce de um debate que se prolonga por várias décadas, e que ainda hoje alimenta as disputas intelectuais e políticas que atravessam a Amazônia em todas as direções. É sobre este rol de perspectivas que buscaremos aqui desenvolver argumentos no sentido de tentar demonstrar em que termos estas “invenções” ou “interpretações” se desenvolvem, se consolidam, ou são negadas em um período marcado, em termos nacionais, pelo ideal do projeto desenvolvimentista brasileiro. De modo que, ao final, possamos ter um leque de perspectivas analíticas que se apresentem como responsáveis por uma mudança significativa no aparato heurístico de representação da Amazônia em um período marcado por um processo de integração nacional e um forte apelo à formação de uma ideologia desenvolvimentista em moldes regionalistas e culturalista na Amazônia.

8.1 A FORMAÇÃO DE UMA NOVA TRADIÇÃO INTELECTUAL DOS ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA: A FASE PRÉ-DESENVOLVIMENTISTA

O marco da tradição desenvolvimentista na Amazônia – que tem seu auge na década de 50 – tem, como visto anteriormente na obra de Euclides da Cunha, um momento crucial de seu devir histórico. Fio condutor de uma nova percepção sobre o sentido do problema regional amazônico, que tem nas primeiras décadas do século XX seu momento de maior difusão pelo país. Num contexto de mudança no cenário intelectual brasileiro em favor de um debate sobre a formação da nação, Euclides nos trás a percepção da importância de se desvendar os mistérios e desafios do interior do Brasil. E para isso, não abrirá mão de um debate sobre os dilemas da formação étnica de seu povo, assim como das contradições inerentes a seu processo civilizatório.

A viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, neste contexto, têm início no ano de 1905. Indicado pelo Barão do Rio Branco para assumir o cargo de chefe da missão brasileira de reconhecimento das fronteiras entre Peru e Brasil, Euclides passa inicialmente por Belém, depois Manaus, até finalmente prosseguir em sua viagem, por meses, no reconhecimento dos rios Juruá e Purus até a fronteira com o Peru e a Bolívia. Dono de uma erudição

impressionante, Euclides descreve em sua viagem características da terra e do homem da Amazônia que se transformarão em verdadeira síntese da região durante boa parte do século XX. A importância de Euclides enquanto possível precursor de uma tradição de viés desenvolvimentista na Amazônia, no entanto, se deve ao reconhecimento de sua influência sobre o debate a respeito da formação do Estado-nação brasileiro em sua missão e estratégia de integração da Amazônia ao restante do país.

Motivo de grandes controvérsias no início do século, a Amazônia representou um dos principais pontos do debate sobre a consolidação das fronteiras brasileiras em um ambiente de crescente preocupação com a integridade e com o fortalecimento de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Uma nova força e dimensão geopolítica do debate, que terá ao longo do século XX um papel de fundamental importância no desenho da intervenção do Estado brasileiro sobre a região. Não é por um acaso que uma geração de intelectuais brasileiros se inspiram em Euclides com o objetivo de reproduzir um discurso de exaltação da Amazônia como uma “terra sem história” que, por isso, necessita de enormes cuidados em prol de uma estratégia de integração e controle territorial por parte do Estado Brasileiro. Uma verdadeira aventura ou epopéia em busca do controle do processo de integração física da Amazônia à civilização brasileira. Posição na qual se apóia também a clássica interpretação de Péricles Moraes, escrita originalmente em 1933 (MORAES, 2001). Para ele, Euclides da Cunha representa um “clássico da Amazônia”, pois foi através dele que a Amazônia se tornou compreensível como um monumento integrado e não aos fragmentos, como se tinha anteriormente. Afirma ele: *“tinha razão, neste particular, Euclides da Cunha..., quando declarava que a Amazônia era conhecida apenas aos fragmentos, sob aspectos numerosos, mas parcelados, em traços fortes mas desconexos, sem ser jamais visionada de conjunto, porque ‘a inteligência humana não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa’* (MORAES, 2001, p.21).

Como visto, a natureza majestosa e ameaçadora da Amazônia era vista por Euclides e seus seguidores como um dos grandes empecilhos para o seu desenvolvimento. Daí a necessidade urgente de sua sistematização e conhecimento como primeiro passo para seu projeto civilizatório em moldes nacionalistas. Projeto defendido por Euclides como fundamental em seus artigos escritos durante sua passagem pela região à frente da comissão de reconhecimento das fronteiras do Brasil com o Peru. Uma tradição que se prolonga em

nossa cultura política-institucional durante décadas, e que valoriza a necessidade urgente e constante de se produzir conhecimento cada vez mais aprofundados sobre a região, com o intuito de dominá-la em uma estratégia de integração definitiva da Amazônia ao território brasileiro, assim como de controlar as suas potencialidades físicas e naturais para o fornecimento de insumos e matérias-primas para o processo de industrialização brasileira.

8.1.1 Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido

Não resta dúvida, como vimos anteriormente, ao analisarmos a literatura que trata da questão da formação do pensamento econômico e social brasileiro no século XX, que a obra de Euclides da Cunha representa uma das mais influentes perspectivas que alimentarão uma visão nacionalista sobre a natureza da questão amazônica; assim como de seu problema de ordem geopolítica ligada aos interesses do Estado nacional brasileiro. Uma perspectiva que ressalta a necessidade e importância da integração territorial da Amazônia à civilização nacional. Uma espécie de alerta às elites intelectuais e políticas brasileiras em sua pouca disposição em tratar dos problemas da população e da realidade do interior do Brasil. Problema que era visto, por Euclides, como sendo um dos fatores que havia resultado, no início do século XX, numa condição em que se mantinha a Amazônia, e seu povo, ainda “à margem da história”. Uma interpretação que se transformará em uma das mais importantes e influentes leituras e interpretações que se faz sobre a Amazônia até os dias de hoje. Como afirma Renan Freitas Pinto:

A esse propósito deve o pesquisador do pensamento social da Amazônia, entre os autores de primeira linha, localizar a presença, sob vários aspectos marcantes, de Euclides da Cunha. Isso se torna evidente quando atentamos para o fato de que, depois de Euclides da Cunha, se inaugura um novo modo de perceber a história social do povo brasileiro e, em referência à Amazônia, dificilmente os que lhe sucederam conseguiriam pensar a região sem tomar em consideração o corpo principal das idéias com as quais construiu sua interpretação da sociedade brasileira nesta sua parcela colocada “à margem da história” (PINTO, 2008, p. 200).

Neste sentido, podemos afirmar que Euclides da Cunha nos apresenta uma ampla visão dos problemas sociais e geopolíticos da Amazônia, em um momento, entre outras coisas, crucial para o desenrolar dos problemas de conflitos de fronteira e da formação dos limites territoriais do Brasil. Configurando, ao mesmo tempo, uma nova imagem e sentido histórico para o

problema amazônico dentro de um quadro de debate sobre a constituição do Estado-nação brasileiro. Segundo Kassius Pontes, Euclides “*além de permitir uma compreensão histórica dos problemas que atingem a Amazônia, suas reflexões trazem, de forma objetiva, os problemas fundamentais da região, que persistem até hoje: a porosidade das fronteiras, o isolamento das populações e as dificuldades de integração física*” (PONTES, 2005, p. 108). Ou seja, para além de contribuir com o desfecho das questões de fronteira em relação ao Peru e a Bolívia, Euclides foi o responsável pela elaboração da primeira grande síntese intelectual da região. Como afirma Renan Freitas Pinto:

É assim que em sua representação da Amazônia [Euclides] insiste na idéia de que essa é uma parte da terra ainda em formação, portanto, ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização. Para isso é necessário domesticá-la. Diminuir gradativamente seu enorme descompasso com o desenvolvimento técnico que passou a se constituir no padrão principal das nações modernas. A Amazônia assim apresentava-se em estágio primitivo de evolução, vivendo próxima ao estado de natureza, portanto à margem da história (PINTO, 2008, p. 202).

É claro que passando ao largo de seu objetivo imediato com a delimitação das fronteiras, a obra de Euclides da Cunha representou uma transição de uma tradição naturalista e literária sobre a Amazônia, para uma tradição de pesquisa mais fortemente ligada à busca pelo desvendar do conhecimento científico voltado para o desenvolvimento regional. Um movimento intelectual que terá no objetivo do conhecimento das potencialidades naturais da Amazônia, por fim, seu ponto de chegada nas décadas de 50 e 60. Uma tradição que, no entanto, também viria a receber uma forte influência de viés regionalista com o desenrolar, e amadurecimento da literatura *tropicologista*, que terá em Gilberto Freyre sua figura mais proeminente. Será, portanto, da junção destes dois componentes (literatura científica e regionalismo tropicalista) que se formará uma nova tradição intelectual na Amazônia, em íntima relação com os anseios metodológicos presentes na obra embrionária de Euclides da Cunha. Fonte de inspiração de uma primeira leva de intérpretes da Amazônia, Euclides contribui nesse processo de transição ao alentar, pela primeira vez, e de forma organizada e contundente, a situação de abandono à qual se encontrava a região amazônica. Tornando-se assim a primeira grande expressão do sentido da ameaça à soberania brasileira que advém da condição de vínculos insipientes de uma parcela significativa de seu território em relação ao

restante do país. Realidade crítica que se agrava com o desconhecimento completo de suas potencialidades.

Os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia – mormente aqueles reunidos em *À Margem da História* – manifestam, com efeito, a preocupação de seu autor com o desenvolvimento da região. A perspectiva, contudo, ia além da simples absorção dos “povos bárbaros”. Cuidava-se, antes, de promover a integração efetiva da Amazônia ao Brasil. Os problemas de fronteira que o Brasil enfrentava, à época, indicavam que o abandono da região poderia acarretar a perda da soberania brasileira sobre aqueles territórios, como demonstravam as incursões de caucheiros peruanos no Acre. Euclides defendia a integração física da Amazônia ao resto do Brasil como forma de preservação da soberania e de desenvolvimento econômico, procurando livrar a região do abandono e do isolamento, inserindo-a na história (PONTES, 2005, p. 79).

Estas palavras de Kassius Pontes nos levam a confirmar a importância da influência da obra de Euclides da Cunha sobre toda uma geração de estudiosos que se debruçaram sobre o tema do desenvolvimento da Amazônia no século XX. Em um caso mais específico, e de interesse imediato neste trabalho, podemos ressaltar a proximidade visível, e de imediato, entre as perspectivas de Euclides da Cunha e dois dos principais representantes da intelectualidade amazônica voltada para o tema do desenvolvimento regional nas décadas de 50 e 60; quais sejam: Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins. Hipótese que se reforça ainda mais ao se aprofundar os estudos sobre as características da obra de Euclides da Cunha e sua relação com o tema da demarcação das fronteiras brasileiras e a problemática da soberania nacional. Como afirma Kassius Pontes: “*A defesa que Euclides da Cunha faz do desenvolvimento da região é, em verdade, resultado de seu nacionalismo e de seus temores com relação à preservação da integridade do território nacional ante a cobiça estrangeira*” (PONTES, 2005, p. 79)⁷¹.

No que diz respeito aos aspectos de ordem mais etnográficos, a obra de Euclides se tornou conhecida e influente, também, por alentar a preocupação com o futuro da população cabocla local e do sertanejo que veio à Amazônia em busca de um sonho de prosperidade.

⁷¹Sabemos que em 1957, Arthur Cezar Ferreira Reis escreve aquela que seria talvez sua obra mais conhecida, qual seja: *A Amazônia e a Cobiça Internacional*; obra escrita, sem margem a dúvidas, em estreito diálogo com a tradição inaugurada por Euclides da Cunha em seus manuscritos sobre a Amazônia do início do século XX. Em vários dos textos escritos por Arthur Cezar Ferreira Reis nas décadas de 50 e 60, se faz referência inclusive à obra de Euclides da Cunha como umas das principais interpretações já realizadas sobre a Amazônia. E é exatamente neste contexto que a obra de Arthur Cezar se transforma num verdadeiro grito de alerta que reforça a tradição de Euclides e que, não por um acaso, aparece em um momento em que se discutia a questão do *Instituto Hiléia Amazônica* e o significado de sua ameaça à soberania brasileira. A apresentação da proposta de criação do *Instituto Hiléia Amazônico* foi feita no ano de 1947, gerando uma grande polêmica que só seria sanada de modo definitivo com a implantação do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)* em 1954 (RIBEIRO, 2005)

Aqui podemos perceber claramente a linha de raciocínio que alimenta as interpretações de Euclides desde seus escritos sobre os sertanejos em Canudos. E que se prolonga inclusive, sem grandes modificações, até seus escritos sobre a Amazônia. Em *Os Sertões*, como vimos anteriormente, Euclides já nos apresentava um olhar preocupado com o papel do sertanejo na construção do país. Agora, suas atenções se voltam para o caboclo amazônico, e junto a ele a saga do sertanejo nordestino em seu processo de adaptação ao meio inóspito da floresta. Ambas as perspectivas, portanto, apresentam um teor de crítica social, e, ao mesmo tempo, de proposta de melhor integração das populações nativas do interior do país aos logros e não só as penúrias do processo civilizatório brasileiro em curso. Como afirma Kassius Pontes:

Assim como em *Os Sertões* a civilização supostamente consubstanciada nas forças militares da República engendrou o massacre de Canudos – o que tornou a obra um “livro vingador”, de denúncia – também nos ensaios sobre a Amazônia Euclides trabalhou cautelosamente com a idéia de “civilização”. A exploração da mão-de-obra do seringueiro e a dizimação de tribos indígenas expõem, ao contrário, os efeitos nocivos que os interesses da civilização levaram ao interior amazônico. Em seus textos resta claro que ‘a civilização engendra a sua própria antítese: uma barbárie moderna, mais perigosa e desumana do que a barbárie pré-moderna, e que só pode ser superada por meio da própria civilização, que deve incorporar elementos das combatidas culturas tradicionais (BERTHOLD apud PONTES, 2005, p. 92-93).

Aqui fica claro o papel também que as “populações locais” na Amazônia deveriam ter em um projeto nacionalista de caráter integrador e não dissipador dos interesses regionais. Esta é uma das tônicas que irá influenciar sobremaneira as abordagens de Djalma Batista e Leandro Tocantins nas décadas de 40, 50 e 60. Autores regionalistas interessados em um processo de integração da Amazônia, sem que para isso se tornasse necessário, no entanto, uma perda da integridade cultural da região e, por que não, dos interesses políticos e ideológicos de suas elites decadentes. Esta é uma das grandes marcas do projeto que estamos aqui nomeando como de título desenvolvimentista-regionalista. Um projeto que irá disputar a hegemonia na cena política local no que diz respeito à concepção e implantação de estratégias de desenvolvimento regional durante as décadas de 50 e 60. Mas que, para desgosto de boa parte das elites locais, irá se perder com o tempo a partir da implantação, entre outras coisas, da política de desenvolvimento nacional do governo militar no período pós 1964. Momento em que a implantação da estratégia “desenvolvimentista” autoritária irá dissipar, por fim,

qualquer interesse regionalista em prol de uma estratégia centralizadora de desenvolvimento e ocupação da Amazônia a partir do Estado nacional brasileiro⁷².

Foi inicialmente em um artigo chamado “Conflito Inevitável” e em dois artigos posteriores, datados de 1907 (“Brasileiros” e “Transaccreana”), que Euclides nos traz, pela primeira vez, uma visão mais clara e estratégica sobre a questão da necessidade de integração física da Amazônia em relação ao restante do país (PONTES, 2005). No texto intitulado “Brasileiros”, publicado originalmente pelo *Jornal do Commercio*, em 1907, Euclides ressalta a natureza do interesse histórico estratégico do Estado peruano pelo acesso à navegação do rio Amazonas. Um problema que, no entanto, somente viria a se configurar em uma empreitada colonizadora mais consistente com a descoberta do *caucho* como potencial fonte de exploração econômica. O que passaria a representar, a partir de então, um maior atrativo para a atuação do Estado peruano no sentido de estimular a ocupação dos dois principais afluentes do rio Amazonas, quais sejam: o rio Juruá e o rio Purus. Uma estratégia que tinha como fundamento a solução do chamado “problema do Oriente”, ou seja, a necessidade econômica e geopolítica dos peruanos em encontrar uma saída para o Atlântico. Neste sentido, afirma Kassius Pontes: “o governo peruano teria coordenado, segundo Euclides, o processo de colonização das áreas adjacentes ao Brasil, sempre com vistas a obter uma saída para o Atlântico” (PONTES, 2005, p. 103). Uma estratégia, no entanto, que inevitavelmente levaria a um conflito (“inevitável”) entre caucheiros (peruanos) e seringueiros (brasileiros).

Em termos mais amplos, no entanto, como afirma ainda Kassius Pontes, “o propósito de Euclides ao discorrer sobre a questão parece ser o de contrastar o intenso interesse do governo do Peru com a ausência de políticas de ocupação do lado brasileiro... Apenas com o agravamento das tensões – e com a organização de expedições armadas peruanas, em apoio à penetração dos caucheiros – é que o governo brasileiro voltou suas atenções para a área em litígio, sem esboçar, contudo, um plano maior de integração física da Amazônia ao Brasil” (PONTES, 2005, p. 103). Uma perspectiva que ressalta uma constatação da ausência

⁷²Com a implantação do golpe militar em 1964, inicia-se um processo de centralização do poder em mãos do governo federal, que irá modificar de maneira significativa às condições de possibilidade de se prosseguir com um discurso regionalista em um contexto em que a tônica nacionalista acaba por suplantando os interesses das oligarquias regionais. Um momento em que uma nova tecnocracia militar se alia aos interesses de grupos hegemônicos (nacionais e internacionais) em busca de um processo de controle do aparato estatal em prol do estímulo a um processo de homogeneização e difusão do capital em direção à Amazônia.

do Estado brasileiro na Amazônia e a urgente necessidade de reversão desta perspectiva rumo a melhor integração da mesma ao território nacional.

No artigo intitulado “A Transacrea” Euclides, por outro lado, dá continuidade a sua leitura estratégica sobre a Amazônia, propondo uma integração física da região por meio da construção de uma estrada de ferro que percorresse o recém-incorporado território do Acre (PONTES, 2005, p. 103). Seu argumento principal é o de que “*o povoamento da Amazônia seguiu o leito dos rios, relegando ao abandono a parte interior da região*” (PONTES, 2005, p. 103-104). Daí a necessidade de uma estrada de ferro que pudesse melhor integrar todo o território brasileiro, inclusive o interior abandonado e sem vínculos estreitos com a civilização. É evidente aqui, mais uma vez, a proximidade que nos remete a vincular uma influência das idéias de Euclides da Cunha sobre a obra de Leandro Tocantins entre outros. No caso específico de Leandro Tocantins, em seu livro inaugural, publicado pela primeira vez em 1952, chamado *O Rio Comanda a Vida*, o mesmo também procura nos mostrar a natureza rudimentar a qual vive a população amazônica do interior do Acre, em sua saga a percorrer o leito dos rios como único meio de transporte. Meio este que, por sua natureza determinante e fundamental para a vida de sua população, acaba por orientar quase por completo a cultura regional rumo a uma situação de isolamento. Uma característica que, aos olhos de Euclides da Cunha, representa no início do século uma limitação a ser sobreposta por uma estratégia de integração física da Amazônia ao restante do Brasil. Sendo inclusive este tom de denúncia – que acompanha toda a obra de Euclides, desde *Os Sertões* –, um dos pontos mais exaltados inclusive por Leandro Tocantins em vários de seus textos escritos nas décadas de 50 e 60. Mais especificamente em um texto publicado em 1966 (chamado *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*), onde Leandro Tocantins faz uma análise rica e detalhada da obra amazônica do autor de *Os Sertões*. Neste texto, Leandro Tocantins nos apresenta uma leitura minuciosa de alguns dos principais pontos da obra de Euclides, ressaltando, entre elas, sua eterna preocupação com o homem em sua relação de penúria e sofrimento no confronto com a floresta e com as condições de trabalho do sertanejo e do caboclo na Amazônia. Afirma ele:

As páginas escritas por Euclides da Cunha sobre o homem e a sociedade na Amazônia não encontram paralelo na literatura brasileira. No tom reivindicante. Na revolta de espírito. No calor da acusação. Na fidelidade do retrato. Na agudeza da

interpretação. Na originalidade e força do estilo. Em todos os capítulos de *À Margem da História*, embora uns e outros tratem de fenômenos geográficos, de cenas regionais, do “clima caluniado”, do problema de transportes, lá está, sempre e sempre, o homem e a palavra generosa do autor defendendo-o, revelando-lhe o caráter e as desditas, pedindo para ele uma vida mais justa e menos sofredora. O que Euclides fez nos Sertões clamando, estigmatizando, acusando, repetiria na Amazônia. A vocação de retratar brasileiromente as grandes regiões onde o homem vive os seus maiores dramas – o Nordeste e a Amazônia – marcou definitivamente o caráter de sua obra: o humano (TOCANTINS, 1966, p. 81-82).

A vocação desafiadora e denunciante de Euclides da Cunha – tão bem descrita e exaltada por Leandro Tocantins – representa, sem dúvida alguma, uma das marcas de sua obra. O foco sobre a denúncia das condições de vida do “homem” do interior do Brasil (seja ele sertanejo ou caboclo), no entanto, permanece, mesmo assim, como um dos aspectos de maior controvérsia de sua obra. Não é por um acaso que Euclides da Cunha apresenta aspectos dúbios em relação à sua avaliação no que diz respeito às condições e potencialidades de sobrevivência do sertanejo em condições adversas de clima e em um ambiente tropical hostil, como o da Amazônia. Euclides, desde *Os Sertões*, como vimos anteriormente neste trabalho – e agora, em *À Margem da História* –, nos apresenta uma etnografia de viés muitas vezes racista em relação à percepção das potencialidades do sertanejo em sua relação com o meio inóspito da floresta amazônica. Como afirma Kassius Pontes:

As duras reflexões acerca da situação social do seringueiro não afastam, entretanto, alguns erros de avaliação que derivam das concepções filosóficas perfilhadas por Euclides. Embora presente de forma cristalina o funcionamento do sistema de exploração do seringueiro, o escritor não se escusa de ensaiar uma explicação etnográfica para as mazelas do imigrante nordestino (PONTES, 2005, p. 86-87).

Afirma sobre esse ponto ainda Kassius Pontes:

A explicação de Euclides é sumária, destacando apenas a “imprevidência característica de nossa raça”, em mais um reflexo de sua visão determinista. Seu laconismo não impede a inferência de que a mistura de raças que resultou no sertanejo é o elemento causador dessa fraqueza, a imprevidência. Assim, o fator racial passa a ser uma das forças que tornam mais precária a situação do trabalhador: além da criminosa organização do trabalho, a raça – e a imprevidência que dela resulta – vem a acentuar as fraquezas do seringueiro (PONTES, 2005, p. 87).

Destaca ainda Leandro Tocantins no que diz respeito à avaliação etnográfica de Euclides da Cunha sobre o sertanejo, e acrescentando a esta análise uma avaliação negativa

sobre o sentido evolucionário e determinista do papel do meio e do clima, enquanto fatores determinantes para a capacidade de adaptação do homem a seu habitat:

É claro que Euclides da Cunha, sofrendo influência das idéias em voga do transformismo de Lamark e Darwin, cometeu erros na apreciação científica do clima amazônico, no qual ele viu uma função seletiva, segundo o figurino transformista: “policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes pela fuga ou pela morte”. Em *Os Sertões*, também ele ocorrera em lapsos científicos, especialmente nas generalizações sobre problemas de etnografia e antropologia cultural... Aliás, alguns conceitos de *Os Sertões*, como o da miscigenação, condenada pelo autor, foram retificados em *À Margem da História*, quando proclama as virtudes físicas e morais daqueles “caboclos rijos” do Purus, que “não são efeitos do meio, surgem a despeito do meio” (TOCANTINS, 1966, p. 89-90).

A exaltação e admiração de Leandro Tocantins – apesar destas ressalvas à suas falhas etnográficas –, no entanto, ainda dão o tom de sua avaliação geral sobre a obra de Euclides da Cunha em um sentido bem mais positivo do que negativo. E nesse aspecto, Leandro Tocantins é um dos principais autores amazonólogos a cerrar fileiras com o autor de *Os Sertões*. E anunciar sua obra como uma das primeiras a apontar uma visão ecológica (da harmonização do homem à natureza) em relação a toda uma literatura regionalista e ecologista que viria a surgir em meados do século XX. Abordagem que fará escola com Gilberto Freyre, e posteriormente com Arthur Cezar Ferreira Reis e com o próprio Leandro Tocantins em sua análise tropicológica sobre a avaliação das condições de adaptação cultural do homem em sua relação com o meio ambiente amazônico. Sobre este ponto, afirma Leandro Tocantins:

Ele [Euclides da Cunha] é o primeiro, em nosso país, a propor, embora de maneira um tanto indefinida, mas delineada, pela compreensão que nascia em si espontaneamente, os problemas de intimidade e harmonização entre homem e natureza, uma política de integração e mesclagem de valores nas áreas onde o homem ainda procura o seu equilíbrio biótico. Revela-se, assim, o primeiro engenheiro ecologista do Brasil (TOCANTINS, 1966, p. 85)

E em seguida:

Por todos os lados estão a terra e o homem preocupando o autor. Mesmo nos momentos em que se deixa influenciar pelos conceitos vigentes, há um sopro de inovação, um lampejo de raciocínio, que revelam, nele, o ecologista nato. Aliás, Gilberto Freyre, no estudo *Euclides da Cunha, Tropicalista*, já notara no escritor fluminense um “gosto pelo que é local nas paisagens e nos homens”, seu interesse “pela cor, mas pela forma: a forma local, regional, ecológica”. E não deixa nunca no

vácuo – o vácuo social – os homens que literalmente esculpe: esculpe-os entre sugestões dos ambientes que lhes foram mais característicos (TOCANTINS, 1966, p. 85).

Vê-se assim, uma linha de interpretação sobre a obra de Euclides da Cunha que o aproxima da vertente de interpretação *tropicologista* de Gilberto Freyre e o regionalismo que se avizinha em íntima tentativa de integração com o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. Não é por um acaso que para o mestre de Apipucos, Euclides da Cunha representa uma das vertentes inaugurais do regionalismo e da tropicologia no Brasil. Uma obra que valoriza as dimensões de análise que explora a interação do homem com o seu meio, e de ambos com uma realidade sociológica em constante processo de mutação e adaptação.

8.1.2 As primeiras influências e a formação de uma nova tradição intelectual regionalista durante a década de 30

Como visto no tópico anterior, a Amazônia de Euclides da Cunha – com todos os seus elementos que parecem desvendar um sentido dúbio sobre o papel do “homem amazônico” –, também pode ser interpretada como uma prosa que visa demonstrar a incapacidade do sertanejo imigrante em empreender, por si só, uma mudança de perspectiva e um futuro promissor para a região. É nesse aspecto que podemos afirmar que para Euclides da Cunha, o “homem amazônico” ainda é a expressão concreta da existência de raças inferiores (nordestinas e caboclas), consideradas incapazes de superar os desafios da floresta. Por esse ponto de vista, Euclides da Cunha passaria a ser considerado também como o autor que influenciou figuras de grande importância na literatura sobre a Amazônia na primeira metade do século XX: como Alberto Rangel (1908) e Alfredo Ladislau (1933) (MORAES, 1935). Transformando-se na matriz intelectual de uma verdadeira tradição literária sobre a Amazônia.

Uma região que passa, a partir de então, a ser representada perante a nação (segundo as próprias palavras de Euclides): como uma “terra sem história”; aonde “o homem é ainda um intruso impertinente”; a “terra mais nova do mundo”; “a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (CUNHA, 1999). Com esse cabedal de frases de efeito, Euclides consegue ilustrar – com grande apelo ao estilo literário em prosa – alguns símbolos que se transformarão em verdadeira síntese no imaginário nacional sobre a Amazônia. Em pleno

início do século, Euclides desperta, com suas palavras, um sentido histórico novo que irá alimentar um conjunto de intérpretes de grande importância no ramo da produção literária e científica brasileira sobre a Amazônia. Em sua obra clássica, de 1933, chamada *Terra Imatura*, Alfredo Ladislau, por exemplo, nos apresenta – na esteira das linhas iniciais de interpretação de Euclides –, um texto que mistura ensaio, crônica e poema em prosa, na linha impressionista que faria gosto na literatura brasileira do período. Dividida em 13 capítulos, a obra de Alfredo Ladislau nos apresenta personagens em diálogo que expressam ponto de vistas que vão do culto à lenda e à mitologia das águas, até a perspectiva do ensaio de ficção que explora os efeitos da crise da borracha e a saga do caboclo e do sertanejo (imigrante nordestino) em sua busca diária pela sobrevivência no domínio da selva amazônica (FARIAS, 2008).

Outra obra importante, neste sentido, foi o *Inferno Verde*, de Alberto Rangel. Obra publicada pela primeira vez em 1908. Nesta obra, a tônica se mantém em uma inspiração tipicamente euclidiana. Muito mais pessimista e menos poética do que a obra de Alfredo Ladislau, no entanto, o texto de Rangel comporta onze contos que poderiam ser lidos também como um romance de onze capítulos; aonde, do enredo principal, transparece uma interpretação geral do espaço amazônico como um ente intransponível para grupos ou raças inferiores (KRÜGER, 2008). Um espaço complexo ao mesmo tempo capaz de representar uma espécie de “inferno” para alguns, assim como um possível Canaã de perspectivas de prosperidade para aqueles capazes de controlar, por meio do conhecimento, o meio natural inóspito da floresta. Dubiedade típica que segue a linha clássica de interpretação no trato da questão racial que acompanha, como vimos anteriormente, também os escritos de Euclides da Cunha desde *Os Sertões*.

No entanto, será exatamente com o intuito de contestar esse sentido mais negativo em relação a uma suposta capacidade das populações caboclas, e sertanejas, em conseguir superar os desafios da floresta amazônica – e que ainda permeia a obra de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau – que uma nova interpretação surge na década de 30. Uma perspectiva que terá uma grande importância para a formação dos intelectuais desenvolvimentistas amazônica das décadas de 40 e 50. Trata-se da obra de Araújo Lima, que em 1933 escreve *Amazônia – A terra e o homem*. Um texto considerado por muitos como carregando – pela primeira vez entre os literários amazonólogos desenvolvimentistas –, um

tom que, ao mesmo tempo em que se mantém na linha de interpretação ecológica de Euclides da Cunha, é capaz de apresentar e recuperar uma visão mais otimista e etnograficamente favorável à valorização das virtudes do chamado *homem amazônico*. Uma obra que, por isso, do ponto de vista regionalista supera uma visão mais negativa que acompanha a obra de seu mestre em várias de suas passagens. Como afirma Péricles Moraes:

Tais conceitos, quase todos emanados da experiência científica e da imaginativa estuosa do prosador d'*Os sertões*, foram, a princípio, simples postulados, que depois se converteram em axiomas, contra os quais ninguém ousou levantar a mínima objeção. Há um livro, porém, aparecido em 1933, que, fazendo o estudo antropogeográfico da Amazônia, intenta, simultaneamente, a reabilitação da terra e do homem: é a *Amazônia*, do sr. Araújo Lima. Não chegava fora de tempo. A Amazônia, sistematicamente perlustrada por escritores e cientistas que lhe viam a beleza e lhe assinalavam as deficiências sem explicar-lhes os fatores determinantes, encontra agora um espírito construtor que, em rápidas e sólidas deduções, com rara disciplina dialética, expõe os problemas, numa seqüência lógica de conceitos, que lhe esclarecem e definem o pensamento (MORAES, 2001, p. 45)

Com Araújo Lima, as letras na Amazônia parecem definitivamente assumir um sentido mais positivo para uma região que começa a deixar de ser vista como que entre dois grandes mitos: o do *paraíso* ou do *inferno verde*. Para ele, a Amazônia nada mais é do que uma terra mal aproveitada, com população escassa, e que sofreu com uma colonização exploradora durante séculos. E não uma terra inabitável ou habitada por seres inferiores (como muitos acreditavam ser o caso ainda àquela época). Uma terra, isto sim, “fraudada e saqueada”, conforme expressão reproduzida por Péricles Moraes; que:

...considera, *a priori*, excluídas de suas cogitações de cientista as duas fórmulas díspares, que em nada contribuíram para definir e estabelecer o verdadeiro significado da região ignorada e indecifrável. Não se trata de inferno, nem de paraíso verde, que como classificações, para o conceito do sr. Araújo Lima, não passam de inócuas e reboantes metáforas, patenteando o erro de visão de observadores menos atilados, que a exaltam e a difamam sem lhe conhecer a estrutura complicada e prodigiosa. Trata-se, a rigor, de “uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada”, que parece agressiva, tal o desequilíbrio evidente entre a sua grandeza desmesurada e a sua população restritíssima. Não é outra senão a insuficiência numérica do homem, a causa das versões exageradas ou falsas que circulam nos livros dos escritores da Amazônia. O sr. Araújo Lima, quanto a esse ponto de vista, é peremptório: “A terra não é insusceptível de ser domada; apenas ainda não o foi, porque o fator humano é mínimo, escasso, mas não incapaz”. No que concerne à sua apregoada insalubridade, demonstra, *ex-abundantia*, que ela é devido às conseqüências de uma colonização inferior, levada a efeito por gente inculta e fisiologicamente incapaz, corroborando, assim, em parte, juízo de Euclides, quando afirma que a letalidade nas planuras amazônicas, sendo, aliás, reduzidíssima, em

proporção ao tamanho do território, resulta de sua recente abertura ao povoamento, aduzindo que o seu “clima caluniado”, além de admirável, tem, sobretudo, a função superior de fiscalizar, sanear e moralizar a terra, contra a invasão das enfermidades e dos vícios (MORAES, 2001, p. 47-48).

Como pudemos verificar – a partir da reprodução das palavras de Péricles Moraes –, Araújo Lima é tido como um admirador de Euclides da Cunha. Esta proximidade, no entanto, não o impediu de levantar pontos de discordância em relação ao autor de *À margem da história e Contrastes e Confrontos*. Em Euclides da Cunha, como vimos, o elemento pessimista e desacreditado em relação às potencialidades do “homem amazônico”, se torna ainda uma das marcas de sua percepção mais forte sobre a região. Já para Araújo Lima, o problema não estaria no “homem amazônico” em si – que, inclusive, por seu ponto de vista, estaria até mais adaptado às adversidades da floresta; algo que até o próprio Euclides da Cunha chegou a ressaltar em algumas passagens –, mas sim ao nosso padrão cultural inferior, que se tornou conseqüência de nosso processo histórico de colonização. Uma realidade que não nos cabe imputar culpa ao sertanejo ou caboclo, e sim à história e ao colonizador inculto que se incumbia apenas de explorar as potencialidades naturais da região, sem nenhum objetivo mais profundo em desenvolvê-la. Como afirma Péricles Moraes em sua análise comparativa das obras de Euclides da Cunha e Araújo Lima:

Mas, se de um lado, as suas idéias, explanadas em sínteses lúcidas, que lhe revelam a cultura sedutora, coincidem com as idéias de Euclides, ainda mesmo no estudar o fenômeno biológico da adaptação do indivíduo à terra, às suas agrestias e às rudezas da natureza, justapondo os novos organismos aos novos meios: de outro lado, sem se forrar à temeridade de uma falsa objeção, discorda veementemente do autor dos *Contrastes e confrontos*, nos seus juízos reiterados com relação à pequenez e à incapacidade do homem amazônico (MORAES, 2001, p.48)

Para a interpretação clássica de Péricles Moraes, portanto, será apenas a partir da obra de Araújo Lima que definitivamente as possibilidades do homem amazônico se renovam enquanto perspectiva de progresso para a região. Uma nova perspectiva que se abre para leituras mais positivas e fortemente identificadas com um viés cultural mais progressista que, como veremos a seguir, começaria a se desenvolver ainda mais a partir da influência da literatura regionalista da década de 30. Uma tradição que se abre a novas perspectivas intelectuais em sintonia com um novo contexto de formação de um discurso

desenvolvimentista em nível nacional. Um ambiente que irá se difundir de modo mais claro a partir das décadas de 40 e 50 e início da década de 60.

8.2 A FORMAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DE UMA NOVA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA-REGIONALISTA NA AMAZÔNIA

A partir da década de 30, e mais especificamente durante a década de 40 e 50, no entanto, uma nova tradição de pensamento inspirada na literatura regionalista – a qual é sobreposta à trajetória ecológica na linha de Euclides da Cunha e seus seguidores – começa a demonstrar um novo vigor interpretativo no sentido da leitura que se passa a fazer sobre as causas dos problemas amazônicos, e sua relação com a ordem de funcionamento da sociedade brasileira como um todo. Entre os autores que se destacam no trato da questão amazônica em uma perspectiva nacionalista, nesse período, podemos ressaltar a presença de figuras como Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins. Intelectuais amazonólogos e homens de ação ligados ao ambiente político e à administração pública local. Autores que expressaram uma leitura mais ampla sobre o sentido da questão regional amazônica em um contexto de discussões que perpassa o tema do desenvolvimento nacional e sua relação de confrontação e complementariedade com o problema regional brasileiro. Ou seja, autores que cumpriram um papel de mediadores entre uma certa tradição literária brasileira (modernista e regionalista) em seu processo de adaptação a um novo contexto desenvolvimentista que se fazia hegemônico durante boa parte das décadas de 50 e 60 no Brasil. Aonde se passa a colocar como prementes a preocupação com a questão regional como um problema a ser superado e enfrentado pela nação brasileira em sua estratégia de desenvolvimento nacional. Tudo isso em pleno período de forte influência da ideologia desenvolvimentista no país.

A influência deste ambiente nacional-desenvolvimentista sobre o tipo de formação discursiva que se dá no seio dos debates sobre a questão regional amazônica é algo que, a nosso ver, ainda é pouco estudado pela literatura que trata da compreensão da formação do pensamento regionalista brasileiro como um todo, e que, por isso, merece uma atenção especial, tendo em vista o reconhecimento da importância que os debates sobre o desenvolvimento regional brasileiro exercem neste período. O que, sem dúvida alguma, deveria repercutir sobre a formação do pensamento regionalista amazônico: seja através de seu viés de negação, ou de complementariedade em relação à trajetória de pensamento

desenvolvimentista em curso no país. Não nos parecendo fazer sentido a esta altura, portanto, aceitarmos a premissa ingênua da existência de uma completa independência entre a tradição literária e regionalista da elite intelectual amazônica, e o contexto de aprofundamento e interdependência institucional dos intelectuais e homens públicos brasileiros preocupados com a questão do Estado nacional e sua estratégia de desenvolvimento regional.

O ponto de corte, assim, para a escolha dos autores considerados representativos desse período, foi a influência da tradição regionalista e desenvolvimentista sobre as suas obras, assim como o seu papel de liderança política e o poder de influência como verdadeiros intérpretes regionais em relação a um nova estratégia de articulação e implementação de um projeto de desenvolvimento amazônico em sintonia com os grandes temas nacionais. Uma estratégia que perpassa por uma codificação e adaptação dos anseios desenvolvimentistas mais amplos – que se espraiavam como um espírito de época – e que assumem, na Amazônia, a forma de discurso culturalista renovado em favor de uma nova leitura dos problemas regionais de desenvolvimento da Amazônia.

8.2.1 Djalma Batista, a defesa da cultura e a importância da questão regional amazônica

Para Djalma Batista, o interesse no trato da questão amazônica se inicia ainda na década de 30, quando o mesmo escreve um texto chamado *Letras da Amazônia (1933)*⁷³. Considerado um autor de grande importância para o estudo da história das instituições científicas na Amazônia, Djalma Batista foi diretor do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)* de 1959 até 1968. Médico preocupado com questões de saúde pública foi também responsável por uma das obras mais representativas para o tratamento do chamado “enigma amazônico”, qual seja: *O Complexo da Amazônia* (obra publicada em sua versão final em 1976). Em que o mesmo concebe a Amazônia como uma unidade cultural que, acima de tudo, deveria ser estudada em profundidade, tendo em vista seu desenvolvimento por meio da cultura. Foi em *O Complexo da Amazônia* que Djalma Batista completa sua interpretação sobre a Amazônia, avaliando inclusive os impactos e resultados derivados da nova

⁷³Segundo Pinto (2007), *Letras da Amazônia* foi o resultado de uma conferência que se transformou em livro, e que representa uma síntese da produção literária sobre a Amazônia no início da década de 30.

institucionalidade criada já na segunda fase do período de intervenção federal na Amazônia, no período da chamada *Operação Amazônia*, que se inicia em 1966⁷⁴.

No que diz respeito a suas contribuições mais diretamente associadas ao período desenvolvimentista, Djalma Batista destaca-se como um dos principais autores no trato da questão regional amazônica, visto por uma perspectiva mais ligada ao debate sobre a sua relação com a questão nacional brasileira. Neste sentido, uma das grandes marcas de sua obra foi a preocupação com as conexões entre o regional e o nacional em uma análise que busca privilegiar a interligação destas duas dimensões. Para ele, fundamentalmente, como afirma Renan Pinto, “*as desigualdades regionais são produzidas no processo de formação da própria idéia de Brasil*” (PINTO, 2007, p. 176). Daí a relevância que o mesmo atribui à necessidade de se implementar, entre outras coisas, instituições de pesquisa com um forte viés e preocupações direcionadas para a solução e afirmação da cultura científica regional em um contexto de afirmação de uma estratégia desenvolvimentista em nível nacional. “*Considerava que o atraso da Amazônia tinha sua origem na ausência de horizontes culturais e que só uma mudança substancial e prolongada no terreno dos valores culturais seria capaz de conduzir de forma duradoura seu desenvolvimento*” (PINTO, 2007, p. 167). Ou seja, que apenas uma transformação profunda, inclusive nos níveis de conhecimento produzidos “na” e “sobre a” Amazônia, poderia realmente orientar uma mudança significativa de rumos em seu processo de desenvolvimento histórico.

Em relação ainda ao trato da questão nacional-regional, Djalma Batista é enfático na defesa da perspectiva de que a problemática regional amazônica faz parte de um leque mais amplo de questões regionais que dizem respeito, e são inseparáveis, à ordem de problema de interesse da formação cultural brasileira como um todo. Uma região estigmatizada como distante e vasta – portanto, difícil de ser ocupada pelo processo civilizatório e pela modernização brasileira –, à Amazônia parecia até então ser negado (inclusive pelo ponto de vista intelectual) o privilégio de poder desenvolver-se. Privilégio este concedido apenas às regiões mais ao sul do país. Uma visão considerada pessimista, e a qual Djalma Batista irá se

⁷⁴De acordo com Pinto (2007), em relação a este segundo momento da obra de Djalma Batista, “há a preocupação em compreender e avaliar a consistência e a adequação, para o desenvolvimento regional, das políticas governamentais contidas na *Operação Amazônia*, através da criação da SUDAM, do Banco da Amazônia e da SUFRAMA. Suas análises e posições apresentadas em livro, artigos, conferências e entrevistas sobre o sentido das ações dessas instituições governamentais na região, se incluem entre a primeiras abordagens objetivas e críticas de que se tem registro sobre tais temas e problemas” (PINTO, 2007, p. 166).

contrapor, reforçando as fileiras que começam a se constituir como críticas às tradicionais visões da Amazônia como uma “terra sem história”; e daí, como consequência, como terra também “sem futuro”. Uma Amazônia, considerada agora como “criada” e “inventada”, principalmente, por relatos superficiais de viajantes que por aqui passaram durante séculos, e não como uma realidade inabalável. Como afirma Renan Freitas Pinto:

A proposição de Djalma Batista como intelectual, uma espécie de *intelectual orgânico da Amazônia*, é contribuir para desmontar essas noções negativas que em grande parte foram alimentadas pela percepção superficial e mesmo irresponsável de viajantes e cronistas que produziram um conjunto de percepções sob vários aspectos desfavoráveis à região e às suas populações indígenas, caboclas e mesmo às suas elites, pintadas como folclóricas ou delirantes, em particular quando se menciona essa verdadeira fantasmagoria em que se tornou o ciclo da borracha (PINTO, 2007, p. 177).

Contra esta tradição determinista e pessimista, Djalma Batista aposta na necessidade de se fornecer estudos cuidadosos “*que possam iniciar um processo de desvendamento de toda uma literatura marcada pela superficialidade e falseadora do real*” (PINTO, 2007, p. 177). Um projeto de desenvolvimento marcado pela necessidade de investimentos em ciência e na produção de conhecimento, assim como na formação de uma elite intelectual local. E que para isso, se fazia necessário, por outro lado, um engajamento efetivo no trato da questão regional, em sintonia com estudos comparativos da Amazônia em relação à formação social e cultural brasileira. Um engajamento com o intuito de desvendar os enigmas de nosso subdesenvolvimento e as necessidades para a sua superação. Como afirma Renan Freitas Pinto, no seguinte trecho:

O primeiro aspecto a ser destacado em relação ao papel da história na formação do pensamento e da obra de Djalma Batista é a ênfase sobre os processos, acontecimentos e fatores que sejam capazes de contribuir para esclarecer as causas do subdesenvolvimento e as possibilidades do desenvolvimento. História para Djalma Batista significa fundamentalmente história da Amazônia. E sempre fundada em termos comparativos com a formação brasileira, da qual é parte problemática (PINTO, 2007, p. 164).

Em um outro artigo datado da década de 40, chamado *O cultivo da terra como fator primário na solução do problema alimentar: a criação de uma consciência agrícola*⁷⁵, Djalma Batista – sob os efeitos das idéias nacionalistas e progressistas então em moda (PINTO, 2007, p.177) –, ressalta a importância da subordinação colonial do Brasil em relação a Portugal, e de seus efeitos em termos da formação de uma estrutura agrária colonialista e escravocrata no país. Ao fim, trata da questão agrícola específica na Amazônia, e de sua necessidade de aprofundamento e desenvolvimento em termos da necessidade de suprimento da nossa produção alimentar. Sobre esse ponto, não podemos esquecer que, a esta altura, já se torna corrente nos meios intelectuais da Amazônia, a percepção sobre a importância de um aprofundamento da produção agrícola em detrimento de um ideal exclusivamente extrativista e voltado apenas para o fornecimento do mercado externo, sem preocupações com os dilemas de abastecimento interno e do barateamento dos custos alimentares e de mão de obra na região.

Apesar da importância da passagem de Djalma Batista por temas como a agricultura e os dilemas do extrativismo e da nutrição alimentar, é sobre o tema da cultura, educação e da saúde pública, propriamente ditas, que se concentram os seus principais esforços pessoais. Em um texto publicado na *Revista da Academia Amazonense de Letras*, em 1955, chamado *Cultura Amazônia (ensaio de interpretação)*, Djalma Batista nos apresenta uma análise das deficiências da formação cultural da Amazônia que, em sua visão, não derivam de supostos limites raciais presentes em alguns argumentos de nossos principais intérpretes, como Euclides da Cunha. Reforçando daí o argumento a favor do prosseguimento dos estudos científicos com o intuito de desvendar as reais possibilidades (“enigma”) de nosso desenvolvimento. Afirma ele:

Porque não há a duvidar, positivamente, de que a Amazônia, agora, paira ainda acima da capacidade dos homens que a habitam, porque inferiores – em número com especialidade – e dos que a interpretaram, porque a situação da terra ainda não está definitivamente estabelecida em relação ao homem. Mesmo assim, Euclides e Araújo Lima deram-nos estudos mais de ciência que de literários, condensando, sintetizando, toda a Amazônia conhecida, toda a Amazônia descoberta (BATISTA, 2006, p. 64-65).

⁷⁵ Artigo, segundo Pinto (2007), apresentado por ocasião do Terceiro Congresso Médico Social Brasileiro, em outubro de 1947, em Porto Alegre (PINTO, 2007, p. 177).

Uma abordagem que, como vimos, busca superar alguns dos limites de viés pessimista e superficial de alguns de nossos principais intérpretes, em favor de um olhar mais voltado para um aprofundamento das pesquisas científicas direcionadas para o desenvolvimento da cultura e da formação de uma elite regional como um caminho para a difusão de conhecimento e progresso para o restante da população. Para Djalma Batista, a formação da cultura na Amazônia havia se dado historicamente em estado intimamente ligado à colonização e à economia (BATISTA, 2006, p. 68), tendo a mesma apenas se desenvolvido de forma intensa em curtos períodos, como teria sido o caso do período de auge da borracha. Como em suas próprias palavras: “*atraindo massas humanas para o deserto da Hiléia Brasileira, permitiu, sob bases econômicas favoráveis, a criação de uma sociedade em que a cultura, na sua extensa gama de valores, pôde tomar corpo e ser aferida pelos padrões comuns*” (BATISTA, 2006, p. 69). Padrões e cultura elevados que, no entanto, com a crise da borracha no início do século, voltam posteriormente a apresentar os baixos níveis de sempre. Como afirma em seguida: “*A tragédia econômica, conseqüente à transladação da seringueira para o Oriente, trouxe consigo a desvalorização da inteligência*” (BATISTA, 2006, p. 77).

O relato que neste instante faz Djalma Batista sobre o estágio de desenvolvimento de nossa cultura, em meados da década de 50, não é a dos mais alentadores. Afirma ele: “*Na verdade, sem pessimismo dissolvente nem intenção de menosprezo pelo o que é nosso, na verdade temos de convir que chegamos a um nível muito baixo de cultura, como resumo da mentalidade geral*” (BATISTA, 2006, p. 81). Uma constatação negativa que, no entanto, não representa, em absoluto, o estado de espírito definitivo do nosso autor. O que pode ser demonstrado, em seguida, quando o mesmo acaba por ressaltar algumas das possibilidades que se fazem presentes em um novo contexto, agora, ao que parece, novamente mais favorável ao desenvolvimento e investimento na formação de uma inteligência regional:

A mais séria e decisiva iniciativa, porém, nos últimos tempos, para o nosso desenvolvimento cultural, foi a criação do Instituto de Pesquisa da Amazônia, instalado nessa capital [Manaus], e em fase de organização, sob a direção do prof. Olímpio da Fonseca, que é um cientista de renome, prometendo atrair grande número de pesquisadores e técnicos (BATISTA, 2006, p. 89)

A mensagem positiva por trás desta constatação vem em decorrência, sem dúvida alguma, do bom momento em que viviam as expectativas de intelectuais e homens públicos

na Amazônia no que diz respeito às possibilidades que poderiam advir como conseqüência da efetiva implantação do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (que começava por se desenhar aos primeiros anos da década de 50). Iniciativa que, àquela altura, já estava em seu estágio de implementação: tanto através da instalação do *Instituto de Pesquisa da Amazônia*, em 1954, quanto da *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, já inaugurada desde 1953. Expectativa positiva que se reforçava com o desenrolar dos acontecimentos recentes em prol da efetivação de uma estratégia que se delineava, sem maiores resultados, desde a promulgação da Constituição de 1946. Anseio que parecia finalmente estar a caminho de se efetivar, e que, com isso, passaria a ser visto, por boa parte de nossa intelectualidade, como instrumento capaz de reverter o longo período de trevas que adveio à crise da borracha no início do século. Possibilidade que, no entanto, segundo Djalma Batista, só poderia ser alcançada a partir de uma estratégia consistente de fortalecimento da cultura e da formação de uma verdadeira inteligência regional. Um projeto que, a seu ver, deveria ser encabeçado finalmente por uma verdadeira elite amazônica. Como podemos verificar no seguinte trecho:

Não nos enganemos: a Valorização da Amazônia que começou a se executar, mercê de um sábio dispositivo da Constituição de 1946, tem de se basear na formação de uma verdadeira elite, que viva aqui, e aqui seja experimentada, e não a dos infalíveis parasitas que pretendem valorizar a planície trocando pernas pela avenida Rio Branco ou correndo de automóvel, burocraticamente, de um Ministério para outro... Temos de convir que estamos no limiar da civilização na Amazônia: até agora houve apenas ameaça... Mas essa civilização só pode surgir de um movimento de cima para baixo, isto é, dos homens de estudo para a massa, e com a elevação gradual desta, através de uma sistemática e eficiente divulgação do saber. Em suma, é obra a ser empreendida pela elite (BATISTA, 2006, p. 90).

Este trecho expressa de forma muito clara alguns dos dilemas da intelectualidade brasileira durante a década de 50. Dilemas que, como vimos em capítulos anteriores, estavam presentes também em autores como Celso Furtado, e que resultava numa percepção de que se necessitava, no Brasil, da formação de uma nova inteligência capaz de conduzir o processo de modernização e desenvolvimento do país. E, neste ponto, o argumento não era diferente para a Amazônia. Aqui também se fazia necessário, segundo Djalma Batista, a formação de uma elite intelectual e técnica capaz de conduzir o processo de modernização da região rumo a um verdadeiro processo de desenvolvimento regional. Desenvolvimento que se fazia necessário

em várias dimensões: entre elas o da valorização da cultura e da ciência; o da superação do extrativismo e o fomento à industrialização; o da auto-suficiência na produção alimentar e nutricional; o da superação do sistema comercial de aviação; e, por fim, o da melhoria das condições de saúde de toda a população.

É sobre estes componentes que se concentra a principal contribuição de Djalma Batista para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento regional para a Amazônia em completa sintonia com uma visão mais ampla de um projeto desenvolvimentista em nível nacional. A diferença básica, no entanto, se concentra sobre o viés regionalista e culturalista que não deixa de fazer fileira às proposições em moda na região durante o mesmo período. Vertente que se constitui em um processo de tentativa de conexão mais ampla entre componentes mais universais e outros de natureza mais locais, ambos relacionados em um processo de produção de conhecimento sobre a região (COSTA, 1997). Componentes que do lado da vertente regionalista se alinharão às perspectivas de Gilberto Freyre em sua chamada abordagem *luzotropicologista*. O que pode ser verificado no seguinte trecho, enquanto tópico final de um texto escrito originalmente em 1955:

O Brasil no mundo é a terra onde a fusão das raças se fez e se faz naturalmente, num processo de revitalização dos sangues, original e provavelmente vantajoso; é o país que na admite a guerra de conquista; e que fixou na sua Lei Básica o princípio da igualdade inalienável (BATISTA, 2006, p. 96).

Fica evidente aqui, também, a herança e influência de Gilberto Freyre sobre a obra de Djalma Batista. Herança que se faz presente em vários momentos, como em outro texto elaborado em 1961 por ocasião de um pronunciamento seu em um evento de estudantes que organizavam uma *Semana de Estudos e Debates* acadêmicos na cidade de Manaus – evento realizado no Teatro Amazonas, em agosto de 1961 (BATISTA, 2006, p. 99). Com o título de *Idéias gerais sobre a ecologia do homem amazônico*⁷⁶, este texto representa uma excelente visão sobre a forma como as idéias de Gilberto Freyre se infiltravam no meio intelectual amazônico nas décadas de 50 e 60. Nele e em outra obra chamada *Da habitabilidade da*

⁷⁶ Título posteriormente publicado na *Revista da Academia Amazonense de Letras*, n 11, maio de 1963 (BATISTA, 2006, p. 99, nota de rodapé).

*Amazônia*⁷⁷, Djalma Batista ressalta aspectos do problema ecológico e do tipo de adaptação inadequada que, segundo ele, havia sido a regra na região durante séculos. Ressalta ainda o problema não da superioridade de raças, e sim da cultura européia como fator determinante de algumas das nossas diferenças em termos de desenvolvimento em relação a alguns outros países:

Embora predominando o sangue índio, na população da Amazônia, podem ser considerados presentes elementos das três raças (caucasóide, mongolóide e negróide) da mesma forma que na população brasileira, em geral. E será isso um mal? Decorrerá daí o atraso da Amazônia e a dificuldade de dominá-la, pela fixação do homem? Excluindo a concepção da superioridade das raças, que já levou a superdesenvolvida Alemanha a perder duas guerras, é preciso convir que há uma superioridade cultural das raças. O branco da Europa e da América do Norte é civilizado não por causa do pigmento da pele ou da conformação do crânio, e sim por ter atrás de si mais de um milênio de cultura, a que se incorporaram as heranças oriental, da Grécia, do Império Romano e do Cristianismo (BATISTA, 2006, p. 123).

Nada poderia ser mais próximo da antropologia cultural americana de Franz Boas, entre outros, a qual despertava admiradores no Brasil sobre a mais forte influência e intermediação de Gilberto Freyre. A questão da ecologia como ciência da adaptação do homem ao meio, por meio da cultura, aqui também faz fileira na obra de Djalma Batista. Batista faz ressalva ainda, enquanto influência, à importância da obra de Araújo Lima para seus estudos sobre a ecologia amazônica. Diz ele: “*A interação entre homem e meio é de longa data conhecida e discutida, sendo conceituada magistralmente nos primeiros capítulos do famoso livro de Araújo Lima, ‘A Amazônia, a Terra e o Homem’*” (BATISTA, 2006, p. 99). Aqui fica claro, mais uma vez, a admiração que Djalma Batista nutre por Araújo Lima em seu esforço pelo desvendar científico e analítico das reais condições ecológicas de adaptabilidade do homem ao meio amazônico. Por fim, podemos sintetizar a visão de Djalma Batista a partir de suas próprias conclusões em termos de em exercício de pergunta e resposta. Diz ele ao final de seu texto publicado na série *Cadernos da Amazônia* do Inpa, em 1965:

Possui a hinterlândia amazônica satisfatórias condições de habitabilidade? Sim, respondemos afinal, considerando que a terra pode e deve ser dominada, pela técnica e pela ciência, e o homem pode e deve aprimorar sua cultura, pela educação e pela

⁷⁷ Escrito em 1963, por ocasião de um evento no Rio de Janeiro e publicado em 1965, na série *Cadernos da Amazônia*, n. 4, do Inpa (BATISTA, 2006, p. 113, nota de rodapé).

higiene, dentro de uma sociedade regida por novas diretrizes econômicas. Não parece verdade que o homem tenha sido “o intruso impertinente” do anátema euclidiano (BATISTA, 2006, p. 151).

Estas conclusões nos indicam o teor de algumas das diferenças que permeiam e compõem a diversidade interna do discurso regionalista e culturalista amazônico das décadas de 50 e 60. Djalma Batista, neste sentido, representa com maestria uma vertente do regionalismo desenvolvimentista amazônico com forte interação com a tradição culturalista de Gilberto Freyre e com a perspectiva antropogeográfica mais otimista que começava a se desenvolver em relação ao papel do *homem amazônico* para o desenvolvimento regional. Faz referência, também, como vimos inúmeras vezes, a obra de Euclides da Cunha, demonstrando a importância que esse autor ainda representava enquanto referência para os debates que se seguem sobre a Amazônia ao final da Segunda Guerra Mundial, assim como ao longo do período do auge do desenvolvimentismo brasileiro na década de 50.

8.2.2 O pensamento de Arthur Cezar Ferreira Reis e a formação de uma historiografia de matriz desenvolvimentista na Amazônia

Avaliando o modo como haveria se iniciado na Amazônia a superação do ensaísmo e do modelo de produção do conhecimento historiográfico característico do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), Geraldo Mártires Coelho (1994) nos apresenta um conjunto de argumentos que nos levam a observar a importância histórica e o papel desempenhado por esta instituição de pesquisa num quadro de afirmação da condição de independência do Brasil durante a primeira metade do século XIX. Num momento em que o que parecia estar em jogo, do ponto de vista político e intelectual, é a necessidade por parte do Império de afirmação da unidade do território brasileiro em um contexto de conflitos e reações das províncias leais ao governo português, assim como de um interesse de revelação do país por parte das elites dirigentes que apoiaram a proclamação da independência.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro de 1838, e o início da circulação da sua *Revista*, no ano seguinte, são os balizadores do nascimento da historiografia no Brasil contemporâneo. A criação do Instituto, simplificando a questão, integra o projeto intelectual e político da elite promotora da independência relativamente à revelação do Brasil, mas também ao exercício do seu controle, à defesa da sua unidade política e territorial enquanto pragmática da conservação. Afinal, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro organizou-se sob o

impacto das revoluções provinciais que pareciam colocar o Império em xeque, e, com ele, as elites instaladas no poder e o grupo dirigente da regência (COELHO, 2009, p. 174-175).

A lógica da produção historiográfica brasileira a partir da década de 40 do século XIX seguia, portanto, os fundamentos das mensagens produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – com todas as suas características e peculiaridades voltadas para a valorização dos feitos dos heróis de raça branca, da unidade nacional e da busca pela afirmação de uma idéia de nação independente. Realidade que, como vimos em capítulos anteriores, sofrerá um profundo ponto de inflexão quando, quase um século depois, iniciam as transformações que levarão ao desenvolvimento das obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, já na década de 30 do século XX. Autores que irão contrapor-se de modo definitivo às tradicionais interpretações historiográficas que seguiam os fundamentos e orientação teórica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No entanto, apesar das mudanças de atitude metodológica e historiográfica propostas pelo novo conjunto de intérpretes brasileiros das décadas de 20 e 30, o resultado do novo esforço intelectual deste período acaba não atingindo o país como um todo. O novo movimento de renovação intelectual que toma forma, embalado pela semana de arte moderna de 1922, não atinge de forma homogênea e na mesma velocidade as principais capitais brasileiras. Antes se circunscrevendo, portanto, muitas vezes ao restrito ambiente acadêmico e intelectual de inspiração modernista de vanguarda, localizados no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro (COELHO, 2009, p. 177). Como afirma Geraldo Mártires Coelho:

...é preciso lembrar que, vinte anos depois da criação, no início da década de 1930, das primeiras Faculdades de Filosofia do país, o ensino superior de História do Brasil tinha os seus quadros docentes formados principalmente por intelectuais saídos dos Institutos Históricos e das Academias de Letras espalhados pelo Brasil (COELHO, 2009, p. 177)

No caso da Amazônia esta realidade se torna bem visível. A historiografia que se produziu sobre a região até aproximadamente as décadas de 60 e 70 do século XX, seguiu ainda de bem perto o modelo do IHGB em sua versão tradicional. Em geral na Amazônia se produziam estudos que ressaltavam uma espécie de “crônica oficializada do poder e da conquista, de governadores e generais, de portentados e de bispos, extremamente

regionalizada e localizada. Uma crônica, portanto, reveladora do olhar hierarquizado que organizou a sociedade de forma extremamente demarcada” (COELHO, 2009, p. 178). Por outro lado, novas influências de origem no movimento regionalista – e, no caso mais específico da obra de Gilberto Freyre – que teve grande repercussão no Nordeste do país, começam a representar um forte fator de atratividade para os intelectuais amazônicos preocupados com os rumos da região. Neste contexto, podemos dizer que a junção de componentes tradicionais da historiografia oficial do IHGB com elementos de natureza culturalista e regionalista nordestina – basicamente influenciada pela obra de Gilberto Freyre – torna-se o ingrediente característico dos historiadores amazônicos que irão tratar do processo de defesa de um modelo de desenvolvimento para a região durante boa parte do século XX. Um modelo calcado na estratégia de integração nacional e na diversificação da sua base produtiva regional, mas com um forte teor culturalista. É nesse momento que podemos destacar a importância de figuras como Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins como principais intérpretes de um novo momento em termos de formação de uma estrutura de pensamento sobre o desenvolvimento regional amazônico que se forma em pleno período de auge do nacional-desenvolvimentismo no Brasil.

Seguindo uma linha mais no campo da historiografia amazônica, e destacando politicamente o papel civilizador que o Estado brasileiro deveria ter no processo de consolidação da soberania nacional no período pós-crise de 1930 – em pleno desenvolvimento dos ideais estatizantes do projeto de modernização nacional –, Arthur Cezar Ferreira Reis inicia a elaboração de suas primeiras obras historiográficas seguindo praticamente a cronologia do período desenvolvimentista brasileiro em seu sentido estrito (com as primeiras obras surgidas ainda na primeira metade da década de 30). Foi mais especificamente com as obras *História do Amazonas* (1931) e *Manaus e suas vilas* (1934) que Arthur Reis inicia seus primeiros trabalhos historiográficos sobre a Amazônia em pleno período imediatamente posterior à Revolução de 30 (LOBATO, 2009).

Do ponto de vista de suas atividades profissionais – fora do campo da historiografia estrito senso –, Arthur Cezar Ferreira Reis viria a ocupar, no mesmo período, o cargo de redator-chefe no *Jornal do Correio* (de propriedade de seu pai), tornando-se, posteriormente, em 1935, professor de Economia Política e Ciências das Finanças da Faculdade de Direito do Amazonas (LOBATO, 2009). Em seguida, é eleito ainda como sócio correspondente do

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição a qual irá representar em seus estudos da década de 30 uma espécie de modelo de inspiração no que diz respeito à sua interpretação historiográfica. Em 1938, Arthur Reis muda-se para Belém, onde inicia uma nova fase com estudos cada vez mais aprofundados sobre a realidade regional amazônica. Neste momento, começarão a surgir como resultado algumas de suas principais obras sobre o período colonial Amazônico⁷⁸. É nesta fase, também, que ele publica um dos textos mais importantes em sua trajetória como historiador, qual seja: *A Política de Portugal no vale amazônico*, de 1939.

Em seguida, após o término da Segunda Guerra Mundial, Arthur Cezar começa a exercer uma série de funções na burocracia estatal federal. De 1946 a 1953 passa a chefiar a *Divisão de Expansão Econômica*, e em 1953 é finalmente convocado para dirigir a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA) (permanecendo neste último órgão até 1955). Em 1956 assume a presidência do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia* (INPA), em Manaus. Passando ainda, no início da década de 60, por instituições como o *Departamento de História e Divulgação do Estado da Guanabara* (1961) e pelo *Departamento Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio* (LOBATO, 2009, p. 83).

Após o golpe militar, Arthur Reis é escolhido Governador do Estado do Amazonas, passando depois a exercer o cargo de presidente do Conselho Federal de Cultura, e ministrando disciplinas em várias universidades cariocas: como a Pontífice Universidade Católica e a Universidade Federal Fluminense (LOBATO, 2009, p. 83). São marcas finais, portanto, da trajetória de Arthur Cezar Ferreira Reis durante o período desenvolvimentista aqui em análise, uma produção acadêmica de grande vulto e um forte envolvimento com a política e com os meios técnico-burocráticos do Estado brasileiro em pleno período de auge do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Tendo suas atividades intelectuais mais importantes desenvolvidas no período entre 1930 e 1960 (LOBATO, 2009), Arthur Reis foi grandemente influenciado, como não poderia deixar de ser, pelo contexto intelectual e político de sua época. As voltas com o tema do papel do Estado na economia e da centralização política e

⁷⁸Segundo Sidney Lobato (2009), Arthur Cezar Ferreira Reis muda-se para Belém em 1938, onde passa a lecionar a disciplina História do Brasil em vários educandários, além de realizar amplas pesquisas no Arquivo Público e Biblioteca do Pará (LOBATO, 2009, p. 82).

administrativa – implementada no primeiro governo Vargas –, Arthur Cezar Ferreira Reis torna-se uma referência nacional no que diz respeito a assuntos sobre Amazônia. Suas obras do período do Estado Novo – em que o mesmo permaneceu erradicado em Belém (de 1938 a 1945) –, indicam um historiador extremamente inserido no debate sobre os destinos do Brasil e da região Amazônica em um contexto de euforia em relação ao projeto de desenvolvimento nacional brasileiro. Em voltas com o tema do papel do Estado no processo de desenvolvimento nacional, suas preocupações historiográficas direcionam-se para o estudo da importância da diligência do Estado português no período colonial, e no processo de integração e conquista da soberania nacional no vale amazônico. Nesse sentido, entre suas obras mais importantes do período, está o livro *A política de Portugal no vale amazônico*, um texto de 1939 que trata exatamente da importância histórica da política de Portugal para a consolidação das fronteiras nacionais no extremo norte do país. Como afirma Sidney Lobato:

Livro lançado pouco depois da instituição do Estado Novo, *A política de Portugal no vale amazônico* define as questões mais amplas das pesquisas de Arthur Reis relativas à Amazônia, de forma que cada um dos seus capítulos se desdobrará depois no tema de outros livros. Este livro foi dedicado a Getúlio Vargas e a Salazar, bem como à aproximação entre Brasil e Portugal. *A política de Portugal* constitui um esforço de interpretação da expansão, estruturação e manutenção do domínio do Estado Português sobre a Amazônia, enfatizando que havia um esforço diligente de Portugal em relação à garantia do domínio do vale amazônico (LOBATO, 2009, p. 87).

Em linhas gerais, a interpretação historiográfica de Arthur Reis, deste período, ressalta a denúncia do atraso da região amazônica e a necessidade de resposta por parte de uma intervenção técnica do Estado brasileiro com o intuito de consolidar a soberania do Estado nacional sobre o território amazônico. A importância dos estudos sobre o período colonial vem no sentido exato de reforçar a idéia de que uma etapa do processo de consolidação da soberania nacional havia sido implementada pelo Estado português durante o período colonial. Uma soberania, no entanto, que ainda se via ameaçada, em pleno século XX, pela cobiça de outros países; devendo o Estado brasileiro aprofundar uma política de integração nacional e valorização econômica da região, com o intuito de definir uma estratégia de integração que viesse a complementar o que já havia sido iniciado pelos portugueses durante séculos. Estratégia que, por sua vez, havia conseguido alcançar enorme sucesso com uma política de miscigenação que criou as condições culturais para que o processo de integração se

desse com um mínimo de conflitos e em um ambiente de paz. Experiência que teria rendido a condição, a seu ver, de ser a melhor e mais viva experiência de integração e colonização portuguesa nos trópicos. Como afirma Sidney Lobato:

O autor assevera que na Amazônia é que Portugal teria vivido a sua mais viva e curiosa experiência tropical, e nela teria instituído uma “política de convivência harmônica”, “um equilíbrio magnífico de grupos étnicos”. A tese do equilíbrio entre antagonismos – de que o processo de miscigenação ampliava os espaços em que os conflitos sociais eram dissolvidos – de Gilberto Freyre, ganha novo sentido: a miscigenação passa a ser considerada como parte de um amplo projeto político e não mais como decorrência da plasticidade do povo português. Em processo de formação, a nação teria sido até então dirigida pelo Estado ao amadurecimento e aos patamares da civilização. Mas este processo civilizador ainda estaria inacabado (LOBATO, 2009, p. 93).

Os limites do processo de integração da Amazônia, portanto, se encontrava segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, no ainda insuficiente grau de desenvolvimento dessa região. Historicamente pouco integrada – do ponto de vista físico e cultural –, ao restante do país, a Amazônia se ressentia de uma maior proximidade com a nação brasileira. Uma situação que importava severas dificuldades para a região, mas que também importava um verdadeiro empecilho para o próprio desenvolvimento nacional brasileiro. Do ponto de vista regional, a falta de integração estaria nos colocando em situação de vulnerabilidade em relação à cobiça estrangeira, o que, de cara, representaria uma ameaça à soberania brasileira. Mas que também poderia representar, aos olhos da nação brasileira, uma falta de um melhor aproveitamento dos potenciais representados pelas riquezas naturais da região.

No ano em que Arthur Reis assume a superintendência da SPVEA (em 1953) é lançado uma de suas obras até hoje considerada uma das mais conhecidas e estudadas por um público de especialistas sobre a Amazônia. Trata-se de *O seringal e o seringueiro*, de 1953, obra que representou uma mudança em seu enfoque em termos de período historiográfico, passando o autor a direcionar seus estudos a partir de então para a análise do período do ciclo de ouro da borracha. Neste momento, o objetivo de nosso autor seria analisar as mudanças significativas que o período da borracha havia lançado sobre a realidade regional amazônica construída com base na colonização portuguesa. Assim como a importância das alterações que ocorreram na estrutura produtiva local em decorrência deste processo – a qual passa a ser comandada por uma dinâmica de comercialização que ficará conhecido como *sistema de aviamento*. Uma

realidade que se faz presente através da nova configuração de relações produtivas e de comércio que, entre outras coisas, consolida as figuras do seringalista e do seringueiro como atores centrais no ambiente produtivo regional, assim como sobre a constituição da paisagem regional amazônica como um todo. Configurando uma realidade sócio-cultural específica (característica da chamada *região dos gomais*). Uma nova estrutura que se impõe sobre o signo da integração nacional brasileira que se intensifica a partir do período imperial e que deixa seus vestígios sobre a realidade política, social e cultural amazônica. Contrastando e se integrando com a natureza mais tradicional e autônoma da realidade econômica local que havia se estabelecido durante o período colonial português.

Para Arthur Reis, a configuração histórica completa do processo de ocupação da Amazônia dividir-se-ia, assim, como resultado de dois grandes períodos e processos. Como afirma Sidney Lobato:

Em sua explicação sobre a conquista da Amazônia, Reis afirma que seu processo de ocupação pode ser dividido em duas fases: a colonização portuguesa, na qual os portugueses teriam plasmado os mamelucos “*com aquela plasticidade maravilhosa*”; e a exploração das héveas, de 1850 em diante. Em *O seringal e o seringueiro*, ele se ocupa, sobretudo, desta segunda fase. Arthur Reis, tomando as análises de Gilberto Freyre como referencial, afirma que na Amazônia também vigiam (até meados do século XIX) os sistemas da Casa Grande e Senzala e pastoril. Contudo, com a exploração da borracha, o extremo norte teria sido integrado à civilização brasileira e teria sido dotado de personalidade própria, abandonando os sistemas nordestinos para se tornar a região dos gomais (LOBATO, 2009, p. 91)

Em outro de seus textos mais famosos, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, de 1957 – publicado num período logo pós sua experiência na SPVEA – Arthur Reis ressalta as características da economia amazônica e os desafios que a diversificação da base econômica extrativista representa em termo de substrato de uma estratégia geopolítica de ocupação e melhor aproveitamento econômico da região amazônica pelo estado nacional brasileiro. Aqui, muitos dos pontos levantados por seus estudos anteriores das décadas de 30 e 40, são reforçados em prol de uma interpretação que busca revelar os desafios para a soberania nacional brasileira que advêm da necessidade de um melhor aproveitamento econômico da Amazônia pelo ponto de vista de suas potencialidades em termos de fornecimento de matérias primas e recursos naturais para o processo de industrialização do país. Cabendo ao estado nacional a montagem de uma estratégia de melhor aproveitamento dos recursos naturais tendo

em vista a busca por um modelo de exploração econômica tecnicamente mais eficiente e menos baseado no extrativismo de produtos florestais.

A economia da Amazônia é uma economia realizada sob práticas primárias, marcada, fundamentalmente, pela extração de produtos florestais. A caça e a pesca constituem outra face dessa economia. A economia de base agrícola ou criatória não tem significação como volume ou mesmo gênero de vida de suas populações. Na atualidade, processa-se uma ativa agricultura de juta. As técnicas em uso são, no entanto, de tal forma primárias, que se confundem com o extrativismo. As sociedades amazônicas foram estruturadas, por isso mesmo, em função da atividade extrativa e dela não puderam ou não quiseram ainda realmente libertar-se (REIS, 1978, p. 13)

Neste momento, Arthur Cezar Ferreira Reis ressalta as dificuldades as quais as estratégias de implantação de unidades agrícolas na Amazônia se defrontaram em suas inúmeras experiências históricas. Experiências que haviam fracassado por falta de conhecimento e pouca capacidade de utilização de tecnologias apropriadas, assim como o baixo nível de consistência dos projetos de colonização até então implementados.

É certo que a agricultura se procurou estabelecer, e não faltaram, neste sentido, esforços da administração e dos colonos mais esclarecidos, que percebiam a necessidade de uma base mais sólida de riqueza que a precária indústria extrativa que praticavam. Mas para isto não bastava a boa vontade. Na mata espessa e semi-aquática que borda a bacia do grande rio; em terreno submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catastróficas, alagando áreas imensas, os igapós, deslocando grandes tratos de solo que são arrancados à margem e arrastados pela correnteza; nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda de qualquer forma de esforços quase ilimitados, se quiser ir além da dócil submissão às contingências naturais. E tais esforços, a colonização incipiente não os podia fornecer (REIS, 1978, p. 14)

A empresa agrícola em território amazônico, portanto, havia sucumbido em vários momentos por conta dos limites do próprio ambiente tropical e das características físicas e ecológicas do ecossistema amazônico. Cabendo a necessidade de um processo de colonização mais eficiente com o intuito de melhor utilizar não só as possibilidades agrícolas, mas também de exploração econômica do que ele chamaria de um “variado patrimônio proporcionado pela natureza”. Uma estratégia que, do ponto de vista discursivo se transformaria numa das mais importantes vertentes do pensamento desenvolvimentista amazônico das décadas de 50 e 60. Uma vertente de pensamento que irá ressaltar e compreender a Amazônia como um campo de atração e um espaço privilegiado de exploração

de suas possibilidades e disponibilidade de recursos naturais como matérias-primas. Inclusive do ponto de vista do reforço de uma estratégia de desenvolvimento industrial brasileiro em seus aspectos macro-estruturais. Uma estratégia que terá na busca de uma diversificação da base produtiva extrativista, assim como na produção de conhecimento sobre a realidade do meio natural amazônico, alguns de seus aspectos mais relevantes a serem apreendidos como compondo uma nova estratégia de desenvolvimento regional.

8.2.3 Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e a busca pela conciliação ecológica como estratégia de desenvolvimento regional para a Amazônia

A influência das obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre estão mais do que nunca presente e representados nas obras de Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins. Dois grandes intelectuais que representam boa parte do que de mais significativo poderia existir em termos da formação de um pensamento regionalista engajado no projeto de desenvolvimento da Amazônia durante o período desenvolvimentista brasileiro. Homens de grande influência sobre os meios intelectuais e políticos regionais amazônicos, serão eles os principais responsáveis intelectuais pela incorporação de um matriz de pensamento *tropicologista* na Amazônia durante as décadas de 50 e 60. Uma nova vertente inspirada em uma perspectiva de valorização da Amazônia como uma estratégia de fortalecimento nacional de um modelo de desenvolvimento e integração da região ao restante do Brasil. Um projeto, no entanto, que busca – muito próximo da perspectiva de Gilberto Freyre – manter-se em forte sintonia com a preservação dos valores da cultura regional e com a identidade ecológica de sua população.

Leandro Tocantins tem sua obra inaugural publicada pela primeira vez em 1952 – o hoje clássico *O Rio Comanda a Vida - cenas da vida amazônica* – um das grandes referências intelectuais do período. Na década de 60, o mesmo publicaria ainda duas outras importantes obras: uma em 1961, chamada *Amazônia: natureza, homem e tempo*; e outra em 1966, chamada *Euclides da Cunha, e o Paraíso Perdido*. No total, o conjunto das obras destes dois autores – escritas em sua maioria nas décadas de 50 e 60 – representa de certa forma o espírito da intelectualidade mais sofisticada da época, responsável pela elaboração de um discurso culturalista e ecológico em íntima ligação com o tratamento da questão regional brasileira. Em comum, a influência marcante de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, além de um forte apreço pela necessidade de valorização da cultura regional enquanto ingrediente de um

projeto de valorização econômica da Amazônia. Um projeto que busca, ao mesmo tempo, uma estratégia de conciliação entre o projeto nacionalista e de industrialização do país; e um projeto intelectual de matriz tropicológica (a chamada *Amazontropicologia*), que visa compreender o papel da cultura regional como ingrediente ecológico de sustentação do bioma amazônico, em uma linha de pensamento muito próxima à *lusotropicologia* de Gilberto Freyre.

Foi mais especificamente com Arthur Cezar Ferreira Reis, como vimos no tópico anterior, que a tradição regionalista de Gilberto Freyre começa a influenciar grande parte da inteligência regional durante a década de 40 e 50. Historiador de longas datas, Arthur Cezar representa um perfil de intelectual engajado com características muito específicas. Político habilidoso e homem de cultura, Arthur Cezar Ferreira Reis foi o primeiro superintendente da SPVEA, governador do estado do Amazonas e, por várias vezes, interlocutor do governo federal para assuntos sobre a Amazônia – inclusive durante o período militar. Foi também delegado do conselho federal de cultura e membro da academia amazonense de letras. Em sua vida acadêmica, como visto anteriormente, foi responsável pela construção de todo um arcabouço de interpretação histórica da Amazônia que ainda hoje se mantém como entre as mais influentes obras e estudos historiográficos sobre a região. Sobre Arthur Cezar Ferreira Reis, afirma Renan Freitas Pinto:

Sua obra representa um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia, especialmente em dois sentidos. O primeiro deles é que realiza uma verdadeira história do pensamento que tem sido produzido em torno da Amazônia, cabendo, aos que venham a estudar e compreender sua obra, a reconstrução desses elementos, que não poderão ser desprezados na investigação mais ampla da história das idéias no Brasil. O segundo tema refere-se explicitamente ao sentido da experiência luso-brasileira na Amazônia, sobretudo no sentido de como se construiu, a partir dessa experiência, um modelo de sociabilidade, uma forma de adaptação de valores da civilização ocidental a uma região onde predominam os elementos culturais indígenas. No interior dessa problemática são levantadas questões relacionadas com o atraso que sempre marcou a Amazônia em relação ao Brasil (PINTO, 2008, p. 213).

Arthur Cezar Ferreira Reis é um dos grandes intelectuais amazônicos entusiastas da colonização portuguesa no Brasil. Sob forte influência de Gilberto Freyre, Arthur Cezar passa a representar a expressão historiográfica amazônica que mais destaca os logros da colonização portuguesa na região. Fazendo coro com as interpretações do mestre de Apipucos, ele ressalta

o elemento de adaptação do português em relação ao ambiente hostil dos trópicos úmidos, assim como sua luta pela preservação da integridade do território nacional brasileiro. Um verdadeiro entusiasta da tradição cultural amazônica herdeira de sua matriz lusitana em sua possibilidade de se transformar em antídoto para nossos problemas mais diretamente associados às desigualdades regionais e ao modelo de modernização a ser perseguido pela Amazônia em meados do século XX. Um precursor do regionalismo tropicologista mais puro, só que em terras amazônicas. Como afirma o próprio Leandro Tocantins:

...os Sertões abrem ao exame brasileiro o problema que o país tinha de enfrentar e até hoje desafia a sua capacidade de solucioná-lo: as desigualdades regionais. Euclides lança os primeiros alicerces de um novo ciclo de estudos baseado no regionalismo, que mais tarde Gilberto Freyre, no Nordeste, e Arthur Cezar Ferreira Reis, na Amazônia, seriam as expressões maiores (TOCANTINS, 1966, p. 19-20).

Aqui, portanto, se ressalta claramente o *status* que atribui à obra de Arthur Cezar Ferreira Reis como grande representante dos estudos sobre o regionalismo na Amazônia. A influência de Euclides da Cunha mais uma vez é ressaltada, e o fio condutor que liga ambos – Leandro Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis – a Euclides da Cunha e Gilberto Freyre se torna cada vez mais evidente. Em ambos os autores a presença marcante da obra de Gilberto Freyre é algo que se destaca a partir da influência de noções como a de *tropicologia*, que se transverte em *amazontropicologia* nas mãos de Leandro Tocantins (TOCANTINS, 1982). Em Leandro Tocantins isto se torna mais evidente a partir da obra *Amazônia: natureza, homem e tempo*, de 1961. Em Arthur Cezar Ferreira Reis, por sua vez, desde os seus primeiros estudos a influência de Gilberto Freyre já se fazia nítida – como pudemos verificar tendo em vista a sua abordagem de tendência positiva em relação à avaliação da influência da colonização portuguesa na Amazônia. No geral, ambos os autores podem ser considerados como uns dos principais representantes de um corpo intelectual de pensamento amazônico amplo voltado para a formação de um discurso regionalista com um forte viés de discussão sobre o problema da integração nacional – tendo em vista como premissa a necessidade de preservação dos valores culturais e ecológicos amazônicos. O *homem amazônico* aqui é chamado, mais uma vez, a cumprir o seu papel de mediador entre o desejo de progresso das elites regionais e nacionais e a manutenção de um equilíbrio ecológico do bioma amazônico. Como afirma Odenei de Souza Ribeiro:

A palavra integração adquire, para Tocantins, um sentido de conciliação, assumindo as dimensões de uma idéia de marcha, de um processo social que procure harmonizar unidades diversificadas. Um processo que vise aproximar ou conciliar entidades diversificadas numa reunião coesa. O projeto de valorização da Amazônia, proposto a partir dessa concepção, assume um caráter de continuidade no tempo de uma forma de dominação do passado, ao propor a coexistência de valores dentro de um equilíbrio harmonioso entre tradição e modernidade. O passado preenche os poros do presente impedindo qualquer forma de ruptura. Assim, a oligarquia decadente preserva seu poder em meio às mudanças (RIBEIRO, 2007, p. 332).

Fica cada vez mais evidente aqui o sentido conciliatório e político que a noção de *valorização econômica da Amazônia* adquire na construção de um projeto genuinamente voltado com o intuito de fortalecer um projeto de desenvolvimento nacional em sintonia com as aspirações progressistas das elites regionais amazônicas. Aqui o sentido regionalista da discussão assume a frente de uma vertente do debate que irá se contrapor a uma linha nacionalista mais autoritária (que se tornará hegemônica a partir da década de 60) que desdenha das possibilidades reais de construção de um projeto de desenvolvimento regional amazônico com base na proeminência de suas elites locais. No fundo, o que está em jogo é uma disputa de modelos de civilização que irão competir pela construção de uma hegemonia de pensamento ao longo de todo o período de formação do discurso nacional-desenvolvimentista no Brasil. Uma disputa que se prolongará ao longo da década de 50, e que terá nas décadas de 60 e 70, finalmente, seu final mais trágico em termos da frustração das expectativas das elites regionais amazônicas representadas aqui pelo pensamento de Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins.

Neste momento, o que podemos perceber é um abandono dos ideais ecológicos e conciliatórios dos intelectuais amazônicos em prol de uma estratégia nacional homogeneizadora, que irá solapar por definitivo os interesses regionalistas em favor de um modelo de desenvolvimento exógeno – como uma espécie de reforço de “neocolonialismo interno”, segundo palavras de Leandro Tocantins –, que deixará seqüelas institucionais e conflitos sociais e ecológicos ainda hoje plenamente visíveis na região. Sobre esse período, afirma Leandro Tocantins:

A Amazônia, depois de sua dependência externa (ciclo das drogas do sertão e ciclo da borracha) passou a subordinar-se ao que se poderia chamar de neocolonialismo interno. Sobretudo de São Paulo. É a regra quase sempre infalível na geopolítica, de

que os organismos dinamizadores ao auge pela ação humana tendem a expandir-se por outras áreas que se mostrem indolentes em seu processo social e econômico, exibindo, além de tudo, espaço físico vazio. Paulistas são os novos pioneiros na ocupação da Amazônia. Implanta indústrias urbanas, formam pastagens para o criatório de gado (TOCANTINS, 1982, p. 150).

É importante ter claro neste ponto, que a formação do pensamento *tropicologista* de Leandro Tocantins começará se constituir de modo mais preciso, e explícito, a partir do início da década de 60, com a primeira publicação da obra *Amazônia: natureza, homem e tempo*, de 1961. Por nosso lado, buscando compreender de que forma o mesmo afirma o processo de evolução histórica que levará à decadência o projeto regionalista amazônico. Fica muito claro – quando da publicação da segunda edição, em 1982 –, que agora Leandro Tocantins parece ter muito nítido as conseqüências supostamente nefastas do processo de desenvolvimento comandado por fora, e que se constituirá a partir da década de 60. Projeto que levará a construção do que ele chamará posteriormente de “a outra Amazônia” (TOCANTINS, 1982). Seguindo uma cronologia de interpretação histórica, Leandro Tocantins afirma que a Amazônia teria passado por duas grandes fases no período anterior a Segunda Guerra mundial. Períodos os quais ele chamaria de Primeiro e Segundo Tempos da planificação ecológica da Amazônia (TOCANTINS, 1982). O primeiro tempo seria marcado desde o período colonial até meados do século XIX; o segundo teria início com o ciclo da borracha, chegando até o período de transição entre guerras, já no século XX. O critério de classificação estaria aqui associado ao processo característico de interação de homem e natureza, que teriam norteado e orientado, segundo o autor, dois momentos distintos de formação da história amazônica. Já o período entre guerras, teria a característica de servir como momento de transição entre os dois primeiros tempos – Primeiro e Segundo Tempo (TOCANTINS, 1982). Depois teríamos os chamados *outros tempos* característicos do período pós Segunda Guerra Mundial:

O período que vai mais ou menos de 1918 a 1942, isto é, o da tensão crítica da borracha, até a Segunda Grande Guerra, é possível considerá-lo como preparatório para uma nova fase econômica e até político-administrativa, período de pré-ajustamento às realidades brasileiras. E, com efeito, a Amazônia, que antes da Primeira Grande Guerra sincronizava-se com a economia mundial, passou a enquadrar-se na economia nacional, depois do término do último conflito mundial (TOCANTINS, 1982, p. 145-46).

Segundo Leandro Tocantins, o período entre guerras teria, assim, a marca da transição de um modelo de dependência externa da Amazônia (ciclo de drogas do sertão e da borracha) e um novo modelo de dependência mais diretamente ligado ao processo de industrialização brasileira, na qual a economia amazônica ocupa o papel de região fornecedora de matérias primas para a indústria e a economia nacional. Com base em estudos e publicação do economista Cosme Ferreira Filho (FERREIRA FILHO, 1957) – para a série de monografias produzidas pela SPVEA na década de 50 – Leandro Tocantins afirma que no período pós Segunda Guerra Mundial se iniciaria na Amazônia uma nova fase econômica que corresponderia a um período de integração da Amazônia à economia brasileira, e uma mudança no perfil dos mercados que passam a ser abastecidos pelas matérias primas regionais amazônicas:

Esse deslocamento de mercados do exterior para as praças nacionais é analisado pelo economista amazonense Cosme Ferreira Filho, pondo em relevo o “marcante fenômeno da deslocação do intercâmbio comercial da Amazônia, como efeito da industrialização do país e da perda de posição da maioria dos produtos regionais no plano internacional, por força de seu maior custo de produção e inferior qualidade”. É que as condições de vida no país alteraram-se profundamente, pelos efeitos de duas guerras mundiais e pelo próprio imperativo do desenvolvimento nacional, determinando “mais celeridade no processo de industrialização dos Estados do sul do Brasil meridional e o afrouxamento da procura de matérias-primas de produção regional, nos mercados externos” (TOCANTINS, 1982, p. 147).

O grande ponto a ser ressaltado, aqui, como ingrediente de fundamental importância – do ponto de vista da formação do discurso desenvolvimentista-regionalista amazônico – é o papel desempenhado tanto por Arthur Cezar ferreira Reis como por Leandro Tocantins, como agentes privilegiados de uma estratégia intelectual das elites regionais em buscar um caminho de conciliação entre um projeto de desenvolvimento nacional e a preservação de uma certa autonomia das elites amazônicas em um processo de condução de um projeto de desenvolvimento regional. Estratégia que se mostrará insuficiente, logo e seguida, tendo em vista os anseios de modernização das elites nacionais em sua estratégia de ocupação e homogeneização dos espaços amazônicos enquanto componentes de uma política de modernização autoritária do país.

9 O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA-REGIONALISTA AMAZÔNICO EM SUA TENTATIVA DE CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL NAS DÉCADAS DE 40 E 50

O período logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, como pudemos verificar em capítulos anteriores, representa um momento de fundamental importância para a formação dos alicerces institucionais que irão orientar a formação do discurso regionalista brasileiro. Fortemente influenciado pelo clima de recuperação econômica mundial, sedimenta-se no Brasil uma série de iniciativas de cunho desenvolvimentistas que serão indispensáveis para a compreensão do ambiente institucional que se forja também em torno da questão regional amazônica. É neste sentido que podemos dizer que a carta constitucional de 1946 trás consigo, neste contexto, uma série de dispositivos de estímulo ao planejamento governamental e ao fomento dos chamados *Planos de Valorização Econômica* em regiões tipicamente deprimidas ou em condições de instabilidade política e social, como seriam os casos das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Não é por um acaso, portanto, que é exatamente neste mesmo período que podemos afirmar que começam a se forjar, em torno da Amazônia, uma unidade discursiva e uma nova institucionalidade com uma orientação ideológica de viés tipicamente desenvolvimentista e com um forte teor regionalista. Por institucionalidade e pensamento de viés desenvolvimentista-regionalista, portanto, queremos nos referir aqui a um conjunto de idéias e iniciativas – de cunho político, econômico e cultural –, que tinham em comum um conjunto de diretrizes voltadas para a formação de um projeto de desenvolvimento regional em um caráter, ao mesmo tempo, independente e complementar em relação ao projeto desenvolvimentista brasileiro em um sentido mais amplo. Projeto que visava, em linhas gerais, o cumprimento de alguns pontos que podemos resumir da seguinte forma:

- 1) Primeiro, era um projeto que buscava superar de modo definitivo, e por meio do planejamento, o longo período considerado de letargia e estagnação que se sucederia imediatamente à crise da economia da borracha no início do século XX.

2) Para isso, e como seu corolário principal, o novo discurso em formação pregava também a necessidade, entre outras coisas, de diversificação da base econômica regional rumo a uma ampliação de seus fundamentos produtivos agrícolas e industriais;

3) Em terceiro lugar, tinha-se que entre os instrumentos propostos para superação dos entraves e das limitações do ambiente institucional amazônico, uma atenção especial deveria ser dada para a melhoria das condições básicas de educação, saúde e infraestrutura (considerados como gargalos intransponíveis para um processo de desenvolvimento regional na Amazônia);

4) Em quarto lugar tínhamos uma diretriz mais de cunho científico e geopolítico voltados para a formação de instituições de pesquisa de grande envergadura; com o sentido, muito preciso, de desvendar as potencialidades (naturais) regionais e o domínio (nacional) sobre a produção de conhecimento sobre a Amazônia. O que, no contexto da década de 50, irá representar uma estratégia com o objetivo de garantir a soberania nacional sobre a região;

5) Por fim, um certo consenso se constrói também, neste período, em relação à necessidade de se integrar a Amazônia à economia brasileira. A novidade, no entanto, está relacionada a uma compreensão do processo de integração que leva em conta a preservação da identidade cultural e política da região amazônica enquanto estratégia suplementar ao projeto desenvolvimentista de matriz nacionalista.

É nesse sentido que podemos afirmar que se forja na Amazônia, durante o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a crise do nacional-desenvolvimentismo na década de 60, o auge da formação de um discurso desenvolvimentista de viés culturalista e regionalista. Um discurso que se apresenta, ao mesmo tempo, em sintonia com algumas das principais estratégias desenvolvimentistas em nível nacional, mas que se mantém, de certa forma atrelado ao movimento regionalista amazônico em seu pleno desenvolvimento na primeira metade de século XX (como visto no capítulo anterior). Um padrão de pensamento que se configura englobando os princípios gerais de natureza nacionalista e industrialista do

desenvolvimentismo brasileiro. Acrescentando a este o seu viés culturalista, de origem na tradição do pensamento regionalista de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Emerge assim como síntese, na década de 50, um discurso multifacetado com fortes componentes de ideologia modernizadora atrelada a uma noção de identidade regional amazônica. Uma nova configuração discursiva que tem em vista, no plano genealógico, a possibilidade de mediação entre os ideais de modernização de uma elite regional decadente e os interesses mais imediatos da indústria de artefatos de borracha e do Estado desenvolvimentista brasileiro.

Se olharmos, portanto, a questão pelo ponto de vista dos componentes econômicos e interesses políticos atrelados a este discurso regionalista que se constitui na Amazônia, o que podemos perceber é que o mesmo se fortalece, ao mesmo tempo, corroborando as teses e princípios básicos da segurança nacional e da estratégia de integração do mercado nacional brasileiro. Por outro lado, seu viés culturalista é fortalecido, à contra-peso, por um amplo debate intelectual que tende a ressaltar o sentido da preservação dos “valores regionais amazônicos” como uma espécie de garantia à estabilidade (“ecológica”) de um modelo mais eficiente de desenvolvimento regional; o qual não se poderia renegar a um plano secundário. Valores que se justificam, do ponto de vista ideológico, a partir de um contexto de profundas modificações no cenário político, econômico e social brasileiro. Os quais se colocam, indubitavelmente, como ameaça concreta aos interesses já estabelecidos localmente pelas elites comerciais e extrativistas da Amazônia.

Um movimento de mudanças que se impulsiona e aprofunda a partir do crescimento do mercado da indústria nacional da borracha, ao mesmo tempo em que passa a conviver com a eminente volta à crise do setor extrativista e exportador de borracha da Amazônia. Uma ambiente de conflito que se aprofunda com o fim da Segunda Guerra Mundial e o esgotamento dos processos de estímulo à manutenção de preços derivados dos acordos de Washington. O que, de certa forma, coloca em questão os interesses específicos de uma tradicional elite de aviadores e comerciantes amazônicos que passam a se ver novamente em situação de instabilidade econômica. Situação de conflito esta acrescida de uma eminente situação de antagonismo direto em relação aos interesses da indústria nacional da borracha que, ao mesmo tempo, passa a lutar pelo rebaixamento dos seus preços com objetivo de favorecer o fornecimento a custos acessíveis da borracha para o mercado interno. Uma nova

realidade institucional que se impõe como um problema de ordem política e econômica a ser resolvido com a maior urgência (PINTO, 1984).

É dentro desse rol de novas condições do ambiente institucional amazônico, que a noção de “valorização econômica” se arvora, no período pós-guerra, com a pretensão de alcançar um equilíbrio (ou solução de compromisso), entre as necessidades hegemônicas de um projeto nacional de desenvolvimento em curso, e as possibilidades de manutenção de uma certa estabilidade na ordem das relações de poder local em torno dos setores extrativistas e comerciais tradicionais. E é neste contexto que podemos afirmar que se moldam na região amazônica – durante as décadas de 40 e 50 –, um corpo sistemático de idéias (ou uma ideologia em sua *função geral*, no sentido de Ricoeur) de viés desenvolvimentista-regionalista. Uma ideologia de certa forma calcada na necessidade de se compatibilizar elementos e valores culturais amazônicos (diretamente associados simbolicamente à chamada identidade do “homem amazônico”) com um projeto nacional de desenvolvimento em moldes industriais e geopoliticamente interessados no processo de integração regional da Amazônia à dinâmica da economia brasileira.

9.1 O FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O PERÍODO INICIAL DE FORMAÇÃO DE UM NOVO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA AMAZÔNIA (1946-1953)

Entre os anos de 1946 e 1953, entramos em um processo histórico de amadurecimento da elaboração de uma estratégia de valorização econômica da Amazônia, que terá na Constituição de 1946 seu alicerce institucional formal mais importante. Em sintonia com o ambiente político nacional – que sinalizava condições favoráveis à ampliação da participação dos interesses das oligarquias regionais no período pós Segunda Guerra Mundial –, a estratégia do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* se fortalece em um momento em que o processo de industrialização brasileiro entra definitivamente em seu estágio de amadurecimento institucional (BIELSCHOWSKY, 1996). Confirma-se aqui, portanto, um cenário nitidamente favorável à tentativa de se compatibilizar politicamente os interesses econômicos locais e os novos anseios da indústria nacional de artefatos de borracha, em ascensão (PINTO, 1984). E nesse sentido – seguindo o arranjo político que, como visto anteriormente, nos levaria a uma situação de *Estado de Compromisso* em nível nacional

(DINIZ, 1997) –, será com a implantação da SPVEA, em 1953, que finalmente consegue-se consolidar, em definitivo, um novo padrão de intervenção institucional e um pacto no sentido da construção de uma estratégia conciliadora associada a um discurso em sintonia com as novas necessidades políticas e econômicas regionais e nacionais em curso.

É neste contexto, que durante toda a segunda metade da década de 40, os debates teóricos em torno do planejamento e da industrialização brasileira, assumem um papel de destaque no cenário das disputas políticas e ideológicas em nível nacional e regional. Trazendo consigo uma preocupação crescente com os rumos das regiões menos desenvolvidas do país, as quais passam a serem vistas como elementos limitantes de uma estratégia de desenvolvimento nacional mais amplo. Uma realidade que se apresentava, a olhos vistos, como um problema a ser superado por uma nação ainda em construção. O que, de certa forma, aumentava ainda mais a pressão dos grupos políticos regionais e nacionais no sentido da necessidade de se elaborar, de maneira urgente, uma nova estratégia de intervenção federal para estas regiões. Problema que esbarrava, no entanto, fundamentalmente nas dificuldades em se conseguir compatibilizar, do ponto de vista político e econômico, os interesses de alguns grupos ainda influentes localmente (ligados ao extrativismo e a economia de aviamento, no caso da Amazônia), e as necessidades que se faziam presentes de modo cada vez mais evidente em termos do crescimento e melhoria do padrão de abastecimento de produção agrícola e do fornecimento de matérias primas para a indústria nacional de artefatos de borracha. Impasse o qual se manifestava, de modo concreto, em termos das disputas em torno do modelo de intervenção a ser implementado pela nova política de valorização econômica da Amazônia.

Será sobre estas bases genealógicas, que o novo cenário irá favorecer, por fim (com a criação da SPVEA, em 1953), a elaboração de uma estratégia de planejamento regional que pudesse levar em consideração ambas as necessidades estruturais, numa estratégia de intervenção federal que se mostrará mais adequada aos anseios e objetivos de uma política de desenvolvimento de mais longo prazo. Estratégia que passava, aos olhos e interpretação de um número cada vez maior de interlocutores locais, pela necessidade urgente de diversificação da base produtiva regional amazônica, no sentido da busca pelo fomento à agricultura e o abastecimento do mercado interno de alimentos e insumos industriais. Uma condição que se tornará cada vez mais evidente enquanto alternativa que passará a ser

considerada como viável e necessária à superação das limitações de uma economia baseada exclusivamente em atividades de matriz extrativista. Uma realidade que passará a ser vista de forma definitiva como sinônimo de decadência e causa principal dos malogros que se sucederam ao fim do período áureo da borracha durante toda a primeira metade do século XX (VERGOLINO, 1975; VERGOLINO; GOMES, 2004).

Para compreendermos, no entanto, o lento processo de evolução institucional que irá se prolongar sobre a Amazônia – entre o período pós-guerra e o período de criação da SPVEA em 1953 – é importante entendermos, ao mesmo tempo, o contexto do mercado internacional que, após o interstício da guerra, faria com que a produção da borracha asiática retornasse aos mercados mundiais, colocando as condições de produção da borracha amazônica mais uma vez em situação de dificuldade (MAHAR, 1978, p. 15). É nesse novo contexto que a noção de desenvolvimento – enquanto uma estratégia de mais longo prazo voltada fundamentalmente para a diversificação da base produtiva regional – parece começar a ganhar fôlego, de modo mais efetivo, enquanto embrião de uma nova ideologia que começa a se firmar perante os interesses do estado brasileiro; e em sintonia com as novas perspectivas que parecem se mostrar inevitáveis perante uma boa parte da classe política e empresarial amazônica. Como afirma Vergolino e Gomes:

Quando a guerra findou, a demanda mundial pela seringa novamente viu-se reduzida. Os problemas estruturais voltaram a se manifestar, levando à redução do crescimento econômico local. O grande gargalo com o qual a Região se deparava, então, era o do imenso peso do extrativismo natural no produto regional, e era este que precisava ser superado. Nesta perspectiva, a classe política passou a defender uma política de desenvolvimento, pela primeira vez, com preocupações de longo prazo e com alcance regional mais amplo, no sentido da diversificação da estrutura produtiva vigente (VERGOLINO; GOMES, 2004, p. 471).

Ao mesmo tempo, o aumento do custo de vida e as dificuldades de intercâmbio entre o preço da borracha (em constante queda no mercado internacional) e os dos demais itens que compunham a cesta básica da população local (como arroz e a farinha), faziam com que o incentivo à agricultura começasse a ser apontado como a melhor saída para a crise imediata na região⁷⁹. Estratégia que, segundo D'aráujo (1992), minimizaria não só as dificuldades sociais

⁷⁹O crescimento do custo de vida da população, tomando como parâmetro a capacidade de compra/troca que cada quilo de borracha representava (entre os anos de 1900 e 1953); foi avaliado pelo governo federal, à época, através do documento:

para a obtenção de alimentos locais, como também se integraria perfeitamente à estratégia nacional – e de uma parcela das oligarquias da borracha –, que sinalizavam já no sentido da produção de alimentos e matérias primas a custos mais baixos para dar suporte ao desenvolvimento industrial do país, e à manutenção do custo de produção da mão-de-obra nos seringais (WEINSTEIN, 1993).

É nesse momento que, do ponto de vista discursivo, começará a ficar cada vez mais presente na interpretação do fenômeno social amazônico “*que o problema econômico da Amazônia não derivava de seu clima ou de outras condições naturais e geográficas, mas do modelo de economia extrativista, incapaz de readaptar-se às mudanças nacionais e internacionais*” (D’ARAÚJO, 1992, p. 42). Ou seja, que os seus problemas estavam associados à suposta falta de perspectiva de uma economia extrativa estritamente dependente do mercado internacional, e com pouca capacidade de reação em relação às condições de competitividade de seus concorrentes asiáticos. Neste momento, uma ideologia agrícola começa a ganhar novamente fôlego enquanto alternativa à tradição extrativista, implicando em uma série de mudanças no cenário político, cultural e institucional na região. Um ciclo de novas interpretações, neste momento, tende a se consolidar, marcando uma nova era no mundo das idéias. É sobre a emergência dessa nova realidade que irá se configurar, a nosso ver, um ambiente discursivo ao mesmo tempo de conflito e conciliação entre dois projetos básicos que irão disputar a hegemonia ainda durante a década de 40. Mas que, com o desenrolar dos acontecimentos, tenderá à solidificação de sua hegemonia desenvolvimentista também em nível regional, a partir da década de 50.

Em primeiro plano, o que existia consolidado anteriormente (no período da guerra), do ponto de vista institucional, era um projeto difuso que visava fundamentalmente reaver, a todo custo, os tempos áureos da borracha, em uma estratégia típica de manutenção do *status quo* das elites aviadoras regionais (baseado no aproveitamento dos estímulos de manutenção dos preços da borracha gerados pelos mecanismos de controle de mercado, tal como estes haviam sido criados e mantidos, por exemplo, durante a vigência dos *Acordos de Washington*); no segundo, uma nova estratégia que começa lentamente a se consolidar, e que busca fundamentalmente trazer para o debate nacional (e regional), um conjunto de novas

“Valorização Econômica da Amazônia: subsídios; Programa de Emergência, 1954” como um dos principais problemas da economia Amazônica. Para uma avaliação mais completa, ver MAHAR (1978) e D’ARAÚJO (1992).

perspectivas que se abrem na medida em que a dinâmica do processo de industrialização no Brasil avança e novas oportunidades parecem se apresentar enquanto alternativa para um modelo de desenvolvimento regional. Projeto, este último, que, a nosso ver, servirá de alicerce econômico para a formação de uma nova intelectualidade amazônica que começa a se consolidar sob a influência e inspiração do regionalismo de Gilberto Freyre, ainda na década de 40.

É nesse sentido, que o período da Segunda Guerra Mundial pode ser considerado como um marco de fundamental importância; uma espécie de último grande suspiro “reacionário” para os ideais aviadores extrativistas (PINTO, 1984). E nesse aspecto, o período de guerra também pode ser considerado como um período em que apenas se retardou, ou se deu sobrevida, a uma ideologia extrativista que, a nosso ver, tenderia a perder espaço na formação dos objetivos mais fundamentais da ideologia do desenvolvimento nacional brasileiro. Objetivos que, à luz de uma nova ideologia desenvolvimentista, começavam a se consolidar em um período de fortalecimento do papel do planejamento e da estratégia de industrialização e fomento à atividade agrícola em bases cada vez mais articuladas com uma dinâmica de fortalecimento do mercado nacional de insumos industriais e produção de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos em expansão. Diretrizes que irão repercutir, sem dúvida alguma, na orientação de caráter diversificador da ideologia desenvolvimentista-regionalista na Amazônia.

9.1.1 O contexto político e institucional brasileiro no período pós-guerra

O período imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial no Brasil é marcado, no plano das idéias, por uma disputa entre *liberalismo* e *dirigismo* que, como vimos em capítulos anteriores, viria a moldar boa parte do contexto de debates sobre desenvolvimento nacional nas décadas de 40 e 50. No plano político, a queda do Estado Novo de Vargas, e a ascensão de uma parcela da oposição da UDN para dentro do bloco de apoio do governo Dutra representaram uma mudança significativa na conjuntura nacional. E com ela, nas correlações de forças que passaram a sustentar as relações de poder dentro do Estado brasileiro. No que diz respeito especificamente ao plano das idéias, uma forte vertente liberalizante comandada por figuras como Eugênio Gudin (e posteriormente, por Óctávio

Gouveia de Bulhões), irão se contrapor a industrialistas como Roberto Simonsen e Rômulo de Almeida (BIELSCHOWSKY, 1996). O que caracterizará o período como um dos mais disputados do ponto de vista do debate sobre desenvolvimento na história do pensamento econômico brasileiro (BIELSCHOWSKY, 1996; TEIXEIRA et.al., 2010).

Após a queda de Vargas e as eleições nacionais convocadas para dezembro de 1945 – que, por fim, acabam por eleger como novo presidente o General Eurico Gaspar Dutra –, o cenário político se volta para a nova Constituição. Nesse contexto, as correlações de forças que se formam no Congresso, em um ambiente hegemonicamente contrário à lógica intervencionista, acabam por favorecer a manutenção de um certo conservadorismo expresso na idéia de uma “democratização controlada” que alimentaria as discussões em torno da elaboração da nova Carta Constitucional (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 262). Amplas expectativas liberalizantes se unificam, neste momento, aos anseios por ampliação do poder político das oligarquias regionais; as quais haviam perdido boa parte de seu poder de comando com a nova fórmula corporativista de articulação política do estado varguista. Grupos que passam a reclamar, após a queda do Estado Novo, o retorno da autonomia de atuação de seus estados em relação aos interesses do governo federal. O resultado desse processo foi uma composição parlamentar que ampliou enormemente o peso das oligarquias regionais em um novo cenário de coalizão federativa. Fato este que irá consolidar, do ponto de vista institucional, também, uma volta do poder de pressão dos grupos locais sobre o poder legislativo brasileiro. Como afirma Bielschowsky:

Esses aspectos revelavam, de forma cabal, o caráter conservador do novo Congresso, onde havia amplo predomínio de representantes das oligarquias regionais. Diferentemente da Primeira República, estavam eles agora limitados pela exigência de fazerem acertos e concessões sobre a política nacional. Mantinham, porém, em troca, a liberdade de ação em nível regional, a qual havia sido reduzida durante o governo Vargas. Reuniam-se, no PSD, aqueles representantes conservadores das oligarquias que se haviam composto com Vargas e, na UDN, aqueles que se haviam oposto ao Estado Novo (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 263).

Amarrados a interesses regionalistas – liderados, ora por membros do PSD ora por representantes da UDN; ambos agora pertencentes às bases de sustentação do novo governo Dutra –, o “espírito” do Congresso se apresenta com tendências claramente favoráveis a estratégias de cunho político e econômico mais liberalizantes (BIELSCHOWSKY, 1996). A

queda do Estado Novo, neste sentido, representou uma oportunidade histórica de reagrupamento dos segmentos conservadores das elites regionais, os quais haviam perdido parcela significativa de sua autonomia durante o primeiro governo Vargas. O que, de certa forma, veio a limitar sobremaneira o poder de decisão local das antigas oligarquias em uma lógica política que passa a condicionar o seu poder de influência às disputas por espaços com outros grupos de interesses. Além de submeter às mesmas, de certa forma, à estratégia mediadora de um grupo formado por uma nova elite que passa constituir um verdadeiro *estamento burocrático* infiltrado por meio dos novos canais de gestão do governo federal implantados durante o período do Estado Novo de Vargas. Uma realidade que, como visto no capítulo anterior, viria a condicionar as relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade brasileira no período posterior à década de 30.

Do ponto de vista do impacto dessa conjuntura institucional e política mais ampla sobre a formação do pensamento econômico brasileiro no período pós-guerra, seguimos aqui mais uma vez as conclusões de Ricardo Bielschowsky; segundo o qual o período entre os anos de 1945 e 1947 é considerado como um importante momento na trajetória de amadurecimento da ideologia desenvolvimentista no Brasil. Restaria esclarecer, no entanto, os preâmbulos político-institucionais dessa longa jornada de amadurecimento da ideologia desenvolvimentista no que diz respeito à sua influência em um nível regional amazônico. Uma nova conjuntura em que se consolida um ambiente que irá marcar as condições objetivas de funcionamento da sociedade brasileira em um contexto de aprofundamento do debate sobre planejamento e desenvolvimento regional. De início, o sentido do amadurecimento que é aqui referenciado, está exatamente relacionado à capacidade de resistência da incipiente ideologia desenvolvimentista que, desde 1930, também vinha em seu pleno estágio de formação e amadurecimento. E nesse sentido, a noção de resistência se refere basicamente à capacidade de reação de sua estrutura de argumentação e influência em um período considerado historicamente como favorável ao fortalecimento de seu discurso opositor; ou seja: o discurso liberal-conservador que se fortalece imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial com a queda do governo Vargas. Para Bielschowsky, no entanto, este momento conjuntural de reveses políticos não seria capaz de desarticular a trajetória de formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro, que caminhava no sentido da defesa da diversificação do aparelho produtivo nacional, num processo de industrialização em escala crescente. Caminho

que já vinha se desenvolvendo, como visto anteriormente, desde a década de 30. Como afirma no seguinte trecho:

De modo a não deixarmos de lado a perspectiva de longo prazo que, por mais breve que seja uma descrição da conjuntura econômica, fica sempre ameaçada de se perder de vista, convém assinalar, encerrando essa introdução, que o período 1945-47 não alterou a evolução básica que caracteriza a história econômica brasileira desde o início dos anos 30: o processo de diversificação do aparelho produtivo continuava em franco progresso, já que as atividades urbano-industriais lideravam amplamente a expansão da economia. Em 1947, e pela primeira vez na história do país, o valor da produção industrial ultrapassava o da produção agrícola. Além disso, prosseguiam as transformações no próprio setor industrial, onde os segmentos da indústria pesada apresentavam taxas de expansão superiores à média do setor. Significativamente, foi em 1945 que se festejou o início das operações do empreendimento que até hoje simboliza a industrialização brasileira, isto é, a siderúrgica de Volta Redonda (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 266).

Por esse ponto de vista, o que se observa é uma tendência de formação discursiva mais industrialista em nível nacional com implicações de mais longo prazo que, apesar da conjuntura desfavorável do período pós-guerra, não será abandonada. Despertando um ambiente de disputa em termos de produção intelectual e embates políticos cada vez mais fervorosos em torno da questão da industrialização e do planejamento do desenvolvimento nacional e regional no Brasil. É nesse momento que um embate teórico envolvendo temas como protecionismo, intervenção estatal, inflação e problemas de balança de pagamentos, vêm à tona numa disputa em que: por um lado, está em jogo uma postura liberalizante em defesa da normalização do funcionamento do mercado internacional; e por outro, uma postura desenvolvimentista em defesa da continuidade do processo de planejamento da industrialização em curso no país. A largada francamente favorável aos liberais, durante os anos de 1945 e 1946, não significou, no entanto, um abandono dos ideais industrializantes. Como nos salienta mais uma vez Bielschowsky:

O clima liberalizante é, contudo, apenas metade da história do pensamento econômico do imediato pós-guerra. A outra é dada pela forma como a ideologia desenvolvimentista sobre o futuro do Brasil, originada no período anterior, resistiu a esse clima, passando, sem recursos, inclusive pela prova de fogo da confusão ideológica entre liberalismo político e liberalismo econômico, que a conjuntura da época propiciava ... No nível de uma das frentes ideológicas básicas da sociedade, isto é, no nível da produção intelectual, a situação ainda permanecia indefinida na conjuntura de transição do pós-guerra, com um certo equilíbrio das posições em conflito (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 267).

É por isso que Bielschowsky considera este período como um período inicial da etapa de amadurecimento da ideologia desenvolvimentista no Brasil. Ou seja, um período em que, mesmo sobre adversidades, a incipiente ideologia desenvolvimentista consegue sobreviver com alguma consistência. Tendo em vista o grau de amadurecimento institucional que alcança a nova burocracia federal formada já sob os auspícios dos ideais de uma nova ideologia desenvolvimentista. Situação que, em seguida, seria de fundamental importância enquanto instrumento de propagação no processo de aprofundamento da estratégia de industrialização brasileira que se segue durante o período de auge do desenvolvimentismo na década de 50. Uma condição que é reforçada pelo rico debate de idéias que se deu, ao nível de Congresso Nacional, e entre os principais protagonistas intelectuais da *controvérsia do planejamento* no Brasil. Intelectuais envolvidos na questão do debate sobre temas considerados de fundamental importância à época: como o do protecionismo alfandegário e a questão a política cambial no sentido do favorecimento da política industrial brasileira (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 175-76; SIMONSEN e GUDIN, 2010).

Para muitos, inclusive, este período representa um momento de antecipação de algumas idéias cepalinas que seriam de fundamental importância durante toda a década de 50. Entre elas, podemos destacar a idéia do chamado “desenvolvimento para dentro”, que já estava sendo divulgada no período logo após o fim da guerra (bem antes, portanto, da volta do governo Vargas e da criação da Cepal, que só viriam a ocorrer respectivamente em 1950 e 1948); sob o título de fortalecimento da “economia de mercado interno”. O que demonstra a originalidade e pertinência do debate desenvolvimentista que se desenrola no período pós-guerra no Brasil. Realidade que não se resume apenas a este exemplo, abarcando outras questões teóricas que serão consideradas chaves para muitos dos ideais cepalinos; como a questão da vulnerabilidade externa que, segundo Bielschowsky, também já estaria presente no Brasil, mesmo que de maneira incipiente, alguns anos antes do surgimento da Cepal (BIELSCHOWSKY, 1996).

No centro das principais manifestações intelectuais e de divulgação dos debates técnicos e teóricos em torno da construção de uma ideologia desenvolvimentista, neste período, encontrava-se o *Departamento de Estudos Econômicos da Confederação Nacional da Indústria* (CNI). Organização criada e presidida pelo principal expoente intelectual desenvolvimentista da época, o industrial paulista Roberto Simonsen. Como presidente da

CNI, Roberto Simonsen se torna o principal responsável por projetar profissionalmente, entre outros, um jovem economista baiano (Rômulo Almeida); o qual se tornará uma das principais figuras responsáveis pelo fortalecimento da trajetória do pensamento desenvolvimentista da década de 50 no Brasil. Sob a tutela de Roberto Simonsen, Rômulo Almeida é convidado, em meados da década de 40, a organizar o *Departamento de Estudos Econômicos* da CNI. Escolha que se mostraria, em seguida, de grande valor para o desenvolvimento e consolidação do ideário desenvolvimentista e do aprofundamento dos estudos sobre planejamento regional e política industrial no país⁸⁰.

Com Rômulo Almeida à frente do *Departamento e Estudos Econômicos* da CNI, esta organização se torna um dos principais espaços para a difusão de uma série de estudos, textos e relatórios de pesquisa voltados para a discussão sobre planejamento, industrialização e política tarifária no Brasil. Entre suas preocupações, no entanto – e isso é um fator importante –, estava também a questão do planejamento regional, tema que se tornaria um aspecto do problema considerado importante para o aprofundamento das discussões desenvolvimentistas durante as décadas de 50 e 60. Neste sentido, podemos destacar inclusive o aparecimento dos primeiros textos que tratam, de modo mais sistemático, do papel do planejamento regional para o desenvolvimento do país. Entre eles, podemos ressaltar um texto publicado em 1946, pela recém criada Fundação Getúlio Vargas, com o título de *O desenvolvimento planejado da economia brasileira*, de Américo Barbosa de Oliveira. Segundo Bielschowsky, neste texto o autor ressalta a necessidade de se planejar o desenvolvimento industrial brasileiro para além da indústria de base, incorporando as atividades agrícolas que formariam em sua perspectiva a essência do mercado interno nacional, considerado, à época, já como indispensável para o sucesso da industrialização brasileira (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 280-81).

Ainda segundo Bielschowsky, o texto de Américo Barbosa de Oliveira propunha “*uma original modalidade de planejamento baseada na idéia de se proceder a uma série de planejamentos regionais, chegando a tal concepção por força de sua ênfase em atividades em que o aspecto físico-regional é crucial, ou seja, agricultura, transporte, energia, mineração e siderurgia*” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 281). É neste contexto, que podemos afirmar que se inicia no período entre 1948 e 1952, principalmente, uma forte tendência à articulação, do

⁸⁰Foi Rômulo Almeida o responsável pela formação, e liderança, da equipe econômica de Getúlio Vargas em seu segundo período como presidente da república, entre os anos de 1951 e 1954.

ponto de vista das idéias e das estratégias de planejamento, entre os ideais de industrialização e o desenvolvimento de uma base agrícola regionalizada, como suporte para a formação de um mercado interno nacional em condições de responder às necessidades do processo de industrialização do país. Não é a toa que o ideal radical da vocação agrícola – tão largamente difundida no período imediatamente anterior –, passa a ser vista, neste momento, como uma idéia completamente ultrapassada. O que agora passaria a vigorar, nos meio empresarial e político nacional, como discurso hegemônico, é o argumento que paira em torno da necessidade de se harmonizar, e não contrapor, o equilíbrio entre indústria e as atividades agrícolas em território nacional. Inclusive de modo a expandir a atividade agrícola por várias regiões. Como afirma Bielschowsky:

A inovação, no plano da interpretação das relações entre indústria e agricultura, era a visão, cada vez mais presente no pensamento econômico da época, de que a expansão agrícola era indispensável ao progresso industrial, pela geração de bens para consumo interno, de divisas para a importação e do mercado interno para os produtos nacionais (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 327).

Outra questão de suma relevância para o período, e que deve ser ressaltado enquanto marco e elemento de condições de possibilidade da formação do discurso desenvolvimentista do final da década de 40 e início da década de 50, foi o aprofundamento das discussões sobre política cambial e seu papel para a estratégia de industrialização do país. Tema que irá se aprofundar inclusive ao longo de toda a década de 50. No plano político o que se destaca, no período de 1948 a 1952, é um quadro de acentuada estabilidade que só viria a se romper a partir do andamento e desfecho final com o suicídio de Vargas em 1954. Diferente do perfil e posicionamento estratégico do presidente Dutra (de viés mais liberal), Vargas assume a presidência da República, em 1951, com um claro compromisso de aprofundar a industrialização brasileira e a estratégia de intervenção estatal. Daí a ênfase que se torna marcante, neste período, sobre o planejamento do processo de industrialização e desenvolvimento da economia brasileira como um todo. O que terá grandes repercussões sobre a implementação efetiva e a solução dos impasses que se faziam presentes em torno do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*.

9.1.2 A natureza conciliatória e os aspectos político-institucionais da elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Sabe-se que a estratégia de Valorização Econômica da Amazônia – instituída formalmente pela Lei de número 1.806 de 06 de janeiro de 1953 –, era composta (no artigo 22) pela criação de uma *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA), e (no artigo 24) por uma *Comissão de Planejamento*, esta última responsável pelo planejamento das ações a serem executadas pela primeira. Em geral, portanto, a estratégia previa um plano a ser elaborado e executado no prazo de 20 anos, a contar do início da vigência da constituição de 1946. Anseio que – apesar de representar um desejo que estava presente nas cogitações dos estadistas que dirigiam a nação desde a grande crise da borracha em 1912 (SPVEA, 1955, p.19) –, apenas começa a ganhar prestígio oficial a partir do famoso pronunciamento do “Discurso do Rio Amazonas”, proferido pelo presidente Getúlio Vargas, na cidade de Manaus, em 1940. Dizia ele em tal discurso:

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar. Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram admiravelmente, nas “entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha”, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retornar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é espaço imenso e despovoado (VARGAS, 1940, p. 9-10).

O *Discurso do rio Amazonas* representa um marco simbólico da nova estratégia governamental brasileira para a região. Um discurso repleto de componentes discursivos de grande importância para a compreensão do chamado “espírito desenvolvimentista” que já se fazia presente desde a década de 30. Uma ideologia unificadora que passará, a partir de então, a representar uma visão geral sobre o sentido da empreitada modernizadora que àquele

momento se ensaiava, e que mais tarde viria a desembocar finalmente em um grande projeto desenvolvimentista para a Amazônia.

A empreitada valorizadora na Amazônia tem finalmente seu início, assim, alguns anos mais tarde; mais especificamente em 1946, com o início das discussões para a elaboração do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Após décadas de pressões e descontentamentos por parte de amplos segmentos empresariais e políticos representantes dos mais variados interesses e setores econômicos oriundos dos Estados amazônicos, a empreitada modernizadora na Amazônia, tão bem expressa no discurso de Vargas, finalmente começa a ser colocada em prática ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Seguindo os anseios e demandas a favor da elaboração de uma estratégia nacional de recuperação ou valorização econômica da Amazônia, uma boa parte das elites regionais – que durante as décadas anteriores buscavam insistentemente o apoio governamental como estratégia para o soerguimento dos preços da borracha – finalmente parecem conseguir vislumbrar uma saída mais definitiva para os seus impasses econômicos. Durante o período de guerra, com a entrada em vigor dos chamados *Acordos de Washington*, um expediente conhecido como a *Batalha da Borracha*, foi instituído em prol de uma política de soerguimento da borracha amazônica. Com esse expediente, um conjunto de medidas (entre elas a criação do Banco de crédito da Borracha, em 1942) serão tomadas com o intuito de recuperar a capacidade de produção da borracha amazônica para o abastecimento do mercado industrial americano. Momento em que – sem alternativas de mercado viáveis e capazes de atender o soerguimento das chamadas “praça” do comércio da borracha de Belém e Manaus –, as elites diretamente ligadas às casas aviadoras e aos seringalistas que controlavam boa parte do sistema de produção extrativa regional, buscam alternativas de curto prazo tentando ligar seus interesses mais imediatos aos interesses e oportunidades que surgem associadas a um determinado tipo de discurso nacionalista e desenvolvimentista em formação.

Uma estratégia que, no entanto, começará a sofrer alguns reveses após a promulgação da constituição de 1946, e, com ela, da institucionalização de um volume significativo de recursos previstos para a execução do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Momento em que, de maneira mais efetiva, é incluído na constituição federal uma destinação orçamentária de 3% das receitas de União, Estados e Municípios a serem executados num prazo de vinte anos. Um projeto que passa a visar, de maneira mais contundente, uma

estratégia de desenvolvimento de mais longo prazo, e com indícios de estímulos mais consistentes em termos do fomento à agricultura e ao processo de integração nacional da Amazônia ao restante do país. Estratégia que não era vista, de modo mais imediato, com entusiasmo por boa parte das elites tradicionais da borracha, interessada muito mais na manutenção do controle da estratégia de comercialização de produtos extrativos (PINTO, 1984).

Por outro lado, no entanto, o aumento dos custos de manutenção de mão-de-obra nos seringais, começava a não permitir aos seringalistas alternativas que não fosse o estímulo à produção de alimentos por parte dos próprios seringueiros. A chave, portanto, para a compreensão das possibilidades de conciliação destas duas tendências (quais sejam: manutenção dos preços da borracha em níveis razoáveis, e defesa da diversificação da produção e estímulo à produção agrícola em sintonia com os interesses da indústria nacional), está na compreensão do processo econômico que alimenta de conteúdo material e concreto as disputas políticas e o discurso desenvolvimentista em questão. E nesse sentido, o que é importante ter claro é a mudança no cenário do mercado nacional de borracha que começa a se consolidar a partir do final do período da Segunda Guerra Mundial. Neste momento, o que fica claro é que um novo segmento industrial brasileiro voltado para a produção de artefatos de borracha, já se apresentava enquanto realidade em termos de mercado nacional. Fato este que acabaria por implicar em uma mudança significativa na correlação de forças e interesses diversos que começam a se configurar em torno dos rumos da produção gomífera e da orientação ideológica e discursiva que alimentarão de significado o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* a partir da segunda metade da década de 40. Como afirma Nelson Pinto:

[...]as transformações econômicas ocorridas entre os anos de 1912 e 1946 recolocavam o problema em bases bastante diversas. O setor produtor de artefatos de borracha que se instalara no país durante esse período havia crescido em ritmo acelerado, absorvendo em 1946 cerca de 60% da produção gomífera nacional. Já se podia vislumbrar, para os primeiros anos da década de 1950, um consumo nacional de borracha vegetal que excederia a produção amazônica. O extrativismo gomífero havia se desvinculado do setor exportador para rearticular-se ao desenvolvimento industrial do sul do país. Desta maneira, qualquer política que pretendesse manter o preço da borracha vegetal amazônica acima da cotação internacional refletir-se-ia na indústria nacional de artefatos de borracha (PINTO, 1984, p. 104).

Uma contradição, portanto, se apresentava também de maneira nítida entre os interesses de valorização dos preços da borracha e a necessidade de abastecimento do mercado interno nacional a custos acessíveis para a indústria de artefatos. Situação que representou uma das principais características das relações potencialmente conflitantes que irão alimentar as discussões e os impasses em torno da execução do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* até o início da década de 50. Um impasse que terá inicialmente uma solução de compromisso com a promulgação da Lei n. 86 de 9 de setembro de 1947 (PINTO, 1984). Solução que passaria a colocar de vez, segundo Nelson Pinto, o problema da valorização da borracha como um problema regional e não mais nacional. Estando o estado brasileiro, a partir desse momento, com uma orientação estritamente voltada para os rumos do fomento a heveicultura e à produção agrícola como sua estratégia principal. Como afirma no seguinte trecho:

A articulação dos interesses industriais, predominantes na política nacional, e os do grupo, fundamentalmente regional e comercial, envolvido na exploração da atividade extrativista amazônica, resultou numa solução de compromisso que foi a Lei n. 86 de 8 de setembro de 1947, acompanhada, de forma indissociável, do já referido artigo 199 da Constituição de 1946 (PINTO, 1984, p. 104).

De acordo com a nova prerrogativa legal instituída em 1947, portanto, assumia-se que as respostas aos interesses da valorização da borracha já haviam sido contempladas pelo dispositivo do artigo 199 da Constituição federal que criava o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Não cabendo, portanto, mais a manutenção, por parte do governo federal, de uma estratégia de valorização do preço da borracha de maneira artificial, tal como vinha ocorrendo desde a implantação dos *Acordos de Washington* em 1942 (PINTO, 1984). Uma situação que viria a desagradar o interesse dos aviadores e setores ligados ao extrativismo mais tradicional na Amazônia. Com isso, afirma Pinto:

A atividade produtora de borracha (extrativa ou agrícola) era colocada num plano estritamente regional, a despeito do óbvio vínculo entre a indústria gomífera do sul do país e o suprimento da matéria-prima proveniente dos seringais amazônicos. A impressão que se tem do despacho ministerial – aprovado pelo Presidente Dutra e incorporado à Lei n. 86, como se verá adiante – é a de que se a classe empresarial amazônica já fora contemplada com os recursos do artigo 199 da Constituição de 1946, não havia porque se preocupar com a produção de borracha vegetal (PINTO, 1984, p. 107-108).

O problema, no entanto, é que a estratégia que deveria ser seguida a partir do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, no sentido do fomento a heveicultura, estava muito longe de se tornar realidade entre os segmentos produtores de borracha regional e a realidade econômica da Amazônia; tendo em vista as dificuldades de adaptação da produção agrícola da borracha em solo regional⁸¹. Em realidade, o que se viu acontecer de modo concreto, como resultado imediato da nova política, foi um atrofiamiento da participação relativa da produção gomífera em território amazônico, em comparação com o estímulo à produção em outras regiões brasileiras em melhores condições de competição no mercado. Regiões que passam a ampliar sua participação relativa na produção de seringa para o abastecimento do mercado nacional de indústria de artefatos em ascensão no país. Como afirma Nelson Pinto:

Na verdade, a história da produção de borracha na Amazônia já havia demonstrado, de forma inequívoca, as enormes dificuldades que a heveicultura enfrentava na região. Os interesses comerciais, dominantes no extrativismo, não tinham qualquer estímulo para arriscar seus capitais numa empreitada como a heveícola que, graças ao descaso governamental, apresentava as mesmas incertezas de cinquenta anos atrás... a precariedade do conhecimento agrônomo sobre as questões fundamentais que afetavam a heveicultura estavam a exigir vultosas inversões de médio e longo prazo e de abrangência nacional. O longo ciclo vital da seringueira não admitia – como não admite até hoje – uma pesquisa que se desenvolvesse de forma descontínua, sem um plano diretor de, no mínimo, quinze a vinte anos de duração. Esta situação, agravada pelas dificuldades infra-estruturais da Amazônia – saúde, transporte, mão-de-obra, educação, etc... – faziam da heveicultura uma opção impensável para os capitais privados da região (PINTO, 1984, p. 108).

A recorrente tentativa, ou necessidade, de se manter o perfil de produção da borracha em padrões tipicamente extrativista na Amazônia, fez com que uma verdadeira lógica de estímulo à produção agrícola só viesse a compor os quadros mais efetivos de uma nova realidade institucional regional a partir da década de 50, com o início das operações mais propriamente estimuladas pela SPVEA. Dessa forma, o desenvolvimento da heveicultura enquanto estratégia efetiva de desenvolvimento da agricultura amazônica só viria a se tornar realidade alguns anos após o fim do período do governo Eurico Gaspar Dutra, em um contexto extremamente crítico em que a produção gomífera brasileira já se apresentava em

⁸¹Experiências mal sucedidas como o *Projeto Ford* em Belterra e Fordlândia (no Baixo Amazonas) entre outras, davam o tom das dificuldades que uma estratégia de fomento a heveicultura encontrava para desenvolver-se na região. (PINTO, 1984; COSTA, 1993).

dificuldades muito claras de responder à forte demanda da indústria nacional de artefatos de borracha em expansão crescente. Como afirma mais uma vez Nelson Pinto:

...a queda na produção gomífera extrativista (1947 – 24,6 mil; 1950 – 18,6 mil), abalada pelo declínio dos preços (em termos relativos) e pela insegurança dos financiamentos, coincidiu com uma expansão acelerada da indústria de artefatos de borracha, de tal forma que em 1950, pela primeira vez, na história do país, o consumo de borracha ultrapassou a produção. Já em 1949, a administração deficiente dos estoques do BCB, provocou uma paralisação de oito dias, por falta de matéria-prima, nas fábricas paulistas de artefatos de borracha (C. E. 1951, n.8, p.17) (PINTO, 1984, p. 110).

Como pudemos perceber, parece nítido, apesar das dificuldades, a inter-relação que se mostram irreversíveis entre os novos interesses da indústria brasileira de artefatos de borracha e o contexto institucional que se molda a favor da defesa de uma estratégia de diversificação e modernização da base produtiva regional amazônica no início da década de 50. Uma estratégia que se mostra cada vez mais nítida e inevitável, no sentido da prioridade que passa a ser dada para o fomento da produção agrícola (heveicultura) em oposição ao extrativismo de coleta da borracha amazônica em sua estratégia mais localista de manutenção dos preços. Uma nova realidade que parece contrapor-se, no âmbito institucional, em relação à tradicional estratégia de defesa dos preços da borracha e da busca por melhores condições de inserção no mercado internacional do produto. Uma nova política agrícola atrelada aos interesses da industrialização nacional e ao mercado interno começa a se afirmar, nesse período, enquanto estratégia a ser perseguida inclusive pelos novos segmentos das elites regionais amazônicas, mais ligados aos setores industriais e agrícolas fortemente vinculados aos centros urbanos de Belém e Manaus⁸².

Do ponto de vista dos resultados mais propriamente derivados das políticas de estímulo à produção gomífera durante a Segunda Guerra Mundial, o que podemos afirmar, por fim, é que a literatura que trata do assunto considera que os esforços despendidos durante a *Batalha da Borracha*, resultaram em poucos benefícios duradouros para a economia amazônica. A iniciativa da criação do *Banco de Crédito da Borracha* (BCB) talvez tenha sido neste contexto, o que de mais significativo se manteve em termos de estrutura formal a qual viria a se solidificar no ambiente institucional amazônico no período pós-guerra. Na sua maior parte,

⁸² Movimento que já vinha se fortalecendo lentamente, segundo Bárbara Weinstein (1993), desde a década de 20.

no entanto, a experiência da *Batalha da Borracha* – sob a inspiração e estímulo por parte dos chamados *Acordos e Washington* –, tiveram o papel institucional muito mais de retardar (na forma de reforço às instituições extrativistas), do que incentivar as mudanças institucionais necessárias para a construção de condições mais favoráveis à mudança da base produtiva regional. Como afirma Nelson Pinto:

A Segunda Guerra Mundial e a intervenção governamental nada mais fizeram do que injetar um novo alento numa atividade – o extrativismo gomífero – que agonizava. Mais grave do que isso, no entanto, foi o caráter reacionário que essa interferência assumiu. Ao financiar aviadores e seringalistas, assegurar a continuidade da exploração dos seringais em débito junto ao BCB, subsidiar o transporte de mão-de-obra e garantir a compra de produto, o governo federal recriou uma situação de iniquidade social que já havia causado indignação nos círculos mais conservadores do Congresso Nacional, durante os primeiros anos deste século. Na verdade, o Banco de Crédito da Borracha veio apenas substituir as tradicionais casas exportadoras, financiando o intermediário e adquirindo a safra. O seringueiro continuou como antes, isolado de tudo e de todos, totalmente à mercê das vontades de seu patrão – o seringalista ou seu preposto. E nem poderia ter sido diferente, pois pretender expandir a produção gomífera em regime de urgência, significava, obrigatoriamente, refazer os caminhos abertos pelo “aviamento” (PINTO, 1984, p. 101-102).

E em seguida, quando afirma:

Mas o sentido reacionário desse novo alento não se esgotou no reforço das relações do “aviamento”, pois trouxe consigo a cristalização de um vínculo de dependência direta entre o extrativismo gomífero e a intervenção governamental. O aumento da produção de borracha vegetal se apoiou, fundamentalmente, nos preços excepcionais que o BCB garantiu aos seringalistas e aviadores da região. Desta forma, quando findava o ano de 1945, mais especificamente, a partir do momento em que o BCB foi autorizado a adquirir o acervo do RDC, iniciando o processo de reconversão de economia de guerra, já era possível identificar uma forte apreensão dos interesses ligados à borracha amazônica. Embora a vigência do Acordo Suplementar da Borracha tivesse sido prorrogada até julho de 1947, a perspectiva, após aquela data, era a de um mercado internacional bastante concorrencial, que só poderia resultar em mais uma aprofunda crise para o setor gomífero da Amazônia (PINTO, 1984, p. 102-103).

Ou seja, as condições institucionais impostas pelos instrumentos dos *Acordos de Washington* e da *Batalha da Borracha*, em verdade, vieram, segundo esta interpretação, reforçar uma estrutura de economia aviadora que teve uma sobrevida durante o interstício, e que, com base em poder de pressão político fortalecido com o processo de redemocratização,

conseguiu prorrogar os benefícios – concedidos durante a guerra – até o ano de 1947⁸³. Momento em que, finalmente, passou-se a exigir uma solução mais racional e definitiva para o suposto fracasso da economia extrativista da borracha na Amazônia. Condição que, aliada ao crescimento da indústria de artefatos de borracha em nível nacional, viria a resultar em exigências de mudança que levarão a uma nova onda de negociações que, por fim, resultarão numa mudança no modelo de apoio institucional à economia extrativa da borracha (com base na manutenção de preços), e sua substituição por uma política considerada mais consistente e votada para o efetivo desenvolvimento da agricultura e da indústria em âmbito nacional e regional. Uma nova política que, de agora em diante, passaria por um estímulo mais forte a heveicultura e o fomento à diversificação da base produtiva regional. Uma estratégia que começa finalmente a concorrer com o tradicional poderio institucional da economia do aviamento na Amazônia, condição sobre a qual irá emergir as condições de possibilidades históricas (genealógicas) para a construção de uma estratégia discursiva de conciliação que resultará, por fim, nas diretrizes gerais do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, em 1946.

9.2 A CONJUNTURA NACIONAL DO AUGUE DO PERÍODO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E OS DIFERENTES LOCUS DE CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DE UM NOVO DISCURSO REGIONALISTA NA AMAZÔNIA

Uma das principais características da formação do pensamento econômico brasileiro durante a década de 50 foi, como vimos no capítulo 2, o amadurecimento da posição do discurso desenvolvimentista em torno do projeto de industrialização e do planejamento econômico como via para o desenvolvimento do país (BIELSCHOWSKY, 1996). Será durante este período, portanto, que o projeto desenvolvimentista assume seu *status* mais elevado na formação do pensamento econômico e social brasileiro – assim como a influência sobre a implementação de todo um aparato institucional a favor da construção de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Uma conjuntura nacional completamente favorável

⁸³Como afirma Nelson Pinto: “as transformações políticas operadas no país ao tempo em que se encerrou a Segunda Guerra Mundial tinham dado um novo impulso às reivindicações sociais e econômicas das regiões menos beneficiadas pelo processo de industrialização do Centro-Sul. O regime democrático que se instalou, após a queda de Getúlio Vargas, não tinha, ao menos formalmente, como voltar as costas aos representantes do norte e nordeste do país” (PINTO, 1984, p. 103). Condição que permitiu melhores condições de barganha política, à época, para as elites da borracha amazônica.

ao planejamento e à estratégia de intervenção estatal se torna a grande novidade institucional dos anos que se seguem à posse de Vargas em 1950. Neste sentido, um dos aspectos a serem ressaltados é a capacidade de resistência da ideologia desenvolvimentista nacional aos ataques cerrados de seus adversários liberais durante a segunda metade da década de 40 e primeira metade da década de 50. Como afirma Bielschowsky:

O pensamento econômico desenvolvimentista, originado nos anos 30, resistiu à ideologia liberal no imediato pós-guerra (1945-47) e continuou amadurecendo no quinquênio posterior (1948-52). No triênio 1953-55, respondeu com firmeza a uma cerrada investida liberal, reafirmando seus princípios fundamentais. No confronto mesmo entre neoliberais e o desenvolvimentismo, naqueles anos, pode-se perceber um maior amadurecimento do debate sobre industrialização planejada. Nesse momento, diferentemente do que ocorrera em meados dos anos 40, o que se põe em discussão não é mais a validade de uma política econômica de suporte à industrialização; o grande debate passa a ser o do ritmo que o governo poderia procurar imprimir ao desenvolvimento urbano-industrial (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 363).

Fica claro, portanto, a natureza evolucionária do amadurecimento institucional do projeto de industrialização nacional que terá na década de 50 seu momento de auge no Brasil. Fato que irá repercutir de maneira clara na nova configuração que se forma em torno da criação de uma série de órgãos e mecanismos favoráveis ao prosseguimento do processo de planejamento dos rumos da industrialização brasileira. Será no contexto da primeira metade da década de 50, portanto, que poderemos finalmente perceber a consolidação de organizações como a Cepal, a CNI e o ISEB; que com o apoio de estudos e da elaboração de um discurso cada vez mais afinado, passam a ocupar um papel de destaque no debate público, assim como em conquistar “a consciência das elites intelectuais, técnicas e políticas do país para a realidade dessa transformação” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 364).

Não podemos esquecer que foi durante este período, também, que serão criados órgãos e empresas estatais como o BNDE, o CNPq, a Petrobrás, o BNB e a SPVEA. Uma realidade que viria a reforçar o sentido da necessidade de se resolver alguns dos gargalos estruturais e sociais que estariam inibindo o processo de industrialização brasileira, dentro de uma estratégia de planejamento do desenvolvimento nacional. E é entre esta gama de questões institucionais, de ordem técnica e política, que irão se destacar, neste período, também, alguns dos problemas que passarão a ser considerados fundamentais no sentido da necessidade que se faz eminente do prosseguimento do processo de industrialização e modernização do país.

Problemas como os de infra-estrutura, abastecimento agrícola de alimentos e insumos industriais, entre outros, passam a ser considerados como problemas de grande interesse e foco de atuação estratégica do Estado desenvolvimentista brasileiro. E junto a estes, não podemos esquecer o problema da reforma agrária, que surge, neste contexto, como um novo ingrediente de ordem política e social, e que irá esquentar as disputas ideológicas durante todo período que vai do início da década e 50 até o golpe militar de 1964.

Associado a todos estes problemas, a questão da agricultura e do abastecimento da indústria nacional da borracha se intensifica, neste momento, exatamente em torno dos debates que se aprofundam sobre o papel do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* enquanto estratégia de desenvolvimento nacional para a Amazônia. Uma questão que não pode ser negligenciada enquanto fator considerado de fundamental importância para a compreensão do perfil de elaboração discursiva que irá se abater sobre a Amazônia durante a década de 50. Um momento em que, após a eleição de Vargas, se intensificam enormemente a formação de um ambiente – inclusive intra-governamental – mais favorável para a consolidação de novas organizações e iniciativas que viessem no sentido de aprofundar o planejamento e a intervenção federal no sentido do estímulo à superação de gargalos estruturais em favor do suporte à industrialização e do processo de crescimento politicamente controlado da economia brasileira. Como afirma Bielschowsky:

Com a eleição de Vargas... a ideologia desenvolvimentista alcançara o próprio governo, disseminando-se nas antigas e novas instituições da administração pública federal. Observe-se que vários dos passos fundamentais da proposta de condução estatal do processo de desenvolvimento estavam finalmente dados na entrada do triênio [1953-55]... a produção siderúrgica crescia com vigor na CSN, a criação da Petrobrás já estava definida e estavam criados ou em formação vários fundos públicos (via impostos especiais) vinculados a investimentos em infra-estrutura. Criara-se, inclusive, o imposto único sobre consumo de energia, e o Fundo Nacional de Eletrificação estava em vias de definição no Congresso. Além disso, criaram-se o Fundo de Reaparelhamento Econômico e o BNDE e, não menos importante, a política cambial estava, no essencial, subordinada às necessidades de importação de equipamentos e matérias primas industriais (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 364-65).

Ou seja, um contexto em que se passa finalmente a contar com um amplo leque de iniciativas e condições institucionais mais favoráveis para a ampliação do papel da intervenção do Estado sobre a economia brasileira. E nesse ponto, o papel da Amazônia também se faria presente de maneira renovada. Uma nova conjuntura geopolítica e econômica

começava a se formar em torno das disputas em relação à questão da soberania nacional brasileira e as estratégias de abastecimento do mercado nacional de artefatos de borracha (como visto no tópico anterior). Interesses econômicos da indústria nacional se somam, assim, aos interesses geopolíticos do Estado nacional brasileiro e de parcela das elites amazônicas que, como visto, começam a se articular em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento regional atrelado a uma ideologia culturalista em estreita vinculação com alguns dos próprios interesses de manutenção do *status quo* por parte de segmentos da elite extrativista em decadência.

Do ponto de vista mais amplo, no entanto, neste mesmo período, um novo cenário de articulação política de matriz populista, se implanta a partir do segundo governo Vargas. O que irá fundamentar uma nova teia de pactos oligárquicos que se sustentarão até aproximadamente o início da década de 60 (SOLA, 1998). Um contexto em que se desenvolve uma nova base de articulações, e tipo de relações entre Estado e sociedade civil, que servirão como sustentáculo político e fonte de estabilidade institucional para os novos padrões de intervenção federal, os quais passariam a fazer parte da realidade nacional mais especificamente a partir da década de 50. Uma nova articulação que tem agora, como seu corolário, uma nova estratégia de ampliação das bases de sustentação política do governo, que, para além de seus tradicionais parceiros recrutados entre as oligarquias regionais, incorpora agora o envolvimento significativo de lideranças sindicais tuteladas pela estratégia corporativista do governo federal. Ao mesmo tempo, em que reforça seus componentes nacionalistas e desenvolvimentistas em pleno processo de fortalecimento por dentro da nova estrutura tecnoburocrática que se estabelece no padrão de formação do Estado brasileiro. Sobre este novo momento, afirma Lourdes Sola:

Foi apenas no segundo governo Vargas que o nacionalismo adquiriu uma nova função, como instrumento de mobilização popular através do qual os autores políticos relevantes – e técnicos, políticos profissionais e militares – buscavam articular sistemas de alianças com setores excluídos do sistema decisório. Essa segunda dimensão do nacionalismo adquire significado apenas quando relacionada com a política de massas e com o estilo populista inaugurado por Vargas em resposta ao processo de redistribuição de recursos políticos associados à concorrência eleitoral e à crescente integração das massas urbanas à vida política (SOLA, 1998, p. 94-95).

Uma nova realidade institucional, portanto, se constitui enquanto fundamento da atuação governamental do Estado sobre a economia brasileira. Elos corporativos atrelados a iniciativas de viés populistas caracterizam o período, de modo a consolidar uma ideologia desenvolvimentista com diferentes bandeiras e matizes teóricos de intervenção para diferentes contextos políticos e econômicos regionais. Será a partir desta solução de compromisso mais ampla, imposta pelo pacto populista a todo o território nacional, que se consolida na Amazônia uma nova estratégia de desenvolvimento nacional e regional que terá com a criação da SPVEA – entre outras iniciativas –, seu momento de auge durante a década de 50.

9.2.1 A formação de uma base para o desenvolvimento de novas organizações de fomento à pesquisa científica na Amazônia na década de 50

No que diz respeito especificamente ao ambiente institucional que se forma depois da promulgação da Constituição de 1946, como é sabido, foi instituída uma *Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia* com o objetivo de elaborar um projeto de lei regulamentando a aplicação dos recursos previsto no artigo 199 da nova constituição federal. Neste sentido, segundo Nelson de Figueiredo Ribeiro (2005), o problema mais fundamental da *Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia*, passou a ser o caráter substantivo de suas atribuições, as quais exigiam uma definição de como utilizar os recursos previstos na Constituição Federal em favor de uma estratégia geopolítica mais ampla para a Amazônia. A questão seria, dizia Ribeiro: “o que deve o Brasil fazer com a sua grande região setentrional? Trata-se da maior área contínua do Trópico Úmido do Planeta; portanto, não apenas, o que fazer, mas, sobretudo, como fazer, diante dos países que a cobiçam, ostensivamente e do quase total desconhecimento das ciências e tecnologias que deveriam ou poderiam ser aplicadas para utilização de seus recursos naturais” (RIBEIRO, 2005, p. 224).

A conclusão da Comissão Parlamentar, neste sentido, foi pela necessidade de se criar um modelo institucional de ação que, a médio e longo prazo, investisse focado na pesquisa para conhecimento sobre o potencial dos recursos naturais e agrônômicos regionais e para elaboração de tecnologias apropriadas para a sua utilização; além, é claro, do apoio irrestrito a diferentes estratégias de estímulo à atração de investimentos privados com o intuito de promover a implantação de empreendimentos voltados para o desenvolvimento da sociedade amazônica (RIBEIRO, 2005). Uma realidade que se fortalece enquanto medida de estímulo à

ampliação e estratégia de diversificação da base produtiva regional, sinalizando uma mudança no padrão de intervenção federal na região que – quase uma década depois da promulgação da constituição de 1946 – acaba por se instituir formalmente através da criação da *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA) em 1953; e do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia* (INPA) em 1954. Ambas, instituições de caráter federal com o objetivo, entre outras coisas, de estimular a diversificação da base produtiva regional e fomentar a pesquisa e a produção de conhecimento para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para a região.

No que diz respeito ao setor de pesquisa e experimentação agropecuária e biológica, por exemplo, seriam ainda criados o *Instituto Agrônomo do Norte* (IAN) (que passará a ser integrado posteriormente, durante a década de 70, à rede EMBRAPA constituindo o *Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido – CPATU-EMBRAPA*); além do *Museu Paraense Emílio Goeldi* (MPEG) (que passa por um processo de federalização, sendo então integrado à rede de instituições de pesquisa ligadas ao *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ*, criado em 1952). Com estas duas novas iniciativas, a pesquisa científica na Amazônia passa a contar finalmente com três instituições de significativo peso e importância para o desenvolvimento regional. Sendo que duas delas passam a fazer parte da nova rede de instituições ligadas ao CNPq (uma em Manaus (o INPA); e uma em Belém (o MPEG)); e outra ligada à rede de pesquisa agropecuária (IAN). Encerrando de vez, as especulações sobre a possibilidade de implementação de um Instituto Internacional (o *Instituto Hiléia Amazônica*) com o fim de desenvolver e aprofundar pesquisas na região Amazônica. Sobre esses novos cenários, que se abre para a pesquisa científica na Amazônia a partir do início da década de 50, afirma ainda Nelson Ribeiro:

Esse dispositivo institucional, acrescido do CPATU-EMBRAPA, fortaleceu a atuação do poder público na defesa da soberania nacional sobre a Região, excluindo definitivamente os modelos institucionais internacionais, voltados para a revelação e avaliação dos recursos naturais regionais. O Brasil manteve-se aberto a receber a colaboração de instituições científicas estrangeiras, sempre em regime de cooperação com instituições nacionais que, a partir de então, o País passou a exigir que fosse consignado nos acordos de cooperação internacional, aliás tal como preconizava a Carta das Nações Unidas de 1945 (RIBEIRO, 2005, p. 226).

O que é importante ter claro aqui, é que a partir principalmente da primeira metade da década de 50, um grande aparato institucional de pesquisa científica é montado na Amazônia com intuito exatamente de fundamentar uma operação mais consistente no sentido de preparar uma intervenção federal mais organizada em relação a uma política de desenvolvimento regional. E neste sentido, a política de valorização econômica que se busca implementar a partir da SPVEA, nada mais significou do que um ingrediente de uma estratégia nacional mais ampla, que visava alcançar objetivos muito maiores do que uma simples intervenção pontual em defesa de interesses regionais específicos. Englobando uma gama de interesses e estratégias geopolíticas e econômicas associadas aos anseios “estamentais” de uma nova elite burocrática que se associa aos interesses da indústria nacional da borracha, e que, com isso, começa a consolidar uma estratégia nacional-desenvolvimentista por dentro das instituições do Estado brasileiro direcionadas para a Amazônia. O que favoreceu, sem dúvida alguma, a saída encontrada para a implantação de instituições de pesquisa como uma solução também política para um cenário de rivalidade internacional em relação a uma suposta cobiça internacional em relação à Amazônia. O que acabou servindo para justificar um esforço de intervenção pública de grande magnitude na região.

Outra iniciativa de mudança institucional de fundamental importância para o período foi a transformação do *Banco de Crédito da Borracha* (BCB) em *Banco de Crédito da Amazônia* (BCA), no ano de 1950. Instituição que passaria, a partir de então, a responder por um sistema de crédito ampliado, e que atendesse, para além da borracha, o custeio das safras agrícolas, da pecuária e da industrialização das matérias-primas regionais (RIBEIRO, 2005)⁸⁴. Uma iniciativa que – assim como a orientação de investimento em instituições de pesquisa – fazia parte também de um amplo leque de medidas de cunho governamental que foram inicialmente pensadas a partir da formação da *Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia*. Mas que apenas viriam a serem concretizadas, no início da década de 50, junto a uma série de outras iniciativas de apoio ao planejamento e ao processo de industrialização brasileira que começam a se aprofundar durante o início do segundo governo Vargas.

⁸⁴Para fortalecer a nova instituição de crédito, foi prevista uma parcela de 10% (dos 3% de tributos federais que ficariam disponíveis para a Valorização Econômica da Amazônia) dos recursos destinados para o PVEA, de acordo com o artigo 199 da Constituição Federal. Para operar estes recursos, no entanto, seria ainda criada, em seguida, o *Fundo de Fomento à Produção*, que alimentaria os cofres da nova instituição de crédito para o fomento da atividade produtiva na região.

Temos ainda, em nível mais regional, e privado, o surgimento de um componente institucional importante que começa a se formar ao final da década de 40 e início da década de 50. Trata-se da criação da *Federação das Indústrias do Estado do Pará* (FIEPA), no ano de 1948. Organização representativa de um segmento que começará a ter uma participação significativa nas articulações políticas e técnicas que começarão a se aprofundar em relação às políticas de desenvolvimento regional durante a década de 50; e que acabarão por configurar um ambiente típico de preparação do que viria a se consolidar posteriormente como um conjunto de diretrizes e uma estratégia de expansão orientada por segmentos do setor produtivo regional.

O passo inicial, neste sentido, será dado em um evento organizado sob a coordenação do economista chefe do gabinete da presidência da república, Rômulo Almeida (com o apoio e secretaria executiva liderada por Arthur Cezar Ferreira Reis (MARQUES, 2007)). Um evento que se inicia, do ponto de vista mais técnico, dando ênfase aos preparativos para a elaboração e implementação do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Reunidos entre setembro e novembro de 1951 (na sede do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro), vários intelectuais de reconhecido conhecimento sobre a Amazônia, participaram de um amplo processo de discussão que levaria, por fim, à elaboração das diretrizes para a implementação do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, que só viria a ser implementado a partir de 1953 com a criação da SPVEA. Necessidade que se fazia presente desde a promulgação da Constituição de 1946, e que teve na figura de Getúlio Vargas uma fonte de determinação no sentido de finalmente conseguir superar os entraves políticos, e implementar uma nova estratégia ou modelo de planejamento para o desenvolvimento da região.

O evento contou com a participação, entre outros, de figuras da maior importância no cenário intelectual, político e empresarial da Amazônia. Figuras como Gabriel Hermes Filho (então presidente do Banco de Crédito da Amazônia e presidente da recém criada FIEPA); Sócrates Bonfim (economista de grande prestígio na região); Júlio Mário Souza (economista do DNIC); Felisberto Camargo (Diretor do Instituto Agrônomo do Norte) e Arthur Cezar Ferreira Reis (futuro primeiro superintendente da SPVEA), entre outros; foram algumas das figuras que se fizeram presentes no evento, e que grande contribuição tiveram na elaboração nas diretrizes do projeto de criação da SPVEA.

9.2.2 A emergência de novos interesses empresariais e a formação da organização patronal industrial na Amazônia

Sem dúvida alguma Gabriel Hermes Filho será uma das personalidades mais representativa e proeminente da cena industrial paraense e amazônica durante o chamado período desenvolvimentista brasileiro. Advogado e industrial do setor moveleiro paraense, Gabriel Hermes inicia sua vida pública como Secretário de Estado do Governo do Estado do Pará, em 1945; vindo a assumir posteriormente – como sinal dos novos tempos que sopravam no sentido da estratégia de diversificação da base produtiva regional – o cargo de presidente do *Banco de Crédito da Amazônia*, em 1950. Mantendo-se inclusive no cargo de presidente do Banco ao longo de todo o segundo governo Vargas (1951-1954). Gabriel Hermes foi também o principal responsável pela criação da *Federação das Indústrias do Estado do Pará* (FIEPA), instituição vinculada ao sistema do *Conselho Nacional da Indústria do Brasil* (CNI), no qual posteriormente viria inclusive ocupar o cargo de diretor nacional. Neste caso, suas atividades iniciam entre os anos de 1947-49, a partir do esforço de união de representantes de seis setores da indústria paraense (os sindicatos de arroz, marcenaria, panificação e confeitaria, alfaiataria e confecção de roupas para homens, calçado e olaria); tendo Gabriel Hermes Filho um papel destacado na coordenação e concretização da mais nova representação patronal da região.

Com a criação desta nova organização – responsável agora pelo maior nível de representatividade entre o segmento industrial paraense – sua presidência passa a ser ocupada por Gabriel Hermes, ficando o mesmo em sua posição de liderança e comando por cerca de 43 anos; quando apenas em 1991, o comando da FIEPA é transferido para Fernando Flexa Ribeiro (REVISTA PARÁ INDUSTRIAL, 2009). Sendo assim, entre 1947 e 1990, o comando da principal organização patronal amazônica fica a cargo de seu fundador e principal responsável pela defesa dos interesses do segmento industrial na região. Como presidente da FIEPA, Gabriel Hermes foi ainda diretor da *Confederação Nacional das Indústrias* (CNI) e principal representante dos interesses do segmento industrial paraense e amazônico no congresso nacional. É nesse sentido que como principal articulador do segmento industrial regional durante mais de 40 anos, Gabriel Hermes Filho foi, sem dúvida alguma, o principal líder industrial paraense durante todo o período do ciclo desenvolvimentista no Brasil. Eleito pela primeira vez deputado federal pelo Pará em 1954,

seguiu a carreira política entre os anos de 1954 e 1978, chegando ao Senado da República no mandato de 1978-1982. Tornando-se, portanto, formalmente, o legítimo representante do segmento industrial amazônico no Congresso Nacional⁸⁵.

Do ponto de vista da construção discursiva e da defesa dos interesses do segmento industrial – os quais, de alguma forma, passam a ser integrados como um segmento novo da nova estratégia de desenvolvimento da SPVEA – Gabriel Hermes teve também um papel importante, tendo sido convidado a ocupar o cargo de presidente do *Banco de Crédito da Amazônia* em 1950. Presidindo a *Federação das Indústrias do Estado do Pará*, desde a sua criação, Gabriel Hermes era a figura indicada para dar encaminhamento ao pacto político que se arquitetava no sentido de dar sustentação ao novo projeto de desenvolvimento regional na Amazônia. A ele caberia a orientação das novas linhas de crédito a serem disponibilizadas pelo recém criado *Banco de Crédito da Amazônia* (BCA). Já como presidente do Banco, foi ele convidado, como vimos anteriormente, a apresentar uma conferência sobre o papel do crédito enquanto um dos componentes para a elaboração do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Texto que seria apresentado por ocasião da conferência realizada no Ministério do Trabalho, em 1951⁸⁶. Neste texto, o mesmo expõe com clareza algumas das diretrizes que, segundo sua visão, seguiria a orientação do presidente Getúlio Vargas, e que, por isso, deveriam ser mantidas enquanto política de crédito básica a ser implementada pela nova política regional. Diz o documento chamado *Contribuição do Banco de Crédito da Amazônia S. A. ao Planejamento da Valorização da Amazônia*⁸⁷:

As atividades produtivas da Amazônia só podem vingar em maior escala se amparadas por um sistema adequado de crédito, passível de centralização no Banco de Crédito da Amazônia” – acentua S. Excia., o Sr. Presidente da República em sua última mensagem ao Congresso Nacional. E é S. Excia quem, após salientar a escassez de recursos com que luta o Banco para fazer face aos encargos que lhe são atribuídos por lei, conclui: – Assim, cumpre aparelhar o instituto para o desempenho de todas estas atividades, cumprindo reforçar-lhe os recursos, principalmente agora que as atribuições do Banco se estendem a todos os produtos da Amazônia (HERMES FILHO, 1954, p. 75)

⁸⁵ Gabriel Hermes Filho começa sua carreira política em 1954, sendo seguidamente eleito deputado federal pelo PTB e PSD (1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974), e depois indicado como senador biônico pela ARENA, em 1978.

⁸⁶ Conferência que serviu como reunião preparatória para a formatação final da nova estratégia que seria seguida para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e que seria encaminhada a partir da criação da SPVEA, em 1953.

⁸⁷ Este texto, junto com outros apresentados no mesmo seminário, foram publicados posteriormente em uma coletânea de artigos denominada *Valorização Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

E, em seguida, ao se referir ao teor do documento, com suas propostas direcionadas às diretrizes de crédito que deveriam ser seguidas pela condução do novo Banco, afirma:

Os estudos que aqui encaminhamos apontam, sem pretensões, sinceramente, o que entre nós vai da observação de problemas da Amazônia e sua solução. Nele não nos faltou, entretanto, a cooperação de reais valores da Planície, empenhados, dedicadamente, nos mesmos estudos e soluções. No que tange à pecuária, por exemplo, ouvimos a Cooperativa de Indústrias Pecuária do Pará, a sociedade Rural e os Serviços de Pecuária dos Territórios do Guaropé e do Rio Branco. O plantio de seringueiras foi outro ponto que nos coube no planejamento e, sobre ele, além dos informes solicitados ao Instituto Agrônomo do Norte, como órgão técnico que é, ouvimos, ainda, a opinião abalizada do técnico Bouquet, como, de igual modo, sobre o aproveitamento florestal tivemos a cooperação do engenheiro florestal I. Kissin, a que aliamos a experiência de distinguidos próceres do Sindicato dos Madeireiros do Pará (HERMES FILHO, 1954, p. 75).

Como pode ser visto dentro do processo de construção das novas diretrizes institucionais do BCA, arregimenta-se um amplo leque de segmentos produtivos e técnicos com o intuito claro de ampliar o rol de setores industriais e agrícolas interessados em se integrar à nova política de crédito a ser implantada através do *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. E nesse sentido, não resta dúvida sobre o papel de liderança a ser atendido pelo então presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, agora sobre o comando do principal banco de fomento à produção regional. O que é importante perceber, no entanto, é que dentre as estratégias do novo banco, não se exclui o segmento da produção extrativista da borracha, a qual continua entre os beneficiados pela nova política de crédito do BCA.

No que diz respeito a uma visão mais ampla em relação aos aspectos de condução da nova estratégia – e do papel que deveriam ter os organismos regionais como o *Banco de Crédito da Amazônia* – a posição de Gabriel Hermes, portanto, é muito clara também em favor da manutenção dos canais de articulação institucionais já existentes (entre eles os interesses do setor extrativista); os quais já se faziam controlados pelos grupos empresariais locais, e em processo de negociação quando da mudança do perfil de atuação do antigo *Banco de Crédito da Borracha (BCB)* para o novo BCA. Ressalta ele ainda, como complemento, a necessidade de implantação imediata de um plano de emergência, a ser conduzido utilizando como ponto de sustentação o próprio BCA; no sentido de complementá-las apenas com o intuito de melhor articulá-las num esforço de “unidade administrativa” com o intuito de

melhorar a eficiência da aplicação dos recursos já sobre a jurisdição da instituição, além de uma suplementação que se fazia necessária para o alcance dos objetivos propostos pela nova política de crédito a ser implantada. Afirma ele:

As exatas e prementes necessidades da região estão a impor obra de pronto resultado, limitada porém exequível. Somos, assim, pela elaboração de um plano de emergência, fixando a execução de obras que merecem e exigem prioridade, em base do grande trabalho geral. Esse plano de emergência deverá programar o emprego da verba durante o período de cinco anos e os serviços deverão o máximo possível interessar os governos das regiões que constituem a Amazônia brasileira. Dentro desse ponto de vista, somos pelo aproveitamento dos organismos já em ação no vale amazônico, dando-se aos mesmos uma direção com o sentido de unidade administrativa. A dispersão de esforços, de trabalho, de planos de ação e dos próprios benefícios que esses esforços, esse trabalho e esses planos possam proporcionar, dificilmente poderão conduzir ao fim colimado (HERMES FILHO, 1954, p. 74-75).

Percebe-se daí claramente, desde o início, um posicionamento estratégico dos grupos empresariais locais pelo controle da execução dos recursos a serem liberados para o crédito associado pela política de valorização econômica da Amazônia. Fator que será fonte de muita controvérsia, e que resultará em forte debate sobre o teor da falta de controle burocrático sobre a liberação dos recursos, os quais passam a serem tidos, posteriormente, como respondendo a interesses fragmentados de pequenos grupos locais em detrimento de uma estratégia de desenvolvimento mais articulada do ponto de vista do planejamento governamental de longo prazo para a região (CAVALCANTI, 1967).

9.2.3 O Contexto institucional de atuação da SPVEA e as características discursivas da estratégia de valorização econômica da Amazônia

No que diz respeito ainda aos anseios e objetivos mais gerais que dizem respeito à estratégia de valorização econômica da Amazônia na década de 50, o que podemos perceber, portanto, é que fica muito claro pelo menos dois de seus argumentos e diretrizes principais: por um lado a ele se recorre regularmente como instrumento a uma suposta tentativa de diminuição das desigualdades regionais (através de uma estratégia de integração nacional); e por outro, aos aspectos geopolíticos relacionados às preocupações de ordem da preservação da soberania e da segurança nacional (REIS, 2001). Em ambos os casos, como pudemos perceber em capítulos anteriores, o sentido concreto da estratégia normalmente se justifica por um

discurso desenvolvimentista-regionalista que terá larga aceitação nos meios intelectuais amazônicos. Um discurso que se fortalece à medida que se faz presente enquanto possibilidade real de soerguimento da economia regional; ao mesmo tempo em que se intenta impulsionar novos segmentos e preservar junto a eles os interesses e “valores” de uma elite decadente em busca de novas alternativas econômicas. Um discurso que pretende claramente alcançar caminhos políticos capazes de compatibilizar um projeto de modernização nacional e regional com a manutenção do status político, social e econômico de suas elites tradicionais no poder. Para isso, no entanto, se faz necessário justificá-los a partir de um plano estratégico com o objetivo de desencadear um processo de desenvolvimento regional. Daí o casamento discursivo entre estratégia de valorização econômica e o plano de desenvolvimento regional implantado pela SPVEA. Como afirma Arthur Cezar Ferreira Reis, posteriormente, em um texto de avaliação da experiência da SPVEA:

A valorização foi determinada, no entanto, como parte integrante de um vasto programa, de raízes distantes, que abrangia não apenas a Amazônia, mas outros espaços nacionais, que estavam desafiando a capacidade realizadora do país. Procurando-se, de um lado, resguardar a região de apetite estranho e, de outro, por fim à situação delicada em que vivia a nação, marcada em sua paisagem socioeconômica por áreas desenvolvidas e por áreas subdesenvolvidas, o que importava na existência de falta de equilíbrio na produção, na circulação de riquezas, na dignificação cultural dos grupos humanos que constituem a nação, com graves reflexos na própria manutenção da unidade política. Há portanto, duas razões fundamentais explicando o propósito de valorização: a que diz respeito ao estabelecimento de condições iguais para o homem brasileiro nas várias regiões em que ele vive, e a que se refere à segurança nacional, no que essa segurança possa estar ferida pela ambição de potências mais desenvolvidas (REIS, 2001, p. 146).

A idéia de uma suposta “dignificação cultural” somada aos dois principais argumentos associados ao *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, representa, segundo nossa interpretação, um aceno à preservação, valorização e desenvolvimento de um determinado padrão de representação social (ou ideologia no sentido de Ricoeur), que atribui à idéia de cultura regional amazônica um sentido privilegiado, de identidade regional. Identidade construída enquanto discurso que busca alinhar, à imagem e semelhança de suas elites, um sentimento de coesão social (e regional) amazônica. Não é a toa que se busca, nesse contexto, um caminho de modernização em estreita relação com os ideais de preservação da identidade cultural do chamado “homem amazônico”. Um ideal que se fortalece enquanto discurso

modernizador em um contexto de uma nova crise dos fundamentos da economia extrativista. Um objetivo, portanto, que parece ser (“dos males o menor”) uma estratégia de manutenção de algum espaço de participação econômica e política em um novo contexto político-institucional que se torna inevitável com a crise do setor gomífero do pós-guerra, assim como de uma nova realidade em que se torna evidente a incapacidade do setor extrativista regional em das respostas aos anseios da indústria da borracha brasileira em ascensão (PINTO, 1984; CORREA, 2004).

Ao mesmo tempo, esta não era uma estratégia de cunho estritamente regionalista amazônico. Como vimos, existia um contexto de movimentação por entre as entranhas palacianas e da burocracia federal, no sentido de consolidar uma estratégia nacionalista de busca pela superação das desigualdades regionais e expansão do processo de industrialização do país. Acreditamos que este ambiente irá favorecer sobremaneira o movimento que irá se fortalecer na primeira metade da década de 50 de estímulo ao planejamento e a formação de toda uma institucionalidade voltada para a construção de uma estratégia de desenvolvimento regional amazônico.

É nesse contexto que finalmente se implanta a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* em 1953. Em se dando prosseguimento ao processo de fortalecimento de um discurso desenvolvimentista – agora consolidado com a implantação da SPVEA –, o que se vê é a constituição de uma nova diretriz de políticas de desenvolvimento regional quês e mostra de maneira articulada em relação a um discurso de valorização econômica da Amazônia. Com ela, por outro lado, se consolida também uma nova política agrícola e uma estratégia de planejamento de longo prazo para a região. Políticas que vem claramente a se contrapor inicialmente aos interesses imediatos de boa parte das elites interessadas apenas na manutenção da política de preços da borracha – típicas de uma estratégia do período de guerra. Com a substituição do *Banco de Crédito da Borracha* (BCB) pelo *Banco de Crédito da Amazônia* (BCA), em 1950, se consolida, por sua vez, uma nova tendência em que a política de crédito regional se volta para uma ampliação de seu campo de atuação, rumo a uma estratégia de diversificação da base produtiva regional (CORREA, 2004).

É com esse rol de novas institucionalidades que se formam na primeira metade da década de 50, que podemos dizer, mais uma vez, que iniciamos um novo capítulo da história

institucional da Amazônia no século XX. Um capítulo que será marcado em 1953, pela promulgação da Lei 1806, que cria a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (1953) com a missão de planejar e executar, de modo coordenado, as ações federais na região. Ao mesmo tempo em que também se cria, por meio do artigo 26 da nova lei, uma *Comissão de Planejamento* com o objetivo específico de elaborar, dentro do prazo de nove meses, um primeiro Plano de Valorização Econômica a ser executado ao longo do primeiro período quinquenal de vigência do novo órgão. No entanto, se formos analisar o contexto institucional mais amplo da época – também em termos das regras do jogo informal que sustentava uma visão de mundo da nova burocracia do SPVEA –, o que podemos inferir é um determinado conjunto de diagnósticos preliminares que passam a serem utilizados como subsídios para a elaboração do primeiro Plano Quinquenal, sobre a responsabilidade da nova Superintendência. Entre os elementos que compõem este novo contexto, está claramente a falta de conhecimento suficiente sobre as reais potencialidades econômicas da Amazônia. Sendo assim, o *Primeiro Plano Quinquenal* da SPVEA, elaborado em 1955, acaba por refletir, de certa forma, este momento de insegurança no campo do domínio técnico e científico sobre a região. Assim como de suas implicações em termos de limitação que essa realidade impõe sobre a lógica da implementação de uma estratégia geopolítica mais consistente, e de longo prazo, para este verdadeiro “complexo cultural”.

Logo no primeiro capítulo do documento, nos é apresentada, em suas linhas fundamentais, os objetivos principais dos quais se destaca a necessidade de um melhor conhecimento sobre os dados da nossa realidade. Com o intuito exatamente de tentar suprir, no médio prazo, as carências detectadas, assim como estabelecer paralelamente um plano de trabalho preliminar em cima da base dos dados já existentes, com o objetivo de atender às aspirações mais imediatas da região (SPVEA, 1955, p. 22). Fica claro, neste sentido, o tom de insegurança que norteava os integrantes da comissão responsável pela redação de seu primeiro Plano Quinquenal. E essa insegurança se apresenta como reflexo da insuficiência também de dados e informações necessárias para a elaboração de um plano de desenvolvimento regional mais consistente. Como podemos verificar no seguinte trecho do documento:

Constrói-se o Plano de Valorização, por isso mais sobre as necessidades da região do que sobre suas possibilidades cientificamente verificadas, entendido que a definição dessas possibilidades resultará, como consequência, dos estudos e levantamentos previstos no texto do plano a seguir e que irão definir, em última análise, os objetivos a alcançar na segunda fase quinquenal do período de 20 anos previsto pela constituição (SPVEA, 1955, p. 23).

O componente geopolítico que compõe também a nova iniciativa de planejamento, tal como já salientado anteriormente, nos é confirmada pelo seguinte trecho:

A valorização da bacia amazônica é em si uma obra política, pela qual a nação brasileira procura ocupar e desenvolver economicamente os espaços inaproveitados do território nacional. Sua orientação deve encerrar uma compreensão e definição das razões que determinam esse movimento e dos objetivos que tem em vista (SPVEA, 1955, p. 24).

Por esse ponto de vista, e compreendida por essa forma, a Valorização Econômica da Amazônia pode ser definida como um esforço nacional para: “*assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro; construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira*”. (SPVEA, 1955, p. 24-25). Componentes que demonstram o grau de integração que se busca instituir entre o projeto nacional de desenvolvimento e o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. O elemento geopolítico – como pode ser claramente visto em outros trechos – norteia já boa parte do documento, e reflete, de certa forma, também, o contexto no qual está inserida a nova iniciativa de implementação de um Plano de Valorização em pleno momento de efervescência da ideologia nacionalista no Brasil.

Não podemos nos esquecer que neste momento já começava a pairar sobre a região Amazônica uma discussão relacionada à soberania nacional e à necessidade de maior controle sobre as riquezas da região. As disputas sobre o *Instituto da Hiléia Amazônica* e as tentativas de se implementar instituições de pesquisa internacionais na região, já começavam a alimentar, a essa época, portanto, as disputas do Estado Nacional Brasileiro pela soberania e controle científico sobre a produção de “saberes” e potencialidades econômicas da Amazônia.

Para muitos, o termo “valorização” deveria significar primeiramente a construção de conhecimento sobre a realidade regional – no sentido de seu melhor aproveitamento – tendo

como fim uma verdadeira estratégia de desenvolvimento regional. Esta foi uma das linhas de pensamento que mais influência exerceu em nosso período de análise que vai do início da década de 50 à crise de 1964. Figuras ilustres como Djalma Batista e Arthur Cezar Ferreira Reis, entre outros, se tornaram, por essa via, algumas das principais personalidades que se preocuparam com a defesa dos investimentos em pesquisas científicas na região. À frente do INPA, Djalma Batista, por exemplo, foi um dos principais responsáveis pela implementação de iniciativas de grande importância em termos do desenvolvimento da pesquisa científica na Amazônia. Arthur Cezar Ferreira Reis, como primeiro superintendente da SPVEA, líder intelectual e interlocutor privilegiado em relação ao governo federal, não deixou de cerrar fileiras a favor da produção de conhecimento e pesquisas sobre a região. Ambos mantendo uma linha de atuação política e estratégica fortemente ligados aos anseios em fortalecimento das instituições científicas e culturais na Amazônia.

E nesse sentido, se olharmos o capítulo VII do documento do I Plano Quinquenal da SPVEA, chamado *Os problemas de base da Amazônia*, o que podemos perceber é que, de modo sucinto, alguns dos seus aspectos estratégicos são colocados de modo a representar uma determinada ordem de interesses e visões teóricas instituídas como saberes técnico-científicos dominantes à época. Um pano de fundo que acaba por orientar uma determinada leitura dos problemas, assim como de suas possíveis soluções, as quais serão discutidas e analisadas ao longo de boa parte do período de existência da instituição. Ou seja, um determinado campo de abrangência e preocupações que orientam um limitado e específico escopo de atuação pretendido para a nova institucionalidade que se pretende criar com o intuito de alterar o quadro considerado de abandono o qual se encontrava a região. Seriam estes os interesses iniciais contidos no Plano de 1955:

- a) O problema alimentar;
- b) O problema de produção de matérias primas e suas industrialização;
- c) O problema do transporte;
- d) O problema da distribuição do capital;
- e) O problema de saúde;

- f) O problema de nível cultural;
- g) O problema de recuperação das populações extrativistas (SPVEA, 1955, p. 72).

Em todos os casos, diz o documento: *“há aspectos críticos que o planejamento da Valorização terá de resolver. Todos são problemas interligados e que não podem ser entendidos senão em conjunto. O seu exame revela que são apenas aspectos multilaterais do problema fundamental que é o desajustamento do homem às condições do meio em que vive”* (SPVEA, 1955, p. 72). Aqui temos um exemplo que comprova o sentido mais geral e a leitura culturalista que, a nosso ver, influencia uma heurística de fundo sobre a interpretação dos problemas amazônicos – tal como este era visto pela intelectualidade local da época –, e que, segundo esta visão, estaria atrelada a uma ordem de problemas ecológicos associados a um debate que se infiltra sobre o campo de disputa ideológica sobre a natureza do diagnóstico e soluções que deveriam ser apontadas para a elaboração de um plano de valorização econômica mais adequados aos interesses das elites regionais. De acordo com esta perspectiva, o problema a ser superado na Amazônia, se refere à necessidade de se encontrar uma saída adequada para um modelo de desenvolvimento mais adaptado às reais condições do “homem amazônico”. Um modelo que preserve suas reais condições de sobrevivência que não poderiam ser negligenciados por um projeto modernizador alienígena e insensível em relação aos saberes e valores da cultura amazônica.

Para corroborar este ponto, em seguida afirma ainda o documento: *“em última análise, a dificuldade fundamental é a atitude do homem e o seu equipamento mental e instrumental em presença das dificuldades de sua vida. Todas essas e cada uma em particular situam-lhe obstáculos intransponíveis e, na impossibilidade de removê-los, eleva procurando situações de equilíbrio e transigência que constituem a fórmula de sua vida atual”* (SPVEA, 1955, p. 72). Ou seja, a lógica de adaptabilidade do homem ao meio representa o padrão e a estrutura social que é interpretada como originária do tipo de sociedade que aqui se encontra. Padrão de interpretação que terá na chamada “Amazotropologia” de Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins, alguns de seus principais fundamentos heurísticos e interpretativos para a época. A compreensão das relações homem e natureza – numa rede complexa de interações ecológicas – representam sem dúvida alguma, portanto, uma das chaves de interpretação que

passa a representar uma espécie de senso comum ilustrado da intelectualidade local amazônica na década de 50. Uma ideologia, portanto, no sentido de que é através dela que se busca uma solução estável para o problema da concepção da unidade da cultura e da sociedade regional amazônica em estado de crise⁸⁸.

⁸⁸Não podemos esquecer que a presidência da comissão de planejamento foi conduzida pelo próprio superintendente da SPVEA, Arthur Cezar Ferreira Reis, a qual contava ainda com integrantes de renome como Sócrates Bonfim e Waldir Bouhid, entre outros (Hugo Mascarenhas, Ricardo Borges Ferreira e Silva, Francisco Pereira da Silva, Guilherme Eduardo e Ferreira Studart).

10 CONCLUSÃO

Foi tendo em vista, portanto, o objetivo inicial mais amplo de desenvolver uma pesquisa que procure dar conta de uma análise histórica do tipo da formação discursiva que se constitui sobre o pensamento sobre desenvolvimento regional no Brasil e na Amazônia no século XX, que procuramos definir neste trabalho um período considerado inicialmente como o mais adequado para um aprofundamento de nossos estudos no sentido de sustentarmos uma das nossas hipóteses iniciais, qual seja: a de que em conformidade à formação do chamado ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil (1930-1964) (BIELSCHOWSKY, 1988), formava-se na Amazônia – mais fundamentalmente entre os anos de 1946 e 1964 – uma nova tradição intelectual que iria orientar o debate sobre a “questão regional” e a formação de um discurso sobre o desenvolvimento amazônico em bases regionalistas. Perspectiva que irá influenciar, em grande medida, a formação intelectual e cultural de toda uma geração de atores políticos, empresariais e técnicos de órgãos governamentais locais responsáveis pela elaboração de políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia na segunda metade do século XX. Uma perspectiva que, em boa medida, incorpora também enunciados – de ordem discursiva mais ampla – que reforçam determinadas interpretações sobre as causas das desigualdades regionais no Brasil, assim como sua relação com as origens do processo de industrialização no país (CANO, 1977).

Por “questão regional”, neste sentido, como visto ao longo do texto, entendemos exatamente o problema estrutural mais amplo da superação dos desequilíbrios regionais no Brasil. Um tema que acompanha a história brasileira desde o período imperial, mas que apenas terá suas condições de possibilidade histórica constituída enquanto tal, como vimos, quando ligado ao debate nacional-desenvolvimentista brasileiro no período pós-guerra⁸⁹. Período em que a noção de desigualdade regional passa a figurar enquanto um componente do discurso nacional-desenvolvimentista em gestação. Um problema que se consolida de forma definitiva – do ponto de vista de sua unidade, coerência e importância nacional – com a

⁸⁹Sabemos, seguindo Cano, que “o regionalismo brasileiro faz parte de nossa história política e social, tendo se manifestado, sobretudo, em vários movimentos revolucionários regionais do século XIX, em debates parlamentares desde o Império, na vasta produção literária regional e, já em fins do século passado, diante do agravamento do problema das secas no Nordeste” (CANO, 2000, p. 102-103). Contudo, não resta dúvida que o problema ganhou maior destaque na discussão sobre desenvolvimento nacional somente em fins da década de 50, com o surgimento do documento elaborado pelo *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN) e, em seguida, com a implantação da SUDENE.

divulgação do relatório do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN), em 1959. Documento que explicita de forma clara e contundente, à época, uma visão de desenvolvimento nacional com características próprias, e que incorpora, por isso, o debate sobre desigualdade regional como mais um componente da formação do discurso nacional-desenvolvimentista brasileiro. Um documento marcante para o debate sobre desenvolvimento regional no Brasil, na medida em que cria um ambiente discursivo propício para a formação de um razoável consenso entre os principais interlocutores voltados para a construção de uma estratégia de desenvolvimento de caráter nacionalmente equilibrado. Uma obra “retórica” de grande poder de convencimento na medida em que consegue propor e efetivar uma nova estratégia – diferente de tudo o que se tinha pensado anteriormente – em termos de política de desenvolvimento regional no Brasil. Ao mesmo tempo em que consegue – por meio de percepção e adequação do discurso às condições de possibilidades epistêmicas da época –, acenar estrategicamente em relação aos interesses de acumulação de capital que estava na agenda e anseios de parcela significativa de segmentos empresariais da região sudeste do país⁹⁰.

É neste sentido que as propostas do documento do GTDN, e a promessa de operacionalização dos mecanismos de incentivo fiscal, de sua iniciativa e autoria, representam novas possibilidade de acumulação para o capital industrial oriundo, principalmente, da região sudeste do Brasil. Estando, portanto, a nova estrutura institucional proposta pela nova política de desenvolvimento regional do GTDN, totalmente alinhada à estratégia de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro liderado por seu núcleo central de acumulação, qual seja: o capital industrial do Estado de São Paulo. Uma concepção que teve o mérito, enquanto estratégia de discurso, de atrelar o argumento a favor de uma melhor distribuição da produção industrial brasileira em direção ao nordeste do Brasil, sem, no entanto, contrariar os principais interesses do capital industrial hegemônico de São Paulo. Para isso a política de incentivos fiscais será uma peça chave. É através dela que será possível abrir a possibilidade de ampliação das oportunidades de investimento para o capital industrial paulista em direção ao Nordeste (através da SUDENE) e posteriormente ao Norte do país (através da SUDAM).

⁹⁰Anseios estes alimentados pela percepção de criação de novas oportunidades de inversão de capital industrial por parte do empresário paulista. Tendo em vista o momento pelo qual passava o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, com a aproximação da primeira grande crise do modelo de substituição de importações na primeira metade da década de 60 (TAVARES, 1973).

Sendo assim, de uma aparente contradição entre vários interesses regionais, e fonte de conflito federativo, o que se vê em verdade com a nova visão, é uma compatibilização de interesses engenhosamente construídos e que tende a favorecer uma parcela significativa das novas elites nordestinas ligada aos usineiros de Pernambuco (por exemplo). Ao mesmo tempo em que fortalece – através de incentivos fiscais – o capital industrial de São Paulo. Tudo isso construído, no entanto, sobre bases epistêmicas orientadas a partir de um discurso de desenvolvimento nacional elaborado em perfeita sintonia com os preceitos teóricos da matriz desenvolvimentista-cepalina, que terá em Celso Furtado seu principal articulador e mentor intelectual. O que criou, de um ponto de vista retórico, as condições de possibilidade e o ambiente intelectual necessário para o aparecimento e eficiência de um discurso desenvolvimentista brasileiro também em escala regional.

É por esse ponto de vista que podemos afirmar que, junto à estratégia de desenvolvimento regional explicitada no relatório do GTDN, existe uma argumentação teórica, de fundo estruturalista e cepalino – de grande poder de convencimento à época⁹¹ – que sustenta as condições de possibilidade epistêmicas e os limites e regras conceituais para a enunciação do discurso desenvolvimentista mais amplo, e de base regional no Brasil. Serão estas mesmas regras e limites que irão criar a possibilidade – inclusive política –, de expansão do sistema rumo a uma integração do mercado nacional e ao modelo de substituição regional de importações. Interpretação que irá sustentar, do ponto de vista discursivo, a compreensão de que a origem das dificuldades do processo de industrialização brasileira – do final da década de 50 e início da década de 60 – encontrava-se em boa parte associada às condições de *heterogeneidade estrutural* que se manifestavam, e eram realimentadas, por nossos altos níveis de desigualdade regional no país.

Dessa forma, portanto, podemos afirmar que foi durante o período de auge do debate sobre a questão regional no Brasil – assim como pela influência da interpretação cepalina sobre as origens e natureza de nosso processo de industrialização – que o discurso desenvolvimentista brasileiro incorpora de forma definitiva a “questão regional” como um de seus focos de enunciação principal e como componente de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento nacional liderado pelo capital industrial de São Paulo. Incorporação que se

⁹¹ Ver análise de Bianchi e Salviano (1999) sobre a retórica de Raul Pebrisch e a origem do pensamento cepalino.

constitui enquanto discurso efetivo (historicamente colocado de modo objetivo), na medida em que se alimenta também de um ideário da tradição nacionalista com forte componente geopolítico; e que se fortalece, entre outras coisas, pela necessidade de integração dos espaços regionais periféricos em relação à dinâmica de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro – movimento que já vinha ocorrendo, e isso é importante ressaltar –, desde o período pós-guerra, com a tentativa de implementação dos primeiros esforços no sentido da execução de uma política de valorização econômica para a Amazônia e o Nordeste. Iniciativas que, apesar de pouco comentadas quando se trata da questão regional no Brasil, a nosso ver, teve um papel fundamental na criação das condições de possibilidades históricas e institucionais para a emergência da questão regional nordestina e amazônica, tal como as mesmas passariam a serem tratadas ao final da década de 50 e início da década de 60.

É assim – por uma estratégia discursiva que busca integrar as problemáticas de caráter nacional e regional –, que a tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro procura incorporar em suas análises a dimensão e os espaços periféricos nacionais ao mesmo tempo como problema e como solução para o projeto nacional de desenvolvimento do país. Um problema, na medida em que a desigualdade regional passa a ser compreendida como um enunciado que representa o resultado histórico do desequilíbrio estrutural e econômico brasileiro e seus fortes componentes de repercussões sociais e políticas. Uma solução, por outro lado, na medida em que junto a elas, teóricos como Celso Furtado e outros apresentam alternativas; que vão desde a ampliação de mercados de consumo e de fornecimento de matérias-primas, até a geração de oportunidades de investimentos subsidiados por incentivos fiscais. Fatores estes considerados de fundamental importância para a manutenção do dinamismo do processo de acumulação industrial brasileiro. É neste momento, também, não por um acaso, que o componente estruturalista de interpretação cepalina – presente na obra de Celso Furtado (1959), por exemplo –, se soma ao debate de conotação mais política sobre a questão da seca no nordeste; transformando o tema da “questão regional” em um verdadeiro instrumento a favor da integração econômica das regiões periféricas em relação à dinâmica do processo de industrialização do país. É nesse momento, portanto, que o regionalismo brasileiro deixa de ser visto, como afirma Wilson Cano (2000), como um problema parcialmente circunscrito – no âmbito do discurso político e da tomada de decisões – às chamadas medidas de combate às secas (CANO, 2000, p. 102-103). Passando definitivamente

a ser considerado como assunto de interesse nacional. Uma referência que se consolida enquanto enunciado de discurso enfocando o tema do *desequilíbrio regional* enquanto parte integrante de problemas econômicos, históricos e estruturais mais amplos; e que, por isso, representam um problema de interesse e dimensão de primeira grandeza para o debate desenvolvimentista brasileiro em evidência.

É com base, portanto, no modelo cepalino e “furtadiano” de interpretação da formação histórica de nossa condição de país subdesenvolvido, que uma parte importante da intelectualidade brasileira se concentra, neste período, na busca pela construção de um modelo alternativo de desenvolvimento fortemente calcado na intervenção estatal e na estratégia de planejamento do desenvolvimento nacional e regional do Brasil. Um modelo que, em última instância, visa à condução equilibrada do processo de industrialização do país de modo a minimizar seus efeitos negativos e estimular seus impactos positivos sobre o alongamento e diversificação das cadeias produtivas, por meio de um processo de substituições de importações em bases regionais. Um discurso que se consolida e se amplia em sua dimensão mais visível – e, portanto, politicamente mais atrativa – a partir da segunda metade da década de 60; período em que se inicia um processo de expansão da política de incentivo fiscal do nordeste em direção a outras regiões do país⁹². Configurando um movimento histórico de evolução das estratégias desenvolvimentistas em âmbito regional no Brasil.

É dentro, portanto, do quadro da relação de oposição teórico-conceitual entre os temas da *desigualdade regional* e do *desenvolvimento nacional* – por meio do processo histórico de defesa de um projeto de industrialização e integração nacional⁹³ – que o debate sobre a “questão regional” assume contornos de problema de ordem multifacetada e de grande interesse político-regional na Amazônia nas décadas de 50 e 60. Um quadro que, do ponto de vista teórico se orienta, como vimos anteriormente, a partir do debate desenvolvimentista com forte influência das perspectivas de orientação cepalina. Por outro lado, como pudemos

⁹² A proposta de um processo de indução de um modelo de substituição de importações em escala regionalizada foi uma das marcas principais do relatório do GTDN; o qual teve em Celso Furtado seu líder intelectual e uma das figuras mais proeminentes do debate regionalista brasileiro nas décadas de 50 e 60.

⁹³ Do ponto de vista mais amplo e relacionado com aquilo que Costa (1992) chama de movimento de *brasilianização da Amazônia*, o período que vai de 1946 a 1966 representa uma etapa de mais um ciclo de brasilianização que se inicia a partir das ameaças de internacionalização da Amazônia que virão logo após a segunda guerra mundial. Se estendendo até aproximadamente o ano de 1984.

observar ao longo da Parte III do trabalho, uma outra trajetória intelectual e discursiva – de característica mais regionalista e endógena – se consolida também na década de 50, enquanto resultado de um processo histórico em que uma gama de intelectuais amazônidas passa a se orientar a partir da influência principal de autores culturalista como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Formando uma tradição discursiva com fortes componentes regionalistas, estritamente vinculados ao contexto e às condições de possibilidades epistemológicas e políticas que serão postas também como condicionantes de possibilidade para a emergência de um discurso desenvolvimentista-regionalista no período pós-guerra na Amazônia.

Um discurso que receberá influências de perspectivas sociológicas e antropológicas – oriundas da tradição do pensamento econômico e social brasileiro – mas que, ao mesmo tempo, sofrerá também as condicionantes do ambiente geopolítico oriundo das preocupações do Estado brasileiro no que diz respeito à política de segurança nacional e ocupação das fronteiras da região Norte do país. Um movimento amplo que terá como consequência a elaboração de um discurso desenvolvimentista-regionalista de natureza algumas vezes contraditória, mas com alguma consistência em termos de representação social e política galgada com o apoio de parcela significativa de atores políticos e econômicos locais.

Sabemos, no entanto, que o desenrolar desta estratégia desenvolvimentista-regionalista da década de 50 se mostrará limitada em seus aspectos políticos, à medida que sua fragilidade se torna explícita, com a implantação do regime militar e com o transcorrer da nova política de desenvolvimento nacional em bases centralizadoras e autoritárias (tal como implantadas no período pós 64). Política que passará a incorporar a Amazônia, em sua estratégia geopolítica e econômica, apenas enquanto fonte de matérias-primas e espaço privilegiado para reprodução ampliada do capital (seja ele nacional ou internacional⁹⁴), além de servir como válvula de escape para os problemas sociais de outras regiões do país através de sua política de estímulo a emigração em direção à Amazônia. Uma política que simbolizará, do ponto de vista das elites regionais, um golpe em seus anseios de participação no processo de industrialização e modernização da economia brasileira. Promessa que se esperava poder ser encabeçada pelo Estado brasileiro em sua estratégia de desenvolvimento nacional, com forte respaldo em uma política de integração nacional e estímulo ao processo de industrialização e fomento à

⁹⁴ Vale a pena aqui frisar que os incentivos fiscais estendidos para a Amazônia irão abarcar vários outros setores da economia que abrangem não só o industrial.

agricultura em bases endógenas na Amazônia. Ideal que, até hoje, se ressentem os técnicos e intelectuais remanescentes do espírito do desenvolvimentismo-regionalista amazônico das décadas de 50 e 60.

É com base, portanto, nessa análise sobre a problemática da questão regional brasileira em sua interação com o tema do desenvolvimento da Amazônia – durante o período nacional-desenvolvimentista –, que pudemos verificar a existência de elementos que consideramos suficientemente capazes de nos permitir justificar o argumento de que em meio à influência de ordem política, intelectual e cultural (manifesta por trajetórias institucionais de natureza nacional-desenvolvimentistas), se alimentaram historicamente – ao longo de todo o período que foi nosso objeto de estudo –, enunciados de ordem discursivas que visam à construção de uma estratégia, mesmo que incipiente, de desenvolvimento regional com características próprias; com um nível de regularidade discursiva orientada fundamentalmente pelo debate desenvolvimentista brasileiro e seus rebatimentos em termos regionais. Formação discursiva, no entanto, que não deixará de sofrer constrangimentos dos mais variados tipos (MARQUES, 2007); sucumbindo enquanto estratégia efetiva com a implementação de um novo modelo de desenvolvimento imposto de forma autoritária pelo regime militar a partir de 1964. Uma condição histórica que terá como resultado, a confirmação do que Brito (2001) chamaria de uma via de *modernização de superfície*, que se consolidará inclusive com apoio de grande parte destas mesmas elites regionais (BRITO, 2001; MARQUES, 2007). O que apenas se consolidará, no entanto, enquanto estratégia efetiva de intervenção, a partir da implantação do I PDA. Soterrando, por completo, as pretensões de caráter regionalista que alimentavam os próprios anseios desenvolvimentistas das elites locais. Aniquilando os interesses mais amplos de parcelas das elites regionais, e colocando em seu lugar um processo de modernização autoritária que incorporará estas mesmas elites como sócios políticos menores em uma estratégia de desenvolvimento econômico que transformará a Amazônia em uma base de produção e exportação de matérias-primas minerais e produtos de origem agropecuários com baixo valor agregado e diretamente subordinado à atuação de atores externos à região⁹⁵.

⁹⁵ Baseados em Marques (2007) pressupomos que a origem do modelo desenvolvimentista autoritário para a Amazônia, durante a década de 70, representou o fim das esperanças desenvolvimentistas de uma parcela significativa das elites regionais. É claro que por esperanças desenvolvimentistas podemos entender, na verdade, ideais de *modernização seletiva* (SOUZA, 2000) que muito se distanciam do modelo europeu clássico de civilização, tal como apresentado por Max Weber e Norbert Elias.

É com base, portanto, numa trajetória histórica complexa e descontínua, de construção e consolidação de toda uma institucionalidade que se tornou orientadora da formação de uma tradição de pensamento sobre o desenvolvimento regional amazônico; que procuramos, neste trabalho, demonstrar em que medida a influência intelectual de parcelas significativas da tradição do pensamento econômico e social brasileiro puderam representar um referencial epistêmico importante ou uma influência teórica e política capaz de constituir uma perspectiva desenvolvimentista-regionalista com características próprias, e com forte apelo em relação aos interesses das elites regionais decadentes da Amazônia⁹⁶. Para isto, se fez necessário um estudo aprofundado dos principais elementos conceituais e teórico-discursivos que nortearam a formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro desde seu período de gestação na década de 30. Da mesma forma como tivemos que desenvolver uma reconstituição histórica da formação da estrutura central do pensamento regionalista voltado para o tema do desenvolvimento da Amazônia na primeira metade do século XX. Perspectivas que tem suas trajetórias marcadas, segundo outra de nossas conclusões, pela forte influência de autores que muito contribuíram na formação do pensamento econômico e social brasileiro ao longo do século XX.

Autores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre representam, neste sentido, as principais fontes de inspiração intelectual que irão iluminar a formação e as condições de possibilidade de formação do discurso desenvolvimentista-regionalista na Amazônia durante o período de auge do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Autores como Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins se mostram, a nosso ver, portanto, os grandes mestres interlocutores e idealizadores da tentativa da construção de um discurso desenvolvimentista em bases regionais. A influência clara de Gilberto Freyre sobre a obra de Leandro Tocantins (RIBEIRO, 2007) e Arthur Cezar Ferreira Reis; assim como a perspectiva do discurso nacionalista de integração da Amazônia em contraposição à “cobiça internacional” (levado a cabo também por ambos) (REIS, 1960; TOCANTINS, 1966) – entre outros aspectos do debate teórico e político da época –, foram objetos de análise com o

⁹⁶ Uma perspectiva muito mais voltada para uma orientação ideológica conservadora, numa linha próxima ao que Brito (2001) chamaria de uma estratégia de “modernização de superfície”, mas que nem por isso, se torna menos relevante enquanto fundamento ideológico que compõem um quadro complexo de influências intelectuais que irão sedimentar a formação da institucionalidade informal e do imaginário desenvolvimentista em bases locais.

objetivo de identificar suas condições de possibilidade e o seu papel histórico na construção da identidade ideológica que orientará o debate sobre o *Plano de Valorização Econômico da Amazônia* entre os anos de 1946 e 1960. Objetos que, a nosso ver, mostraram-se de grande importância para a compreensão de boa parte dos fundamentos institucionais que irão orientar o ideário modernizador das elites regionais em seu projeto de desenvolvimento regional.

Sendo assim, as nossas conclusões são no sentido da interpretação de que este movimento só se torna possível historicamente, devido a um contexto político, intelectual e cultural que se configura enquanto ambiente institucional no qual irá se assentar o discurso da busca pela valorização do chamado “homem amazônico”. O objeto abstrato do “homem amazônico”, neste contexto, irá representar uma idéia força – de expressão cultural e local – que simbolizava o ideal da construção de uma identidade regional amazônica como uma ideologia de progresso em bases conservadoras e, portanto, muito próximas às funções de *dominação* e *deformação* que Paul Ricoeur atribuía como sendo partes das funções específicas que orientam as construções tipicamente ideológicas em contextos bem específicos de uma crise de identidade cultural. Um projeto que será utilizado pelas elites regionais, com o intuito de servir enquanto “símbolo” que alimenta os seus desejos de modernização com a preservação de seus valores e interesses tradicionais (RIBEIRO, 2007).

É neste sentido que, para nós, figuras como Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins serão personagens de fundamental importância para a formatação, de um ponto de vista intelectual, de um discurso desenvolvimentista na Amazônia, na medida em que constroem – do ponto de vista de uma *comunidade epistêmica* (COSTA, 2006) – um arcabouço teórico e simbólico que se transformará em elemento catalisador dos esforços políticos localistas voltados para a preservação dos interesses de suas elites tradicionais. Um projeto que visava em sua utopia ideológica, segundo Ribeiro (2007), conciliar os valores regionais e tradicionais com as transformações sociais, econômicas, culturais em curso no país. Uma iniciativa que buscava modernizar a Amazônia, mas sem, no entanto, permitir a perda dos “valores” regionais mais tradicionais de suas elites políticas e econômicas. Expressão intelectual que se transformará em símbolo, a nosso ver, do conservadorismo e da contradição de princípios das elites regionais em sua busca incessante, e a todo custo, por uma modernização excludente; que visa muitas vezes – como nos ensinam Celso Furtado e Florestan Fernandes – apenas a sofisticação de suas formas de vida, sem nenhum

compromisso mais consistente com uma mudança no padrão de desenvolvimento do país. Mantendo-se sempre como uma ação conservadora em defesa da manutenção de um *status quo*, e de um processo de desenvolvimento com características típicas de um projeto de modernização conservadora.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2007.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de. O espaço geográfico na obra de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, E. V. et al. (Org.). *Gilberto Freyre: em quatro tempos*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo, SP: 34, 1994.
- ARAÚJO, Inês L. *Introdução à filosofia da ciência*. Curitiba, PR: UFPR, 1998.
- _____. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2004.
- BACELAR, Tânia. A “questão nacional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BARQUERO, Antonio Vásquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, SP: Globo, 2006.
- BATISTA, Djalma. Letras da Amazônia. In: BATISTA, Djalma. *Amazônia – cultura e sociedade*. Manaus, AM: Valer, 2006.
- _____. *Amazônia – cultura e sociedade*. Manaus, AM: Valer, 2006.
- BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.
- BIANCHI, A.; SALVIANO JÚNIOR., C. “Raúl Prebisch and the Beginning of the Latin American School of Economics: a rhetorical approach”, *Journal of Economics Methodology*, v. 6; n. 3, p. 423-38, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo [1988]. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

BONFIM, Manuel. *América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos [1968]. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983)*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

_____. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*, v.25, n.3, 1982.

BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém, PA: UFPA; NAEA, 2001.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2008.

CÂNDIDO, Antônio [1959]. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo, SP: Liv. Martins. 1 v, 1971.

_____. [1967]. O significado de Raízes do Brasil (prefácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de literatura e história literária*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 2000.

CANO, Wilson [1977]. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. Campinas, SP: da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

_____. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. C. (ORG). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1970.

CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. [1964]. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, SP: Difel, 1972.

CASTRO, Antônio Barros de [1971]. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1988.

CASTRO, A. B de; SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTI, M. de B. *Da SPVEA à SUDAM: 1964-1967*. Belém, PA: SUDAM, 1967.

- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1976.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: ISEB, 1958.
- CORRÊA, Roberto R.. Basa: seis décadas de mudança institucional. In: MENDES, Armando (Org.). *Amazônia, terra & civilização*. Belém, PA: Banco da Amazônia, 2004.
- COSTA, J. G.. *Planejamento governamental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1971.
- COSTA, Francisco de Assis. *Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável*. Mimeo, jun 2006.
- _____. O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. *Amazônia*, Belém, PA: v.1, n.1, p. 181-196, 2005.
- _____. Amazônia: modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, Moura; MAIA (Org). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém, PA: EDUFPA, 1995.
- _____. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém, PA: SEPEQ/NAEA, 1992.
- _____. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém, PA: EDUFPA.
- _____. *A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE). 8., Campinas, SP: Unicamp, 2009.
- _____. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. Belo Horizonte, MG: *Nova Economia*, v. 20, n.1, jan/abr, 2010.
- COSTA LIMA, Luiz. A versão solar do patriarcalismo: casa-grande & senzala, In: *Aguarras do tempo*. Rio de Janeiro, RJ: Roccp, 1989.
- COSTA, J. M. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: Mendes, A. (Org). *Amazônia, Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém, PA: Banco da Amazônia, 2004.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.
- COSTA, Selda Vale da. Por Rios Amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus, AM: ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

DANTAS MOTA, Lourenço (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo, SP: Senac, 2004. 2 v.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19, jun., 1992.

DEAN, Warren [1976]. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1991.

DE PAULA, João Antônio. *O velho e o novo: um ensaio sobre a economia da borracha no Brasil*. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1981.

_____. *Amazônia: fronteira e acumulação de capital*. In: RIVERO, S.; JAYME Jr., F. G (Org). *As amazônias do século XXI*. Belém, PA: EDUFPA, 2008.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. da S. (Org). **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

DINIZ, Eli. A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo federal. In: SZMRECSANYI, Tomás; GRANZIERA, Rui (Org) *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, SP: UNICAMP, 1986.

_____. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.

_____. *Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano III*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.

DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo, SP: Unesp, 2001.

FARIAS, Élson. *Terra imatura – ensaio ou ficção*. In: LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Manaus, AM: Valer, 2008.

FAORO, Raymundo [1958]. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, SP: ed. Globo, 2004.

FERREIRA FILHO, Cosme. *Economia da produção (monografia da SPVEA)*. Belém, PA: Coleção Araújo Lima, SPVEA, 1957.

HERMES FILHO, Gabriel. *Contribuição do Banco de Crédito da Amazônia S. A. ao planejamento da valorização da Amazônia*. In: VALORIZAÇÃO econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, jun. 1998. v. 2..

_____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FOUCAULT, Michel [1969]. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2007.

_____. [1970]. *A ordem do discurso: aula inaugural no Colège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

FRANK, A. G. “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo”, *Revista Brasiliense*, jan.fev, 1964.

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

FURTADO, Celso [1959]. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, SP: Nacional, 1987.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1961.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *Gilberto Freyre e Oliveira Lima: Casa-grande & Senzala e o contexto historiográfico do início do século XX*. São Paulo, SP: UNESP, 2001. (História, v.20).

GOODMAN, D. E.; ALBUQUERQUE, R. C de. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA;INPES, 1974.

GTDN [1959]. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: VERSIANI; BARROS (Org.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, SP: Saraiva, 1977.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. *Estudos Avançados* v.11, n.29, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro,RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. [1985]. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

- HIRSCHMAN, A. O. “Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento”. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- IÑIGUEZ, Lupicínio (Org). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- ISARD, Walter. *Location and the space economy*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology; New York: John Wiley; London: Chapman and Hall, 1956a.
- _____. Regional science, the concept of region, and regional structure. *Papers and Proceedings of Regional Science Association*, v. 2, p.13-26, 1956b.
- KON, Anita (Org). *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo, SP: ed. Perspectiva, 2002.
- KON, Anita (Org). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999.
- KUNTZ, Rolf. Alberto Torres – A organização nacional. In: MOTA, L. D. (Org). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo, SP: SENAC, 2001.
- KUHN, Thomas, *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LAGO, L. A. C. do. A retomada do crescimento e as distorções do “Milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. de P. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro, RJ: Campos, 1990.
- LEFF, N. H. Inderdevelopment and development in Brazil. *Economics structure and change*, v. 1, 1822-1847. Londres, George Allen & Unwin, 1982.
- LEITE, Dante Moreira [1968]. *O caráter nacional brasileiro: a história de uma ideologia*. 7. ed. rev. São Paulo, SP: UNESP, 2007.
- LADISLAU, Alfredo. *Terra imatura*. Manaus, AM: Valer, 2008.
- LOBATO, Sidney da Silva. *Lições de história da Amazônia: a obra de Arthur Cezar Ferreira Reis*. In: OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, R. (Org.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2009.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

- LOREIRO, M. R. (Org). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2006.
- MANTEGA, Guido [1984]. *A economia política brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*, México: Siglo Veintiuno, 1969.
- _____. *Dialética da dependência*. México: Era, 1977.
- MELLO, J. M. C. de [1975]. *O capitalismo tardio*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.
- MINDLIN, Betty (Org). *Planejamento no Brasil*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1997.
- MYRDAL, Gunnar [1957]. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo, SP: Annablume, 2008.
- MORAES, Péricles. *Os intérpretes da Amazônia*. Manaus: Valer e Governo do Estado do Amazonas, AM. 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme [1977]. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo, SP: 34, 2008.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. *O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história*. In: FOUCAULT e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.
- NICOL, Robert N. V. C. *A agricultura e a industrialização no Brasil (1850/1930)*. São Paulo, SP: Tese de doutoramento, Dep. de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1974.
- NORTH, Douglass. *Institutions. institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NURKSE, Ragnar [1953]. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, SP: Estudos Cebrap, n.2, 1972.

_____. [1977]. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.7; n.18, p. 43-63, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Questão nacional na república velha. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da (Org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, SP: EDUNESP, 1997.

_____. A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, M.; VELOSO, M. (Org.). *Descobertas do Brasil*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

OLIVEN, Rubien G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* Brasília, DF: Capes, 2002. v. 4.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2005.

_____. A moderna tradição brasileira. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.

PREBISCH, R. *The economic development of Latin América and some of its principal problems*. Cepal, 1949.

PELLEGRINO, Anderson César G. T. *Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil*. Campinas, SP: Alíneas, 2005.

PELÁEZ, C. M. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, SP: APEC, 1972.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. São Paulo, SP: Hucitec: Conselho Regional de Economia, 1984.

PINTO, Renan Freitas. Djalma Batista: artigos de jornal. In: BASTOS, E. R., PINTO, R. F. (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus, AM: EDUFAM, 2007.

_____. *Viagem das idéias*. Manaus, AM: Valer, 2008.

POLANYI, Karl [1944]. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, RJ: Campos, 2000.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. *Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia*. Brasília: Funag, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. (primeira edição, 1933). São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. (primeira edição, 1942). São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

_____. [1957]. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo, SP: Companhia ed. Nacional, 1978.

_____. [1966]. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

_____. *As identidades do Brasil: de Vanhagem a FHC*. Rio de Janeiro, RJ: ed. FGV, 2006.

_____. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?*. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. de P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, Campos, 1990.

REVISTA PARÁ INDUSTRIAL. *FIEPA 60 anos: uma história pautada pelo desenvolvimento do Pará*. *Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará*, ano 2, n. 10, dez/jan. 2009-2010.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005. v. 64.

RIBEIRO, Odenei de Souza. Tradição: uma intersecção entre passado e futuro. In: BASTOS, E. R., PINTO, R. F (Org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas, 2007.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1990.

- RODRÍGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- SANTOS. Wanderley Guilherme dos. *O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, T. dos. Dependência y cambio social, *Cuadernos de Estudios Sócio-Económicos*, 2. ed., Santiago, Universidade do Chile, 1970.
- _____. *Socialismo y fascismo*. Buenos Aires, Periferia, 1972.
- SÁ EARP, F., PRADO, L. C. D. *Celso Furtado*. In: FERREIRA, J., Aarão Reis, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SCHWARZ, Roberto [1977]. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: 34, 2000.
- SILVA, Sérgio [1976]. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega 7 ed., 1986.
- SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. de O.. *A Nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, José Olympio, 1975.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1998.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 2000.
- _____. A atualidade de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, E. V. et al. (Org). *Gilberto Freyre: em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. [1975]. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1986.

TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVARES, M. da C.; SERRA, J. “Além da Estagnação”. In: TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TEIXEIRA, Aloísio; GENTIL, Denise. O debate em perspectiva. In: TEIXEIRA et al. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010.

TOCANTINS, Leandro. [1952] *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

_____. [1960]. *Amazônia – natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro, 2 ed., 1982.

_____. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

TOLEDO, Caio. Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

_____. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOSI FURTADO, André. Rômulo Almeida (1914-1988) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. da S. (Org.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMSON, Oliver E. *The mechanisms of governance*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

VERGOLINO, J. R. de O. *A borracha extrativa e a economia amazônica – 1890/1930*. Recife: PIMES, Dissertação de Mestrado, 1975.

VERGOLINO, J. R.; GOMES, G. M. Metamorfoses da economia amazônica. In: MENDES, A. (Org.). *Amazônia, Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VERSIANI F. R. ; VERSIANI, M. T. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI; BARROS (Org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W [1973]. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. Brasília: IPEA, 2001.